




ETNOGRAFIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Francisco Elionardo de Melo Nascimento
Nando Rodrigues de Sousa
(Organizadores)



Sobre o livro

Este livro nos faz refletir sobre a Política como prática efetiva situada no entremeio entre a norma e os agenciamentos, em meio a disputas políticas de diferentes agentes e vozes, passíveis de serem interpretados no jogo de forças entre afirmação ou criação de direitos. O esforço de captar essa polifonia norteou a feitura desta ao reunir experiências reflexivas de pesquisa etnográfica em políticas públicas.

A esfera pública não é redutível à gestão governamental. Diz respeito às práticas dos agentes governamentais e não governamentais na e apesar da ossatura material do Estado. Tais conflitos se revelam por meio dos agenciamentos visando tanto ao devir da dimensão racional-burocrática instituída pelo Estado, quanto às práticas instituintes dos agentes envolvidos no jogo de forças sociais.

A apreensão dessa complexidade de relações foi lograda, aqui, pela acuidade do olhar capaz de efetivar o encontro com o “Outro” imerso em suas teias

de sentidos. Esta perspectiva nos é apresentada mediante os esforços dos(as) autores(as) deste livro, ao reunir diferentes experiências e abordagens, sem perder de vista a perspectiva da abordagem etnográfica sobre os diferentes objetos estudados.

A ousadia alberga diferentes abordagens que nos conduzem à liberdade de imaginar, antropológicamente, a construção do campo de pesquisa como relações e interlocuções dialógicas entre sujeitos e seus interesses perante normas, resistências e reexistências. O olhar atento sobre a multiplicidade da vida social e institucional presente neste livro é-nos revelado como condição teórico-metodológica por quem faz ou deseja trilhar pela etnografia nos estudos sobre políticas públicas no País.

Vale a leitura.

Geovani Jacó de Freitas
Professor do PPGS/Uece

Sobre os organizadores



Francisco Elionardo de Melo Nascimento

Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará (Uece), com estágio pós-doutoral em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). É professor da Faculdade de Educação e Ciências Integradas do Sertão de Canindé (FECISC/Uece), dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/Uece) e em Políticas Públicas (PPGPP/Uece), coordenador do Laboratório de Ensino e Pesquisa sobre Governos e Políticas Subversivas (LEPS/Uece) e pesquisador do Laboratório de Estudos da Conflitualidade e Violência (COVIO/Uece). É editor da revista *O público e o privado*.



Nando Rodrigues de Sousa

Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará (Uece), pesquisador do Laboratório de Conflitualidade e Violência (COVIO) e do Laboratório de Ensino e Pesquisas sobre Governos e Políticas Subversivas (LEPS). É policial penal do estado do Ceará e assistente editorial da revista *O público e o privado*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Uece. É bacharel em Direito, licenciado em História e tecnólogo em Gastronomia, com especializações em História, Gestão Pública, Criminologia, Segurança Pública, Didática no Ensino Superior e Docência na Educação Profissional e Tecnológica.

REITOR

Hidelbrando dos Santos Soares

VICE-REITOR

Dárcio Ítalo Alves Teixeira

EDITORA DA UECE

Cleudene de Oliveira Aragão

CONSELHO EDITORIAL

Ana Carolina Costa Pereira

Ana Cristina de Moraes

André Lima Sousa

Antonio Rodrigues Ferreira Júnior

Daniele Alves Ferreira

Fagner Cavalcante Patrocínio dos Santos

Germana Costa Paixão

Heraldo Simões Ferreira

Jamili Silva Fialho

Lia Pinheiro Barbosa

Maria do Socorro Pinheiro

Paula Bittencourt Vago

Paula Fabrícia Brandão Aguiar Mesquita

Sandra Maria Gadelha de Carvalho

Sarah Maria Forte Diogo

Vicente Thiago Freire Brazil



ETNOGRAFIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Francisco Elionardo de Melo Nascimento
Nando Rodrigues de Sousa
(Organizadores)

1ª Edição
Fortaleza - CE
2025

Edição
UECE

Etnografia em Políticas Públicas

©2025 Copyright by Francisco Elionardo de Melo Nascimento e Nando Rodrigues de Sousa

O conteúdo deste livro, bem como os dados usados e sua fidedignidade, são de responsabilidade exclusiva do autor. O download e o compartilhamento da obra são autorizados desde que sejam atribuídos créditos ao autor. Além disso, é vedada a alteração de qualquer forma e/ou utilizá-la para fins comerciais.

Coordenação Editorial

Cleudene Aragão

Nayana Pessoa

Diagramação e capa

Narcélio Lopes

Revisão de Texto

Tiago de Oliveira Braga

Apoio:



Sociologia

PPGS // Universidade Estadual do Ceará

Biblioteca: Meirilane Santos de Moraes Bastos CRB-3/785

E84 Etnografias em políticas públicas [recurso eletrônico] / Francisco Elionardo de Melo Nascimento, Nando Rodrigues de Sousa (Organizadores). Fortaleza, CE: Editora da Uece, 2025.
PDF.

Inclui referências bibliográficas.
ISBN: 978-65-83910-64-6

DOI: <https://doi.org/10.47149/978-65-83910-64-6>

1. Etnografia - Pesquisa. 2. Políticas públicas. I. Nascimento, Francisco Elionardo de Melo. II. Sousa, Nando Rodrigues.

CDD: 306.072

Todos os direitos reservados

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE

Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – Campus do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará

CEP: 60714-903 – Tel: (085) 3101-9893

www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br

Editora filiada à



Sumário

10 **PREFÁCIO**
Roberto Efreim Filho

18 **APRESENTAÇÃO**
Francisco Elionardo de Melo Nascimento
Nando Rodrigues de Sousa

22 **INTRODUÇÃO**
**Etnografia das políticas públicas - heranças intelectuais,
emergência e perspectivas de dois campos em fricção**
Roberto Marques

UNIDADE I – AUTOETNOGRAFIAS E REFLEXIVIDADE

53 1. Cruzando portões: quando o policial penal se torna
pesquisador das prisões?
Nando Rodrigues de Sousa

73 2. Desdobramentos relacionais em uma tese sobre a vida
artística
Bruna Costa Silva do Nascimento

98 3. O eu no encontro com o reconhecimento e as resistências das
mulheres pescadoras marisqueiras da Barra do Rio Curu, em
Paracuru, Ceará
Lidiane Ramos Lima
Katia Paulino dos Santos

119 4. Uma versão para enfeitar minha lixeira
Adriana Abreu de Sá

UNIDADE II – ARQUIVOS, DOCUMENTOS E ETNOGRAFIA EM REGISTROS OFICIAIS

133 5. Consciência histórica entre relatórios: uma etnografia
documental das comissões nacionais da verdade brasileira e
chilena
Wesley Sousa Sampaio

- 154 6. O arquivo como objeto de escrutínio: elementos teórico-metodológicos para pensar a CPI da Pandemia da Covid-19 e a etnografia em documentos

José Pedro de Castro da Rocha

- 176 7. Quando a religião (não) pode ser “complementar” e “integrativa” ao SUS? Análise etnográfica de uma resolução municipal

Emanuel Freitas da Silva

- 206 8. Quem decide o direito ao acesso à Justiça?: implicações do fechamento e incorporação de comarcas no interior do Ceará

Romário Nascimento de Oliveira

UNIDADE III – TERRITORIALIDADES, PRÁTICAS LOCAIS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

- 222 9. Direito à cidade e o Programa Minha Casa, Minha Vida: um olhar etnográfico

Elicely Cesário Fernandes

- 248 10. Entre a produção de farinha e a memória: uma análise de gênero e a agricultura familiar

Camila Moraes Passos

- 265 11. Limites e possibilidades de pesquisar juventudes e movimentos artísticos-culturais em território faccionado

Maria Gecilda Freire

Francisco Elionardo de Melo Nascimento

- 286 12. Trajetórias de produtores culturais do Curió, em Fortaleza, Ceará

Marcus Vinicius Bezerra da Silva

UNIDADE IV – INTERVENÇÕES, POLÍTICAS PÚBLICAS E DISPUTAS INSTITUCIONAIS

- 304 13. Cotas raciais e permanência no ensino superior: a etnografia como perspectiva de análise
Demétrio Saker Neto

- 329 14. A pesquisa implicada e o olhar etnográfico do Programa *Clusters Econômicos de Inovação* no Ceará
Francisco Leandro de Vasconcelos Lopes 329

- 346 15. Podem as margens pesquisar?
Cristiane Gonzaga Oliveira
Helena de Lima Marinho Rodrigues Araújo

UNIDADE V – EXPERIMENTOS DE CAMPO E PESQUISAS EM AMBIENTES DIGITAIS

- 373 16. “O preso sai da cadeia, mas a cadeia não sai do preso”: caminho metodológico de uma pesquisa *online* com familiares e egressos do sistema penitenciário
Lara Almeida Peixoto Feitosa

- 391 **REFERÊNCIAS**

Prefácio

Roberto Efrem Filho¹

Faz algum tempo, ando convencido de que um dos mais interessantes gestos pedagógicos de que professores das Ciências Humanas podem lançar mão consiste no convite à etnografia. Trata-se da convocação para que estudantes, muitos deles em estágio inicial de sua formação como pesquisadores, pensem etnograficamente. O convite intenciona que tais estudantes possam formular problemas e compor objetos a partir de certas perspectivas etnográficas, assim como relacionar-se etnograficamente com interlocutores, suas narrativas e práticas e com os conflitos em que os sujeitos de pesquisa e os próprios pesquisadores se engajam.

Organizado por Francisco Elionardo de Melo Nascimento e Nando Rodrigues de Sousa, o livro *Etnografia em políticas públicas* representa um momento profícuo daquele convite. O volume reúne um conjunto notável de pesquisas em desenvolvimento que se voltam às mais diversas políticas públicas e que pas-

¹ Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito da Universidade Federal da Paraíba e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco.

saram a ser pensadas e repensadas em diálogo com a etnografia. Para que isso se tornasse possível, Elionardo valeu-se do gesto pedagógico a que me referi acima. No transcurso de uma disciplina, de mesmo nome do livro, que ofereceu junto aos estudantes de pós-graduação em Políticas Públicas e em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (Uece), Elionardo propôs que esses estudantes divisassem etnograficamente suas pesquisas. Isso demandou, segundo os organizadores descrevem na apresentação deste livro, a compreensão da etnografia não como técnica ou método, mas como “modo de conhecer que exige envolvimento, deslocamento e escrita comprometida com a complexidade do vivido”.

Ao que as páginas a seguir indicam, o convite à etnografia foi bem-recebido pelos estudantes. Sintoma relevante da boa recepção está nas muito diversas abordagens etnográficas desempenhadas nos textos que aqui se somam. Dá-se que, se depreendido como estímulo reflexivo, o convite à etnografia acaba ensejando um efeito pedagógico inescapável: o aprendizado acerca das diferenças do fazer etnográfico. No limite, o convite supõe vislumbrar a plurivocidade da etnografia. E a existência de campos em conflito, tão epistemológico quanto político, sobre a validade dos nossos campos de pesquisa, objetos etnográficos, interlocutores – o que inclui a natureza de sua participação no conhecimento que está sendo produzido – e das relações que o etnógrafo pode ou deve manter

com esses interlocutores. Isso tudo considerando gravemente a hipótese de as origens sociais da pessoa que pesquisa serem as mesmas ou muito próximas daquelas dos interlocutores. Ou, de outra sorte, que pesquisador e interlocutor se encontrem implicados nos mesmos conflitos sociais, relações de poder ou mobilizações por direitos.

De certo, quem convida à etnografia já incide nesses conflitos. Ocorre que dimensão importante do gesto pedagógico de convidar está em, tendo em vista às diversas abordagens existentes, oferecer escolhas teórico-metodológicas possíveis, incluindo as escolhas que o pesquisador que convida tem empreendido em suas próprias experiências etnográficas. Assim, o convite inaugura um plexo de possibilidades em que os estudantes situar-se-ão, a depender de suas próprias opções e da qualidade do seu contato com o campo e interlocutores de pesquisa. Na introdução que escreveu para este livro, o antropólogo Roberto Marques destaca oportunamente que a decisão por se situar de um ou outro modo requer que o pesquisador se atente à variedade de tradições existentes. É por isso que Marques investe, ensinando, na descrição de correntes antropológicas que se sobrepuseram em disputa e, dessa maneira, expressaram a mencionada plurivocidade da etnografia.

Quando, ao descrever as correntes, Roberto Marques enfatiza o argumento do antropólogo inglês Max Gluckman em torno da necessidade de a etnografia se

dedicar não ao que seriam as idiossincrasias de um grupo social ou povo, tomado como isolado ou exótico, mas sim aos contatos – notadamente coloniais – entre diferentes grupos e povos, aos conflitos e relações que estabelecem entre si e mesmo internamente, Marques está apostando na forma como experimenta a etnografia. Esta é uma forma que eu, com menor competência e menor erudição, e respeitadas as singularidades das nossas pesquisas, compartilho com ele e os organizadores deste livro, Elionardo e Nando. Estamos todos nós dedicados à “complexidade do vivido”, afinal. Isso demanda, a nosso ver, ressaltar os sujeitos e suas relações, que adquirem centralidade analítica diante dos aportes teóricos a que nos filiamos – sim, porque toda teoria representa certa estrutura (no mínimo de pensamento), e embora as pessoas as ratifiquem, também ultrapassam e subvertem as estruturas com que precisam se haver para que a vida seja vivida. Pode-se dizer que essa é uma aposta que etnografias depreendidas em meio a processos de Estado têm assumido no Brasil. Algo que se comunica estreitamente com aquilo a que este livro se propõe.

Na apresentação que sucede este prefácio, Francisco Elionardo de Melo Nascimento e Nando Rodrigues de Sousa explicam que os textos reunidos nesta coletânea “compartilham um mesmo compromisso: pensar criticamente o Estado, suas políticas, seus efeitos e as formas múltiplas de agência e resistência que

se articulam nos contextos investigados”. Desse compromisso, suponho um pequeno conjunto de cuidados com que nossas etnografias têm de lidar. De pronto, há o cuidado de, reconhecendo a normatividade ínsita aos contextos que pesquisamos, não se deixar seduzir pela norma.

A conquista de uma política pública, qualquer que seja, envolve a formalização normativa da política, que de costume resulta de mobilizações por direitos e determinados arranjos políticos que buscam promover uma legislação ou mesmo uma decisão judicial – penso, por exemplo, em decisões recentes dos ministros do Supremo Tribunal Federal que levaram à instituição de políticas públicas, diante da omissão ou indisposição dos agentes políticos presentes no Poder Executivo e no Poder Legislativo. A norma que justifica formalmente a política pública, contudo, por mais relevante que ela seja, não é nem de longe suficiente para a compreensão da política. Isso porque a norma não existe antes dos agenciamentos que a compreendem. Entre a instituição da norma e sua concretização em um serviço público de saúde ou educação, operam inúmeras práticas de Estado, agenciadas por inúmeros sujeitos, muitas vezes em conflito aberto ou velado acerca da melhor forma de concretização da política. Etnografias de políticas públicas, portanto, dão-se entre essas práticas e agenciamentos, divisando a norma como elemento de processos e conflitos sociais mais amplos, ela própria em processo

e sob conflito, jamais um dado com potencial explicativo ou resolutivo da política.

Um segundo cuidado com que nossas etnografias precisam lidar se dirige a tais práticas de Estado e agenciamentos. Se sujeitos reivindicam a norma ou atuam em sua disputa, com vistas ao que seria o seu melhor entendimento, eles também operam normativamente. Ou seja, também dizem como “deve ser” a norma, como deve se dar a sua concretização. Com isso quero notar que nossos interlocutores atuam normativamente, seja nos movimentos sociais, nos órgãos do Poder Judiciário, na prisão, na escola ou no posto de saúde que nós acompanhamos de perto em nossas pesquisas etnográficas. E nós, que participamos das mobilizações por direitos em que nossos interlocutores investem, e igualmente visamos à melhora do serviço de saúde ou de educação, nós que também agimos normativamente no cotidiano das lutas sociais em que nos inserimos, temos de fazer de nossas etnografias um instante para que essa normatividade seja mais divisada que reproduzida, mais escrutinada que recomposta, mais analisada que reafirmada. Mas isso não porque deixaremos de defender as causas com que nos comprometemos. E sim porque, para a descrição densa de um fenômeno, é necessário considerar analiticamente suas condições de possibilidade. A norma encontra-se entre essas condições, em especial na linguagem de direitos que compartilhamos com nossos interlocutores, os movimentos sociais

que reivindicam direitos e os agentes de Estado que atuam em sua repressão ou reconhecimento.

Disso surge um terceiro cuidado etnográfico: o de conceber a norma como objeto, e não como indutor de análise. Em outras palavras, a norma deve ser submetida a nossas lentes analíticas, como mais um dos discursos e práticas a que nós nos debruçamos. Assim, por exemplo, o fato de a norma que formaliza uma política pública não atingir, na prática, os efeitos almejados não pode ser compreendido etnograficamente como falta, mera ineficiência ou ausência de Estado. Etnograficamente, compete-nos deslindar as presenças que a suposta falta oportuniza, os conflitos que a atravessam e os sujeitos que se mobilizam a seu respeito, para impedir, viabilizar ou disputar os efeitos que se almeja.

Não é raro que entre esses efeitos esteja o da normalização dos sujeitos. Trata-se da produção de sujeitos aparentemente enquadrados à norma, que a materializam ou cuja legitimidade moral pressuposta confere à norma a legitimidade para excluir dos seus efeitos outros sujeitos, menos normalizáveis. Etnografias de políticas públicas acabam-se deparando com uma série de conflitos em torno da normalização. Quem é a vítima cuja estupro será reconhecido com vistas ao serviço do abortamento legal? Que relações afetivo-sexuais entre pessoas LGBTQIAPN+ serão reconhecidas nos órgãos judiciais competentes? Quem é a pessoa privada de liberdade que poderá

adentrar as alas ou celas específicas em presídios masculinos? Responder a essas questões etnograficamente supõe enfrentar os limites da norma, de sua materialização em determinados sujeitos e das relações de poder que vivenciam.

A seu tempo, se garante centralidade aos sujeitos e relações, o enfrentamento etnográfico da norma volta-se necessariamente aos muitos e diversos modos como os sujeitos manejam a norma, movimentam-se em seu favor ou em sua contradição, reafirmam-na ou dela escapam, reivindicam-na ou a enfrentam, agindo no espaço-tempo que há entre a norma e sua efetivação ou fazendo da norma mais um momento da luta diária para que a vida seja vivida. Com isso quero dizer que nossas pesquisas etnográficas apontam tanto para as formas como a normalização se desenvolve quanto para as maneiras como os agentes sociais a subvertem. Eles o fazem exatamente porque a vida não se subsume à norma. As políticas públicas analisadas nos textos a seguir também não. Este, enfim, é mais um ganho admirável deste livro: sua leitura vale sobretudo pela diversidade das políticas públicas aqui enfrentadas, o que nos conduz à diversidade e às desigualdades das vidas sendo vividas em suas tramas.

Apresentação

Francisco Elionardo de Melo Nascimento
Nando Rodrigues de Sousa

Este livro originou-se de uma experiência formativa singular e instigante vivenciada no âmbito da disciplina Etnografias em Políticas Públicas, ofertada no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Estadual do Ceará (Uece), com adesão de alunos(as) do PPGPP e do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS), ambos da Uece. A disciplina, ministrada pelo professor Francisco Elionardo Nascimento, foi espaço fértil para experimentações intelectuais, metodológicas e políticas que resultaram em reflexões que agora compartilhamos com o público em geral.

As instigantes discussões se deram em aulas concentradas às sextas-feiras, iniciando no período da tarde e se estendendo ao turno da noite, com uma pausa para o lanche confraternizado de forma coletiva. O resultado das leituras propostas e das discussões travadas em sala são sinalizados nos textos que compõem esta coletânea. Desse modo, cabe sinalizar que nenhuma das pesquisas que originaram os capítulos deste livro foi concluída. Também cabe ressaltar

que não existe um fio condutor que conecte as problemáticas dessas pesquisas de forma coesa. Nosso interesse neste compilado de textos está nas experimentações teórico-metodológicas de viés etnográfico, funcionando como exemplos para a tomada e a transformação de problemas públicos em problemas etnográficos.

A disciplina teve como foco pensar as pesquisas em políticas públicas, em andamento, por meio da abordagem etnográfica, mas também refletir sobre o uso das entrevistas, da observação participante, das notas de campo e da análise de documentos como metodologias imprescindíveis às pesquisas qualitativas de campo. Ao longo do semestre, os(as) discentes foram convidados(as) a tensionar fronteiras disciplinares, a pensar suas inserções nos campos de suas pesquisas e a articular teorias, práticas e experiências com sensibilidade etnográfica. O resultado é esta coletânea de textos, de diversos temas, enfoques e percursos metodológicos, mas que compartilham um mesmo compromisso: pensar criticamente o Estado, suas políticas, seus efeitos e as formas múltiplas de agência e resistência que se articulam nos contextos investigados.

Neste aspecto, o livro tem como objetivo central inspirar jovens pesquisadores ao uso da abordagem etnográfica em suas pesquisas voltadas para políticas públicas ou orientar o uso de metodologias próprias das pesquisas qualitativas de campo. Não se trata de

um manual de pesquisas. Muito menos de um compilado de pesquisas de forma coesa e acabada. Este livro é uma colcha de retalhos, com problemáticas totalmente distintas umas das outras, mas que se conectam por um pensamento teórico-metodológico inspirado na abordagem etnográfica, seja em seus aspectos instrumentais, teóricos ou pela reflexividade empreendida na construção textual. As nuances etnográficas são substâncias para as reflexões dos capítulos, ora impulsionadas pela contribuição de autores, ora predispostas na própria narrativa apresentada.

O livro está dividido em cinco unidades temáticas: 1) Autoetnografias e reflexividade; 2) Arquivos, documentos e etnografia em registros oficiais; 3) Territorialidades, práticas locais e produção de sentidos; 4) Intervenções, políticas públicas e disputas institucionais; e 5) Experimentos de campo e pesquisas em ambientes digitais. As contribuições dos capítulos abordam desde o cotidiano prisional até a política cultural, passando por habitação, saúde, educação, agricultura e outros temas de interesse público. Cada capítulo revela não apenas os achados preliminares de pesquisa, mas também os deslocamentos epistemológicos e afetivos vividos por seus autores e autoras, que se lançaram ao exercício etnográfico com coragem, crítica e reflexividade.

A perspectiva etnográfica aqui mobilizada não se limita a uma técnica ou método, mas é tomada como modo de conhecer que exige envolvimento, desloca-

mento e escrita comprometida com a complexidade do vivido. Assim, os textos aqui reunidos contribuem para um campo ainda em consolidação, o das etnografias das políticas públicas, que desafia tanto a tradição descritivo-normativa da Ciência Política quanto o etnocentrismo metodológico de abordagens mais ortodoxas da Antropologia.

Esperamos que esta obra sirva como provocação e inspiração para pesquisadores(as) que se dedicam ao estudo das políticas públicas desde dentro, atentos às ambivalências, contradições e possibilidades que emergem do cotidiano institucional. Que ela também seja testemunho do compromisso da universidade pública com a formação crítica e transformadora de contextos solapados pela precariedade de recursos e incentivos à pesquisa, como o Nordeste brasileiro.

Boa leitura!

Introdução

Etnografia das políticas públicas - heranças intelectuais, emergência e perspectivas de dois campos em fricção

Roberto Marques¹

A atenção devotada por analistas de áreas diversas do conhecimento a protocolos de ações reiteradas ou ações cotidianas em instituições públicas onde se prestam serviços de saúde, segurança e educação, bem como em equipamentos culturais de arte e lazer, vem consolidando a possibilidade de acessar jogos de significação ali presentificados a partir da descrição de atores sociais, com pertencimentos distintos e diversos. Sob essa perspectiva, políticas públicas seriam uma “zona de contato” (Pratt, 1999). Diálogos entre usuários, entre profissionais ou ainda entre profissionais e o público que acessa os serviços; análise de legislações institucionais, estaduais e nacionais; protocolos de acesso, trânsitos e expedientes sur-

¹ Docente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (PPGS/Uece) e do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Regional do Cariri (URCA). Doutor em Antropologia Cultural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com pós-doutorado junto ao Núcleo de Experimentação em Antropologia e Imagem (Next/UFRJ) e ao Núcleo de Estudos Pagu/Unicamp.

preendentes no convívio ou acesso a instituições vêm iluminando a análise de políticas públicas, em uma multiplicação de textos que enriquecem nossa percepção sobre elas.

No entanto, o crescimento horizontal de estudos de caso em políticas públicas distintas nem sempre tem auxiliado a consolidação do campo (Melo, 1999; Reis, 2003; Souza, 2003, 2006). Como pretendemos demonstrar, é fundamental envidar esforços para o reconhecimento de filiações teórico-metodológicas esboçadas em análises de políticas públicas particulares, usualmente marcadas pelo diálogo interdisciplinar, por moralidades de agentes priorizados em campo e pelo chamado “realismo antropológico” (Clifford, 2002).

Esse texto aponta a necessidade de superação do senso comum na compreensão do encontro entre etnografia e o campo das políticas públicas, ressaltando cuidados advindos dessa aproximação. Notadamente, a necessidade de pensar tais campos a partir de heranças intelectuais variadas e distintas, que definem termos, valorizam ou não determinados ideais na produção de conhecimento, hierarquizando profissionais e suas contribuições. Chama a atenção ainda para a necessidade de compreender expedientes metodológicos a partir de uma base epistemológica sólida, que levem em consideração as trajetórias dos campos de conhecimento envolvidos, definindo escolhas intelectuais. Para tanto, pontuaremos o tra-

tamento de relações de poder em alguns projetos teóricos da antropologia moderna² e do campo de políticas públicas, destacando o lugar ocupado por noções afeitas à noção de estado em momentos distintos dessas trajetórias.

Ao contrário do campo de Políticas Públicas, subárea da Ciência Política em que as noções de democratização do acesso à política participativa e aos serviços do Estado são tomadas como objetivo autoevidente disputado a partir de teorias diversas, em Antropologia a noção se desdobra a partir de ideias mais dispersas em torno de práticas de poder sociojurídicas, envolvendo agentes múltiplos e instituições. Como esboçaremos adiante, essas práticas são tratadas de forma bastante variada em teorias diversas.

Variações em torno das práticas de poder em Antropologia

É amplamente aceito que a variedade de práticas em torno da ideia de etnografia nasce juntamente com a chamada antropologia moderna. Como descrito

² Grandes esforços em torno das relações de poder têm sido realizados nas últimas décadas, notadamente em torno da antropologia pós-moderna, teorias críticas e teorias decoloniais. Pelo caráter interdisciplinar dessa coletânea de textos, priorizamos a análise de teorias antropológicas que antecedem esse movimento contemporâneo, notadamente autores ingleses e americanos entre as décadas de 1920 e 1980. A escolha se justifica pela crítica a noções utilitaristas e empíricas presentes nas análises das políticas públicas. Como tratado ao longo do texto, pretendemos esboçar como a antropologia superou o realismo etnográfico em que estava enredada por influência das ciências naturais. Uma aproximação entre as teorias contemporâneas citadas acima e as análises de políticas públicas seria um excelente tema para um texto posterior.

em *Crime e costume na sociedade selvagem* (2008 [1926]), a fim de demonstrar a complexidade cultural dos povos não ocidentais, Bronislaw Malinowski (1884-1942) se empenhou em superar duas noções correntes em seu tempo. Por vezes, os chamados “povos primitivos” costumavam ser caracterizados pela repetição irrefletida de suas ações, comportamento descrito então como “submissão imediata a seus costumes”. Outras vezes suas ações eram descritas como destituídas de regras que ordenassem seu convívio. Embora díspares, ambas as crenças aproximavam civilizações não europeias da animalidade, barbárie ou selvageria. Para Malinowski, era necessário demonstrar a complexidade das regras de convívio, os “costumes” evocados no título do livro, e como a desobediência a eles, os “crimes”, eram refreados ou punidos.

Em uma perspectiva funcionalista bastante próxima à teoria durkheimiana, ele nos ensina que a ampla rede de direitos e deveres que cobriam todos os aspectos da vida social coibiriam a desobediência às “leis”. Possíveis tentativas de infração seriam contidas pelo fato de cada indivíduo depender dos demais, dependência que encontrou sua principal metáfora nas intrincadas relações de troca presentes em cada sociedade.

Como nos ensina Emílio Willems (1958, p. 31): “Malinowski atribuiu natureza jurídica a esse sistema de relações-obrigações”. Aproximou, assim, a noção

de “sociedade” de um sistema de obrigações mediadas por trocas, autorregulável, compreensível apenas a partir de seus próprios termos, demandando uma descrição exaustiva de sistemas de significação comunicados em ato. Poder-se-ia, assim dizer, que existe sociedade porque existe lei. O sistema é marcado não apenas pela complexidade das regras, mas pela variedade de obrigações particulares, que marcam posições sociais distintas. Seja entre os povos ocidentais, seja entre as “sociedades primitivas”, a introjeção das regras se impõe como conjunto legítimo e legitimado que marca trajetórias, possibilitando o convívio social. Tão relevantes como a descrição de interdições e compromissos presentes nas regras de parentesco³, as obrigações jurídicas assumem a metáfora da ordem, possibilitando a aproximação entre as sociedades europeias e a análise das chamadas “sociedades selvagens”.

Sob essa perspectiva de antropologia e etnografia, regras unificadas que constituem os costumes e as relações de poder que estabilizam esses costumes podem ser descritas como componentes de uma demanda moral abrangente, tomada aqui como característica fundamental para o convívio social. A

³ Como nos ensina Ernst Schunsky (1973, p. 1): “As regularidades do parentesco foram descobertas já nos inícios da história da antropologia. Os primeiros estudiosos descobriram que as mais diversas populações do mundo classificavam seus parentes de modo muito semelhante, e que havia vários tipos básicos de terminologia de parentesco”. Os estudos de parentesco teriam como vantagem sua recorrência e regularidade, afinal “(...) é somente na base de fenômenos regulares e repetitivos que é possível construir e testar generalizações” (*Ibid.*, p.1).

descrição dos costumes possibilitará a definição das leis que regulam o convívio social.

Ao contrário de Malinowski, o foco de Radcliffe-Brown (1881-1955) não era caracterizar um sistema funcional específico, mas ordenar sistemas culturais diversos a partir de relações abstratas que possibilitassem comparações entre sociedades distintas, revelando as estruturas das relações sociais. Dessa forma, o autor chama as relações reiteradas entre membros de grupos específicos de “instituições”, unidades de comparação entre grupos. Assume, assim, uma posição mais formalista, que aproxima costumes apoiados em sanções sociais difusas daqueles ordenados a partir de instituições específicas, com juízes, tribunais e órgãos semelhantes. Essas últimas caracterizariam o que Radcliffe-Brown descreve como “sanções legais” do “direito primitivo”, descritas pelo autor como “evolução especial das sanções difusas” (Radcliffe-Brown, 1975, p. 185). Como nos ensina Willems (1958, p. 33):

Radcliffe-Brown meramente define direito, sem se preocupar com o fato de muitas sociedades primitivas não corresponderem à definição proposta. [...] liga o conceito de organização política implicitamente ao de estado. Sem estado não haveria organização política, nem sanção legal.

Por enquanto retenhamos que, consideradas as distinções entre funcionalismo e estrutural-funcionalismo, ambos os autores transformam obrigações jurídicas e estado em expressão da estabilidade social,

característica considerada fundamental na definição dos conceitos de cultura e ação humana. Nessa perspectiva, estado não é lócus de pesquisa, não é materialidade espacial, um “lá” a ser analisado. Seria, antes, materialização de regras ordenadas, atributo fundamental do comportamento que marca as ações humanas em qualquer cultura.

A definição de “sociedade” e a possibilidade de variação das ações individuais em um território específico na expressão de uma cultura comum sofrem relevante variação a partir da obra de Max Gluckman (1911-1975). Na descrição de um continente africano marcado pela presença secular de distintas nações europeias, o autor chama a atenção para os conflitos entre culturas distintas, para o suporte material desses conflitos e para a instabilidade dos sistemas sociais, não mais descritos em torno do que é estático, mas do percurso e da materialização do contato entre povos. A etnografia passa a ressaltar as configurações e as inter-relações de certos grupos sociais, personalidades e elementos culturais (Gluckman, 2010 [1940], p. 257) a fim de descrever processos de “mudança social”. Gluckman chama a metodologia proposta de “casos desdobrados” (*extended-case method*) ou “análises situacionais”. Exemplifiquemos a partir de uma passagem em um texto clássico de sua autoria.

Os dois grupos têm, no geral, modos de vida, costumes e crenças diferentes [...]. Entretanto, mesmo onde as diferenças entre zulus e europeus são marcantes, eles adaptam seus comportamentos em modos socialmente determinados, quando se associam uns aos outros [...]. Os grupos europeus também têm sua cultura distinta [...] porém completamente marcada por suas relações com os africanos [presentes no contexto colonial descrito] (Gluckman, 2010[1940], p. 268).

É importante não nos perdermos de nosso objetivo, entender o que etnografia se torna a partir desse tipo de projeto intelectual em que uma ideia de poder centralizado (ou seriam poderes centralizados?) torna-se tão relevante. Ao contrário das antropologias anteriores, em que a reiteração de ações de troca ou a descrição de instituições são tomadas como características de uma cultura unificada e estável, Gluckman, seus discípulos e discípulas passam a descrever territórios não europeus a partir dos encontros e conflitos coloniais, permitindo que uma ação comum expresse significações diversas para populações distintas ali presentes. O “lá” etnografado não é uma espacialidade óbvia em si mesma, delimitada geográfica ou institucionalmente. É fruto e objeto dos simbolismos que marcam o encontro colonial e, conseqüentemente, o trânsito de diferentes grupos em um território comum, marcado por associações entre populações e simbolismos de poder acionados por e a partir desse encontro⁴.

⁴ Há uma longa bibliografia sobre antropologia e colonialismo. Não será possível tratá-la nos limites desse texto introdutório. Ver Asad (2018 [1973]).

Como tal, sua análise demanda a descrição das formas de expressão das populações: como se comunicam, como interagem, como confluem e destoam; as linhas de força que marcam a existência desse território, sempre fugaz, a partir das narrativas em torno de um território aparentemente dado. Nesse contexto, destacam-se ações, serviços e falas em torno de um suposto bem comum para a permanência das populações ali presentes⁵. Enquanto isso, hierarquias e disjunções são reiteradas a partir de atitudes, trânsitos e localizações dos indivíduos que ocupam determinadas posições sociais.

A partir de uma breve descrição das disputas que marcam a antropologia inglesa entre os anos 1920 e 1950, percebemos desde já que a análise de instituições sociojurídicas se expressa diferentemente em distintos projetos intelectuais. Embora utilizem a noção de “etnografia” como termo comum, cada um dos projetos acima aponta novas unidades de análise, ressaltando diferentes focos de atenção para o etnógrafo e as situações priorizadas em sua descrição. Como formulado por Mariza Peirano em *A etnografia não é método* (2014):

[...] ‘método etnográfico’ implica a recusa a uma orientação definida previamente. O refinamento da disciplina, então, não acontece em um espaço virtual,

⁵ A inauguração de uma ponte descrita por Gluckman (2019 [1940]) é um texto exemplar de como encontros coloniais produzem ideias díspares para populações diversas em um mesmo território, ao mesmo tempo que produzem a ideia de um suposto bem comum para a vida de todas as populações.

abstrato e fechado. Ao contrário, a própria teoria se aprimora pelo constante confronto com dados novos, com as novas experiências de campo, resultando em uma invariável bricolagem intelectual.

Nesse sentido, “a antropologia é resultado de permanente recombinação intelectual” (Peirano, 2014, p. 381). Essa recombinação está relacionada ao abandono de certos ideais presentes em campo, usualmente atrelados a agentes específicos, ou à certeza de que um analista isento perceberia melhor a situação, dando a ela um encaminhamento prático. Atitude usualmente associada à prática da etnografia como mera descrição de uma realidade autoevidente. Possivelmente, esse furor pragmático possa ser contido diante das questões apresentadas pelas teorias antropológicas sobre a complexidade das unidades de análise escolhidas e suas possibilidades de interação com outros elementos do campo. Aprofundamento teórico que nos afasta do empirismo, aproximando nossas pesquisas dos textos que as antecedem e influenciam: a que tradição nossas questões de pesquisa estão vinculadas? Como elas foram enfrentadas e podem ser inspiradas por tradições teórico-metodológicas? Antes de avançar nesse debate, pontuemos mais algumas contribuições teóricas da antropologia que apontam novas possibilidades para o lugar das práticas de poder, suas formas de institucionalização e expressão.

Ainda nos anos 1940, a partir de uma agenda de pesquisa fundamental para o desenvolvimento da antropologia urbana estadunidense, instituições em que transitam populações subalternizadas passam a ser lócus privilegiado de observação⁶. A chamada Escola de Chicago é apontada como relevante experiência de pesquisa em torno da rápida urbanização de uma área específica dos Estados Unidos e a situação de populações periféricas. Ressalta-se ainda o caráter interdisciplinar de suas contribuições, marcadas pelo uso de dados quantitativos e qualitativos. Impõe-se, portanto, para a área de Estudos Urbanos em diferentes formações acadêmicas. Gilberto Velho (2005, p. 11) nos ensina que:

[...] um dos principais focos da produção da Escola de Chicago [...] é a temática 'indivíduo e sociedade' [...] O ponto fundamental do interacionismo é que o estudo da ação social lida com as interações entre os indivíduos, vistos não como mônadas isoladas, mas com sujeitos ativos, atuando dentro de redes e grupos sociais, num processo contínuo de mudança e reinvenção social.

Em *Sociedade de Esquina* (2005 [1943]), Foote Whyte (1914-2000) descreve longamente os trânsitos de jovens migrantes italianos na cidade de Boston, ressaltando suas formas de interação, distinção, tentativas e expedientes de ascensão de *status* social. Faz isso observando os rapazes que não tiveram acesso à universidade (os “rapazes da esquina”) e aqueles que

⁶ Sobre Escola de Chicago, ver: Valladares (2005).

tiveram (os “rapazes formados”). Foote Whyte chama sua metodologia de Observação Participante⁷, beneficia-se da interação intensiva com Doc, intérprete em primeira mão dos acontecimentos e diálogos descritos pormenorizadamente pelo autor⁸. Vale ressaltar como os expedientes em torno do *status* social das gangues de esquina em Corneville são descritos a partir da participação em serviços de assistência social; centros comunitários, com seus clubes de rapazes e de garotas; trânsito e interação entre locais de lazer como boliches e bares. Interações descritas e interpretadas por Foote Whyte e Doc⁹. A interação entre uma população de migrantes socialmente distinta, mas com origem comum, passa também por mediações com políticos locais e estaduais, gângsteres, eleições, mobilizando uma organização social particular, em mudança contínua. A interação de diferentes indivíduos nessas redes de benefícios e hierarquias envolve diferentes estruturas de poder presentes na comunidade de migrantes italianos, o que, ocasionalmente, possibilita generalizações sociológicas do tipo:

[...] havia uma mudança contínua dos indivíduos que ocupavam posições particulares, mas as posições propriamente ditas permaneciam constantes. Além disso, quando vistas e comparadas por um longo período de tempo, as pessoas situadas num determinado nível social tinham grandes semelhanças umas com as outras (Foote-Whyte, 2005, p. 113).

⁷ No limite desse texto, não trataremos a distinção entre Observação Participante e Etnografia.

⁸ Aspecto em que se distingue bastante de todos os antropólogos ingleses descritos até agora.

⁹ Sobre metodologia da pesquisa de Foote-Whyte, ver: Foote-Whyte (1975).

Finalizemos esse caleidoscópio teórico com as contribuições de Clifford Geertz (1926-2006) e Pierre Clastres (1934-1977) a partir da noção de estado, respectivamente, entre os balineses e os índios Guayaki, no Paraguai.

Em Negara (1989[1980]), Clifford Geertz ressalta um aspecto do “estado” ausente de todas as descrições entre analistas ocidentais desde o século XVI, sejam esses analistas de direita ou de esquerda, sejam os que descrevem o estado a partir da ameaça de punição advinda do monopólio da violência, sejam para as noções populistas ou pluralistas de estado.

A descrição da unidade política em Bali, a Negara, evidencia os “aspectos semióticos do Estado” (Geertz, 1989 [1980], p. 155). A compreensão do esplendor do Estado balinês, compreendido a partir da distância em relação à divindade, é tomada como imperativo metodológico: “elaborar uma poética do poder, não uma mecânica” (*Ibid.*, p. 156). Brilho, excesso, ação performática seriam atributos do estado balinês não para embotar ações escusas de poder, mas justamente porque a função semiótica é imperativa na cultura. O estado não é avaliado em sua eficiência burocrática, mas como dado simbólico. A etnografia se impõe, portanto, como análise do fluxo do discurso social em nível microscópico. Como aponta Vale de Almeida (1991, p. viii): “Já que acontecimentos idênticos do ponto de vista comportamental podem assumir significados diversos em função da interpretação

do observador acerca das intenções envolvidas nesses mesmos acontecimentos”, a etnografia não pode ser a análise objetivista, herdeira das ciências da natureza, mas uma ciência interpretativa, em busca de significados.

Sob essa perspectiva teórica, Negara, o estado balinês, não é apenas uma estrutura de ação, mas uma estrutura de pensamento. Sendo expressão intersubjetiva, portanto, pública, a política é analisada como ação simbólica. Infelizmente, a expressão “descrição densa” tal como cunhada por Geertz foi banalizada como descrição obsessiva, desconsiderando os pressupostos epistemológicos presentes no termo.

Por fim, e aqui apenas assinalo a importância da obra para a reflexão aqui desenvolvida, Pierre Clastres (1934-1977) nos ensina que a assertiva de que “as sociedades primitivas são sociedades sem Estado” esconde a noção fundamental de que sociedades sem escrita são antes “sociedades contra o Estado”, deslocamento que não só retoma os termos presentes no nascimento da antropologia social inglesa, mas que presentifica, em nós, a possibilidade de uma forma outra de pensamento. Possivelmente formulação presente, mas descartada, em nossos campos de pesquisa. Quais ações de sujeitos em ato se levantam contra a forma estado? Quais a reiteram, ainda que não vindas de representantes ou funcionários governamentais? Quais as combatem sem assumir nova forma de centralização? Estado, aqui, é, portanto, um

pressuposto de ação que aposta e reitera a relação de poder unificada, vertical, que a tudo racionaliza, que se impõe como monopólio não apenas da violência, mas das trocas e da racionalidade. Como tais possibilidades se evadem de nossas descrições e interpretações em campo?

Esboçados esses diferentes projetos intelectuais de apropriação de termos afeitos a sanções sociojurídicas, poderes centralizados e estado, como relacioná-los à definição corrente no campo das políticas públicas, subárea da Ciência Política? Como equacionar projetos tão distintos? Para não tomar como natural a relação entre etnografia e políticas públicas, que transforma a política pública em um mero “lá” e a etnografia em descrição difusa advinda da presença do analista, apoiaremos em um esforço de descrição dos percursos desses campos, apoiado em textos panorâmicos recentes.

Quando políticas públicas demandam etnografia? Emergência e tradição do campo

Aproximemo-nos do debate a partir de esboços ainda imprecisos de definição de políticas públicas, mas que nos ajudam a vislumbrar o campo intelectual de que tentamos nos aproximar. Para Celina Souza (2003, p. 15), o empenho crescente de várias áreas do conhecimento em torno das políticas públicas no Brasil advém do interesse em entender “o que

o governo faz ou deixa de fazer”. No Brasil, a maior visibilidade do campo é bastante recente, vinculada à elaboração e avaliação de programas sociais a partir dos anos 1980 (Lima; Castro, 2015). Paralelo a essa compreensão das políticas como conjunto de escolhas racionais que visam solucionar problemas sociais, Marques e Nascimento (2019, p. 251) destacam como as rotinas das instituições governamentais, com suas regras, moralidades, possibilidades e impossibilidades de trânsito, funcionam como formas expressivas dos órgãos públicos, que ali ritualizam a existência mesma do Estado, supostamente inviolável e não dado a contágios. Rotinas governamentais funcionariam, dessa forma, como expedientes em que o Estado se dá a ver.

Outra contribuição para a compreensão da área provém da caracterização de seu surgimento, trajetória e perspectivas (Souza, 2006). No limite desse texto, vale pontuar a forte influência acadêmica dos EUA no campo, rompendo com a tradição europeia, marcada pela análise da importância do Estado e suas instituições. “Nos EUA [...] a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos” (Souza, 2006, p. 22). Políticas Públicas responderiam, assim, mais diretamente ao imperativo da relevância prática das Ciências Sociais. Como diz Elisa Reis (2003, p. 11): “Ela não se furta ao imperativo da utilidade do social [...]

mesmo quando adota uma postura crítica, ela o faz apostando na possibilidade de cursos em ação alternativos”. Trata-se, portanto, de uma “área propositiva, pelo menos em tese”.

De sua perspectiva prática advém grande parte da sedução do campo, acenando para a utilidade das Ciências Sociais e de especialistas como técnicos, que multiplicariam os pontos de vista sobre competência, disputas de poder no campo, conhecimento das populações contempladas, entre outras questões. Apesar do encantamento com a natureza pragmática das pesquisas, seu caráter instrumental é responsável também por boa parte das críticas à área. Dessa maneira, ao longo de sua consolidação, o campo vem abandonando uma perspectiva bastante marcante na primeira geração de estudos da área. A saber, a noção ingênua de que formulação e implementação de políticas públicas seriam processos exclusivamente racionais e lineares. Estudos recentes deixam de se concentrar nos chamados atores decisores que elaboram as políticas, para descrever e analisar suas redes de implementação, ressaltando a complexidade e variedade de seus implementadores. A partir dessa perspectiva, os aspectos narrativos, usualmente presentes em pesquisas etnográficas, evidenciam seu potencial de contribuição metodológica para análise e caracterização dos objetos do campo das políticas públicas, seus aspectos conflituosos, os limites que cercam as decisões dos governos, cooperações entre

governos e outras instituições e grupos sociais, em uma variedade de influências que caracterizam as políticas públicas como sistema complexo.

Temos então um rendilhado marcado não apenas por “aquilo que se faz”, mas pela compreensão de como e por que os governos optam por determinadas ações. Ações políticas não são marcadas apenas pelo que se dá a ver, mas também pela ausência de ação em determinada área. Assim, em que pese o caráter prático e propositivo ressaltado acima, as políticas públicas são também caracterizadas por silenciamentos, esperas, invisibilizações, o que demanda uma análise que ultrapasse o dado sensível e obrigatoriamente remeta a disputas de posições, formas de expressão associadas a posições político-partidárias e trajetórias em um panorama político específico.

Parece haver aí, portanto, uma disjunção entre as demandas de análise mais simples, modelos comparativos e explicativos que apontam para aspectos práticos, tradição herdada do campo da Ciência Política estadunidense, os silenciamentos e as invisibilizações de setores populacionais que sempre marcam as políticas, além da interação entre diferentes órgãos, não apenas governamentais, em sua implementação. A caracterização da variedade de envolvidos para que se imprima uma ação específica, a polifonia de vozes estabelecida entre a letra da lei que a implementa e a variedade de atores envolvidos em seu cotidiano, atores sempre situados e contextuais, que marcam

as análises interessadas não em quem implementa, mas nos que a sustentam. No Brasil, o interesse sobre esses temas tem influenciado um relevante campo em Antropologia.

Pressupostos para o início de um diálogo mais frutífero

Dado o conflito entre a variedade de bases epistemológicas e projetos intelectuais em torno da pesquisa etnográfica esboçada na primeira seção deste texto introdutório e os modelos de ciência descritiva, objetivista, generalista e voltada para a aplicação prática que caracteriza a tradição americana presente na pesquisa em políticas públicas, a aproximação anunciada no título do volume que enfeixa os textos presentes nessa coletânea parece devotada ao fracasso. Não é esse o nosso intento. De fato, não acreditamos que as políticas públicas constituem espaços autoevidentes que possam ser descritos apenas pelas relações ali presentes. Concordamos com as críticas estabelecidas por Clifford (2002) em torno do “realismo etnográfico” ou o rompimento com a “ilusão monográfica” (Augé, 1994). Ao mesmo tempo, considerar que expressões distintas dos usos do estado convivem em equipamentos públicos e nos corredores das instituições, podendo inclusive escoar desse espaço para outras localidades parece um ensinamento relevante vindo da aproximação entre etno-

grafia e políticas públicas. Por outro lado, podemos aprender com Geertz (1989) que o estado pode ser pensado não apenas como espaço da racionalização dos serviços, mas como semiótica das relações e valores presentes em determinadas relações e protocolos. Compreender essa semiótica parece um projeto relevante. No entanto, essa compreensão nem sempre é traduzível ou pode ser generalizada para outros locais, outros serviços e outras políticas.

Para evitar esse equívoco, vale maior aprofundamento nas bases epistemológicas dos autores e autoras a que recorremos em nossa definição de etnografia, estando atentos e atentas à incompatibilidade entre alguns projetos. Em geral, nossa localização social como intelectuais formados, usuários de políticas públicas de ensino, com uma longa trajetória de introjeção da ideia de estado e direitos humanos universais em nossos processos de subjetivação, nos faz pensar que há um único modelo de eficiência a ser mobilizado em nossas pesquisas. Quando fazemos isso, em geral, colocamo-nos como reféns da concepção de estado de alguns agentes presentes em campo. Consequentemente, nossa pesquisa carrega as moralidades e ideais de ação desses agentes¹⁰. Reconhecer, por exemplo, a variedade de agentes nas políticas públicas é um passo importante para a desestabilização dessas certezas.

¹⁰ Ver: Clifford (2002) e a ideia de alegoria etnográfica.

Recentemente, os trabalhos de Camila Fernandes (2021), Elionardo Nascimento (2022), Roberto Efrem Filho (2017) e Vanessa Sander (2024) têm analisado políticas distintas ressaltando a violação de direitos de populações específicas por agentes públicos, mas também como espaço de constituição de coletivos e gramáticas de ação de diferentes sujeitos em sua relação com o estado. Guimarães, Castro e Marques (2025) apontam uma pulverização maior desses agentes, a partir das disputas em torno dos objetos e instituições legitimadas para expressar a presença de determinadas populações na memória nacional, gerando modulações narrativas na gestão do passado. Potencialmente, tais conflitos qualificarão circulações e gramáticas de ação para novos agentes.

A complexificação da relação entre agentes e inauguração de formas de ação a partir da etnografia das práticas de poder são sintetizadas por Lima e Castro a partir de um importante deslocamento conceitual. Em texto panorâmico sobre a abordagem antropológica da(s) política(s) pública(s), Lima e Castro (2015) sugerem suspender o uso do qualitativo “pública” a toda política de governo. Nas palavras dos autores:

[...] a *identificação de problemas sociais*, a formulação de *planos de ação governamental* se dão concretamente em múltiplas escalas espaciais, com temporalidades variáveis, no entrecruzamento de amplos espaços de disputa, muitas vezes desconecta-

dos entre si em aparência conquanto sua *implementação* mais direta possa estar (mesmo que dependente de forças sociais para além do local ou nacional) circunscrita a um espaço mais restrito, e a *avaliação* dos resultados nem mesmo chegue a acontecer (o mais comum nas políticas, em especial ditas sociais) no Brasil (Lima; Castro, 2015, p. 35).

Portanto, ONGs, movimentos sociais, organismos multilaterais de fomento e cooperação técnica internacional para o desenvolvimento estariam enredados em políticas governamentais, assim como as organizações administrativas do estado. O termo política governamental inscreve assim as práticas de ação da administração pública não como um fim em si mesmo, mas como uma etnografia das práticas de poder em que burocratas, elites e corporações estão enredadas.

Considerando, portanto, que “governar é gestar e gerir significados compartilhados em largo espectro e profundidade temporal, passamos a transitar num registro para o qual a etnografia é essencial” (Lima; Castro, 2015, p. 39-40).

A partir da atenção à variedade de tradições que marcam a aproximação entre os campos, o cuidado para transpor tentações empiristas e instrumentais e o esmero em refinar questões relevantes para os projetos intelectuais herdados em cada uma de nossas pesquisas, a fricção entre etnografia e políticas governamentais parece inspirar uma agenda frutífera. No âmbito dos Programas de Pós-graduação em Sociologia e de Políticas Públicas da Universidade Estadual

do Ceará, essa agenda tem se imposto como fundamental na formação e profissionalização de nossos discentes e na carreira de docentes. Abracemos com carinho esse legado, desvirtuando-o para que dê seu próximo passo.



A presente obra, intitulada *Etnografias em Políticas Públicas*, que temos a satisfação de introduzir, é parte do esforço e compromisso dos discentes e docentes dos Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas e em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará na produção do conhecimento científico ancorado na análise, avaliação e proposição de políticas públicas em diversos setores, cabendo a sinalização dos debates empreendidos nos textos que compõem esta coletânea.

O texto *Cruzando portões: quando o policial penal se torna pesquisador das prisões?*, de autoria de Nando Rodrigues de Sousa, apresenta a sua trajetória como policial penal e pesquisador, refletindo sobre como a etnografia moldou a sua identidade profissional e acadêmica. Ao ingressar no sistema prisional, o autor vivenciou o impacto sensorial e emocional do ambiente carcerário, ajustando seu olhar e ouvir para compreender o trabalho prisional. Por meio da autoetnografia, explora as relações de poder, vulnerabilidade e pertencimento, reconhecendo que

tanto o policial penal quanto o pesquisador estão em constante construção.

O capítulo *Desdobramentos relacionais em uma tese sobre a vida artística*, elaborado por Bruna Costa Silva do Nascimento, aborda um olhar autoetnográfico que compreende a interdependência entre as suas ações como agente e o campo cultural ativo, pautando-se na análise dos seus diários de campo. Ela interpreta, a partir da teoria de Bourdieu (2004), o campo como espaço de disputas, onde agentes mobilizam estratégias para influenciar decisões. Esse é um exercício de escrita que toma a reflexividade das experiências de identificação de um campo de pesquisa e do reconhecimento da presença relacional que o(a) pesquisador(a) pode desempenhar.

A análise presente em *O eu no encontro com o reconhecimento e as resistências das mulheres pescadoras marisqueiras da Barra do Rio Curu em Paracuru-Ceará*, de autoria de Lidiane Ramos Lima e Katia Paulino dos Santos, discorre sobre o reconhecimento e formas de resistência das mulheres pescadoras marisqueiras da Barra do Rio Curu, em Paracuru-Ceará (CE), a partir do trabalho de campo realizado pela primeira autora enquanto trabalhadora do Sistema Único de Saúde (SUS) como assistente social no município em questão. No texto, as autoras se esforçam para aproximar a discussão sobre políticas públicas de reconhecimento de povos tradicionais com a abordagem etnográfica, trazendo as experiên-

cias vividas pela primeira autora e pelas mulheres que esta toma como interlocutoras de pesquisa.

O escrito *Uma versão para enfeitar minha lixeira*, de Adriana Abreu de Sá, reflete sobre a rigidez das normas da escrita acadêmica e as estratégias de escrita por meio de uma prosa etnográfica. O texto retrata a importância de ser afetado pelo campo de estudo, mantendo um diálogo crítico com o objeto de pesquisa e compreendendo a importância da construção de versões textuais não definitivas, pois é na revisitação do texto que ocorre o processo de aprimoramento analítico.

O texto *Consciência histórica entre relatórios: uma etnografia documental das comissões nacionais da verdade brasileira e chilena*, de autoria de Wesley Sousa Sampaio, discute como a etnografia documental permite explorar os documentos como produtos culturais e políticos e, portanto, como campo de investigação. Para essa discussão, o autor observa os relatórios das comissões nacionais da verdade do Brasil e do Chile como instrumentos de memória coletiva e consciência histórica, por meio de uma análise comparada dos legados, das narrativas e dos impactos sociais das ditaduras nos respectivos países, pautando as Comissões como essenciais na disputa por memória e justiça, cuja preservação de seus arquivos fortalece a identidade histórica.

O capítulo *O arquivo como objeto de escrutínio: elementos teórico-metodológicos para pensar a CPI*

da Pandemia da Covid-19 e a etnografia em documentos, de José Pedro de Castro da Rocha, discute os aspectos de investigação teórico-metodológicos a partir da abordagem da “etnografia em documentos” como procedimento investigativo. As discussões são feitas partindo da influência do discurso da liberdade individual nas decisões e omissões do Governo Federal durante a pandemia da Covid-19, tendo como objeto de investigação a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, ocorrida no Senado Federal brasileiro, em 2021.

O texto *Quando a religião (não) pode ser “complementar” e “integrativa” ao SUS? Análise etnográfica de uma Resolução municipal*, de autoria de Emanuel Freitas da Silva, analisa o teor de uma Resolução da Prefeitura do Rio de Janeiro, por meio de duas Secretarias, que “reconhecia” saberes e práticas de religiões afro-brasileiras, conferindo-lhes o *status* de “complementares” aos serviços prestados pelo SUS na cidade. No texto, o autor objetiva discutir os modos pelos quais o Poder Público, por meio da publicação de documentos, opera no intuito de criar realidades que nem sempre contam com a devida legitimidade quando o teor de tais documentos circula. Discute-se, teoricamente, elementos da etnografia de documentos e da análise de discurso.

O capítulo *Quem decide o direito ao acesso à justiça?: implicações do fechamento e incorporações de comarcas no interior do Ceará*, de autoria

de Romário Nascimento de Oliveira, compreende as consequências da lei de organização judiciária do Estado do Ceará – Lei nº 16.397, de 16 de novembro de 2017 (Ceará, 2017), conhecida popularmente como Lei da Extinção das Comarcas, tomando como campo a região do Sertão Central cearense. O foco está nos impactos causados pela lei e no modo como o percurso pessoal do autor se entrelaça com o campo de pesquisa.

O texto *Direito à cidade e o Programa Minha Casa, Minha Vida: um olhar etnográfico*, de autoria de Elicely Cesário Fernandes, analisa a realidade dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em Uiraúna, Paraíba, destacando a segregação urbana e as dificuldades enfrentadas pelos moradores. A pesquisa etnográfica evidencia como os moradores lidam com a precariedade e buscam formas de pertencimento e resistência. A análise critica a lógica do mercado imobiliário na política habitacional e defende uma abordagem que integre efetivamente os beneficiários à cidade.

O capítulo *Entre a produção de farinha e a memória: uma análise de gênero e da agricultura familiar*, de Camila Moraes Passos, evidencia os saberes tradicionais da cultura local e os costumes da produção de farinha de mandioca em Ibuaçu-Ceará. A autora utiliza-se de suas lembranças pessoais e dos saberes repassados para outras gerações a partir da relação entre agricultura familiar, alimentação,

relações de gênero e familiares. Por meio de uma abordagem etnográfica, o estudo destaca o papel e a importância do conhecimento dos povos e comunidades tradicionais, a relevância da agricultura familiar, a transmissão de conhecimentos entre gerações e suas práticas culturais.

O texto *Limites e possibilidades de pesquisar juventudes e movimentos artísticos-culturais em território faccionado*, de autoria de Maria Gecilda Freire e Francisco Elionardo de Melo Nascimento, discute os limites e as possibilidades de pesquisar juventudes e movimentos artísticos-culturais em um território faccionado. Trata-se de uma discussão que resulta de uma pesquisa em desenvolvimento, focando especificamente no modo como as “artimanhas do acaso” (Peirano, 2018) guiaram a primeira autora à temática e como as juventudes que se organizam em movimentos artísticos-culturais no bairro Sumaré – Sobral, Ceará, são afetadas pelo cenário de violência e medo protagonizado pelo domínio faccional no território.

O capítulo *Trajetórias de produtores culturais do Curió, em Fortaleza, Ceará*, de autoria de Marcus Vinicius Bezerra da Silva, busca compreender as trajetórias de produtores culturais na periferia de Fortaleza, a partir da experiência de vida e dos projetos culturais desenvolvidos pelos interlocutores da pesquisa. Durante a escrita, o autor trava diálogos com estudos que nos ajudam a refletir sobre as escolhas teóricas/metodológicas e a realização do trabalho

de campo, tomando a abordagem etnográfica como referência para o desenvolvimento de pesquisas no campo das políticas culturais.

O texto *Cotas raciais e permanência no ensino superior: a etnografia como perspectiva de análise*, de autoria de Demétrio Saker Neto, analisa os desafios relacionados à permanência de estudantes cotistas raciais no ensino superior público, ressaltando que o ingresso na universidade, embora importante, não garante, por si só, a equidade na trajetória acadêmica. Aponta que desigualdades sociais e raciais podem impactar a vivência universitária desses estudantes, mesmo após sua entrada na instituição. Diante da problemática de pesquisa, propõe a etnografia como abordagem relevante para compreender as experiências e estratégias de enfrentamento adotadas por esses discentes, destacando a importância da assistência estudantil e do reconhecimento dos “espaços de margem” como formas de apoio à permanência acadêmica.

O texto *A pesquisa implicada e o olhar etnográfico do Programa Clusters Econômicos de Inovação no Ceará*, de autoria de Francisco Leandro de Vasconcelos Lopes, investiga a implementação do Programa Clusters Econômicos de Inovação no Ceará, com foco na região de Sobral, a partir da experiência do autor e de uma abordagem metodológica que integra a abordagem etnográfica e a avaliação de políticas públicas. A pesquisa examina a interação entre governo, uni-

versidades, *startups* e empresas, destacando desafios como a baixa adesão de municípios vizinhos e a maturidade do ecossistema local.

O capítulo *Podem as margens pesquisar?*, de autoria de Cristiane Gonzaga Oliveira e Helena de Lima Marinho Rodrigues Araújo, narra o percurso metodológico de uma pesquisa sobre o Orçamento Participativo no Instituto Federal do Ceará - *campus* Maracanaú, propondo um diálogo entre a abordagem etnográfica e as políticas públicas. As autoras propõem uma proposta metodológica para a compreensão das experiências dos interlocutores nesse processo formativo político-institucional a partir da Avaliação em Profundidade (Rodrigues, 2008) e partindo de um lugar relacional (Nascimento, 2022a) ocupado pela primeira autora.

O texto *‘O preso sai da cadeia, mas a cadeia não sai do preso’*: *caminho metodológico de uma pesquisa online com familiares e egressos do sistema penitenciário*, de autoria de Lara Almeida Peixoto Feitosa, aborda as aproximações iniciais com o campo da Antropologia Digital e das pesquisas em ambiente *online*, demonstrando estratégias para a realização de pesquisas em redes sociais de forma que seja mantido o compromisso com os saberes científicos e a ética na relação pesquisador/interlocutor. Nele, será demonstrado um pouco da experiência etnográfica e das escolhas metodológicas que me auxiliaram no processo de escrita.

UNIDADE I

AUTOETNOGRAFIAS E
REFLEXIVIDADE

Cruzando portões: quando o policial penal se torna pesquisador das prisões?

Nando Rodrigues de Sousa¹

A entrada no campo como policial

Ao cruzar o portão principal da Unidade Prisional de Sobral (UP-Sobral)² pela primeira vez, em 21 de março de 2013, eu ainda não sabia, mas minha vida mudaria para sempre. Eu nunca mais seria o mesmo depois de atravessar aquele primeiro *checkpoint* (posto de controle) (Jeganathan, 2018). No entendimento de Jeganathan (2018), *checkpoints* são: 1) margens em que o Estado se encena e se faz ver no cotidiano; 2) produzem e solidificam identidades e suspeições; 3) condensam afetos de antecipação do risco; 4) operam por forte discricionariedade, criando microsoberanias no “pode passar/pare”; e 5) administram corpos, fluxos e tempos, ritmando quem espera e quem circula. Eu ainda não havia adentrado

¹ Graduado em Direito (Uninta), policial penal do estado do Ceará e mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Estadual do Ceará (Uece).

² Na época, o prédio se chamava Penitenciária Industrial Regional de Sobral (PIRS).

no interior daquela unidade prisional, mas já sentia o impacto que as primeiras impressões inscreveram em mim. Eu ainda não havia adentrado no interior daquela unidade prisional, mas já sentia o impacto que as primeiras impressões inscreveram em mim. Permanecia na área externa que abrigava um grande estacionamento e de onde podia se avistar parte da muralha (à direita) e a fachada da entrada principal que segurava uma placa desbotada em que se podia ler em letras garrafais o nome da Secretaria da Justiça e Cidadania e, logo abaixo, Penitenciária Industrial Regional de Sobral.

Eu não estava sozinho. Para chegar ao meu novo local de trabalho e entrar em efetivo exercício, combinei com Altemar³ — um colega de uma cidade vizinha da minha⁴, o qual se tornara meu companheiro durante todas as fases do concurso a que nos submetemos para assumir o cargo de agente penitenciário⁵ — de irmos juntos, uma vez que seria mais seguro para ambos, assim como por questões de economia financeira. Assim fizemos, ele passou de moto na minha casa às 6h e cruzamos o portão às 7h20min. Levamos uma hora e vinte minutos para sair de Pacujá e chegar à UP-Sobral, que fica às margens da

³ Para preservar suas identidades, todos os nomes de interlocutores neste trabalho são fictícios.

⁴ Ele é nascido e residente no município de Graça (CE) e eu sou nascido e residente no município de Pacujá (CE), distante um do outro em apenas nove quilômetros.

⁵ Na época, a denominação da carreira era agente penitenciário, o que veio a ser alterado para Polícia Penal somente em dezembro de 2019, com aprovação da Emenda Constitucional nº 104/2019. A partir desse ponto, nos referiremos aos agentes penitenciários como policiais penais, mesmo em momento anterior a sua red denominação.

Rodovia Moésio Loiola (CE-179), ligando os municípios de Sobral a Groaíras.

Depois de estacionarmos a moto debaixo de uma árvore em frente ao prédio do Corpo da Guarda⁶, nos dirigimos à recepção, o segundo *checkpoint*. Nos identificamos para o policial penal que ocupava o posto e, mesmo tendo chegado cedo (o plantão só iria iniciar às 8h), já avistamos outros policiais penais que também aguardavam para ter o seu primeiro dia de serviço na nova profissão. O policial da recepção nos informou que aguardássemos, pois o chefe de equipe viria nos receber e apresentar a unidade. Aguardamos. Pelo radiocomunicador (HT)⁷, ele modulou em bom som: “QAP, chefe de equipe, acho que todos os novatos já chegaram”, ao que foi prontamente respondido, “OKAPA, em S15⁸”. Ali, naquela recepção os cinco elementos em que a “arquitetura prisional é edificada” (Padovani, 2019, p. 4) se materializavam: o Estado se mostrava em uniforme, muralha e portões de acesso (1); a triagem de “novatos”, a “chefia” que cadencia o tempo de espera, a “guarnição” em seus postos (e seus marcadores de fala, aparência, procedência) fabricava identidades situadas (2); a

⁶ Este prédio, situado à esquerda, é parte da unidade prisional e é ocupado ainda hoje pelo Batalhão de Policiamento de Guarda Externa dos Presídios (BPGEP) da Polícia Militar do Ceará (PMCE), responsável, à época, pela guarda externa do presídio e pelas escoltas externas dos internos.

⁷ Modulação via HT é a comunicação instantânea, por meio de rádio transmissores portáteis, os *handie talkies* (HT).

⁸ Esses códigos fazem parte de códigos internacionais de comunicação e são utilizados em situações que exigem comunicação clara e precisa, como nas forças armadas, aviação, segurança privada, empresas de logística e promotoras de eventos. QAP significa “atenção”, S15 significa “em deslocamento”.

ansiedade do primeiro dia e a cautela do “guarda” compunham a atmosfera de antecipação (3); a decisão do servidor da portaria sobre quem entra, quando e como, ativava as microsoberanias e margens de julgamento (4); e a fila, o rádio, a espera coreografavam corpos e tempos (5).

Se à primeira vista, para Jeganathan (2018), esses dispositivos de controle parecem dirigir-se sobretudo às pessoas privadas de liberdade, seus familiares e visitantes, esse olhar pode ser ampliando para incluir os profissionais que o operacionalizam, sobretudo se considerarmos um modelo de gestão que privilegia a militarização e a disciplina, como a da SAP. Na prática, o *checkpoint* não é apenas o lugar em que encenamos a autoridade do Estado; é também o lugar em que somos governados por ela. Ali se produzem identidades internas (“novato/antigo”, “chão da prisão/gestão”, “operacional/mazela”) e se distribuem reconhecimento e suspeições entre os pares; ali se condensam afetos operacionais (vigilância, ansiedade, autocontenção) que modulam nossas decisões e nossa saúde; ali a discricionariedade não opera só sobre o público, mas sobre nós, sob o crivo dos diversos níveis de chefia (desde o chefe de equipe ao diretor da unidade), na revista do nosso material pessoal e de trabalho, na liberação de armamento, no controle do ponto eletrônico, na cobrança de relatórios e no escrutínio de imagens e protocolos; e ali se administram nossos corpos, tempos e fluxos, a rendição de turno, a troca

de plantão, as esperas, as passagens por setores, a circulação vigiada. Em suma, os *checkpoints*, no desenho organizacional da SAP, disciplinam tanto quanto “asseguram”, convertendo os portões, os postos e a portaria em tecnologias de gestão do trabalho: padronizam condutas, estreitam margens, redefinem o que conta como “bom trabalho” e reencenam, a cada passagem, a própria policialização do ofício e a economia de valoração que sustenta o *ethos* profissional.

Logo em seguida, o chefe de equipe Matos chegou, se apresentou e nos conduziu a atravessar mais alguns portões que dão acesso ao interior da unidade, à eclusa e ao alojamento. Seguimos para esse último. Ele nos orientou a vestir o nosso “uniforme”. Nós não recebemos nenhum tipo de uniforme por parte do Estado, tão somente uma camisa de cor cinza azulada, a “couro de burro”, como rapidamente foi apelidada, que usamos para tomar “posse” no dia 20 de março (dia anterior), na inauguração de uma nova unidade prisional no Complexo Prisional de Itaitinga II, que levava o nome de um policial penal assassinado nas ruas por indivíduos envolvidos com a criminalidade, Unidade Prisional Elias Alves da Silva (UP-Itaitinga 4). “Posse” em aspas porque, a bem da verdade, estávamos lá apenas para servir de figurantes para o evento, uma vez que finalizada a cerimônia de inauguração tivemos que regressar à sede da Secretaria para enfrentar longas filas para, enfim, assinar o tão sonhado termo de posse.

Alguns dos colegas novatos já chegaram uniformizados com calça tática preta, coturno, cinto tático e de guarnição e até mesmo bornais. Embora neófitos na função como eu, muitos já tinham experimentado outras funções na segurança pública, alguns desses colegas trocaram a Guarda Municipal de Sobral para assumirem o cargo de policial penal; outros, mesmo sem essa experiência prévia, se apressaram em comprar o uniforme, uma vez que não havia previsão dessa entrega por parte do Governo do Estado, apenas uma promessa.

Ao ver que alguns colegas recém-ingressantes já chegaram uniformizados, Matos, policial penal experiente, fez questão de deixar uma “dica” em tom professoral e paternal: “Vocês que estão começando agora, evitem andar fardados na rua, deixem seus uniformes aqui, nos seus armários. A partir de agora vocês serão visados!”. Aquela fala se juntou às primeiras impressões que tive à entrada da unidade e elevou a tensão e os sentimentos que percorriam toda a minha espinha dorsal e afluíam na epiderme condensados em um só: o medo.

O medo do desconhecido e do que estava por vir me abraçava fortemente e, muitas vezes, tive que pisar firme no chão para que as pernas não tremessem e para tentar espantá-lo, à medida que nos dirigíamos agora para o interior da unidade. Chegamos ao próximo *checkpoint*, o Quadrante 01 (Q1). Esse é o posto que separa física e simbolicamente a parte administrativa da parte de segurança da unidade. Esse posto

sempre é ocupado, 24 horas por dia, e representa o “coração” e o ponto nevrálgico da unidade, pois realiza o controle de pessoas e objetos que adentram na área de segurança interna, assim como no módulo de saúde e parlatórios.

À medida que avançamos no interior da unidade, pudemos verificar, assim como Jeganathan (2018), que a arquitetura prisional é composta por seus inúmeros *checkpoints* que impõem inúmeros procedimentos de fiscalização e de localização social. A depender do sujeito, ou mesmo do papel social que ele represente ao transpor esses postos de controle, pode-se deparar com o mais vexatório dos esquadri nhamentos (Foucault, 2014), a vistoria íntima, no caso de pessoas em cumprimento de pena ou seus familiares, ou com a complacente passagem pelo detector de metais desligado, no caso de pesquisadores da prisão (Padovani, 2019) ou de funcionários. São os postos de controle tecnologias próprias das prisões para aplicação “de modo seletivo a determinadas populações e corporalidades” (Padovani, 2019, p. 25).

Fomos apresentados à rotina e aos aspectos do trabalho que aquele posto de controle ensejava. Ora o chefe de equipe passava instruções, ora outro policial do posto, logo outros colegas de saída do plantão que passavam pelo Q1 e ao ver os futuros colegas davam as boas-vindas, parabenizavam, outros soltavam algumas piadas em tons insinuantes a respeito do local de trabalho e do trabalho em si. “Bem-vindo ao inferno”

era uma fala recorrente nas boas-vindas nos primeiros dias na nova profissão. “É ruim, mas é bom, logo você se acostuma”, também deixavam escapar. Dadas as orientações e as boas-vindas, era hora de atravessar mais um portão e adentrar ainda mais.

Como estávamos adiantados para o serviço, ainda não eram 8 horas da manhã, fomos encaminhados ao refeitório, tanto para conhecer como para fazer a primeira refeição do dia, o café da manhã. Mas, antes, passamos rapidamente pela cozinha e o assombro foi imediato. Mais de uma dezena de presos vestindo roupas brancas, gorros e aventais circulavam em meio aos fogões e painéis industriais, manipulando os utensílios e alimentos. “A comida aqui quem faz é o preso”, nos avisou Matos. Ao chegar ao refeitório, um balcão dividia o salão com as mesas e a parte interna da cozinha, através de uma porta e de uma janelinha onde os pratos e talheres utilizados eram colocados para serem recolhidos do outro lado por um preso, nós avistávamos a movimentação frenética da cozinha. Àquela hora, já era preparado o almoço dos internos e dos profissionais.

Aquele fora o meu primeiro dissabor dentro do sistema prisional. Eu não estava com fome porque havia me alimentado antes de sair de casa, por isso não comi nada, apenas acompanhei os demais colegas neófitos como eu, assim como os veteranos que se alimentavam para entrar de serviço conosco. Deles partiam inúmeras brincadeiras a respeito dos “insusmos” utilizados na produção dos nossos alimentos,

associando o seu “sabor” e “valor nutricional” aos fluidos e excrementos corporais dos internos. Saliva, urina, suor, sêmen e até mesmo fezes eram citadas como “especiarias” que compunham a nossa nutrição. Não à toa, os pães, que também eram produzidos pelos internos na padaria industrial da unidade, eram “carinhosamente” apelidados de “galadinhos”. O termo jocoso fazia referência ao preparo do alimento pelas pessoas presas que, supostamente, era adicionados à massa fluidos sexuais dos próprios internos durante o preparo.

A suspeita de que os excrementos e fluidos sexuais poderiam ser adicionados nos alimentos servidos no balcão do refeitório diz muito sobre as relações de poder existentes naquele espaço e sobre os conflitos entre as pessoas que custodiam e as pessoas que são custodiadas. Tais conflitos foram sentidos no meu próprio corpo, afetando minhas percepções e sensações, e atravessaram a minha subjetividade ainda naquele primeiro contato com a prisão. Não havia como fugir. Eu era sujeitado pelo estranhamento que produzia em mim certas subjetividades ao mesmo tempo em que me submetia, cabendo apenas deixar-me afetar pelo novo e desconhecido (Favret-Saada, 2005) que, a partir dali, me moldaria como policial penal.

Digerindo ainda todas essas primeiras impressões causadas pelo estranhamento, seguimos todos juntos pelo corredor central da unidade que dá acesso

às alas. À medida que subíamos⁹ a “cadeia”¹⁰ os meus sentidos continuavam sendo postos à prova. Os novos sons, odores, cores, sabores e tato experimentados na “cadeia” culminavam com os mil novos pensamentos e sentimentos que me envolviam desde quando cruzei o primeiro portão. O barulho vindo do interior da unidade prisional era muito incômodo para ouvidos não habituados com aquele microcosmos formado por centenas de pessoas encarceradas e pelos profissionais, policiais penais e o corpo técnico e administrativo. O burburinho vindo das alas se misturava ao barulho do vai e vem dos carrinhos que subiam e desciam o corredor central levando os alimentos que seriam “pagos”¹¹ aos internos, aos gritos de comando dos policiais e ao estrondo do bater de portões.

Além do barulho constante, característico da “cadeia”, o odor era outra fonte intensa de desconforto. A unidade fedia bastante. A fedentina resultava de uma mistura de detritos humanos e de gatos, restos de comida, fumaça de cigarro e “pacaio”¹². As paredes do corredor central, outrora caiadas, estavam agora

⁹ Subir a cadeia é um termo muito utilizado nas unidades prisionais para indicar que algo ou alguém se encaminha no corredor central em direção às alas. Na UP-Sobral, isso soma-se às características físicas da unidade, uma vez que o corredor central e as alas se encontram em alicerce com relação ao Q1.

¹⁰ “Cadeia” é um termo genérico muito utilizado dentro do sistema prisional para se referir a qualquer unidade prisional.

¹¹ “Pagar” algo na cadeia significa entregar algo aos internos, sejam as refeições diárias ou itens pessoais de higiene, vestimentas etc. Essa linguagem extrapola o interior da cadeia e, muitas vezes, é escutada quando, por exemplo, o Estado “paga” o fardamento ao policial.

¹² “Pacaio” é o cigarro artesanal feito de fumo e enrolado em papel próprio ou qualquer outro que o sirva.

encardidas, parcialmente cobertas por bolor e mofo. O ambiente era escuro, úmido e abafado, e logo percebi que permanecer ali representava um risco à saúde de qualquer pessoa, fosse alguém em cumprimento de pena ou um profissional da segurança prisional. Assim como observado por Lourenço (2010, p. 32), ficou evidente que, na prisão, “agentes de segurança penitenciária e presos” compartilham forçosamente espaços pequenos, insalubres, escuros e úmidos.

Continuamos subindo a cadeia e paramos em frente à “ala Delta”¹³, onde, naquele momento, estava acontecendo o banho de sol. Recebemos breves orientações do chefe de equipe e outros colegas veteranos, especialmente para ficarmos atentos com os internos, uma vez que eles, sabendo que nós éramos novatos, iriam “nos testar”. Esses sinais de cuidado emitidos pelos novos colegas de profissão indicam, como esclarece Nascimento (2022a), a construção de parentesco social ou laboral, seríamos a partir dali “irmãos de farda”. A construção dessa relação familiar está assentada também na ideia de oposição entre a “família policial” e a “família do crime”, além de ser produzida e condensada “nas interações destes atores no cotidiano prisional, pelo cultivo de valores morais e práticas conflitantes” (Nascimento, 2022a, p. 14).

¹³ A UP-Sobral é composta por 10 alas, conhecidas também como vivências ou ruas, e nomeadas de A a H. Comumente, elas eram identificadas pelo Alfabeto Fonético Internacional (AFI), em que A é *Apha*, B é *Beta*, C é *Charlie*, D é *Delta*, E é *Echo*, F é *Fox*, G é *Golf*, H é *Hotel*, I é *Inda* e J é *Juliett*.

Recebidas as orientações, cruzamos mais um portão para termos acesso ao interior da ala. Ao ingressar na área interna da ala, que dá acesso às celas e ao pátio, um verdadeiro microcosmo se revelou diante de mim. Ali estavam dezenas de homens encarcerados, separados de nós por um portão gradeado enferrujado e trancado com um cadeado. Alguns tomavam banho de sol, outros conversavam, fumavam, exercitavam-se, limpavam o pátio e as celas, lavavam roupas e as estendiam para secar. No entanto, toda essa rotina do cárcere foi interrompida repentinamente. O silêncio tomou conta do ambiente e todos os olhares se voltaram para nós, cheios de curiosidade e com uma dose de desafio. Aqueles olhares, que pareciam nos avaliar e julgar, provocaram em mim um desconforto profundo, pois sabia que, dali em diante, essas seriam as pessoas com quem teria que lidar, tanto dentro quanto fora da prisão.

Esse primeiro contato com os internos foi, sem dúvida, o mais difícil para mim. Era evidente que a “massa carcerária”, habituada à dinâmica da prisão, reconhecia que éramos os “novatos” e, por isso, seríamos submetidos a testes. Os presos buscariam, de maneira constante, avaliar a nossa resistência emocional, a força moral e a firmeza de nossa postura disciplinar com eles. Apesar de contar com uma certa proteção dos colegas mais experientes, os agora “irmãos de farda”, eles também permitiam que nós, os “novatos”, enfrentássemos esses desafios impostos pelos presos e, algumas vezes, até por eles próprios. Isso servia tanto como uma forma de entretenimento

quanto como um meio de verificar se seríamos “desenrolados” o suficiente para o trabalho e merecedores de sua confiança.

A partir dali, iniciava a minha construção identitária como policial penal, baseada em três dimensões: a própria significação que é dada à função, o “sentido de ser policial penal”; a “ideia de preso”, carregada dos preconceitos e estereótipos preexistentes e da consolidação que essa ideia sofre no decorrer da atuação profissional em constante contato com os presos; e “os sentimentos de vulnerabilidade e poder” que se apresentam diante das relações entre policiais e presos e entre eles mesmos (Monteiro, 2018, p. 17).

Calcada na experiência e no empirismo da prisão, percebi que a teoria ministrada no curso de formação de pouco ou nada me serviria ali no chão da prisão, como diversas vezes me foi alertado por policiais penais experientes que atuaram como instrutores. Essa dimensão prática, como nos esclarece Sousa e Nascimento (2023), influencia diretamente o *ethos* da profissão, que é parcialmente moldado pelas práticas transmitidas pelos “antigos”. No entanto, ela também se reflete nas interações entre policiais, presos e outros profissionais, além de ser permeada pela bagagem cultural preexistente, incluindo os preconceitos associados à própria profissão.

Ao cruzar os portões da prisão pela primeira vez, não apenas iniciei minha jornada como policial penal, mas também fui atravessado por experiências que moldariam minha identidade profissional. O impacto

nas diversas dimensões que me constituem enquanto sujeito (sensorial, emocional, psíquica e social), as relações de poder e a constante tensão do ambiente carcerário impuseram desafios que ultrapassam a formação teórica, exigindo uma adaptação diária e a incorporação de novos saberes transmitidos pelos mais experientes. O ingresso nesse universo significou mais do que assumir um cargo público: foi o início de um processo contínuo de aprendizado, no qual o medo, o estranhamento e a necessidade de reafirmação se tornaram parte da contínua construção do meu *ethos* profissional.

A “entrada” no campo como pesquisador

No primeiro semestre de 2022, na primeira aula da disciplina de Projetos Interdisciplinares III, do curso de Direito da Faculdade Ieducare (FIED), para minha surpresa, descubro que teria como professor da disciplina um velho conhecido do sistema prisional, um dos colegas de profissão que estava comigo naquele primeiro dia da entrada na prisão narrado acima. Na prisão, Melo¹⁴, na sala de aula, professor Elionardo. Assim como eu, ele também fora surpreendido pelo novo laço - professor/aluno - estabelecido. Rapidamente, passamos a estreitar e a renovar os laços profissionais e ele logo deu-me a ideia de desenvolver o trabalho final da disciplina (um artigo acadêmico) voltado para o sistema prisional. De pronto, assenti e, a partir daquele

¹⁴ Nome de guerra é um antropônimo que substitui o nome civil em ambientes restritos, como o meio militar e policial, assim como em prisões.

momento, passei a me localizar socialmente (Padovani, 2019) também como pesquisador das prisões.

Assim, ao adentrar ou mesmo rememorar os espaços e as vivências das diversas prisões em que atuei, em diversas temporalidades, passei a fazê-lo sob um duplo papel: o de policial penal e o de pesquisador das prisões. Ao cruzar novamente os portões das prisões, eu passei a me localizar a partir também de outro papel, embora não externalizando isso por meios administrativos e burocráticos como tantos outros pesquisadores das prisões precisam fazer (Padovani, 2019). Eu, por ser um “nativo” do sistema prisional, precisei “apenas” ajustar o olhar e a escuta, para poder escrever sobre o meu objeto de trabalho (Cardoso, 1996), que passou a ser também meu objeto de pesquisa.

Da orientação à iniciação científica da disciplina à orientação do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), assim construímos, prof. Elionardo e eu, rapidamente, um vínculo de orientador/orientando. Devido ao êxito do TCC, ele seguiu me orientando/incentivando agora na gestação da ideia de amplificar a minha pesquisa agora em nível de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado acadêmico em Sociologia), assim o fizemos e hoje voltamos a nos encontrar no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Estadual do Ceará (Uece), ele, mais uma vez, na condição de professor, e eu, de aluno¹⁵.

¹⁵ Sou aluno do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/Uece), mas, no momento deste escrito, curso a disciplina de Etnografia em Políticas Públicas como aluno especial, devido à relação da disciplina com a metodologia que emprego na minha pesquisa.

Minha pesquisa, que ora versa sobre *O trabalho e o ethos da Polícia Penal a partir das transformações na gestão prisional cearense*, se baseia nas minhas vivências como profissional de segurança prisional, desde o ano de 2013, bem como em um vasto material adquirido por meio de entrevistas. Assim, enquanto pesquiso, passo a vislumbrar o trabalho que realizo sob a perspectiva etnográfica, traçando as linhas da etnografia no curso da minha atuação, por meio do “olhar, ouvir, escrever” da observação participante (Cardoso, 1996), do registro das notas de campo (Emerson; Fretz; Shaw, 2013) e da realização de entrevistas semiestruturadas (Weber, 2009). Por esses motivos, e tendo em vista as relações constituídas, assim como os diversos espaços que são lócus das minhas observações e narrativas, as interconexões entre assuntos institucionais e pessoais ou seus atravessamentos, minha pesquisa se situa como uma (auto)etnografia multissituada (Marcus, 1995), que considera, do mesmo modo que a pesquisa de Nascimento (2021, 2022b), o “percurso relacional” que é formulado a partir do duplo papel ocupado por mim nas prisões, enquanto policial penal e pesquisador.

Do “lugar relacional” (Nascimento, 2022b) ocupado por mim, qual seja, o lugar onde estou inserido e de onde desenvolvo minhas vivências, por meio das diversas relações que dele se implicam, passo a ouvir, observar, narrar, catalogar e analisar o trabalho prisional sob a perspectiva dos agentes envolvidos e das

implicações causadas no próprio trabalho e na vida desses profissionais. Esse trabalho também é impactado pelas afetações que o campo de estudo/trabalho implica, uma vez que, do lugar relacional que ocupo como policial penal e pesquisador, observo e participo do cenário que pretendo discutir.

Inserido no campo etnográfico, procuro fazer uso da autoetnografia, assim como Peirano (2014), não como método, mas como uma abordagem na construção do conhecimento que se constitui também enquanto teoria etnográfica. Isso significa dizer que o fazer etnográfico é indissociável do pensar teórico. A etnografia não é um simples procedimento ou técnica de coleta de dados empíricos que precede a formulação teórica, mas sim um empreendimento teórico em si mesmo.

Assim como a etnografia vislumbrada por Peirano (2014), a autoetnografia da qual me utilizo não serve apenas para coletar dados, mas também me permite participar ativamente da produção do conhecimento antropológico/sociológico. Nesse caso, o ‘eu’ do etnógrafo está, o tempo todo, imbricado na investigação, ou como diria Favret-Saada (2005), não sou apenas espectador do campo, mas estou afetado por ele e por todas as suas contingências, e por isso não posso deixar de realizar os “movimentos” de familiarização e de estranhamento propostos por Velho (2013) e, tampouco, abandonar a reflexividade que tal método exige (Nascimento, 2022), colocando o etnógrafo numa posição dual de pesquisador e sujeito da pesquisa, em que

suas posições e vieses políticos o acompanham desde a escolha do tema até o direcionamento dos procedimentos metodológicos e discussões.

Do mesmo modo que o *ethos* da nova profissão mantém-se em construção com os saberes empíricos e as trocas de experiências e toda a sorte de vivências que o chão de cadeia proporciona (Moraes, 2013), assim também a construção do etnógrafo/pesquisador das prisões é movimento contínuo de (des)construção e aprendizado. Enquanto o termo de posse assinado por mim alçou-me, ao menos aos olhos da lei, como um policial penal – embora eu só viria a me sentir como tal após alguns anos de atuação e, ainda assim, mesmo hoje, não tenho tanta convicção disso –, por outro lado, o papel de etnógrafo/pesquisador não fora estabelecido por nenhum marco legal ou diploma, esse novo papel foi sendo construído “tijolo por tijolo num desenho mágico”, para citar o poeta¹⁶, de forma que também não estou tão convicto de ocupar tal posição. Assim como o policial penal, o pesquisador também está em construção, a cada novo portão cruzado.

¹⁶ Chico Buarque de Holanda, na música *Construção* (1971). A metáfora “tijolo por tijolo num desenho mágico” pode ser associada ao processo de construção do etnógrafo. Na etnografia, a compreensão da realidade social é feita a partir de uma construção meticulosa e gradual, como se cada dado coletado e analisado fosse um tijolo que compõe a edificação do conhecimento. Assim como o operário ergue um edifício seguindo um projeto que ele não necessariamente compreende ou controla, o etnógrafo também edifica sua análise a partir da experiência de campo, organizando informações dispersas em um “desenho mágico” – uma narrativa que dá sentido ao vivido e ao observado.

Considerações finais

Refletir sobre o percurso que transforma um policial penal em pesquisador das prisões é, antes de tudo, reconhecer as camadas complexas de experiências que se sobrepõem e atravessam o corpo, os afetos e a própria subjetividade. Ao longo deste capítulo, busquei apresentar como minha trajetória profissional no sistema prisional não apenas me constituiu enquanto trabalhador da segurança pública, mas também me instigou a adotar uma postura investigativa, crítica e sensível diante das realidades que vivencio cotidianamente. A partir do cruzamento entre a prática profissional e o exercício etnográfico, foi possível explorar e tensionar fronteiras entre o saber técnico-operacional e o conhecimento acadêmico, para questionar práticas e processos constitutivos da profissão.

A “entrada” no campo, portanto, não se deu de maneira neutra nem linear. Ao cruzar os portões da prisão como policial, fui afetado por uma série de experiências sensoriais e simbólicas que moldaram meu olhar sobre o cárcere e sobre mim mesmo. Já ao ingressar no campo como pesquisador, emergiram novos desafios: o reposicionamento diante dos colegas, a escuta atenta das contradições e a constante vigilância sobre o lugar que ocupo — entre ser parte do objeto de pesquisa e ser observador desse objeto. Essa transição, ou coexistência de papéis, exige não apenas técnica, mas também coragem para se deixar afetar e questionar as “verdades” instituídas sobre o

que é ser “policial” e sobre o que é possível pesquisar dentro dos muros.

A autoetnografia, nesse sentido, não foi apenas uma escolha metodológica, mas uma necessidade epistemológica. Por meio dela, pude nomear e interpretar sentidos produzidos no cotidiano do cárcere, nos corredores, nos portões, nos olhares, nas brincadeiras e nos silêncios dos diversos locais de trabalho pelos quais passei. Ao mesmo tempo em que fui construído como policial penal, também fui me construindo enquanto pesquisador, num movimento que não separa, mas entrelaça prática e reflexão.

Este trabalho, portanto, é uma tentativa de dar visibilidade às vozes que raramente são escutadas no campo acadêmico: aquelas dos trabalhadores do sistema prisional que, ao mesmo tempo em que exercem o poder, também são afetados por ele. É a partir dessas fissuras, dessas zonas de contato e conflito que emerge um saber situado, comprometido com a complexidade do vivido e com a possibilidade de pensar a prisão não apenas como objeto de estudo, mas como espaço de produção de sujeitos e de conhecimento. Ao cruzar os portões da prisão e da universidade, reafirmo que não se trata apenas de transitar entre mundos, mas de construir pontes entre eles.

Desdobramentos relacionais em uma tese sobre a vida artística

Bruna Costa Silva do Nascimento¹

Introdução

Este escrito resulta de um esforço de rememoração e revisitação nas minhas notas de campo, em uma tentativa de dar inteligibilidade aos processos que contribuíram na construção da identificação do meu campo enquanto espaço de pesquisa. Busco uma compreensão de interdependência entre as minhas ações como agente e o campo cultural ativo, o que se relaciona com minhas escolhas e estratégias, na medida em que desenvolvo investigações na política pública, em uma perspectiva da política cultural como campo, de acordo com Bourdieu (2004).

Para Bourdieu (2004), campo é um espaço de disputas e tensões em que os sujeitos agenciam e são agenciados em um sistema de leis próprias que sis-

¹ Mestra e doutoranda em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará (Uece). Bolsista FUNCAP, Pesquisadora do Programa Cientista Chefe da Cultura. Produtora Cultural. E-mail: bruna.nascimento@aluno.uece.br.

tematiza práticas e regras para construir e manter jogos de interesses. Nesse caso, o campo é um “espaço relativamente autônomo” (Bourdieu, 2004, p. 20), “um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (*Ibid.*, 2004, p. 22). Nesse sentido, dentro das relações de disputa e de decisões relacionadas ao campo, cada agente usa ferramentas, estratégias e mobilizações para influenciar as alternativas, possibilitando que grupos consigam alcançar o objetivo desejado, mesmo que seja distante dos ideais do grupo ou do agente dominante.

Para esse texto, compartilho o entendimento de que “a memória constitui provavelmente o elemento mais rico na redação de um texto, contendo ela mesma uma massa de dados cuja significação é mais bem alcançável quando o pesquisador a traz de volta do passado, tornando-a presente no ato de escrever” (Oliveira, 1996, p. 31). Trata-se de uma escrita (auto)etnográfica (Nascimento, 2022), em que parto da minha própria experiência e das experiências de meus interlocutores, pensando o papel político que exerço no campo das políticas culturais, seja como profissional atuante na política ou como pesquisadora. Minhas escolhas metodológicas refletem o campo multissituado (Marcus, 1995) da pesquisa em que acesso espaços e sujeitos diversos, mantendo relações em diferentes escalas. Neste caso, o relato autoetnográfico é mobilizado pelo lugar relacional (Nascimento, 2022) que ocupo no campo, pois a pes-

quisa passa pela produção de conhecimento corporificado pelas minhas experiências localizadas na fronteira entre a pesquisadora doutoranda, a pesquisadora do Projeto Cientista-Chefe da Cultura e a produtora cultural.

Inicialmente, encaro que as “práticas teóricas, de campo e de sentido comum se reúnem em um termo que define o trabalho de campo: a reflexividade” (Guber, 2005, p. 49). O campo se constitui para além das ações que se desenrolam *in loco*, mas também pelos modos como se abrem diversos canais (ou acessos) e se trabalham métodos para a construção intelectual do conhecimento social. Parto da concepção de campo de pesquisa enquanto uma criação do autor, entendida como continente da matéria prima, a informação que o investigador transforma em material utilizável para a investigação, de modo que, ao se agregar o que é útil para a pesquisa, os limites do campo se movimentam, não sendo fixos, mas possivelmente temáticos (Guber, 2005). O pesquisador seleciona as informações e as classifica enquanto relevante para a investigação e, portanto, como dado, ou seja, os dados também são uma elaboração do investigador sobre o real. Então, segue minha seleção de relatos em forma de narrativa.

Envolvimento inevitável

Em 2015, ainda graduanda em Ciências Sociais, meu olhar estava voltado para as descobertas cotidianas e de aspectos mais íntimos, longe das grandes formulações sociológicas. Eu, despretensiosamente, acompanhava um grupo de teatro de improviso, que nada mais era que a junção interessada de seis amigos para brincar e jogar jogos teatrais no Centro de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) José Walter – antigo Centro Social Urbano Adauto Bezerra, conhecido pelos moradores como CSU do José Walter². Tal acompanhamento foi se estendendo, de modo que os encontros com o grupo foram se multiplicando – uma, duas, três... doze vezes –, até se formar um coletivo de seis jovens moradores da periferia de Fortaleza.

Esse grupo iniciou nas competições de jogos de improvisos e meu papel, que corriqueiramente era de plateia, transformou-se em integrante a partir de uma substituição em que fui cotada para atuar na bilheteria. Esse foi o marco do meu envolvimento direto com as dinâmicas do trabalho artístico. A partir daquele

² O CSU do José Walter fazia parte do Programa Nacional de Centros Urbanos – PNCSU dos anos 1970, que visava a construção de várias unidades no país com a finalidade, segundo Marise Magalhães Olímpio (2019), de moldar o uso do tempo livre, promovendo atividades que condicionassem os corpos, favorecessem a integração social e contribuíssem para o desenvolvimento do país, conforme os planos do governo para inserir esse indivíduo periférico na lógica da vida moderna cidadina. Assim, as grandes estruturas do CSU, anos atrás, serviram a um propósito ideológico e político da Ditadura, fruto de uma ordem vinda de Brasília, Comando Militar do Planalto, que reverberou em Fortaleza, sendo mais especificamente no José Walter, o maior conjunto habitacional da América Latina. Passados os anos, com as redefinições políticas e de prioridade da agenda pública, não se estabeleceu um acompanhamento sustentável do espaço, ficando sem manutenção e incentivo financeiro suficiente.

momento, passei a buscar cursos de produção teatral nas escolas de arte da cidade e a me deslocar do José Walter para o Centro da cidade para me profissionalizar, pois só a observação já não me satisfazia. Tive que me moldar à necessidade de me envolver mais, mudando minha própria identidade e posição social perante o grupo. Tornei-me produtora cultural do grupo. Como coloca Gilberto Velho (2013), “a noção de que existe um envolvimento inevitável com o objeto de estudo e de que isso não constitui um defeito ou imperfeição já foi clara e precisamente enunciada” (Velho, 2013, p. 36).

O CSU não foi isento do que nos conta Albino Rubim (2007): uma das tristes tradições da política cultural no Brasil é a instabilidade institucional gerada, entre outros fatores, pela descontinuidade administrativa. Esse espaço já estava em processo de precarização até que chegou o dia de sua total interdição. Em 2020, em seu lugar, foi inaugurado o CUCA José Walter, uma estrutura moderna, mas que não recebia com facilidade as propostas de atividades da comunidade. Por conta disso, os grupos que antes ocupavam o CSU resistiam em desocupar o espaço. O acesso ao CUCA era permeado de entraves da burocracia de Estado, com solicitações, adequações de comportamento, correndo sempre o risco de não conseguir realizar seus eventos e suas ações.

O espaço do CSU foi por algum tempo sede da polícia, até fechar definitivamente e, posteriormente,

reabrir como CUCA. Nesse meio tempo, o grupo se desfez, tanto pela falta de espaço para os ensaios como pelas dificuldades que o campo artístico impõe, ou mesmo pelo simples fato de que a vida adulta chega e as condições concretas de sobrevivência apertam. Pontuo que todos os ex-integrantes continuam de alguma forma envolvidos com a arte. Eu me envoredei pela formação acadêmica e produção cultural, foi dessa experiência que me veio a vontade de estudar política cultural, algo que até então eu nomeava como Política Pública Cultural, pois ainda não tinha o aparato técnico, mas tinha presenciado e me afetado diretamente com a relação territorial e os movimentos relacionais que incidem na permanência ou não de uma política. Essa foi minha primeira experiência relacional, fui pesquisadora e produtora cultural.

Como lidar com a posição de pesquisadora?

No início de 2021, eu me reconhecia como produtora, já havia passado por processos burocráticos como editais de fomento à cultura, trabalhado em produções audiovisuais em diversas funções, ganhado prêmio e, de repente, tudo precisou ser repensado. Completava um ano em que atravessávamos uma crise devido à pandemia da Covid-19, que, junto ao desgoverno do presidente Jair Bolsonaro, tiraram a vida de muitas pessoas e mexeram com o modo de viver de todos. Os setores da cultura estiveram entre

os mais afetados pela pandemia, tendo em vista que grande parte de sua dinâmica depende da interação com o público e de espaços culturais como teatro, museu, biblioteca e centro cultural, entre outros.

Segundo a formulação nativa que ficou bastante conhecida, “o campo cultural foi o primeiro a fechar e o último a abrir” e, quando abriu, foi sob inúmeras restrições. Eu ouvi relatos de colegas do campo artístico que estavam passando fome, que não tinham como pagar suas contas. Estávamos todos correndo para garantir algo em um momento que era difícil obter garantias. Eu consegui as minhas por meio da aprovação no mestrado acadêmico em Sociologia com bolsa, ou seja, acessei uma política pública em outro campo para garantir meu sustento.

Na cultura, a Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, conhecida como Lei Aldir Blanc (LAB), foi uma esperança para as pessoas que mantinham a cultura como fonte de renda. Ela dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural, que, pela circunstância de isolamento e quarentena como maneiras de evitar a possível contaminação ou propagação do coronavírus, foi forçado a interromper suas atividades, atravessando dificuldades financeiras durante a pandemia provocada pela Covid-19. A LAB é fruto da mobilização do setor artístico e cultural brasileiro, bem como de deputados(as) e senadores(as) de todo o país, que se organizaram via redes sociais digitais, em webconferências e encontros virtuais,

debatendo demandas e alinhando seus propósitos a fim de contemplar o máximo possível da diversidade do setor em tempo hábil, para então chegar a um Projeto de Lei (PL) a ser discutido, votado e aprovado no Congresso Nacional e, depois, sancionado e regulamentado pelo Poder Executivo.

Por meio da LAB, a União fez uma transferência direta para os demais entes da Federação de três bilhões de reais aplicados sobre três incisos. Com a finalidade de operacionalizar a aplicação deste valor, foi necessário que municípios e estados preparassem um plano de ação, no qual deveriam estar descritas a previsão de destinação e o detalhamento da aplicação dos recursos, a divisão de responsabilidades entre os entes estaduais e municipais e a exigência de relatório de gestão final. Desse modo, os entes federados tiveram que mobilizar uma burocracia estatal que ia além do órgão gestor de cultura, envolvendo a participação da sociedade civil por meio dos conselhos de cultura. E, assim, iniciou minha pesquisa para o mestrado, que tinha como objetivo compreender o papel da participação social por meio do Conselho Estadual de Política Pública Cultural do Ceará (CEPC) na construção do plano de ação. Para tanto, analisei os registros legais que concernem ao papel do Conselho, uma instância deliberativa e majoritariamente formada pela sociedade civil, na implementação da LAB; trabalhei com cinco atas das reuniões do CEPC, em que os temas do contexto emergencial no setor,

da LAB e/ou do Plano entraram na pauta. Essas, por sua vez, foram analisadas a partir dos seguintes objetivos: 1) identificar figuras-chave que conseguiram mobilizar os outros conselheiros e sustentar pautas; 2) perceber como e em quais condições se realizaram os espaços deliberativos para a implementação da LAB; 3) detectar de onde partiram os assuntos postos para a discussão; e 4) observar qual a forma de encaminhamento das decisões. Por meio dessas atas, compreendi o quão complexo, plural e desigual é o processo participativo e representativo dentro de uma instância participativa formal, em uma dinâmica pendular com graus diferentes entre o teor consultivo e o deliberativo, o que ganha outras camadas quando se trata de um movimento feito em meio a um cenário de crise social e econômica.

Fui lendo os textos e tentando observar as convergências e divergências de uma instância deliberativa. Esse processo de “documentar a documentação materializa uma dose generosa de ‘credulidades compartilhadas’ em torno daquilo que imaginamos ser os expedientes de certas instâncias estatais, a autoridade burocrática” (Nadai, 2018, p. 45). Eu, enquanto pesquisadora, me deparava com os documentos como artefatos compostos de legalidade e de veracidade proporcionados pelo fazer do Estado por meio de sua burocracia. Eu estava me aproximando mais e mais da linguagem burocrática, mas senti falta do contato direto com os sujeitos da pesquisa, algo que obtive

em outro momento do meu mestrado. Confesso que estudar documentos me fez sentir menos próxima da antropologia, que, por muito tempo, a associei à etnografia do campo físico, à observação participante; compartilho do desconforto de Nadai (2018). Mas, durante meu mestrado, tive a oportunidade de interagir com interlocutores, por mais que fosse para uma pesquisa não originária minha, eu seguia me aprofundando em diversas possibilidades de olhar para o fazer da política cultural.

Fui convidada pelo meu orientador, Alexandre Barbalho, a participar do Programa Cientista-Chefe da Cultura³ e aqui mais uma identidade minha se construía, a de pesquisadora da cultura, de modo que mais um dilema crescia em mim: como lidar com o papel de pesquisadora? Eu não seria nem Estado nem ponta, mas quando eu estiver na rua aplicando questionários serei Estado, quando estou como produtora submetendo projetos eu seria ponta. Uma das primeiras atividades que desempenhei pelo programa foi atuar como pesquisadora no festival itinerante multicultural Circula Ceará, nele eu apliquei 186 questionários, junto a outro pesquisador, em quatro municípios: Canindé, Russas, Baturité e Horizonte. Essa pesquisa tinha o intuito de compreender os impactos do festival na cidade e mapear o consumo

³ Cientista Chefe da Cultura: parceria da Secretaria da Cultura do Ceará - Secult CE com a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP. Com o objetivo de articular demandas da gestão pública com os saberes produzidos por pesquisadores(as) de Instituições de Ensino Superior (IES), o Programa Cientista-Chefe da Cultura (CCCult) reúne atualmente 75 bolsistas.

cultural da população. Então, como estratégia, me fiz presente no máximo de eventos que compuseram a programação para abordar o público.

Eu levava em mãos uma prancheta, algumas canetas e as cópias dos questionários, devidamente identificada com um crachá. Com esse material, eu me aproximava de alguém quase como se fosse uma conversa e, depois, se a pessoa demonstrasse abertura, iniciava a aplicação do questionário. Teoricamente, o *survey* era para ser composto por perguntas fechadas, mas, na prática, aprendi a adaptá-lo para cada pessoa. As pessoas abordadas, de forma unânime, indagaram: o que é um espaço cultural? No caso, eu pedia para que as pessoas me listassem os espaços culturais de sua cidade e, geralmente, eles e elas retornavam com essa pergunta, seguida de respostas “tentativas”, tentativas não porque estivessem erradas, mas porque eles me respondiam com um olhar quase interrogativo do tipo: “respondi corretamente?”. Esse olhar de dúvida me é nostálgico quando lembro do antigo CSU.

Na abordagem das pessoas, usei da estratégia de convencimento em forma de conversa simpática. Isso me garantia a interlocução por meio das respostas em um questionário de mais de trinta questões. Perguntava como ia a vida ou, para simplificar, como estava o dia. Interagia com as respostas e um questionário fechado se transformou em perguntas semiestruturadas. Ao final da conversa, às vezes, ainda ganhava

uma indicação abrupta, pois era comum a pessoa entrevistada literalmente puxar outra pessoa pelo braço para responder também. Eu precisei passar pelo estranhamento para me aproximar. Era mais difícil aplicar o questionário nos shows com adesão de público, onde o cenário era de música alta e de luzes fortes, efeito da agitação somada ao efeito de bebidas alcoólicas, corpos suados envolvidos no ritmo, sentia que até para mim seria difícil me manter à parte do movimento. No entanto, encontrei meu público, as mães com bebês nos carrinhos e as senhoras idosas juntas em um grupo de trocas verbais sobre o movimento alheio, ótimas interlocutoras, me responderam até o que não perguntei e, se duvidar, ainda responderiam pelos que estava dançando. E, assim, se seguia por cada cidade com sua particularidade.

Como eu pesquisava a LAB, minha vontade era aproveitar a viagem para conhecer os dirigentes municipais de cultura que, durante o festival, estavam em processo de entendimento com a Secretaria Estadual, seja em reunião, seja em formação, pois ambos precisavam se alinhar para viabilizar a lei. Eu tive o prazer de participar do evento que marcava o restabelecimento dos diálogos entre municípios e Estado, mas, infelizmente, consegui pouco acesso aos gestores, já que eu tinha sido contratada para uma função que demandava minha presença em muitos lugares em um curto período de tempo, de modo que não foi possível encaixar as conversas, mas como era um momento

importante para as relações entre os entes federativos, os ocorridos apareciam nas conversas dos servidores e pesquisadores diretamente ligados aos encontros. Precisei exercitar a paciência, pois o meu contato com os municípios foi adiado, mas, sem que eu ao menos percebesse, a minha participação no festival me permitiu construir conexões, redes de apoio, reconhecimento e, aos poucos, vias de acesso. Desse modo, eu reestruturei minha pesquisa para o que me era possível, no caso, como mencionado anteriormente, a participação civil e, conseqüentemente, a dos servidores e técnicos na construção do plano de ação.

Então, no Círculo Ceará, meu maior desafio não era o público diverso que eu deveria abordar nem os dirigentes que eu tentava alcançar. Meu desafio era entender o meu papel enquanto pesquisadora, aprender a manusear ferramentas de pesquisa, desenvolver habilidades para recalcular rotas, compreender a volatilidade do campo cultural e repensar os não acessos, testar meus limites e aprender a mobilizar minhas identidades. Novamente, eu precisava reequilibrar meus modos de estar em campo. Durante minha passagem pelo festival, eu passei a conviver com trabalhadores da Secretaria, sujeitos que, antes de serem pessoas para mim, eram assinaturas de documentos dos trâmites dos editais, eram vozes do setor financeiro em um telefonema me explicando prestação de contas, eram e-mails e mensagens de *WhatsApp* tirando dúvidas sobre mudanças de cronogramas e

de planos de trabalho, ou seja, eram a representação da burocracia que eu lidava enquanto produtora.

No primeiro contato, eu só queria minhas respostas, pois estava perto demais, minha maior vontade era perguntar o porquê de alguns projetos passarem e outros não. Por que o edital Cinema e Vídeo no qual eu tinha sido habilitada foi cancelado? Por qual motivo está demorando para se pagar os editais? Eu queria falar como ponta⁴, mas estava como representante do Programa Cientista-chefe, algo que, aos poucos, eu vou aprendendo a manejar. Logicamente que não me desvencilho dos lugares sociais que ocupo, pois constantemente exercito os limites da minha atuação sendo produtora/ponta e pesquisadora/representante da burocracia de Estado. No entanto, a minha interferência no campo se torna relacional à medida que posso me movimentar em graus diferentes em campo. Assim, destaca-se a importância de um controle reflexivo durante a execução da prática, permitindo que ela também seja objeto de análise e de aprimoramento contínuo, em uma ciência social reflexiva, como apresenta Bourdieu (2011).

Com o tempo, fui convivendo e conhecendo técnicos e servidores da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (Secult-CE), durante os cafés da manhã, almoços e jantares compartilhados nos dois meses de viagem que participei do festival. Assim, fui dando

⁴ Termo comumente utilizado para se referir para quem a política pública é destinada, quem será afetado.

rostos, nomes e histórias às pessoas que trabalhavam pela política cultural no Ceará, nos processos necessários para escoamento e capilaridade do fomento. Além da pessoalidade, fui adentrando os espaços institucionais e compreendendo as complexidades do lado da gestão, o que me levou a procurar meios de aperfeiçoar a minha leitura de legislações, documentos, planilhas orçamentárias e organogramas até me formar na primeira turma da Escola Livre de Gestão, Produção e Políticas Culturais. Esse recorte foi ganhando contornos mais fortes à medida que eu me relacionava com o campo e encarava as dificuldades compreensivas a partir dos lugares que ocupava. Isso me chamou a atenção para o modo de fazer política, o que Silva e Teles (2021, p. 81) descrevem como: “é tecer narrativas, grandes e pequenas, mas é também acionar dispositivos e usar instrumentos que, se não são neutros, não o são em um sentido político trivial, pois têm uma lógica própria que não se reduz à retórica das narrativas”.

Estive imersa no campo por dois meses, com alguns intervalos entre uma viagem e outra. Esse exercício de dormir e acordar interagindo com os objetos de duas pesquisas foi intenso, coloquei à prova minha capacidade de disciplinar o meu ouvir e o meu olhar (Cardoso, 1996). Havia um olhar preconcebido e guiado pela minha relação com esses sujeitos que era anterior à relação como pesquisadora, a qual eu não poderia negar, mas poderia, aos poucos, alterar o modo de visualizá-los.

Representação

Em 2024, com o meu ingresso no doutorado em Sociologia, venho me indagando se há relação e como ela se constitui entre o fortalecimento das instituições participativas municipais com a governança cultural estatal, em um recorte na atuação dessas instâncias públicas durante o período de organização e de implementação da Lei Emergencial Aldir Blanc (LAB). Aos poucos, esse tema foi se desdobrando para outro foco, enquanto os legados da LAB ganhavam corpo. Estado e municípios tiveram que tensionar a divisão de suas responsabilidades, estabelecendo pactos. A lei emergencial passou a ser a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), instituída pela Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que tem como objetivo fomentar a cultura nacionalmente ao apoiar todos os Estados, o Distrito Federal e os Municípios brasileiros, durante cinco anos, com início em 2023. Em abril de 2024, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura e, em junho do mesmo ano, foi sancionada a nova norma que estabelece o marco regulatório para financiamento da cultura.

Com a entrada de verba na cultura, os processos de formalização e de alinhamento intensificaram-se entre os entes, dada a largada para que União, Estados e Municípios se movimentassem. No Ceará, foi lançado o Novo Programa de Fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura (Pro-Siec) e se firmou o

“Pacto pela Cultura”, com pacote de investimentos de duas parcelas de R\$ 15 milhões na cultura dos cearenses por meio da PNAB, que seria distribuído entre os municípios seguindo um regime de eixos e metas a serem cumpridos. O Pacto foi firmado para apoiar os municípios na governança das políticas públicas culturais e na estruturação dos Sistemas Municipais de Cultura.

Eu estava presente no 3º Encontro do Sistema Estadual de Cultura do Ceará (maio de 2024), onde foram reunidos mais de 300 participantes, contando com a cooperação dos representantes de 142 cidades e com a presença de prefeitos, prefeitas ou representantes de 35 municípios do Ceará, que realizaram a assinatura do “Pacto pela Cultura”. O objetivo era garantir a proximidade do poder executivo municipal de um entendimento coletivo sobre a importância de se investir e de planejar a longo prazo ações voltadas para a política cultural. O deputado federal José Guimarães destacou uma emenda no valor de R\$ 1 milhão para a distribuição de 184 KitCulturas, que, basicamente, eram um investimento para a estruturação física de locais nos municípios para seus órgãos que agregam a pasta da cultura.

O 3º Encontro ocorreu na Assembleia Legislativa do Ceará (Alece). Cheguei um pouco antes de iniciar, o auditório aos poucos ia se enchendo, saudações eram trocadas. Mesas foram feitas para que se compartilhassem ações culturais organizadas em

várias localidades que tiveram êxito. A presidente do Conselho dos Dirigentes Municipais de Cultura (DiCultura), Bárbara Rodrigues, defendeu em sua fala a importância do diálogo e da organização conjunta dos entes federativos: “Não existe Sistema Estadual de Cultura sem os Sistemas Municipais. Vamos ouvir os fóruns, as regionais, as regiões. Conversar com quem atua na vivência. É no chão do município que a cultura acontece”. No momento destinado às pautas dos dirigentes, eu observei os caminhos das discussões sobre questões organizacionais das instâncias participativas e comunicacionais, e muitos descreviam suas trajetórias para validar perante a opinião pública o local que ocupavam. A agenda que levei foi preenchida em dez páginas frente e verso sobre o tanto de questões que se discutiam, notei o quanto os dirigentes municipais queriam falar e compartilhar sua parte da história. Assim, como diria Peirano (2014), “meu instinto etnográfico” foi acionado e me levou ao meu segundo desdobramento da pesquisa para a tese que se encaminhou para um outro foco, o da PRO-SIEC sob as perspectivas dos dirigentes municipais de cultura.

A Secretaria acionou o Cientista Chefe da Cultura para contribuir com o desenvolvimento e a pesquisa nesse momento de reorganização entre os entes, tendo em vista que seu quadro de funcionários já é bastante atarefado para o tamanho da demanda. Para minha pesquisa, esse chamado foi um momento-chave, pois eu poderia expandir meus limites de acesso, partici-

pando de reuniões em que eram apresentados e discutidos os rumos desejados pela Secretaria e o que ela passou a exigir dos municípios. Foram nessas reuniões que conheci a coordenadora de metodologia de núcleo do 3º Encontro e descobri que ela precisava de pesquisadores para formar uma equipe para analisar o Plano Estadual de Cultura. Quando soube, fui ao seu encontro e a convenci de que eu deveria fazer parte dessa equipe devido a minha pesquisa. Entre perguntas e respostas, ela aceitou minha entrada. Eis um momento essencial para a minha pesquisa, pois foi pelas minhas andanças constantes nas salas e corredores da secretaria em reunião com as coordenadorias que foram me dando espaço para estabelecer uma relação de confiança.

Em específico, eu queria me aproximar da coordenação responsável pela articulação regional. Em uma reunião com a secretaria, o diretor do Programa Cientista-Chefe já havia apresentado meu interesse de pesquisa aos presentes, mas despertar o interesse nesse trabalho era minha responsabilidade. O coordenador de articulação regional, geralmente, recebia todos com muita alegria e era uma figura articulada importantíssima no diálogo com os municípios, o mesmo tinha sinalizado que gostava e apoiava minha pesquisa, mas foram as minhas idas e vindas pelas coordenadorias que chamaram sua atenção.

Em uma de minhas visitas, um coordenador chamou o espaço em que trabalhava de “selva de vidro”,

e foi graças à visibilidade das paredes que meu andar era observado. Então, eu estava em uma reunião com uma representante, enquanto meu companheiro me esperava sentado no corredor próximo da sala. Eis que do seu lado se senta o coordenador de articulação regional e perguntou quem ele era. Meu companheiro, ao explicar sua relação comigo, foi interrompido pelo coordenador que disse estar me esperando para uma conversa e que estaria ansioso por esse momento. Eu tinha inconscientemente conseguido despertar o seu interesse pelo trabalho que eu estava desempenhando. Como as metas do plano estadual foram distribuídas entre a equipe, as minhas metas não passavam por essa coordenadoria em específico, o que causou uma estranheza nesse coordenador que me percebia para lá e pra cá pelo prédio e não entrava em sua sala, sendo ele uma pessoa bastante presente nas ações da secretaria. No mesmo dia, eu marquei com ele nossa reunião. Considerei esse momento um marco para o estabelecimento dos acessos e para o movimento das minhas identidades naquele espaço, eu, como representante do Cientista Chefe, consegui me apresentar como doutoranda e defender a relevância da minha pesquisa.

Em alinhamento ao Programa de Fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura do Ceará (Pro-Siec), o Governo do Ceará, por meio da Secretaria da Cultura, realizou o curso “Práticas de Gestão: Sistemas Municipais de Cultura” em parceria com o IFCE – Centro

de Referência em Educação a Distância. Destinada às equipes gestoras (dirigentes municipais e técnicos) dos órgãos municipais de cultura cearenses, a formação ocorreu de julho a setembro, em formato EAD, com carga horária de 40 horas/aula. O curso buscou qualificar os gestores das Secretarias Municipais de Cultura. A monitora de uma das turmas desse curso era minha coordenadora na pesquisa do plano de cultura, assim que soube, pedi para participar das aulas como ouvinte, ela aceitou. Eu acompanhei cinco aulas, às quartas das 17h às 19h, no mês de agosto. Tanto eu voltava dos meus compromissos às pressas para casa para conseguir acompanhar, quanto os dirigentes e técnicos continuavam em seus espaços de trabalho para assistir à aula a tempo.

Aula virtual é uma distância próxima, pois não compartilhamos do mesmo espaço físico, mas invadimos um pouco a intimidade um dos outros. Como nos coloca Beleli e Miskolci (2015), “a disseminação das relações mediadas criou uma nova realidade social e subjetiva, borrando fronteiras entre público e privado, pessoal e político, que se revelam inextricavelmente associadas” (Beleli; Miskolci, 2015, p. 7) e “as relações *online* não constituem um espaço apartado das relações face a face, tampouco descorporificado” (*Ibid.*, 2015, p. 11). Para engajar esse relacionamento virtual, eu fazia o esforço de sempre manter minha câmera ligada para que eles e elas pudessem aos poucos se familiarizar com a minha imagem, já que eu tinha

o intuito de entrevistá-los no futuro. Essa seria mais uma tentativa de firmar contatos. Alguns, que ligaram suas câmeras, nos permitiram visualizar um pouco do seu espaço de trabalho ou de suas casas. Conhecemos filhos que se apresentavam nas telas das mães ou gatos que tomavam a frente da filmagem, como o meu. Ao longo de cinco encontros, eu tive a oportunidade de ouvir relatos sobre desafios, aprendizagens, inovações e a vontade de se fazer política cultural. Essas trocas se mostraram novidade não só para mim, mas entre eles, o que me demonstrou que essa experiência de grande escala de trocas entre municípios era uma necessidade pulsante. Poderiam estar em condições diferentes, mas todos estavam aprendendo a gerir os meios públicos para institucionalizar a cultura e as formas práticas e cotidianas de fazer gestão. Eu, definitivamente, estava no momento propício para a pesquisa, e agora eu compreendia isso.

No dia 27 de setembro, ocorreu o encerramento presencial do curso em Fortaleza. No prédio da secretaria, estavam presentes representações de 10 municípios. Cada representação que chegava era acolhida com muita atenção e energia pelo coordenador de articulação regional, que, quase como um anúncio da entrada, dizia em alto som o nome da pessoa e do município. Como era um dia para apresentação dos trabalhos finais que se tratava de um exercício para a feitura de seus respectivos planos municipais de cultura, ao chegarem eles procuravam duas coisas: café

e tomadas. Então, após a acolhida, eles se agrupavam entre os seus para revisar o material.

Eu cheguei cedo e me sentei na mesa próxima ao café, um ponto bastante estratégico, de modo que quem passasse por mim me visse. Eu jamais passaria despercebida. A identificação pessoal pelo nome era sempre posta em segundo plano, a primeira pergunta era: “Qual o seu município?”. O município era a identidade dos presentes, pois facilitava a comunicação entre si: quem estava próximo de quem, quem havia cumprido determinada meta estipulada pelo Estado e quem compartilhava certa expressão cultural; eles estavam ali como representantes, e essa representação precedia o próprio nome. Fato que atenta para a “noção dinâmica da representação como atividade que opera a mediação entre as diversas parcialidades da vida social e a política é central para a compreensão da representação política como ato de manifestação da soberania” (Almeida, 2014, p. 179), o que sugere pensar a representação como um processo político (Urbinati, 2006 *apud* Almeida, 2014).

Quando me perguntavam qual era o meu município, respondia que atuava como pesquisadora da cultura, pois esse era o papel que exercia naquele dia. Me vi em uma situação em que o papel, o qual cada um desempenha na estrutura política, seria seu cartão de visita, sua identidade e a forma de permanecer e se movimentar naquele espaço. Como o momento era privado para os técnicos e dirigentes municipais,

me apresentei como pesquisadora do Cientista Chefe, um programa respeitado entre os entes federativos; assim, eu poderia ficar.

Considerações finais

Encerro este texto voltando ao início, que se trata de um processo de reflexividade, o que “implica dizer que o(a) pesquisador(a) está completamente envolvido nos fenômenos sociais que ele documenta, cujas cenas ‘observadas’ não existem sem a sua presença enquanto etnógrafo” (Nascimento, 2022, p.181). Esse exercício se deu como um processo de reflexão através da escrita das experiências de compreensão de um campo de pesquisa e da presença relacional que o(a) pesquisador(a) pode desempenhar na pesquisa. Ter consciência do grau de envolvimento no campo é estabelecer a objetividade científica, a qual diante do controle reflexivo é possível construir a autoanálise da prática empírica.

O processo de tomada de consciência da presença do(a) pesquisador(a) no campo como agente ativo compreende a mobilidade das identidades operadas. Esse escrito não é apenas uma revisão da minha trajetória com o campo de pesquisa, também é um registro dos desdobramentos relacionais com as minhas identidades em campo. Esses desdobramentos foram abordados em três etapas: o envolvimento inevitável, o lugar de pesquisadora e a representação.

Três momentos distintos que envolvem estados de aprofundamento do(a) pesquisador(a) em uma pesquisa corporificada.

A partir do envolvimento na política cultural, passei de observadora para produtora; nesse papel, ou como ‘ponta’, aprendi sobre as burocracias do Estado. Ocupei um lugar no entremeio de ser agente cultural e pesquisar o campo cultural. Relacionar esses dois campos de atuação me proporcionou ingresso como pesquisadora do Projeto Cientista-Chefe da Cultura. Eu tinha, então, uma nova identidade – a de pesquisadora de um projeto respeitado entre os agentes e gestores culturais. A identificação como pesquisadora do Cientista-Chefe da Cultura, em parte, possibilitou acompanhar de perto alguns projetos desenvolvidos pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, bem como os sujeitos que ocupam diferentes papéis nesse meio, considerando que o Cientista Chefe articula o meio acadêmico e a gestão pública.

O lugar relacional que ocupo no campo cultural, seja como pesquisadora doutoranda, seja como pesquisadora do Projeto Cientista-Chefe da Cultura ou como produtora cultural, me possibilitou viver intensamente a pesquisa, sob diferentes recortes. Como menciona Nascimento (2022), meu corpo e minha subjetividade foram marcados nos diferentes papéis e relações empreendidos.

O eu no encontro com o reconhecimento e as resistências das mulheres pescadoras marisqueiras da Barra do Rio Curu, em Paracuru, Ceará

Lidiane Ramos Lima¹

Katia Paulino dos Santos²

Introdução: percursos para um encontro entre territórios e *maretórios*

Este estudo discorre sobre o reconhecimento e as formas de resistência das mulheres pescadoras marisqueiras da Barra do Rio Curu, em Paracuru-Ceará, a partir da minha observação enquanto trabalhadora do Sistema Único de Saúde (SUS) como assistente social no município de Paracuru-CE desde

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Estadual do Ceará (Uece), mestra em Sociologia e graduada em Serviço Social pela mesma instituição. Atualmente, ocupa cargo efetivo na Prefeitura Municipal de Paracuru, atuando na função de assistente social.

² Doutora em Gestão pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD - Portugal), mestra em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (Uece) e bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá (Uniap). Reitora da Universidade do Estado do Amapá (UEAP), referente ao quadriênio 2022-2026.

2001. A narrativa foi construída em primeira pessoa, haja vista considerar as mesmas questões postas por Benevides (2002, p. 44), quando apresenta que a produção acadêmica e científica distanciada das experiências de vida empobrece o processo de comunicação, provocando “[...] um declínio da arte de narrar”³.

Dessa forma, a minha escrita vem em uma complementariedade entre objetividade e subjetividade, trazendo uma experiência sentida, especialmente com as mulheres marisqueiras, sendo essas dores resultantes de algumas tensões que permeiam os processos de reconhecimento e do produzir conhecimento científico, como a dor e o prazer que tenho em criar minhas possibilidades para produzir conhecimento (Freire, 1996), enquanto elas sentem no processo de visibilidade da cultura alimentar do mangue, dos seus processos de trabalho e de vida.

Na oportunidade, destaco que, em cada seção deste texto, referencio o *locus* de intervenção dessas mulheres como tensionador e marcador de seus espaços, reiterando a necessidade de fortalecer a leitura sobre suas forças, medos, prazeres e desprazeres,

³ Destaco que, mesmo este capítulo estando redigido na primeira pessoa do singular, não posso deixar de registrar que faz parte de uma construção coletiva, em especial das reflexões e leituras sobre a realidade que se apresentam a mim e à orientadora do projeto de pesquisa, além das interlocutoras envolvidas no processo, portanto outras mulheres que compartilham conosco suas experiências. Escrevo em primeira pessoa sem pretensão de concentrar minha experiência individual, mas para assumir a posição situada enquanto pesquisadora que dialoga com outras experiências, ou, sendo mais enfática, destacar a *posicionalidade* diante dos achados, ou seja, as minhas responsabilidades diante do lugar que ocupo no processo de ouvir, ver e escrever.

incluindo-me também neste espaço enquanto parte da pesquisa e envolvida com elas desde o momento que deram início ao processo de (auto)reconhecimento local.

Este texto consiste em um esforço de reconstruir minha problemática de tese a partir da perspectiva etnográfica, partindo de uma aproximação entre as discussões sobre políticas públicas e a abordagem etnográfica. Para mim, essa aproximação é bastante desafiadora, posto que, no decorrer dos trabalhos acadêmicos e no processo de produção do conhecimento, venho me desafiando a romper com resquícios teóricos e metodológicos aprendidos no Serviço Social, haja vista que, como assistente social, sou direcionada a atuar e pensar a partir do método materialista histórico-dialético, como referência teórica e prática. No momento em que tento me desnudar das concepções da categoria profissional, lanço-me em um experimento que se propõe a escrutinar parte das minhas intervenções como trabalhadora do Serviço Social, atuando há mais de 24 anos em Paracuru-CE.

Paracuru-CE é uma cidade situada no litoral cearense, a qual se constitui administrativa e politicamente há mais de 157 anos. Dentre os vários percalços políticos que a tornaram uma cidade de 303,3 km² de área, é possível verificar as belezas da sua natureza, com praias cujas faixas de areia são branquinhas, com seu mar de água quente e de cor turquesa, espaços onde se escondem um coqueiral soterrado, pisci-

nas naturais, arrecifes e dunas que, atualmente, têm encantado aqueles(as) que nos visitam. Assim, também fui tragada por essa beleza ao longo dos 24 anos como residente, entregando-me aos encantamentos do seu vento, do seu sol e das suas águas.

Diante do exposto, devo com antecipação explicitar que, para chegar ao processo de delimitação e caracterização do “[...] objeto (específico) de investigação de interesse [...], a consequente identificação e definição das categorias centrais da abordagem teórico-metodológica”, como bem descrevem Nóbrega-Therrien e Therrien (2004, p. 08), experimentei a ausência da identificação de certos sujeitos necessários à minha prática interventiva em 2018, quando necessariamente precisava cadastrar populações pertencentes a comunidades tradicionais, ao intervir no setor do Cadastro Único⁴, vinculado à Política de Assistência Social no município de Paracuru-CE. Nesse diapasão, o citado processo ainda não me vinculava ao doutorado, mas já era o início das vivências que hoje tomo como objeto de pesquisa. Assim, apaixonava-me pela temática acerca das “populações tradicionais”, de forma que tratarei brevemente de algumas categorias que irei explorar na minha tese, tendo como autores(as), pesquisadores(as), antropólogos(as) e cientistas políticos(as).

⁴ Estratégia de cadastramento do Governo Federal direcionada à população em situação de vulnerabilidade nos municípios brasileiros, atendendo, portanto, a famílias cuja renda aproxime-se de três salários mínimos.

A aproximação se deu principalmente com a leitura de Costa Filho (2014), vinculado às áreas da Sociologia e da Antropologia, em especial, por meio do artigo “Quilombos e povos tradicionais”, de 2014, em que ele explica que a categoria “povos ou comunidades tradicionais” é relativamente nova, tanto na esfera governamental, quanto na acadêmica ou social. Essa expressão, portanto, “[...] surgiu no seio da problemática ambiental, no contexto da criação das unidades de conservação (UCs) [áreas protegidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama]” (Costa Filho, 2014, p. 2). Costa Filho (2014) enfatiza que a Lei Federal n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que apresenta o que seriam “comunidades tradicionais”, mas não as conceitua, definição que só foi estabelecida em 2007. Considerando a problemática elencada, devo dizer que, em determinados espaços, a visibilidade sobre a temática se deve em razão da pressão dos movimentos sociais.

No município de Paracuru-CE, essa discussão só começou a tomar direcionamento de forma sistemática e plural em 2019, com a chegada do Instituto Federal do Ceará (IFCE), *campus* Paracuru-CE, quando instalado o grupo de extensão Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi), constituído por estudantes pretos, pardos, indígenas e membros da comunidade que começam a se identificar ou apresentam necessidades de ampliar os estudos com a temática, assim como eu senti.

Com a minha inserção enquanto profissional do Serviço Social no Cadastro Único em 2018, a pauta acerca dos Grupos Específicos e de Populações Tradicionais, conhecidos como GPTS, foi levantada, o que me instigou a compreender assertivas sobre a temática, principalmente por meio dos trabalhos desenvolvidos pelo Neabi. Com efeito, passei a buscar em Paracuru-CE povos e comunidades que se constituíam ou que se caracterizavam a partir dos registros em Decreto Federal n.º 6.040/2007, ou seja, uma população que se classificasse a partir de determinadas particularidades na sua forma de “[...] organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Brasil, 2007).

Nesse cenário, com a existência de aproximadamente 27 mil pessoas vivendo com uma renda inferior a meio salário mínimo em Paracuru-CE⁵, tentei identificar essas famílias que passaram de forma ainda mais precária o momento pandêmico no município, como dizem Silva *et al.* (2021), principalmente entre 2020 e 2021. Essa população ficou descortinada de proteção, inclusive a população que vivia da pesca artesanal, da agricultura familiar, portanto comunidades tradicionais. A pandemia da Covid-19 contribuiu para o

⁵ Dados extraídos do Cadastro Único que se referem à população cadastrada até junho de 2022 (Brasil, 2022).

“genocídio aos povos originários”, para uma ampliação da situação de extrema pobreza da população negra, trabalhadoras domésticas, trabalhadores(as) sem direitos trabalhistas e previdenciários, pessoas com baixa escolaridade e tantos outros segmentos da população brasileira que viviam, principalmente, distantes de infraestruturas básicas, sem oferta de água e esgoto e sem condições de moradia digna.

Merece destaque o fato de as mulheres constituírem a maioria do contingente populacional do GPTE no município de Paracuru-CE, necessitando de atenção, uma vez que tiram seu sustento das águas, das vendas do que conseguem extrair das margens dos rios, dos seus *maretórios*. Para além da pandemia, a população de Paracuru-CE sofreu, em 2019, as consequências da catástrofe de derramamento de óleo em boa parte do litoral cearense, estendendo-se essa problemática até 2022. Falconery, em novembro de 2023, registrou, através do jornal *Diário do Nordeste*, que foram 60 praias acometidas pelas manchas e oito áreas de preservação ambiental. Assim, vidas marinhas e animais de diferentes espécies foram mortos, prejudicados com a substância poluente (Diário do Nordeste, 2016).

Em 2021, compondo o quadro da Secretaria de Saúde – tendo em vista a remoção compulsória da área da Assistência Social –, busquei dialogar sobre a condição desses segmentos na área da Saúde e, dentre as estratégias utilizadas, aconteceu uma aproximação com a Vigilância Popular. A Vigilância Popular,

conforme Carneiro (2022), de iniciativa popular, produz conhecimentos e informações com a população, tomando a frente na defesa da vida, diferentemente da Vigilância em Saúde, composta por registros elaborados pelo SUS, ou seja, pelo Estado. A Vigilância Popular, de certa forma, seria uma estratégia da Educação Permanente⁶, que tem o controle social também como uma das suas dimensões. Essa aproximação me possibilitou uma nova conexão com o público tradicional e específico, bem como me propiciou uma nova maneira de trabalhar o controle social, afastada do que Avritzer (2016) chama de participação institucionalizada, pois se busca tencionar, sobretudo, a aproximação da população com um fazer cotidiano atento à participação popular e social para um caminho de construções coletivas de saberes e emancipação.

As seções a seguir trabalharão o meu encontro com o grupo ao qual pertencem as interlocutoras da pesquisa, dando ênfase às narrativas de duas mulheres pescadoras marisqueiras de Paracuru-CE e ao campo de encontro com essas mulheres. Apresentarei ainda a metodologia utilizada a partir da abordagem etnográfica e os seus resultados. Por fim, tecerei breves considerações sobre o apreendido.

⁶ O trabalho desenvolvido com o segmento em pauta aconteceu de forma individualizada, a partir de diálogos com o secretário à época, tendo em vista que estava envolvida no Conselho de Saúde, mas ainda não tinha sido formalizado o setor da Educação Permanente no município, vinculado à política de saúde, o que se constituiu em 2022 e em 2024 passou por reestruturações, inclusive com uma articuladora oficializada e demais membros do setor instituídos, do qual também faço parte. Nessa perspectiva, todo trabalho desenvolvido com as mulheres das águas, atualmente, parte das ações vinculadas ao Núcleo Municipal de Educação Permanente em Saúde de Paracuru-CE, por meio da pesquisa-ação participativa.

As águas das chuvas: entre poesias e incertezas

“Onde o vento balançar, as marisqueiras vão estar”. Essa frase, criada por Maria Luiza, mulher pescadora marisqueira – filha de pescador e pescadora, o companheiro também é pescador –, mostra a determinação que, ao longo do seu engajamento na luta política pelo reconhecimento e defesa do segmento, foi se potencializando. Destaca Maria Luiza as dificuldades, inclusive vivenciadas nos meses de janeiro a maio para as mulheres pescadoras marisqueiras de Paracuru-CE, pois sempre significaram mais incertezas do que renovação, como se costuma sentir ao ouvir o trecho da letra citada, principalmente quando a quadra chuvosa se estende até junho. Nesse tempo, as mulheres das águas, principalmente as que vivem da extração de mariscos nas margens dos rios, são mais penalizadas, em decorrência, principalmente, das vegetações que se espalham entre as águas, com a elevação da precipitação pluviométrica que influencia a Bacia do Rio Curu, exatamente em razão da elevação da água doce ao encontro do estuário do rio. Esse processo impacta também a dinâmica do cotidiano das mulheres marisqueiras dessa área, de forma que elas falam que, além das questões elencadas que têm influência sobre a produção do pescado, temem as águas do Rio Curu.

Pescadoras do mangue da Barra do Rio Curu, destaca ainda que os sururus e os búzios estão desaparecendo – “Além do problema das chuvas, tem a

carcinicultura; as águas estão matando os sururus, não temos mais”. Essa frase foi proferida pela pescadora marisqueira em encontro com o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em março de 2025. Edy costuma dizer que “agora eles vão saber que existimos”, fazendo referência ao trabalho de reconhecimento que vem sendo feito junto à categoria. O processo de reconhecimento caminha com a luta por uma vida digna, de respeito aos seus territórios de sobrevivência.

Esse enunciado, contudo, também me permite falar um pouco do Rio Curu, bem como de Paracuru-CE, cidade-lócus dessas mulheres marisqueiras. Meu encontro com essas mulheres – a identificação delas quanto aos estudos acadêmicos – não decorreu da existência desse grupo em Paracuru-CE, quando nativos(as), estudiosos(as) da cultura local, apontavam que em Paracuru-CE não existiam marisqueiras. Ao sentar com certa frequência nas calçadas das casas antigas do Centro de Paracuru-CE, especialmente de proprietários que participaram ativamente da atividade da pesca até o século XX na cidade, entre uma calçada e outra, sentindo a brisa do mar, principalmente à noite, quando estamos mais livres dos afazeres diários, disponíveis para as conversas do cotidiano e mais propensos a narrar as memórias das histórias de jovens entre as praças principais da cidade, onde também não se sentia o tempo passar,

neste espaço, entre uma prosa, uma degustação de qualquer petisco dos comércios existentes nas mesmas calçadas, quando a conversa era sobre o clima, o mar, escutavam-se dos nativos filhos de pescadores a afirmação, com a certeza dos que não sobrevivem mais da pesca: “Aqui não tem marisqueira”. Essa fala, repetida com convicção, começou a me inquietar profundamente. Como poderia não haver marisqueiras em um território habitado por indígenas no século XVI, receptivo à mão de obra escrava, quando contava a história dos soterramentos da cidade, da expulsão de pessoas das margens da Barra do Rio Curu? Assim, incomodava-me pensar nessa ausência, o que se tornou, então, um sentimento da existência de um apagamento de outras vidas e histórias, uma invisibilidade que precisava se tornar visível.

O Rio Curu é a principal bacia hidrográfica da cidade de Paracuru-CE, com nascente na Serra do Machado, situada entre os municípios de Itatira-CE e Canindé-CE, cuja área de drenagem alcança 6% do território cearense, segundo dados extraídos da Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (Ceará, 2024). Conforme levantamento junto aos dados da Secretaria do Meio Ambiente e Mudanças do Clima do Estado do Ceará (Semace), atualmente, o Estuário⁷ do Rio Curu encontra-se protegido, classificado como Área de Proteção Ambiental (APA),

⁷ Destaca-se enquanto área que chega ao fim o braço de água doce e, neste local, há encontro com a água salgada do mar.

consoante Decreto n.º 25.416, de 25 de março de 1999, abrangendo uma área de 881,94 hectares, localizando-se na divisa dos municípios de Paracuru-CE e Paraipaba-CE, na costa oeste do estado do Ceará (Ceará, 2024).

O Rio Curu tornou-se ao longo dos anos a principal fonte de alimentação e sobrevivência de muitas famílias, principalmente dos pescados das mãos de muitas mulheres marisqueiras, com quem venho dialogando sistematicamente. A Barra, local onde se encontram muitas vezes para pescar, é conhecida ou mesmo chamada por todas de “Mãe Barra”. Assim, destaco que essas mulheres que pescam e extraem seus produtos das águas, às margens do Rio Curu, são em boa parte nativas de Paracuru-CE, oriundas da Comunidade da Barra, local atualmente desabitado devido ao poder da erosão provocada pelas marés, o que levou as famílias a constituírem a comunidade do Riacho Doce, no espaço mais alto do que antes existia como ponto no qual batia a última maré na praia, local onde deságua o rio. O lócus desta pesquisa é a cidade de Paracuru-CE, junto às mulheres que pertencem às comunidades do Riacho Doce e adjacências, bairros onde habita grande parte dos pescadores e pescadoras da cidade.

A área territorial do Riacho Doce foi registrada em junho de 2022, totalizando um quantitativo de 4.408 pessoas, sendo uma área coberta pela Equipe da Estratégia em Saúde da Família. Do total elencado,

2.240 pessoas do gênero/sexo feminino e 1.965 do gênero/sexo masculino, de forma que o território é o segundo mais populoso no período registrado na cidade de Paracuru-CE.

O município de Paracuru-CE é uma cidade do litoral cearense, cuja sede fica à beira-mar, com uma extensão de 20 quilômetros de praias, banhada por três bacias hidrográficas, situada na Região Metropolitana de Fortaleza, cuja microrregião se situa no Baixo Curu. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Ceará, 2024), o município possui 18,60 km² de área urbanizada, vivenciando atualmente um crescimento na área da especulação imobiliária, na produção de carcinicultura, no acesso à prática de mergulho esportivo, bem como em outras questões que impactam ambiental e socialmente a vida da população colaboradora dessa pesquisa.

As pescadoras marisqueiras estão inseridas no segmento das comunidades tradicionais que exercem um ofício relacionado à pesca, mas também trabalham nos seus domicílios, cuidando de seus entes, sendo ainda, muitas vezes, responsáveis pela produção e escoamento do que é pescado, sem direito assegurado pelo Estado, desprovidas de proteção social e determinados cuidados, bem como de assistência das políticas públicas.

Certas questões, como o direito à saúde, reverberaram no diálogo entre a Secretaria de Saúde e o IFCE, nascendo os primeiros encontros com as mulheres

das águas, tornando-se, posteriormente, o principal grupo de Pescadoras Marisqueiras na cidade, sendo algumas das mulheres que o compõem interlocutoras da pesquisa em andamento.

Adentrando já num percurso metodológico, destaco que a abordagem etnográfica foi, na verdade, o caminho para o despertar da pesquisa, em que passo a descrever essas mulheres como grupo de interlocutoras. Neste texto, trabalho com as narrativas de duas marisqueiras que, tradicionalmente, têm trazido falas potentes no enfrentamento dos desafios postos pelo capital à categoria. Os primeiros encontros com as mulheres pescadoras marisqueiras aconteceram contando com uma média de dez mulheres, que tiveram como foco inicial a identificação das demandas que elas traziam para as instituições facilitadoras dos encontros, no caso específico tiveram como fomentadoras as instituições Secretaria de Saúde e Neabi – *campus* Paracuru. Depois, visou-se à constituição do próprio grupo e, quando houve a imersão no cotidiano das mulheres, por uma atividade de campo, foram feitas vivências de pesca, de cozimento dos alimentos trazidos, de se juntar ao momento do manejo da matéria extraída do mangue e de comer, bem como de sensações experimentadas ao colocar os meus pés na lama, ao ouvir o assobio das mulheres enquanto técnica apreendida pelas narrativas de seus ancestrais, tudo isso suscitou em mim os primeiros vínculos e o despertar através do olhar e do ouvir

(Oliveira, 1996) para questões antes não percebidas, assim esses se complementam para seguirmos o caminho na estrada do conhecimento, como afirmou o citado autor.

Já se vão mais de 36 meses de contato. Nos primeiros meses, foi possível ouvi-las dizendo que não eram pescadoras ou marisqueiras, apenas filhas de pescador ou esposas, companheiras, mesmo que, na prática diária, tivessem relação direta com a pesca artesanal. Os primeiros encontros foram espaços para se mostrar as dores vividas, as perdas que as águas traziam, algumas ainda viviam seus lutos, perdas de suas referências em razão da labuta junto ao mar ou das doenças acarretadas ao longo dos anos pelo constante desafio de lidar com ele. Foi perceptível, inclusive, a aproximação das mulheres pelas dores que cada uma expressava. Gradualmente, foram relatando suas histórias, suas experiências, seus conhecimentos. Mulheres que expressaram seus sentimentos através de seus corpos, gestos e falas, em suas leituras de mundo, suas crenças e anseios (Lima, 2023).

Para a compreensão do que e como pretendia intervir naquela realidade (Lima, 2023), cheguei à conclusão das limitações existentes, embora houvesse resistências de alguma forma das mulheres pescadoras dentro dos seus microespaços, com suas próprias micropolíticas, mas o ocultamento da categoria “identidade” enquanto mulheres pescadoras marisqueiras era marcante, percebendo, com isso, que essa ocul-

tação fazia parte de um processo de colonialidade impetrado. Além da naturalização de inferioridade experimentada pelos povos colonizados, esses, além de terem seus meios materiais explorados, expropriados, tiveram invisibilizados e apagados, por meio do processo de colonização, “[...] todos os aspectos que pudessem deixar florescer as origens e costumes dos povos colonizados, a sua cultura, assim como sua fala/ linguagem, suas roupas, seus rituais” (Maia; Melo, 2020, p. 232).

Ao iniciar um trabalho com um grupo de mulheres marisqueiras, representando a Secretaria de Saúde de Paracuru-CE, em fevereiro de 2022 – após um período de diálogo com essas mulheres e ao ingressar no doutorado em novembro de 2022 –, deparei-me com o tema da pesquisa e o problema a ser pesquisado. Busquei articular o meu objeto de estudo às referências bibliográficas com as quais venho lidando no percurso do curso, articulando a realidade latente, principalmente, às questões pertinentes à exploração do território e *maretório* das comunidades locais.

Dessa forma, a aproximação com determinadas leituras me proporcionou uma nova forma de pensar e exercitar o conhecimento, especialmente tentando romper com a universalização dos saberes, assim potencializando as leituras que são feitas a partir da realidade local. E Luiza tem levantado uma pauta significativa para a luta ultimamente, quando diz: “[...] se

é pra [sic] ir à luta, eu vou; se é pra tá [sic] presente, eu tô [sic], porque o que vale é o amor”. Assim, essa frase me fez lembrar de hooks (2021), que dizem que o amor é uma ação política, pois representa o corpo e a alma de Luiza, ultimamente movida pela ação política.

Os caminhos das águas: entre passos e compassos para compor um Uru⁸

Maria Luiza chora no encontro sobre transição energética em 26 de março de 2025, perguntando às “autoridades” da mesa, ao dizer que tem um filho de 3 anos: “[...] será que, quando ele tiver 10 anos, o mar vai estar livre para nós pescarmos, o mangue vai estar livre de tanta carcinicultura?”. Assim, na busca de responder à pergunta “Quais as experiências vivenciadas pelas mulheres das águas da Barra do Rio Curu em seus processos de reconhecimento enquanto marisqueiras pescadoras de Paracuru-CE?”, eu alcanço a pergunta feita por Luiza, conseguindo analisar os avanços obtidos, as experiências de amor construídas por ela ao longo dos caminhos ou das águas a partir das suas vivências com a participação política, com suas vigilâncias sobre os territórios. Assim, muitas das mais de 20 mulheres com quem convivo de forma mais direta hoje estão sensíveis à necessidade de cuidar do meio de onde extraem seus meios

⁸ É um instrumento utilizado pela comunidade da pesca, principalmente artesanal, para conduzir alimentos, armazená-los para uso durante a pesca, funcionando também para armazenar o que foi conseguido com a pescaria.

de vida. Dessa forma, a abordagem etnográfica deixou-me livre para tecer essa argumentação, pois ao me deparar com a palavra “amor” na construção da fala da Maria Luiza em meio à luta é acreditar no que enfatizou Peirano (2014, p. 389), quando diz que os etnógrafos são insaciáveis em conhecer o mundo em que vivem e são inconformados com “predefinições”, de maneira que estão sempre dispostos à exposição, ao que é imprevisível, “[...] a questionar certezas e verdades estabelecidas”, bem como a se “vulnerar por novas surpresas”.

Dessa maneira, devo salientar que, a partir da etnografia com o exercício da escrita, após a trajetória vivenciada por meio do olhar e do ouvir, encontrar respostas e produzir conhecimento através do que foi compilado com os encontros com o campo e interlocutores(as) é concordar com o que diz Oliveira (1996, p. 15), que é no olhar e no ouvir disciplinados que se realiza nossa percepção, é no escrever “[...] que o nosso ‘pensamento’ se exercitará da forma mais cabal, como produtor de um discurso que seja tão criativo quanto próprio das ciências voltadas à construção da teoria social”.

No exercício da prática enquanto assistente social, exercito a pesquisa-ação participativa, que, de certa maneira, com a etnografia tem suas combinações e algumas semelhanças diante do que foco, ou seja, o contexto social no qual trabalho, e pela minha interação com as interlocutoras da pesquisa. De toda

forma, considero que o uso da técnica da observação participante - que utilizo tanto no meu processo interventivo como de pesquisa - proporciona também uma aproximação com as pessoas envolvidas no campo, pois, como diz Velho (2013), ela consiste num contato direto com o universo investigado, de maneira que se deve olhar para dimensões da realidade para construir uma aproximação com esta, mas a partir do esforço de quem pesquisa de forma aprofundada e com empatia. Essas reflexões sobre a fala da Maria Luiza são resultantes do que foi registrado no meu diário de campo, sendo a partir deste que busco exercer a disciplina etnográfica, servindo inclusive para “objetivar a posição do observador”, como afirmou Weber (2009). Entretanto, não posso deixar de dizer que, no exercício da minha prática, também faço diário de pesquisa, que se mistura aos registros íntimos de minhas dúvidas, angústias com o processo da pesquisa, das observações, das relações de força que se estabelecem nas relações existentes no campo.

Diante do exposto, já adianto que consigo enxergar alguns efeitos do trabalho desenvolvido e da pesquisa para as políticas públicas, em especial na esfera local, dado que este já vem servindo de tensionamentos, aguçando-me a entender que “[...] estes lugares não são somente territoriais; são também e, talvez mais importante, locais de prática” (Das; Poole, 2004, p. 10) que, emanadas da necessidade, podem até ser provocadoras de mudanças.

Considerações finais: o reverberar da etnografia

Diante da experiência metodológica vivenciada, para fins de reconhecimento das mulheres marisqueiras de Paracuru-CE, é no percurso da abordagem etnográfica que sigo me aproximando de determinadas práticas culturais e sociais, dos seus territórios, onde ainda se encontram vivos os saberes ancestrais, resistências e ressignificações que se interseccionam no processo constitutivo de suas particularidades nos seus microespaços e na sociedade em geral. Assim, a etnografia tem me proporcionado entender minha própria trajetória como pesquisadora. Como diz Nascimento (2022), há um imbricamento entre o “eu” do(a) etnógrafo(a) e o processo de investigação. Dessa forma, vale terminar este parágrafo como foi iniciado na primeira seção, destacando que as experiências pessoais exercem um papel importante em toda a pesquisa. Dito isso, as minhas experiências, as experiências das outras pessoas que colaboraram com essas reflexões, não somente influenciam, mas compõem a pesquisa.

Assumir uma posicionalidade ou tornar-me uma pesquisadora situada é entender que sou atravessada por questões sociais, históricas, culturais e políticas e, com tudo isso, não deixo de atender aos preceitos acadêmicos e certos rigores, mesmo ciente de uma transgressão ao modelo tradicional de se fazer ciência, buscando me aproximar do que enxergo no papel da ciência, ou seja, de que o conhecimento pode ser

favorável à equidade de direitos e à justiça social. Neste caso específico, em que as interlocutoras da pesquisa historicamente foram invisibilizadas, apagadas, estou me vestindo de novos olhares, de escutas, no esperar de que me sirva para mudanças pessoais, mas sobretudo que venham os achados a se validarem como instrumentos na construção de políticas públicas com as mulheres, e não para as mulheres, isto é, que estas sejam vistas como protagonistas e merecedoras de reparação histórica.

Uma versão para enfeitar minha lixeira

Adriana Abreu de Sá¹

Havia uma pesquisadora no meio do caminho... No meio do caminho havia uma pesquisadora

A jurista que reside em mim sente a inevitável necessidade de seguir as regras. Cumprir os prazos. Ater-se ao que é coerentemente explicável. Confesso que é mais seguro e confortável escrever assim: sob as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), nos limites da lei, sob o manto seguro dos números e das estatísticas. Mas acabo de perceber, após reescrever o presente texto pela quarta vez, que não sou mais uma jurista.

A jurista respeita a lei imposta e as regras que lhe são apresentadas sem questionar. Nesta versão politicamente correta, não me seria possível investigar os motivos, as razões e as circunstâncias. A advogada criminalista que flana pelos corredores inóspitos dos

¹ Advogada criminalista. Graduada em Direito pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, mestra pelo Programa de Pós-Graduação Profissional em Psicologia e Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará.

presídios totalmente despida de objetos metálicos, adornos e eletrônicos² acostumou-se a achar natural e inevitável não cruzar o olhar com os presos que se encostam na parede cabisbaixos quando de sua passagem. Essa mulher havia perdido a capacidade de irresignação. Hoje, percebo que não me encaixo mais nesta apática versão que me vestiu por 23 anos. Assassinei-me nesta jornada. Morre uma jurista, nasce uma pesquisadora.

Na graduação, na especialização e no mestrado aprendi que um texto acadêmico deve ser impessoal, científico, embasado, incontestável. Aprendi a não me envolver. O olhar tinha que ser “de fora”, clínico, frio e enfadonhamente imparcial. Faltava-me, à época, a consciência da sociologia compreensiva e, por ignorar a aspeada objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais (Weber, 1986), tantas regras e fórmulas quase me fizeram desistir do sonho de pesquisar, escrever, estudar.

Em 2022, após a irreparável partida de minha amiga e orientadora de mestrado, Francisca Denise Silva Vasconcelos [*in memoriam*], tive um severo bloqueio de escrita. Passava horas olhando para a tela do computador, para os meus diários de campo e meus muitos cadernos de anotações. Não conseguia reler,

² As normas internas da SAP (Secretaria de Administração Penitenciária) do Estado do Ceará proíbem expressamente que os advogados ingressem nas alas das Unidades Prisionais utilizando adornos, relógios e quaisquer objetos metálicos. Os telefones celulares e demais eletrônicos podem ser utilizados pelos advogados tão somente nas dependências das salas da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), de manutenção obrigatória em todos os presídios.

refazer, reescrever. Minhas tentativas de classificar, filtrar e ordenar meus escritos, por vezes, me faziam crer que estava diante de um material inútil e impublicável. Travava ali uma batalha entre a pesquisadora e a jurista, entre a amiga e a aluna. Nenhuma de nós venceu. Mas eu segui escrevendo, pesquisando, estudando. Organizei meus escritos e tentei lidar com a autocensura (Weber, 2009) que ameaçava sufocar minha escrita e subjugar a relevância social da minha pesquisa.

Minha pesquisa começou a se delinear por sugestão de Denise. Denise me trouxe Luiz. Luiz me apresentou Elionardo Nascimento. Por sugestão de um grande amigo, marquei uma conversa virtual com um pesquisador que “dialogava com os mesmos temas que eu” e, em 4 de abril de 2021, conversei com o professor Francisco Elionardo Nascimento sobre um artigo que estava a desenvolver. Naquela oportunidade, apresentei a ele um pouco do que vinha estudando e pesquisando.

Nossa conversa, sob observação exógena, poderia parecer leve e informal. Mas na perspectiva endógena de quem estava a receber as críticas cirúrgicas e certeiras de alguém que já vinha pesquisando e estudando meu campo de pesquisa há muito mais tempo e com muito mais rigor que eu, apresentava-se num contexto esmagador de ideias. Naquele momento, dava-me conta de que precisava ler e estudar muito mais se tinha como objetivo entregar um trabalho minimamente decente. Anotei vários pontos que

achei relevantes durante nossa discussão, porém, foi justo quando pousei a caneta dando-me por satisfeita, que recebi a mais preciosa orientação: cuidado com a paixão!

Eu havia me mostrado passional, militante, sonhadora... não sei exatamente onde me denunciei, mas o professor que hoje chamo de orientador, há três anos me deixou desorientada. Abandonei o artigo que estava escrevendo (pretendo retomar em breve) e segui com aquele espinho no pé. Ele ainda está por cá, tenho que admitir, mas sinto que já consigo caminhar... claudicando..., mas em movimento sempre.

Em abril de 2024, durante o VII Seminário Internacional Violência e Conflitos Sociais: Relações de Poder e Segurança Pública, promovido pelo Laboratório de Estudos da Violência (LEV) e pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Violência, Poder e Segurança Pública (INViPS), da Universidade Federal do Ceará, esbarrei acidentalmente com meu crítico literário/algoz/orientador e, entre tapinhas nas costas e a conversa fiada ditada pela etiqueta, confidenciei-lhe minha pretensão em pleitear uma vaga para o doutorado em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (Uece). Qual não foi minha surpresa, quando meu mestre se identificou como professor do Programa. Minha alegria com a revelação, no entanto, durou pouco mais que 5 batidas do coração e uma pergunta: enquanto professor do programa o senhor esbarra no impedimento ético de me dar dicas?

Não tive dicas. Mas meu tema interessava ao professor. Senti-me observada. Avaliada de uma forma ainda mais excruciante que nas quatro etapas da seleção do doutorado. A cada fase superada recebia os parabéns e as notas de incentivo. Foram palavras simples que me serviam de tônico para manter a esperança ameaçada pela espera dos resultados. Passei! Tornei-me doutoranda do Programa de Políticas Públicas da Uece. Mas não era suficiente. Eu precisava ser escolhida pelo orientador que eu já havia escolhido pra mim. Meu perfeccionismo latente não me permitia pensar diferente. Eu precisava de um orientador que conhecesse o caminho do cárcere. Que entendesse os riscos dos corredores silenciosos e das múltiplas e imensuráveis conexões entre os mundos livre/aprisionado. No entanto, eu tinha consciência que uma linha de pesquisa nos separava. A linha de pesquisa escolhida por mim na seleção não era a mesma para a qual o Dr. Francisco Elionardo Nascimento oferecia sua orientação.

Sou mulher. Sou jurista. Sou pesquisadora. A covardia não é um elemento que norteia minhas ações. Liguei para o professor. Brinquei (falando sério) — “Professor, por favor, ME QUEIRA. LUTE POR MIM!”. Eu lutei por ele até que não lhe restasse outra opção senão a de me orientar. E eis que esta foi uma das decisões mais sábias que já tomei na vida. Ao estreitarmos formalmente os laços nos papéis de orientador e orientanda, numa relação que se con-

funde e se esgarça em cumplicidade e afetos, eu optei por um crescimento intelectual difícil e doloroso, mas cujas recompensas valem cada minuto diante da tela e dos livros.

Às vezes, quase acredito que o crescimento intelectual pode dar-se por osmose. A Adriana que ingressou no doutorado em 2024.1 já se agigantou exponencialmente. Sou cobrada, incentivada a ser minha melhor versão a cada vírgula. Sou orientada a questionar, a ler e a ouvir. Sou impulsionada a conhecer de forma crítica conceitos e estudos que eu, por vezes, releguei ao esquecimento. Sou forjada sob a pressão dos prazos e a inevitável apreensão de conhecimentos que me atravessam no caminhar da minha pesquisa. Aqui está a minha atual versão: menos crua, mas muito longe de estar pronta (se é que um dia podemos considerar pronta qualquer versão). Muitas de mim e muitos dos meus escritos ainda enfeitarão minha lixeira e esta constatação não me deixa desconfortável. As versões definitivas me parecem arrogantemente enfadonhas. Que não sejam definitivas, posto que são ideias. Mas que sejam infinitas, enquanto não são relidas.

Entrego meu trabalho final da disciplina Etnografias em Políticas Públicas inteiramente despojado de regras, mas repleto de sentidos. Me deixei afetar demais pelo meu campo? Meu campo é o mesmo? Acaso sou uma pesquisadora etnógrafa? Sei ouvir? Meus diários seriam impublicáveis???

Das muitas lições que aprendi nas nossas aulas, escolhi falar sobre a natureza inacabada de nossas obras. Essa é uma versão que enfeitará minha lixeira e hoje consigo compreender quão importante é aceitar isso. Neste momento, compreendo o lugar ocupado pela crítica construtiva, pelo modo como o olhar do outro nos nossos escritos, por vezes, implica um choque que pode ter múltiplos efeitos. Mais do que a importância de definir campo, metodologias, sujeitos de pesquisa, entrevistas, caminhos a seguir, obras para ler, alicerces sobre os quais construir nossos escritos, é necessário ouvir e se deixar atravessar por pessoas. É o olhar, o ouvir e o escrever como fundamentais para a construção do conhecimento nas Ciências Sociais (Cardoso, 1996), mas, acima de tudo, é o deixar-se afetar (Favret-Saada, 2005) pelo outro que, às vezes, pode ser desconhecido e crítico.

Hoje, compreendo que Denise, Luiz, Elionardo, Nando (este colega instigante que pretendo explorar enquanto parceiro de escrita), Pedro (que me vira o juízo com as teorias foucaultianas), meus muitos interlocutores nas entrevistas e coletas de dados/avaliação de campo de pesquisa e os muitos seres humanos que ainda hão de atravessar minha trajetória compõem minha pesquisa. A singularidade da obra está nas pessoas e isso pode até não ser etnografia, mas é muito importante para mim.

Se conseguirei ser imparcial, racional... ou menos passional, só o tempo dirá. Prometo apenas tentar disfarçar melhor.

Entre liberdades e notas, vou mantendo a dignidade de um navio perdendo a rota

Ao submeter meu projeto à seleção de discentes do programa de Doutorado em Políticas Públicas da Uece, para 2024.2, tinha como proposta inicial desenvolver uma pesquisa do tipo bibliográfica e documental, de natureza qualiquantitativa, que envolvesse uma abordagem descritivo-crítica e investigação de campo, com as devidas e esperadas autorizações do Comitê de Ética. A princípio, pretendia pesquisar a Metodologia da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) como política social inédita de humanização e ressocialização no sistema prisional cearense.

Para compreender um pouco da pesquisa sobre a APAC, creio importante registrar que, atualmente, existem 69 APACs em funcionamento em apenas oito Estados brasileiros e outras 43 unidades em diferentes estágios de implantação. Nas unidades ativas, encontram-se submetidos ao método APAC 6.723 recuperandos, sendo 6.056 homens e 667 mulheres em regime fechado, semiaberto e aberto. E, nessa população carcerária, 2.917 recuperandos estão estudando no interior dos seus Centros de Reintegração Social (FBAC, 2025).

O Ceará é o terceiro estado nordestino a implantar uma APAC, sabendo-se que as unidades do Maranhão e do Rio Grande do Norte já estão em funcionamento (FBAC, 2025). Ademais, o Ceará está

engajado nas ações de combate ao Estado de Coisas Inconstitucionais no domínio de seu sistema prisional, a partir da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 347 (STF, 2023), tanto que instituiu o Sistema Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, através da Lei estadual nº 18.660/2023 (Ceará, 2023).

Meu projeto de pesquisa foi norteado pela crença (ingênua) de que eu já tinha delimitado meu campo de pesquisa e as ferramentas que ali utilizaria. Aspirava, prematuramente, desenvolver uma investigação com inspiração na pesquisa etnográfica multifatorial (Angrosino, 2009), por meio da realização e avaliação de questionários semiestruturado se pré-modelados sobre um grupo amostral de reeducandos, entrevistas com os diversos atores estatais responsáveis pelo processo de implantação e execução da metodologia APAC, diário de campo da pesquisadora e rodas de conversas com os envolvidos no estudo.

Às margens de concluir o primeiro semestre letivo e após me deixar afetar e atravessar pelas leituras e ensinamentos compartilhados nas disciplinas de Metodologia Qualitativa e Quantitativa e Etnografia em Políticas Públicas, ousei repensar meu percurso metodológico sob outros aspectos e necessidades.

Sob o aspecto bibliográfico, o referencial teórico poderá ser embasado nos estudos de Borges (2019), Ottoboni e Ferreira (2004) e outros autores especializados na matéria pesquisada, especialmente auto-

res que pesquisam o encarceramento no Brasil e no Ceará: Nascimento (2022), Biondi (2020). As normas jurídicas que disciplinam o assunto, a legislação ainda em consolidação sobre a instalação e funcionamento da APAC no Ceará e os dados estatísticos obtidos em *sites* oficiais também carecem de análise.

O aspecto documental se justifica pela necessidade de acesso a documentos oficiais do Ceará, por meio de órgãos como a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e da Administração Penitenciária e Ressocialização, que registram ações e agendas de políticas públicas desenvolvidas pelo Estado, no âmbito das APACs, a fim de organizar e catalogar os programas, as iniciativas e as implementações voltadas para os condenados do sistema prisional cearense, entre os anos de 2023 a 2024. E essas informações podem ser obtidas com fundamento na Lei nº 12.527/2011 (Brasil, 2011), que regula o direito de acesso às informações, especialmente aos pesquisadores.

Diante do levantamento, da compilação e da análise de dados e documentos, concernentes aos resultados obtidos, por meio da pesquisa quali-quantitativa, seria realizada a triangulação da atuação do Ceará referente às políticas públicas aplicadas aos condenados no regime da APAC, em parceria com a iniciativa privada, à luz do que estabelece a filosofia apaqueana, a Constituição Federal e as demais normas internas e internacionais subscritas pelo Brasil.

No entanto, é salutar que se diga que a delimitação da metodologia apenas sob os aspectos e métodos supraindicados já não me parece suficiente para a realização do meu trabalho, o que me leva a enveredar por uma pesquisa de natureza qualitativa e etnográfica com o desenvolvimento da observação participante numa etnografia multissituada onde se possa observar a “circulação de significados culturais, objetos e identidades em espaço-tempo difusos” (Marcus, 1995).

Durante o primeiro semestre letivo, já iniciei a coleta de dados por meio de entrevistas, visitas e confecção do meu diário de campo. Tal iniciativa tem me posto do avesso a ponto de repensar todo o projeto inicial. Entrevistei, tomei notas, escrevi minhas impressões pessoais dos diálogos e discursos que me foram apresentados por dois idealizadores e responsáveis pela instalação da APAC no Ceará. Coletei informações que me obrigam a fazer novas pesquisas, entrevistas e observações. Senti-me desafiada, afetada e desestimulada.

Ao apresentar a requalificação do meu percurso metodológico na disciplina de Metodologia qualitativa/quantitativa, fui provocada a reavaliar minha trajetória de pesquisa e, mais uma vez, perdi-me. Talvez me falte prudência quando admito que, tal qual um GPS que detecta que os humanos não seguiram suas ordens, passei a “recalcular a rota” na tentativa de seguir minha pesquisa.

Devo pesquisar a trajetória da APAC enquanto política pública no Ceará? Ouvir os sujeitos direta e indiretamente afetados pela proposta da APAC? Compreender os aspectos legislativos e os muitos “entranhos burocráticos” centrando forças na minha leitura jurídica? E, se assim o fizer, estou dentro de um lugar relacional que não deve ser ignorado na pesquisa?

A disciplina de Etnografia em Políticas Públicas reconfigurou, para mim, o sentido do “sexto”. Em nossos encontros, debatemos dezenove textos propostos pelo professor. Fui atravessada por ângulos de leitura diversos do meu. Li todos os textos (alguns deles mais de uma vez), aprendi conceitos, tomei notas e, por vezes, fui redirecionada a leituras complementares necessárias.

Encontrei algum conforto nas ideias de Gilberto Velho (2013), quando me apresentou a noção de que existe um envolvimento inevitável com o objeto de estudo e que isso não é um demérito da pesquisa/pesquisador. A necessidade do aprofundamento de observação e empatia para se conhecer certas áreas ou dimensões de uma sociedade aponta que essa é uma atividade que exige um “mergulho em profundidade” de difícil delimitação temporal. Compreender isso foi libertador para mim.

O texto de Jeanne Favret-Saada (2005, p. 160) me impõe uma importante reflexão: “Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente não acontece nada”. É um risco que corremos. Mas um risco que julgo inevitável.

Foi justo por me deixar afetar, compreender a importância de observar, escrever, tomar notas e, principalmente, de entender o trabalho de campo, suas peculiaridades e necessidades e as relações dialógicas que fornecem sustentáculo à pesquisa que entrego esta versão à lixeira.

Não é uma tarefa fácil. Reescrevi este texto três vezes. Quase o enviei para o drive na semana passada e só não o fiz por acreditar que a avaliação de minha requalificação na disciplina de Metodologia poderia me fornecer mais elementos para a escrita. Nisto não errei: a análise da professora Camila Holanda me fez descartar quase três laudas de texto, reescrever mais duas e deixar em semeadura uma dúzia de ideias e perspectivas.

Abstenho-me de concluir. Não segui as regras. Não fui “politicamente correta” nem “academicamente”. Escolhi um campo que talvez me apresente outros tantos. Escolhi sujeitos cujas trajetórias de vida podem me fornecer material para um bom par de diários e uma monografia. Reconheço que os meus questionamentos serão respondidos com o tempo e no decorrer das minhas observações. Por enquanto, só posso delimitar aquilo a que me proponho: tentar entender, estudar, ouvir e me deixar afetar. E, assim, quem sabe, ao final do curso de doutorado, ao reescrever este texto, eu possa aproveitar um ou dois parágrafos.

UNIDADE II

ARQUIVOS, DOCUMENTOS E
ETNOGRAFIA EM REGISTROS
OFICIAIS

Consciência histórica entre relatórios: uma etnografia documental das comissões nacionais da verdade brasileira e chilena

Wesley Sousa Sampaio¹

Introdução

Lendo sobre o contexto dos 50 anos do golpe no Chile, flagrei-me pensando em como os eventos históricos das ditaduras continuam a moldar nossa visão de mundo quanto à justiça e à democracia na América Latina. Em agosto de 2023, o canal de televisão CNN Chile divulgou algo que mexeu comigo: um áudio do ex-ministro Orlando Letelier, revelando que Salvador Allende pretendia convocar um plebiscito, apenas um dia antes do golpe de 11 de setembro de 1973. Imagino a tensão naquele momento, com Allende buscando uma solução democrática

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (Uece), mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Uece (PPGS/Uece), pesquisador do Observatório das Nacionalidades (ON/Uece) e membro do Laboratório de Estudo da Violência e da Radicalização da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Levir/Unilab).

enquanto a sombra de um levante militar pairava sobre o *Palacio de La Moneda*².

A proximidade da data simbólica despertou no Chile debates intensos, mas não somente, a mim causava alvoroço, e inflamou novamente minhas reflexões sobre a história no Brasil. Naquele agosto, estávamos a aproximadamente sete meses de uma data de igual relevância histórica no Brasil, os 60 anos do golpe civil-militar de 31 de março de 1964. Fiquei pensando em como essas datas se tornam janelas de oportunidade para a revisitação das memórias, das narrativas e dos impactos das ditaduras em nossas sociedades.

Tendo em conta os marcos históricos no Chile e no Brasil, objetivo dedicar-me a um estudo comparativo. Minha principal questão é entender como essas nações lidam com as memórias das suas respectivas ditaduras. Para isso, busco analisar um tipo de documento que se projeta como uma resposta da sociedade em relação ao Estado e ao legado dos regimes autoritários: a Comissão Nacional da Verdade (CNV). Afinal, a história não é só sobre o que aconteceu, mas também sobre como escolhemos lembrar e contar esses acontecimentos. Essa reflexão sobre memória e narrativa é essencial para entender quem somos e quem podemos nos tornar.

O processo de transformar textos históricos em fontes é meticuloso e depende das perguntas que os pesquisadores querem responder sobre o passado.

² *EXCLUSIVO: Inédito audio de Orlando Letelier confirma que Salvador Allende iba a convocar un plebiscito el 11 de septiembre de 1973. CNN Chile, 24 de agosto de 2023.*

Nem todas as perguntas são adequadas para todos os textos, e os cientistas sociais devem ter cuidado ao selecionar e interpretar os documentos. A análise crítica é crucial, pois envolve saber quem escreveu o texto e o contexto em que foi escrito, já que analisar os elementos textuais não significa limitar-se à literalidade dos textos, uma vez que a análise simultânea de todos esses elementos é o que permite transformar documentos em fontes de conhecimento histórico (Lara, 2008).

As CNV foram escolhidas como objeto de estudo por serem documentos públicos que estruturam narrativas históricas sobre repressão, violação de direitos humanos e reparação de danos. Além de tornarem públicos discursos institucionais, esses relatórios funcionam como respostas aos traumas das ditaduras no Brasil e no Chile. Segundo Le Goff (2003), podemos entendê-los como documentos/monumentos da memória coletiva e dispositivos de consciência histórica, desempenhando um papel central na preservação e na interpretação do passado.

No presente trabalho, adoto a etnografia documental como metodologia analítica para observação dos relatórios das comissões, delimitando-os como fontes históricas e campo sob a perspectiva de produções históricas que refletem disputas políticas e sociais. O foco é explorar os contextos históricos incutidos como objeto dos relatórios, mas enfaticamente o contexto de suas composições, buscando explicitar a maneira como essas iniciativas modulam as consciências históricas (Rüsen, 2006).

Este estudo, em desenvolvimento, compara os relatórios da CNV brasileira (2012-2014) e da Comissão de Reparação e Reconciliação chilena (1996), analisando suas narrativas, sua organização e seu impacto social. A pesquisa explora como esses documentos vão além do registro da repressão, revelando relações entre memória, poder e sociedade. Além disso, discute a importância da preservação e da acessibilidade digital desses arquivos, destacando desafios para seu uso como fontes de pesquisa. Ao examinar continuidades e rupturas na memória das ditaduras, a análise contribui para os debates sobre os legados dos regimes autoritários na América Latina e suas repercussões atuais.

As comissões nacionais da verdade

A CNV brasileira atuou de 2012 a 2014, investigando violações de direitos humanos no Brasil entre 1946 e 1988. Seu foco foi documentar abusos ocorridos no regime militar (1964-1985) e no processo de redemocratização, culminando no relatório final em dezembro de 2014. Dividido em três volumes, o relatório detalhou detenções arbitrárias, torturas, execuções, desaparecimentos forçados e outros crimes sistemáticos, reconhecidos como crimes contra a humanidade. Também incluiu recomendações para o Estado sobre memória, justiça e reparação (Brasil, 2014).

No Chile, três comissões trataram de violações de direitos humanos durante a ditadura de Pinochet

(1973-1990). A primeira, a *Comisión Rettig* (1990), investigou desaparecimentos, torturas e execuções, resultando na identificação de 2.296 vítimas e recomendando medidas de reparação e justiça. Em seguida, a *Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación* (1992-1996) expandiu essa investigação, elevando o total para 3.216 pessoas desaparecidas ou executadas por motivos políticos (Chile, 1996).

Posteriormente, a Comisión Valech (2003-2005) centrou-se na prisão política e na tortura, identificando 28.459 vítimas, com relatos detalhados sobre os métodos de tortura e seus impactos. Uma segunda instância, entre 2010 e 2011, reconheceu mais 9.795 sobreviventes, totalizando 38.254 vítimas de prisão política e tortura no Chile. As comissões chilenas evidenciaram a necessidade de políticas de reparação e de prevenção para garantir justiça às vítimas e para evitar a repetição desses crimes.

O documento/monumento e a consciência histórica

Jacques Le Goff (2003) determina que o *Documentum*, que vem do sentido de ensinar ou provar, carrega em si a condição de testemunho histórico, prova histórica e testemunho escrito, sendo a última condição uma característica que perdurou até recentemente, visto que, a princípio, o documento era entendido como um texto. A revolução documental, segundo o autor, tem como marco o ano de 1960, com a amplia-

ção dos sentidos abrangendo documentos escritos, ilustrados, transmitidos pelo som ou pela imagem.

Ainda de acordo com o autor, a intervenção do pesquisador atribui ao documento o valor de testemunho, dado que sua escolha seleciona o documento e leva em conta sua própria posição na sociedade de sua época. É resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história da sociedade que o produziu, mas também da sua existência. O documento é monumento³, é o resultado do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro determinada imagem de si próprias. Portanto, todo documento é falso e verdadeiro.

Segundo Jörn Rüsen (2006), uma história comparada é, por natureza, uma história cultural e intercultural, que possibilita resgatar dicotomias e alternativas do modo de estabelecer a memória coletivamente, observar os códigos ou formar identidades culturais e o pensamento histórico. Ou seja, ela evidencia, nas palavras do autor, “a diversidade de diferentes culturas como um espelho que melhor propicia o autoentendimento” (Rüsen, 2006, p. 121).

Rüsen comenta que a comparação intercultural é uma tendência que se faz presente na historiografia (mas podemos estender para as demais Ciências Humanas) e que se mostra inevitável em decorrência

³ Le Goff afirma que *Monumentum* tem por significado fazer recordar, avisar, iluminar e instruir. Um espírito da memória, que cumpre com a função de ser um sinal do passado, ou seja, tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação. Desse modo, pode-se reconhecer a ligação do monumento ao poder de perdurar ou perpetuar, voluntária ou involuntariamente, das sociedades históricas (Le Goff, 2003).

do que podemos entender como relação nacional/internacional própria do interculturalismo e das trocas econômicas e políticas na contemporaneidade.

Etnografia documental

O marco paradigmático do método na antropologia se estabeleceu com a observação participante da etnografia de Malinowski no século XX. Desse modo, há o reconhecimento da relação etnógrafo/interlocutor com o ofício do pesquisador, visando à experiência na cultura alheia como meio legítimo de obtenção de informações e informantes. Para Márcio Silva (2018), isso leva à subalternidade de outras metodologias na abordagem etnográfica. Utilizando-se do argumento de Clifford (1997) e de Foucault (2005), podemos compreender que os arquivos documentais possibilitam o preenchimento de lacunas na análise, revelando múltiplas vozes, práticas culturais e dinâmicas e transformações sociais, posto que são elementos essenciais de constituição de um patrimônio cultural, implicando na preservação da memória.

Para Maria Cristina Costa (2011), os arquivos se constituem como instrumentos que potencialmente ultrapassam sua funcionalidade de registrar, posto que, resultam em uma modulação de relações sociais e políticas. Dessa maneira, o campo de atuação da abordagem etnográfica é ampliado quando se considera a lógica de dispositivos documentais,

pois podemos compreender as interações entre memória, poder e sociedade e, por fim, apreender continuidades e descontinuidades históricas. Nesse aspecto, os arquivos instituem-se como dispositivos de compreensão histórica e cultural e, para o ofício do pesquisador, projetam-se não apenas como fonte de pesquisa, mas como objeto em si.

Portanto, o documento implica na materialização dos processos de subjetivação humana, sendo a objetivação de determinadas ideações, situado cultural e temporalmente. Permite ao pesquisador reconstituições da vida social dos seus interlocutores, que, neste campo, são autores que criativa e esteticamente expressaram os imaginários culturais do seu contexto sócio-histórico. O papel do pesquisador centra-se no uso da imaginação para a recriação de relações sociais e contextualização, identificando sujeitos/personagens e cenários, conectando-os aos significados e funcionalidades históricos e culturais.

Segundo Peirano (2004), documentos identificam e singularizam indivíduos, mas também punem sua ausência, suspendendo direitos e gerando insegurança. A posse de documentos pode reforçar hierarquias. A autora sugere que os documentos podem ser entendidos como traços materiais da história do Estado, revelando mudanças nas relações entre indivíduo e poder ao longo do tempo. A validade e o significado de um documento dependem de uma combinação de elementos legais e administrativos que lhe conferem autenticidade.

A CNV brasileira realizou um apanhado histórico do Brasil de 1946 a 1988, período que compreende acontecimentos que estabeleceram a sucessão de episódios de autoritarismo e o processo golpista em 1964, bem como os anos seguintes que compõem o regime militar até o seu encerramento em 1985 e a Constituinte de 1988. Teve como principal objetivo investigar violações de direitos humanos, com o relatório final lançado em dezembro de 2014 e entregue à Presidência do Brasil, ao Senado, à Câmara dos Deputados e ao Supremo Tribunal Federal. Esse relatório, composto por três volumes, documentou 191 mortes e 243 desaparecimentos no Brasil e no exterior, além de práticas sistemáticas de detenções arbitrárias, tortura, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres por agentes do Estado. Foram identificados 387 agentes do Estado comprovadamente envolvidos em violações de direitos humanos. Mais de 1.116 depoimentos foram coletados, complementados por 80 sessões públicas realizadas em 14 estados e no Distrito Federal. A CNV não teve poderes jurisdicionais, ou seja, não pôde indiciar ou processar os culpados.

Ao contrário da CNV brasileira, criada décadas após o fim da ditadura, a CNV chilena foi estabelecida logo após o regime de Pinochet. Sua investigação abordou desaparecimentos, execuções e torturas cometidas por agentes do governo, além de sequestros e ataques políticos realizados por particulares.

O relatório enfatizou a necessidade de reparação, justiça e prevenção de novas violações. Como resultado, entre 1992 e 1996, uma segunda CNV foi criada para revisar casos sem condenação ou com falta de evidências, ampliando o reconhecimento das vítimas.

Larissa Nadai (2018) afirma que os documentos oficiais funcionam como um elo de comunicação entre indivíduos e instâncias estatais, nas quais a criação, a manipulação e o arquivamento de documentos são práticas indispensáveis para a interação com o Estado. Esse processo revela técnicas de controle e identidades impostas que permitem ao Estado administrar e monitorar a população. Além disso, ao replicar esses procedimentos, a pesquisa etnográfica busca evidenciar o funcionamento intencional de tais práticas burocráticas, como o arquivamento de documentos.

O conceito de “documentar a documentação” (Nadai, 2018) aponta para o fato de que a documentação é uma técnica burocrática que visa tanto o controle quanto a criação de uma estrutura ordenada para a circulação e o arquivamento de informações. Esse processo burocrático estende-se a diversos campos, não apenas à administração pública, mas também às Ciências Humanas e Sociais, onde a documentação assume o papel de um “paradigma epistemológico”, influenciando e moldando a forma como diferentes saberes são produzidos e registrados. É o que Eva Muzzopappa e Carla Villalta (2011) reconhecem como a autoridade da “palavra autorizada” que

reflete a legitimidade e o poder do Estado, compreendido como um construto social edificado sob redes de interação humana.

As CNV do Brasil e do Chile surgiram em contextos distintos, refletindo disputas políticas e sociais na construção da memória histórica. No Chile, a CNV foi estabelecida na década de 1990, como um processo intrínseco à redemocratização, com foco na conciliação, conforme previsto na Lei de Anistia de 1978. Já no Brasil, apesar de iniciativas anteriores, como o projeto Brasil Nunca Mais em 1985, a CNV só foi criada oficialmente em 2009, sendo implementada no governo Dilma Rousseff. Essa diferença de temporalidade influenciou a forma como cada país lidou com as investigações e a redação dos relatórios, demonstrando abordagens distintas na reconstrução da memória e na busca por justiça. Após 1985, a formação de uma comissão fazia-se inviável, dado o peso da Lei de Anistia de 1979.

Com isto, busco situar os relatórios como expressões objetivas de ideias referentes a determinados contextos sócio-históricos. Faz-se necessário situar os documentos no tempo-espaço e compreender que se estruturam com materialidade representativa dos processos sociais e políticos anteriores. Representam uma postura do Estado quanto aos eventos de autoritarismo e violações vivenciadas.

A abordagem etnográfica do Estado revela sua natureza como um espaço de disputas e relações de poder, analisando documentos estatais como produ-

tos dessas interações. Isso envolve estudar sua produção, classificação e conservação, além de considerar as influências históricas e políticas que moldam suas categorias e tradições burocráticas. No entanto, a etnografia documental enfrenta desafios como o “encantamento técnico”, em que documentos jurídicos são apresentados com tecnicismos que parecem autoevidentes, e a “homogeneização do discurso estatal”, que ignora disputas internas e múltiplas práticas dentro do Estado. Assim, contextualizar os documentos em suas dimensões históricas, políticas e sociais é fundamental para uma compreensão mais crítica e aprofundada (Muzzopappa; Villalta, 2011).

Observando as comissões

O relatório final da CNV brasileira de 2014, em seu primeiro volume, dos três que compõem o documento completo, é composto por 5 partes, sendo a primeira um relato sobre a CNV e as atividades que ela procurou desenvolver. Uma segunda parte contém a narrativa sobre as estruturas do estado e as graves violações de direitos humanos e sobre os eventos do contexto delimitado pela pesquisa, que corresponde de 1946 a 1988. A terceira parte conta com os métodos e as práticas das graves violações de direitos humanos e as vítimas desses processos estabelecidos pelo Estado. A quarta parte estabelece uma narrativa sobre as dinâmicas das graves violações de direitos

humanos e quais são os casos mais emblemáticos, locais e autores e como isso repercutiu nos processos jurídicos. E, por fim, sua quinta parte traz conclusões e recomendações de quais devem ser as posturas do Estado nacional em relação aos crimes ali relatados.

Enquanto em outros países as CNV costumam ser únicas e nacionais, no Brasil houve uma descentralização radical. Isso resultou em uma diversidade institucional e partidária, com comissões vinculadas a diferentes órgãos do governo e organizadas de maneira independente. Desse modo, uma investigação que, prioritariamente, deveria ser de caráter nacional, como ocorreu em outras CNV, representa inovação no que se diz respeito à justiça de transição e estimula o debate sobre representação política e legitimidade democráticas. Esse fenômeno, que foi intitulado “comissionismo”, consiste em uma difusão de comissões subnacionais, que, por sua vez, vinculam-se a governos estaduais, municipais, sindicatos, universidades e associações profissionais (Hollanda; Israel, 2019).

Desde os anos 1960, organizações da sociedade civil vêm denunciando os crimes da ditadura e preservando registros históricos, como o Projeto Brasil Nunca Mais, o Comitê Brasileiro pela Anistia e o Grupo Tortura Nunca Mais. Do mesmo modo, diversas comissões governamentais foram criadas para investigar e reunir documentos, testemunhos e dados sobre torturas, desaparecimentos e assassinatos cometidos pelo

regime, como a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), o projeto Memórias Reveladas, criado pelo Arquivo Nacional, e a própria CNV (Santos, 2021).

O relatório da CNV chilena de 1996 possui uma estrutura semelhante ao da brasileira, embora tenha sido elaborado quase 20 anos antes. Sua primeira parte apresenta a justificativa para a criação da comissão, seus métodos de trabalho, objetivos, normas e critérios de pesquisa, além das possíveis conclusões da investigação. A segunda parte foca nos marcos políticos do período de 1973 a 1990, analisando os contextos legais e institucionais e construindo uma narrativa histórica sobre os eventos posteriores ao golpe militar.

Para esclarecer os crimes cometidos pelo Estado, o presidente Patricio Aylwin criou, em abril de 1990, a *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación* (CNVR), formada por oito membros, entre eles juristas e especialistas em direitos humanos (Camacho, 2008). Dentre os integrantes, destaca-se o historiador Gonzalo Vial (1930-2009), que, antes da ditadura, participou de campanhas para desestabilizar o governo de Salvador Allende (1970-1973), promovendo discursos alarmistas sobre um suposto plano comunista para instaurar uma ditadura no Chile. Durante o regime de Pinochet, Vial atuou como Ministro da Educação (1978-1979) e, nos anos 1980, passou a criticar alguns aspectos da repressão, mas sem romper completamente com o governo (Silva, 2020).

A participação de Vial na Comissão Rettig influenciou o tom narrativo do relatório final, que se recusou a divulgar nomes de responsáveis pelas violações de direitos humanos, sob o argumento de que a comissão não deveria atuar como tribunal. Além disso, ele foi acusado de minimizar a responsabilidade da Marinha chilena na repressão, alterando relatórios originais. Sua presença garantiu que o relato do golpe de 1973 fosse apresentado sob uma perspectiva conservadora, atribuindo a ruptura à crise política do governo Allende, sem responsabilizar diretamente os militares (Silva, 2020).

A criação da segunda Comissão da Verdade ocorreu como resposta às limitações do primeiro relatório, buscando qualificar a condição de vítimas em casos sem condenação ou com evidências insuficientes. Esse novo órgão incorporou a palavra “reparação” ao seu título, reforçando o compromisso com a justiça para as vítimas. As conclusões dessas comissões foram essenciais para consolidar políticas de memória e pressionar pela responsabilização dos agentes da repressão, fortalecendo o debate sobre justiça e reparação no Chile (Pastro; Ferreira, 2023).

Para Maria Cristina Costa (2011), as mudanças nos padrões da modernidade em meio ao século XXI enfatizam os impactos da globalização e das novas formas de comunicação. A comunicação em rede implica em um intenso fluxo de informações. O poder político perde o monopólio sobre a gestão de pro-

cessos produtivos e dos bens materiais e simbólicos. Instituições como universidades, museus e centros científicos se voltam para o estudo dos arquivos como forma de entender e reinterpretar o passado.

Essa perspectiva dialoga com Peirano (2004), que identifica um movimento da contemporaneidade voltado à revisão da história, destacando continuidades e rupturas. O poder sobre a produção simbólica mudou, mas persiste, refletindo questões como vigilância e intervenções digitais. O governo eletrônico, alinhado ao *New Public Management* desde 2000, modernizou a gestão pública com tecnologia e práticas privadas, favorecendo microempresas e consolidando o Estado como entidade fiscal, focada no cidadão-contribuinte. A digitalização dos arquivos rompe o monopólio político na gestão de informações, mas traz novos desafios para preservar e analisar dados históricos.

Essa dicotomia implica em maior facilidade de acesso à informação, o que possibilita que eu, como pesquisador, possa realizar minha pesquisa de casa ou da universidade, sem me deslocar fisicamente a uma instituição para acessar os arquivos desejados. Todavia, há a necessidade redobrada de curadoria dos documentos, conferências das fontes, credibilidade dos portais acessados e veracidade das informações.

Para tanto, houve a necessidade de estabelecer de maneira sistemática a eleição de portais, voltados ao arquivamento digital de documentação oficial do

Estado, tanto no Brasil quanto no Chile. Para isso, foram consultados sites/portais eletrônicos e repositórios de museus e instituições públicas visando coletar e comparar os dados disponibilizados em formato digital, no intuito de comparação e de confirmação da veracidade dos arquivos e documentos disponibilizados.

O relatório da CNV brasileira estava disponível no portal do Centro de Referência Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional, mas apresentava sinais de abandono no âmbito digital, com imagens corrompidas e um *layout* simples de fundo branco. Apesar da falta de manutenção, os links ainda redirecionavam corretamente para os documentos e os arquivos em PDF continuavam acessíveis até novembro de 2024. Após o aniversário de 10 anos da publicação do relatório, em 10 de dezembro de 2024, o site passou por uma reformulação visual e estrutural. O novo design inclui um cabeçalho atualizado com o título “Comissão Nacional da Verdade” sobre um fundo azul com listras transversais e a silhueta do mapa do Brasil. Além disso, foi adicionada uma barra de navegação lateral que permite acessar diferentes seções, como informações institucionais, audiências públicas, fotografias, laudos periciais e textos sobre tortura em instalações militares. Na página inicial, há uma imagem da então presidenta Dilma Rousseff junto aos membros da CNV — José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti, Maria Rita Kehl, Pedro Dallari, Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Cardoso —, registrada durante a cerimônia de entrega do

relatório no Palácio do Planalto, em 10 de dezembro de 2014. Abaixo dessa imagem, os três volumes do relatório estão disponíveis para visualização *online* e download, mantendo o acesso ao conteúdo histórico e às conclusões da Comissão.

No caso chileno, escolhi como sua principal fonte a Biblioteca Nacional Digital do portal eletrônico do *Proyecto Memoria Chilena* da *Biblioteca Nacional de Chile*. Nesse caso, a identidade visual é muito bem preservada, com ilustrações, barras de ferramentas em laranja e vermelho, com um belo carrossel de imagens que ilustram seus destaques entre os conteúdos disponibilizados já na página inicial. O portal apresenta com maestria a curadoria de seu acervo digital composto por álbuns, capítulos, cartas, jornais, mapas, manuscritos, revistas, pinturas, gravuras, discos compactos, discos de som, vídeos, fotografias, partituras, telegramas, entre outros tipos de documentação, todos organizados em diferentes formatos e tipos. Buscando na barra de pesquisa por “*comisión de la verdad*”, sou redirecionado a uma página na qual tenho as seguintes opções de navegação: *Minisitios, Cápsulas, Objetos Digitales, Noticias, Todos los resultados*. No terceiro, encontro aquilo que tanto almejo, os relatores *De La Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación* de 1996 digitalizados, além, é claro, de fotografias de autoridades relacionadas com a comissão.

Considerações finais

Compreendo os Relatórios das comissões da verdade como documentos/monumentos históricos, seguindo o conceito de Jacques Le Goff (2003). Eles não registram unicamente eventos passados, mas são construções sociais que implicam na formulação das narrativas, na forma como os eventos ali retratados serão lembrados no futuro. Portanto, observo uma dupla funcionalidade nesses documentos: inicialmente, como fontes de memória histórica, e como instrumentos de poder, legitimando ou desafiando narrativas políticas e sociais dominantes, em diferentes momentos históricos.

Questiono que o atraso da criação da CNV (2012-2014) em relação ao encerramento da ditadura (1985) reflete sobre a lentidão e a fragmentação do processo de redemocratização. Todavia, a demora em sua constituição implica na composição de seu conteúdo, que agrega informações relevantes, acumuladas com a contribuição de comissões anteriores realizadas nos países vizinhos. O relatório brasileiro destaca as conexões internacionais (como a Operação Condor) e as violações sistemáticas dos direitos humanos, o que possibilita analisar um panorama muito mais extenso das práticas de autoritarismo e golpismo em um contexto continental.

No caso chileno, a maior rapidez da formação das comissões iniciadas logo após o fim da ditadura de Pinochet (1990), assim como o número de vezes

que foram criadas, reflete o compromisso imediato com a justiça de transição. As comissões, ao expandirem suas investigações no decorrer dos anos e ao incorporarem novos casos, resultaram na composição e no detalhamento de políticas de reparação mais concisas e efetivas.

Contudo, ambas as comissões enfrentaram dificuldades para lidar com resistências políticas e sociais. Isso possibilita refletir sobre o papel das disputas ideológicas no entorno da recepção dos relatórios e na maneira como se dá a implementação das recomendações por elas propostas, como a constituição, ou não, de políticas de reparação e de medidas de não repetição. No caso brasileiro, é alarmante que, mesmo em formatos digitais, a preservação adequada dos arquivos da CNV explicita uma patente negligência no cuidado com a memória histórica.

A etnografia documental na pesquisa sociológica possibilita reconhecer os documentos como produtos culturais e sua implicação nas modulações das relações sociais e narrativas políticas. Os arquivos refletem dinâmicas de poder, exigindo do pesquisador uma postura crítica e rigorosa para interpretar suas camadas de significados, tudo aquilo que é dito e não dito.

As comissões são instrumentos de disputa de memória. Ajudam a moldar consciências históricas, assim como propõe Rüsen (2006), e influenciam como as sociedades brasileira e chilena reconhecem

suas ditaduras. Por fim, anseio por enfatizar que os relatórios não encerram em si o debate, mas são uma fonte e, simultaneamente, um campo, que nos possibilita examinar as memórias e suas polarizações. Isso ressalta a importância contínua de revisitar e reinterpretar esses documentos para entender o presente e projetar o futuro.

O arquivo como objeto de escrutínio: elementos teórico-metodológicos para pensar a CPI da Pandemia da Covid-19 e a etnografia em documentos

José Pedro de Castro da Rocha¹

Introdução

O presente artigo aborda uma parte da seção metodológica de minha pesquisa de mestrado – em andamento –, que foca na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia da Covid-19, ocorrida no Senado Federal, no ano de 2021. Trata-se, sobretudo, de uma análise documental, visto que o material – de fonte primária – que investigo é um arquivo em vídeo, ou melhor dizendo, vários documentos em audiovisual, pois são gravações das reuniões da CPI da pandemia, desde sua implementação até a aprova-

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (PPGS/Uece), vinculado ao Laboratório de Estudo da Violência e da Radicalização (Levir) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e ao Observatório de Ciências Sociais e Humanas em Saúde (Observa Saúde) da Universidade Estadual do Ceará (Uece).

ção de seu relatório final, disponíveis gratuitamente na plataforma virtual de vídeos *YouTube*, no canal oficial do Senado Federal nessa plataforma. Outrossim, pretende-se também analisar o relatório final da CPI observando o que dos resultados finais das investigações foi incluído ou não. Assim, ao deter-me sobre documentações distintas, mas de valores diferentes para a pesquisa, tendo como base os textos reflexivos sobre etnografia, mais especificamente etnografia em documentos, busco delimitações teórico-metodológicas mais precisas.

Desse modo, este capítulo está dividido em quatro seções. Na primeira, apresento um panorama geral de meu projeto de pesquisa; na segunda, uma recapitulação de pesquisa anterior, resgatando meu processo metodológico, com vistas a construir a metodologia da pesquisa atual. Na terceira, apresento as possibilidades analíticas da investigação sobre os documentos da CPI; e na quarta e última seção, reflito sobre a utilização do diário de campo em uma pesquisa documental.

Pontos de partida e de ancoragem

A proposta de minha pesquisa é continuar desenvolvendo o conceito de “política da exposição”, iniciado em pesquisa anterior, quando analisei o discurso de Giorgio Agamben sobre a pandemia da Covid-19 (Rocha, 2023). Todavia, agora com uma

investigação focada nos acontecimentos pandêmicos no Brasil, pois, o país, durante a pandemia, mostrou-se um campo em que as técnicas biopolíticas e necropolíticas foram ao mesmo tempo reforçadas e desmembradas, em um cenário sociopolítico de implantação de medidas econômicas neoliberais, ao passo essas técnicas criaram uma situação limite para a análise teórica daqueles conceitos, sendo necessário revisar suas ressignificações a fim de promover novas interpretações conceituais. Portanto, um estudo sobre o Brasil contemporâneo faz-se necessário, tendo como foco o relatório final e os arquivos em vídeo da CPI da Pandemia.

Antes de tudo, comecemos pelo seguinte questionamento: o que significa “política da exposição”? O termo foi criado para explicar os efeitos de poder causados pelo discurso de Agamben sobre a pandemia da Covid-19. Observei que o autor produzia um discurso que tinha inegável semelhança com aqueles promovidos pela extrema direita no poder – nos exemplos dos governos de Donald Trump (2017-2021), nos Estados Unidos da América, e de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), no Brasil. Apresento, portanto, as principais semelhanças entre os discursos. São elas: a) a crítica a um Estado grande e centralizador, que toma todas as decisões pelos indivíduos, sempre os controlando e com o único objetivo de “manter o controle sobre seus corpos”; b) a menção constante à perda das “liberdades individuais” e como é importante preservá-las e

reivindicá-las, para não se submeter àquele Estado; c) o anticientificismo, a desconfiança na ciência e a suspeita de um “conluio” entre ciência, Estado e mídia para manter os indivíduos controlados.

O vocabulário reforça muitos termos da teoria da biopolítica, desenvolvida inicialmente por Foucault (2005, 2020) e depois por Agamben (2002), centrais na questão que pretendo abordar, como o controle estatal dos corpos e a relação entre segurança e liberdade. Com isso, a “política da exposição” surgiria como o efeito de poder do uso discursivo dos temas supracitados em prol de uma política que parece não demonstrar mais tanto interesse na vida biológica como seu ponto de ação e legitimação, pelas técnicas biopolíticas do Estado (Foucault, 2008). Trata-se, pois, de se referir à vida a partir de uma outra categoria discursiva: a liberdade, sobretudo nos discursos que a apreendem como “liberdade individual”.

Elemento discursivo pelo qual o neoliberalismo produz subjetividades, a “liberdade individual” (Foucault, 2008), no contexto pandêmico, mostrou-se como o ponto de inflexão que, ao mesmo tempo, tão desejado pela maioria da população – significando o fim de um período de confinamento – também era estimulado por grupos políticos de extrema direita, de modo a reduzir as responsabilidades governamentais com o problema de saúde pública. E, durante o mandato de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), a “liberdade individual” tomou centralidade na ordem do

discurso, produzindo uma prática política que expôs os brasileiros ao contágio com o vírus SARS-CoV-2 e à possível morte, sob a lógica da retirada do poder de decisão do Estado para com as responsabilidades sociais, em um período de exceção, sobretudo, de programas sociais e trabalhistas, como é o funcionamento da lógica da “austeridade” do neoliberalismo (Paraná, 2018).

Diante disso, o fenômeno pandêmico brasileiro tornou-se um emaranhado de linhas de tensão política e social em que os termos da bio e da necropolítica até poderiam explicar certos aspectos da realidade. Contudo, muitas vezes, foram insuficientes para analisar um governo, de base econômica neoliberal, que, podendo usar do estado de exceção pandêmico para consolidar seu poder de controle sobre a população – como fez, por exemplo, a China, conseguindo uma eficiente resposta de contenção à disseminação do novo coronavírus (Pereira, 2022) – optou pela promoção de uma prática política em que mais se promoveu o valor subjetivo da “liberdade” em detrimento do valor subjetivo da “vida”, ou melhor, da sobrevivência biológica da espécie humana.

Portanto, diante desse cenário, pretendo, na pesquisa aqui apresentada, dar continuidade às noções teóricas iniciadas em pesquisa anterior sobre “política da exposição” (Rocha, 2023), partindo da seguinte problemática: a exposição dos corpos ao contágio do novo coronavírus – na gestão da pande-

mia da Covid-19, durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), no Brasil contemporâneo – gerou mais mortes porque se deu no intuito de não estagnar a economia, devido à irredutibilidade do seu programa de governo neoliberal, implantado desde seu início, proporcionando o surgimento de uma nova tecnologia do poder (a política da exposição) em que a “liberdade individual” toma centralidade na ordem do discurso, em detrimento do discurso “em defesa da vida”?

Fica, portanto, o objeto de pesquisa delimitado ao relatório final e aos arquivos em vídeo da CPI da Pandemia. De acordo com as exigências temáticas da problemática colocada em questão, evidencia-se que a pesquisa não tratará de uma delimitação estritamente temporal específica, no que diz respeito aos anos de emergência internacional sanitária da Covid-19, de março de 2020 até maio de 2023, mas que se encontra delimitada dentro desse período, sendo os fatos descobertos pela CPI da Pandemia o eixo organizador temporal das descobertas da forma como o Governo Federal da época escolheu lidar com a pandemia. Nesse sentido, os depoimentos e questões das autoridades e dos senadores servirão para a produção de fatos e dados empíricos e afirmações que possam ter sua veracidade verificada, com o fim de análise teórica. Não se trata de entender o funcionamento e as relações de poder internas de uma CPI, mas de usá-la para entender um cenário social e político mais amplo.

Ademais, com base na premissa metodológica proposta por Bourdieu (2020), de que a objetivação e a especificação do objeto de pesquisa são construídas a partir e durante a pesquisa exploratória, início de toda pesquisa bem estruturada em sociologia, ainda assim, é possível delimitar ainda mais o objeto, no decorrer da pesquisa. Pois, primeiramente, interessam-me os discursos de senadores e autoridades públicas, que, no andamento da CPI, minimizaram a pandemia, sob o pretexto da defesa das liberdades individuais, e, secundamente, o que esses discursos dispersaram como práticas sociais em certo setor da população brasileira, por exemplo, quando houve manifestações contra as medidas sanitárias e em favor das liberdades individuais, quando a recomendação internacional da OMS era para manter o isolamento social (Rocha, 2023).

Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa é desenvolver o conceito de “política da exposição” como uma nova tecnologia do poder, produzida durante o período da pandemia da Covid-19, pelas ações e omissões de um projeto de Estado neoliberal, no governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), no Brasil. Assim, elenco como objetivos específicos: 1) explorar, etnograficamente, o relatório final produzido pela CPI da Pandemia, acompanhando as discussões dos senadores pelo canal oficial da TV Senado, gravadas e disponibilizadas gratuitamente na plataforma virtual de vídeos *online YouTube*; 2) analisar

os discursos de autoridades envolvidas na CPI, que defenderam, respectivamente, o “discurso em defesa da vida” e o “discurso em defesa da liberdade individual”; 3) investigar, genealogicamente, as práticas de poder dispersadas pelos integrantes do Governo Federal, ao tomarem as decisões políticas, na pandemia, com base no discurso da liberdade individual; 4) interpretar o conceito de “política da exposição” como nova tecnologia de poder, diferente da “biopolítica” e da “necropolítica”, surgida durante a pandemia da Covid-19, no Brasil.

Resumido o escopo geral da pesquisa, debruço-me agora sobre os procedimentos metodológicos que serão úteis para conseguir alcançar os objetivos apresentados. Para tanto, é preciso elucidar, primeiramente, as técnicas pessoais de análise de documentos, que desenvolvi em pesquisa anterior (Rocha, 2023), as quais *mutatis mutandis*, buscarei reproduzir, de maneira mais bem elaborada na dissertação, aproximando a pesquisa ao método de “etnografia em documentos”.

Esboço para uma sistematização metodológica

Em pesquisa anterior (Rocha, 2023), após delimitar o objeto de pesquisa – os textos sobre a pandemia da Covid-19 de Giorgio Agamben – e minha pergunta de partida – “quais os efeitos de poder propagados pelo discurso empregado pelo filósofo no cenário de

exceção pandêmica?” –, adotei uma metodologia de análise que me foi muito profícua. Primeiramente, compilei, li e analisei um grande número de artigos *online* (disponibilizados gratuitamente) e acadêmicos que tivessem abordado os textos de Agamben sobre a pandemia produzidos no Brasil, o que me permitiu ter acesso ao primeiro texto em que o autor e suas opiniões são citados de maneira direta e compõem a argumentação do texto analisado. Portanto, a construção da ordem do discurso sobre o tema que investigava iniciou ali; e só pude compor essa ordem quando todos os textos foram analisados, os quais organizei em três grupos distintos: um grupo que assimilava a argumentação de Agamben, mas o foco do texto não eram as opiniões do filósofo, pois elas não eram o foco central, sendo usadas para discutir um tema de outra ordem que os autores escreviam, mas que passava pela argumentação de Agamben; um outro grupo que buscou defender as opiniões do autor e justificá-las; e um último grupo que combateu e criticou o discurso de Agamben. Assim, apoiado na compreensão de discurso em Foucault (1996) é que pude compreender onde meu trabalho se inseriria nessa ordem discursiva; o que me permitiu não somente um diálogo com todos esses autores brasileiros que versavam sobre o mesmo objeto, mas também me posicionar em relação a eles.

Isso posto, erigi, após essa etapa, outro documento em que, sistematicamente, analisei todos os

textos publicados por Agamben sobre a pandemia da Covid-19, traduzidos para o português ou para o espanhol, estando eles publicados de forma *online* e gratuita, ou em livros físicos e *ebooks* por editoras brasileiras. Seguiram-se, nessa etapa, os procedimentos de análise do discurso em Foucault (1996, 2014, 2020), em que uma análise interna do discurso – como se constrói, o que suscita, qual regime de verdade cria – não deve estar desconectada com uma análise externa desse discurso, isto é, sua capacidade de promover práticas e efeitos de poder e tornar-se efetivo enquanto uma atuação política na sociedade. Disso decorreu que pude me aprofundar mais na filosofia de Agamben para encontrar, em seu interior, os fundamentos epistemológicos e ontológicos de suas posições sobre a pandemia.

Contudo, não limitado a isso, também analisei como seu discurso desdobrava-se em práticas que não punham fim à exceção pandêmica, ao contrário, a perpetuava. Depreendi, assim, que sua defesa das liberdades individuais estava imersa em uma ordem do discurso mais ampla nas quais se encontrava os governos de Bolsonaro e de Trump, como apresentados anteriormente. Compreensão do discurso essa que me possibilitou concluir que, durante a pandemia da Covid-19, o discurso em defesa da liberdade individual fazia surgir uma outra tecnologia do poder, que nomeei de “política da exposição” (Rocha, 2023).

Como, então, poderei reproduzir esse tipo de análise à luz da etnografia de documentos, visto que analisar tanto textos, quanto vídeos é, sobremaneira, uma análise documental? E como, adotada a investigação multicritério em Bourdieu (2020), posso agregar à minha pesquisa a análise do discurso e a genealogia das práticas sociais e políticas?

A Comissão Parlamentar de Inquérito como objeto de análise sociológica

Peirano (2014) afere à etnografia uma abertura à experiência de estar em campo, que confere às investigações etnográficas a constante capacidade de reinventar a teoria da cultura. Ou seja, o estar em campo proporciona o contato contínuo com a ruptura, com a descontinuidade, com as especificidades e as tensões dos grupos ou dos documentos estudados. Rupturas essas que Foucault (2008) chamou de descontinuidades da história, nas quais um evento não necessariamente segue uma linha coesa que leva a outro evento. É preciso, portanto, compreender nossos objetos de pesquisa como acontecimentos, e isso implica encará-los como dispersões de possibilidades e novidades que inauguram na história das culturas e das práticas sociais novas maneiras de comportamentos culturais e sociais dos humanos. Por isso, Peirano (2014, p. 383) nos provoca ao dizer que “Etnografia não é método; toda etnografia é também teoria. [...] Se é boa etno-

grafia, será também contribuição teórica”. Assim, toda (boa) investigação etnográfica produz novos meios de pensar teoricamente. E não é diferente ao se tratar da etnografia em documentos.

Documentos produzem e relatam conflitos, silêncios, perguntas, respostas e afetos; servem para consultas, incitam memórias, despertam sentimentos e produzem a história a partir da produção de fatos (Cunha, 2005). Identificam e validam identidades, assim como as destituem; além de fornecerem e retirarem direitos (Peirano, 2006). Os arquivos produzem um tempo, uma história e até mesmo uma geografia (Foucault, 2008). O início da análise documental não começa simplesmente no contexto em que o documento está inserido, como se o todo explicasse a parte, mas no que o documento tem de objetivo para permitir construir um contexto maior: de onde ele foi produzido, por quem foi produzido e com que finalidade.

A definição das possibilidades do arquivo está, o tempo todo, presente na pesquisa documental. Pois a pesquisa não surge senão da concretude do objeto observado. No caso, o arquivo por si só se constrói como completo e acabado e, por isso mesmo, é o campo em que as interpretações surgem do ponto de vista relacional do investigador de maneira que o “por onde” se olha, o “quando” se olha e a “finalidade” com que se investiga o arquivo transformam-no em objeto de problematização sociológica.

Podemos dizer que toda forma documental, ao ser incitada, só pode responder ao que nela está contido em sua finitude. Por isso, os documentos possuem interpretação infinita, pois sua “forma já é plena de significado” (Peirano, 2006, p. 43). O documento é completo em si mesmo. Isso quer dizer que o que o muda e o faz mudar são os processos de intervenção física ou subjetiva sobre ele. Portanto, o caminho interpretativo de qualquer documento deveria passar, necessariamente, por uma interpretação hermenêutica de seu uso físico, ou seja, para onde é levado, onde é arquivado, quais processos de edição sofreu, se foi violado, quais processos físicos ou químicos foram usados para sua conservação ou destruição, e em que tudo isso reflete no seu acesso e na sua investigação (Peirano, 2006). Assim como deve passar por um processo de investigação hermenêutica de seu uso subjetivo, isto é, as diversas formas de significação direcionadas ao arquivo em si, em sua fisicalidade, ou sobre seu conteúdo, sobre o que carrega em palavras, ou qual carga simbólica dá às palavras nele contidas; até mesmo a análise de performatividades em arquivos em vídeo e em que medida as performances sociais sofreram interferências ao serem abertamente documentadas. São essas fronteiras que estarão em qualquer pesquisa documental e que fornecem, a partir dos documentos, possibilidades sempre novas de teorização sobre a realidade social.

“Às vezes não é um documento ou uma série específica de documentos que importa, mas a pre-

sença ubíqua de uma temática em documentos distintos que serve como sinal para a desfamiliarização inicial” (Spink, 2013, p. 118). Essa proposta de Spink (2013) dialoga estreitamente com a recomendação de Cellard (2008) para as pesquisas documentais não se aterem exclusivamente a um único tipo de documento sobre o tema estudado, pois é preciso estar munido de documentação variada para compreender mais globalmente nossos objetos. Isso significa que, dado o foco temático da problemática de pesquisa aqui apresentada, é necessário que me valide de fontes documentais diversas que versaram em alguma medida não somente sobre a CPI da Pandemia, mas também sobre seu contexto político e histórico. Isso suscita os seguintes questionamentos: quais as forças políticas estavam presentes durante as sessões? Qual o contexto em que a comissão foi criada? Qual o interesse/objetivo dos senadores da minoria no Senado² ao implementarem a CPI? Que tipo de cobertura midiática a comissão gerou e quais discursos e práticas reverberou socialmente?

Porquanto, se minha pesquisa, ao estar atenta à produção de práticas de poder e subjetividades surgidas dessas práticas, meu objeto documental, a CPI da Pandemia, com todas as suas possibilidades analí-

² De acordo com Ferreira Júnior e Lehfeld (2022), quem detém o poder de propor a abertura de uma CPI, no Senado Federal brasileiro, são as “minorias parlamentares”, que correspondem ao partido com menor número de eleitos ou à coligação com menor número de eleitos. Geralmente, essas minorias são vistas como oposição ao Executivo Federal, em contraste com os parlamentares “da situação”, isto é, aqueles que, em sua maioria, apoiam o Executivo Federal.

ticas, deve seguir a linha de investigação que procura nos documentos a formação daquelas práticas e seus efeitos políticos em uma ordem de reorganização das tecnologias do poder na contemporaneidade, tendo como acontecimento histórico a pandemia da Covid-19, situada no Brasil. Destarte, o documento é passível de metodologia e teoria críticas que levam em consideração o que ele mostra, mas em constante relação com o que ele não mostra, oculta ou intencionalmente esconde (Nadai, 2018). Tratando-se de pesquisa que leva em consideração a dimensão de luta política no interior das CPIs, a observação das práticas sociais, nesse contexto, só é observável nesse sentido.

As CPIs são instrumentos juridicamente políticos arrematados constitucionalmente, de uso fiscalizador e investigativo das minorias políticas das câmaras legislativas. Por isso, é necessário, antes, entender que implicações políticas há nesse instrumento juridicamente regulamentado para o funcionamento da política, ou como a política, juridicamente regulamentada, funciona. Com isso, quero dizer que há uma normalização a ser seguida pelos parlamentares, em que os conchavos e os interesses partidários são organizados dentro de uma regulamentação fechada, ao mesmo tempo em que os interesses e conchavos são a chave instauradora das CPIs. Portanto, qual é o uso político das CPIs e em que isso compõe importância para sua análise? Ademais, uma CPI não inicia na primeira reunião, quando são escolhidos o presidente, o vice-pre-

sidente e o relator – este, o qual tem liberdade para inquirir os investigados ou convidados por tempo que julgar necessário à inquirição, enquanto os demais parlamentares, inclusive o vice-presidente, não o têm (o presidente sequer pode fazer perguntas durante as sessões), segundo o regimento interno do Senado Federal que regulamenta o funcionamento das CPIs. Por isso, é assaz importante investigar, ou pelo menos compreender, a luta política, em determinado contexto histórico, que levou ao acontecimento da CPI; visto que sua instauração é uma arma política – desde seu primeiro regimento na Constituição Federal de 1934 – das minorias parlamentares para investigar e fiscalizar o Poder Executivo (Ferreira Júnior; Lehfeld, 2022).

Pois sendo um mecanismo político das minorias parlamentares, as CPIs nascem a partir de interesses políticos e partidários (Ferreira Júnior; Lehfeld, 2022), já que têm poder fiscalizatório, inquisitório e investigativo, implicando poderes similares aos poderes instrutórios de juizes de direito, contudo, não julgam, mas têm poder de instaurar uma disputa política em que os interesses de pauta dos partidos se fazem o tempo inteiro presentes, desde a coleta de assinaturas para criação da CPI, passando pela escolha do presidente da comissão e de sua relatoria, até a produção de seu relatório final a ser encaminhado para as autoridades pertinentes para julgamento do caso – geralmente, este papel está a cargo da Procuradoria Geral da República, tratando de investigações na esfera política federal (Riani, 1999).

Tendo, desse modo, minha pesquisa como objetivo a definição de um novo conceito que explique os efeitos de poder surgidos pelas práticas políticas, durante a pandemia da Covid-19, em que alçaram à centralidade discursiva o valor subjetivo das liberdades individuais em detrimento do valor subjetivo da vida, em sua sobrevivência biológica, o método e a teoria da etnografia em documentos permitem-me produzir nova teorização sobre a pandemia, atenta aos fatos históricos documentados como acontecimentos e abrindo espaço para novas interpretações dos fenômenos. Práticas essas dispersas em um campo de disputa política, o que adensa deveras a compreensão dos fenômenos pandêmicos. A etnografia é o procedimento que permite analisar diferentes caminhos das práticas sociais, posicionando-se exatamente sobre essas práticas, estando no seu interior, participando das diferentes linhas, curvas e rupturas que se criam de modo relacional. Somos chamados a caminhar com essas práticas, mesmo sendo as mais distantes de nossa realidade objetiva e subjetiva. Por esse motivo, a etnografia nos convida a teorizar sobre o comportamento humano de forma nova. Em pesquisas com arquivos, instalamo-nos nessas linhas com o fito de investigar os “discursos que começam a deixar de ser os nossos” (Foucault, 2008, p. 148) e, com isso, investigar as práticas e a subjetividade de um comportamento que foi documentado.

Afinal, o que estava em jogo, durante a pandemia, era a disputa política de duas forças antagônicas que dispersaram, cada uma, subjetividades e práticas sociais com impacto nacional. Se, de um lado, havia o grupo – representado pelos senadores opositores ao Governo Federal – que optou pela sobrevivência da espécie humana, seguindo os protocolos sanitários de contenção ao novo coronavírus, e que possuíam como valor principal a preservação da vida geral da espécie humana; por outro lado, havia o grupo que desacreditou da veracidade da doença e, em nome da proteção de suas liberdades individuais, se comportou em desobediência à conduta sanitária. E como esta investigação me aproxima do campo da Antropologia, mas produzindo uma sociologia das práticas sociais em luta, o procedimento etnográfico revela-se como meio de investigar os documentos que dão sustentação objetiva à pesquisa, mas que o tempo inteiro nos remetem ao processo de reflexividade comum a toda (boa) pesquisa etnográfica, em que as investigações não revelam meros fatos “sem vida”, mas inauguram uma nova maneira de pensar teoricamente.

Notas de campo e suas reverberações

Ao querer replicar o eficiente modelo da pesquisa anteriormente citada, sobre Agamben (Rocha, 2023), em que separamos três análises diferentes de documentos distintos: os artigos científicos, os textos de Agam-

ben e minhas teorizações epistemológicas, penso que é necessário sustentar essa técnica de “documentar a documentação” (Nadai, 2018) com um aporte teórico da etnografia aplicada aos documentos.

Weber (2009) distingue, na análise etnográfica, três formas de diários de campo, com funções diferentes na pesquisa: o diário de campo para notas diárias, o diário íntimo e o diário etnográfico. Os diários mostram, a cada etapa da reflexão, “os laços entre as diversas hipóteses levantadas pelo pesquisador e o momento da pesquisa em que essas hipóteses foram reformuladas” (Weber, 2009, p. 168). Ou seja, o diário de campo é um estoque de materiais que utilizamos como documentação de dados e conteúdo da pesquisa, sendo informações brutas a serem refinadas analiticamente diante dos propósitos da investigação, que, na pesquisa documental, serve para “documentar a documentação”, como proposto por Nadai (2018); isto é, o processo reflexivo de pensar todas as dimensões físicas e subjetivas contidas em um documento a partir da problemática de pesquisa empregada, contudo, com possibilidades sempre abertas de interpretação e teorização que o próprio campo em documentos oferece. Ou seja, até mesmo na pesquisa documental há espaço para mudanças de rota e correção de rumo, que sempre se dá no contato com o documento.

Diante disso, reflito que as notas diárias de campo, em minha pesquisa, sugerem o processo de sintetizar, descrever e analisar inicialmente as reuniões da CPI,

de maneira exploratória, traçando linhas de análise provisórias, e analisando as performatividades do discurso político. Enfim, criando um conjunto de dados descritivos e reflexivos que servirão como arquivo de revisita para o processo posterior de análise teórica dos dados construídos.

Quanto ao íntimo, presente nos documentos que leio e analiso e que estão sempre comigo, são tanto os livros de contextualização histórica sobre a pandemia quanto os livros de teoria que uso para embasar minha argumentação. Então, o íntimo expressa-se nesse diálogo com as leituras, que, mesmo digitais ou manuais, estão em eterno diálogo comigo no dia a dia. Minhas impressões, geralmente as primeiras, estão todas lá, nos comentários que faço às leituras, que variam de acordo com o que concordo ou discordo ao ler, bem como impressões de pistas que compõem o eixo principal da minha pesquisa e teorização. São notas que podem ser, por vezes, imprecisas e até emocionais, mas que compõem um valor da escrita constante, da reflexão íntima, pessoal, mas nem por isso desprovida de esforço analítico.

Por fim, a produção de um documento último, porém não definitivo, é representada pelo diário etnográfico em si, no qual se conjugam as descrições reflexivas com as primeiras impressões íntimas à construção de uma compreensão definitiva do objeto, capaz de me conduzir à resposta – negativa, positiva ou parcial – da problemática instaurada no início

da pesquisa. Tem valor tanto de produção de dados quanto de produção teórica sobre os sistemas de cultura e os sistemas sociais contemporâneos.

Considerações finais

O artigo articula etnografia de documentos e análise crítica do discurso, demonstrando como uma Comissão Parlamentar de Inquérito pode ser tomada como objeto de estudo para a compreensão de dinâmicas de poder durante uma crise sanitária. A abordagem proposta não se limita à mera descrição dos arquivos – no caso desta pesquisa, em formatos audiovisual e escrito –; ela busca decifrar as nuances performativas e discursivas que revelam as tensões entre as práticas em “defesa da vida” e as em “defesa da liberdade individual”. A metodologia reflete a triangulação de fontes, reforçando o potencial heurístico da investigação para além do caso estudado, oferecendo ferramentas analíticas para pesquisas sobre crises políticas e de saúde pública que têm como base empírica documentos oficiais.

A elaboração dos diários de campo, inspirada em Weber (2009) e Nadai (2018), transplanta instrumentos da etnografia “tradicional” para a realidade da pesquisa em arquivos. Essa estratégia permite registrar não apenas o conteúdo dos documentos, mas também as camadas de subjetividade e intencionalidade que os permeiam – desde as edições das

gravações até os silêncios estratégicos nos depoimentos. A divisão em notas diárias, íntimas e etnográficas garante um processo iterativo entre diferentes focos analíticos, em que hipóteses são constantemente criadas e reelaboradas.

Em síntese, o estudo, ao realizar uma análise etnográfica-documental sobre a CPI, tem por finalidade propor uma reflexão mais ampla sobre as transformações das relações de poder na contemporaneidade, diante de uma realidade situada. Ao investigar como a “liberdade individual” foi instrumentalizada para justificar a exposição de corpos ao risco de contaminação pelo novo coronavírus, a pesquisa demonstra as contradições do projeto de Estado neoliberal. Assim, a articulação entre genealogia das práticas, análise do discurso e etnografia documental posiciona o trabalho na fronteira entre sociologia política e antropologia. Por fim, a pesquisa não apenas propõe o conceito de “política da exposição” como explicação teórica dos fatos ocorridos durante a pandemia no Brasil, mas também demonstra como a etnografia de documentos pode ser um caminho de múltiplas possibilidades para desvendar as relações entre discurso, poder e práticas sociais.

Quando a religião (não) pode ser “complementar” e “integrativa” ao SUS? Análise etnográfica de uma resolução municipal

Emanuel Freitas da Silva¹

Introdução

Uma Resolução Conjunta das Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Clima (SMAC) e de Saúde (SMS), publicada no Diário Oficial da cidade do Rio de Janeiro, em 19 de março de 2025, causaria estranhamento em parte da comunidade religiosa (especialmente lideranças cristãs) e, por que não dizer também, entre defensores da laicidade no Brasil. Nela, a Prefeitura da cidade resolvia reconhecer “as manifestações da cultura popular dos povos tradicionais de matriz africana e as unidades territoriais tradicionais de matriz africana [ilês, kwes, tendas, inzos, casas e afins] como equipamentos promotores de saúde e

¹ Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, ambos da Universidade Estadual do Ceará (Uece). Bolsista de Produtividade (BPI/Funcap). Doutor em Sociologia (UFC). Contato: emmanuel.freitas@uece.br.

cura complementares e integrativos ao SUS” (Rio de Janeiro, 2025, p. 31) e, a partir disso, garantia que “unidades territoriais tradicionais” cadastradas em programas geridos pela SMAC estariam “automaticamente reconhecidas como área de abrangência da unidade de saúde”.

Assim, em uma decisão do Poder Executivo municipal, diversas expressões das religiosidades de matriz africana estariam sendo subvencionadas pelo ente público, que, com elas, parecia vir a tecer, na contramão do que diz o texto constitucional, “relações de dependência e/ou aliança”² em busca da promoção da saúde, ou seja, buscava um apoio religioso à sua tarefa discricionária de promoção da saúde pública, mesmo que contando com a atividade por elas realizada como “complementar” à sua atividade, mas de modo “integrativo”, obrigando mesmo profissionais de saúde a reconhecer o auxílio e a complementaridade entre práticas do Sistema Único de Saúde (SUS) na cidade e práticas constituintes do universo cosmológico e ritualístico de tais expressões religiosas, bem como que profissionais do SUS levassem em conta “estados de preceito”, “interdição”, “restrições alimentares, de roupas e contatos interpessoais”(Rio de Janeiro, 2025) dos praticantes das religiões no exercício da prática colaborativa. Em outras palavras, o

² O artigo 19, I, veda aos Estados, aos Municípios, à União e ao Distrito Federal o estabelecimento de cultos religiosos ou igrejas, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

SUS dobrava-se, de certo modo, ao universo religioso ali legitimado como “complementar”.

Conforme dados do Censo do IBGE, divulgados em 2025, a cidade do Rio de Janeiro apresenta a seguinte configuração religiosa: 43,62% de católicos, 35,48% de evangélicos, 5,11% de espíritas, 3,55% de adeptos do Candomblé e da Umbanda e 16,1% sem religião.

Dias depois da publicação da Resolução, a decisão viria a ser revogada pelo prefeito da cidade, Eduardo Paes (do Partido Social Democrático – PSD)³, sob protestos de lideranças das religiões de matrizes africanas (que alegariam racismo religioso praticado pela Prefeitura ao ceder às supostas pressões de grupos religiosos adversários), sob a justificativa de que “saúde pública é realizada baseada em ciência” e de que “o Estado é laico e não deve misturar crenças religiosas em políticas públicas de saúde” (Zymmermann, 2025, *online*). Segundo Daniel Sonraz, secretário de saúde da cidade, a publicação da Resolução havia sido “uma publicação precoce. O assunto precisa ser melhor discutido e está sendo debatido mais profundamente nas áreas técnicas” (Gama, 2025, *online*).

Dando voltas longínquas nas polêmicas próprias ao nosso tempo, o objetivo deste capítulo não é o de levantar bandeiras em prol de segmentos sociais (tidos como) marginalizados historicamente, nem o de ver, em quaisquer que sejam seus *mise-en-scène* contemporâneos, como protagonismos dos subal-

³ O documento contém apenas 3 linhas.

ternos. Longe disso, busca-se discutir problemáticas socialmente (e, por vezes, como é o caso, institucionalmente) produzidas em torno dos imperativos da laicidade – entendida como separação (radical?) entre Poder Público e grupos religiosos. No espaço deste capítulo, meu objetivo será o de discutir as dimensões da referida Portaria, compreendendo-a como agente de legitimação/visibilização dos chamados “povos de terreiro” e, ao mesmo tempo, como ato gerador de enunciados (minimamente) problemáticos no que diz respeito ao imaginário em torno dos ideais de laicidade que circulam em nossos dias.

Afinal, quando é que “relações de dependência” ou de “alianças”, parafraseando o texto constitucional anteriormente referido, entre o Poder Público e os grupos religiosos contrariam pilares constitucionais e imaginários sociais em torno da laicidade em nosso país? Para responder a tal pergunta, parto da discussão em torno da etnografia de documentos públicos, explorando suas diversas dimensões – especialmente, neste caso, como um “discurso” legitimador de práticas religiosas a partir da ação do Poder Público, ente máximo de produção de legitimidades, muitas delas operando na lógica da produção de crenças; procuro, então, discutir possibilidades de análise de documentos públicos portarem-se e produzirem discussões públicas imprescindíveis, como a das relações entre religiões e esfera pública e, especialmente depois da pandemia da Covid-19, os modos como tais rela-

ções podem, ou não, colaborar com o fortalecimento da ciência e da laicidade ou, de outro modo, fortalecer imaginários negacionistas e/ou não-laicizantes⁴ (Sepúlveda; Mendonça, 2022).

As religiões de matriz africana, como o Candomblé, a Umbanda, a Quimbanda e outras, desempenham um papel fundamental na vida religiosa, na cultura e na identidade de muitos brasileiros (Carneiro, 2014; Prandi, 2005, 2025; Silva, 2005). No entanto, historicamente, essas religiões enfrentaram desafios relacionados ao reconhecimento oficial, à discriminação e à implementação de políticas públicas que garantissem seus direitos. Desde a Constituição Federal de 1988, há garantias constitucionais de liberdade religiosa e do Estado laico, o que abriu espaço para o seu reconhecimento oficial. Leis específicas, como a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), reforçam o direito à diversidade religiosa, incluindo as tradições de matriz africana entre os saberes religiosos legítimos. Além disso, ações judiciais e políticas públicas têm buscado assegurar o direito de praticar essas religiões sem discriminação.

Apesar desses avanços, as religiões afro-brasileiras continuam enfrentando preconceitos e discrimina-

⁴ O estudo de Sepúlveda e Mendonça (2022) analisa os desafios à laicidade no Brasil, a partir da atuação de evangélicos neopentecostais, durante a referida pandemia. No Ceará, também durante a pandemia, uma reunião para “expulsar o coronavírus” foi realizada em um terreiro de Umbanda, e interrompida pela Polícia por quebrar o isolamento social (ver <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/reuniao-em-terreiro-de-umbanda-para-expulsar-coronavirus-e-interrompida-pela-policia-1.2241373>. Acesso em: 7 ago. 2025).

ção, muitas vezes refletidos em atos de intolerância⁵ (Silva, 2019), em violência e na ausência de reconhecimento em alguns espaços públicos e institucionais. Documentos oficiais, pareceres jurídicos e portarias têm sido utilizados tanto para reforçar o respeito às religiões de matriz africana quanto para combater práticas discriminatórias. Políticas públicas voltadas à valorização e à proteção dessas tradições religiosas têm sido criadas, tais como campanhas de combate ao racismo religioso, capacitações para agentes públicos e inclusão de conteúdos sobre religiões afro-brasileiras em escolas públicas.

O presente capítulo está assim estruturado: no próximo tópico, elaboro uma discussão, com a literatura da área, sobre as possibilidades de compreensão de problemáticas sociais (especialmente “públicas” – no sentido de institucionais) a partir da etnografia de documentos, observando como a produção de realidades e de sentidos pode ocorrer

a partir da fonte oficial de legitimação por meio da voz do Poder Público, por meio de documentos (no caso em questão, a Resolução); no mesmo tópico, discute-se, brevemente, as implicações da análise do discurso enquanto ferramenta metodológica de com-

⁵ Em texto publicado anteriormente (Silva, 2019), analisei como um pastor candidato a deputado federal na Bahia utilizou-se, equivocadamente, da noção de “laicidade” em discursos, durante a campanha eleitoral, para atacar, veladamente, a presença pública das religiões de matriz africana nas ruas de Salvador e de outras cidades, interpelando a ideia de “Orixás de volta aos terreiros”. Como analiso no texto, o pastor não toca, em nenhum momento, nas modalidades de presença do catolicismo, por exemplo, como problemáticas e “afronta” à laicidade.

preensão das vozes públicas; seguidamente, apresento duas discussões teóricas sobre a compreensão do Estado enquanto ente gerador de pensamentos e representações sobre a realidade social a serem legitimadas pelos sujeitos; no tópico seguinte, apresento e discuto a Resolução e a sua revogação para, depois, discutir as implicações dos movimentos da Prefeitura em torno do reconhecimento das práticas religiosas tidas como integrativas e complementares e seu posterior recuo, frente às pressões de setores da sociedade que persistem na deslegitimação da religião e da presença pública das religiões em questão.

Documentos (públicos), etnografia e produção discursiva de sentidos

A etnografia é uma metodologia que se destaca pela imersão do pesquisador no campo de estudo, que lhe permite uma observação profunda das interações sociais, dos significados e das práticas cotidianas de um grupo específico. Clifford Geertz (1973) definiu etnografia como uma “descrição densa”, enfatizando a importância de interpretar contextos culturais e sociais de modo o mais aprofundado possível. Essa interpretação envolve a busca não apenas por dados empíricos, mas também pela compreensão do significado que as próprias práticas observadas têm para os participantes. Assim, a coleta de dados etnográficos se efetiva pela observação participante, por entre-

vistas semiestruturadas e por momentos diversos de interação social entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados, que estimulam um entendimento mais profundo das relações sociais.

A aplicação da etnografia na análise de documentos públicos representa uma abordagem inovadora e enriquecedora para compreender as dinâmicas sociais, políticas e institucionais presentes em fontes oficiais, especialmente naquelas que intentam a produção e a legitimação de políticas públicas. Tradicionalmente, a etnografia é uma metodologia de pesquisa qualitativa que privilegia a imersão no campo social por meio da observação participante, entrevistas e análise contextual de práticas culturais (Hammersley; Atkinson, 2007). No entanto, sua adaptação para o estudo de documentos públicos amplia o escopo de investigação, permitindo uma leitura interpretativa e crítica dessas fontes, que, muitas vezes, são vistas apenas como registros oficiais (Hoyler; Campos, 2019).

A análise documental, por outro lado, foca na investigação de textos, registros e outros documentos que podem oferecer *insights* sobre contextos históricos, sociais e culturais. Esses documentos podem incluir desde materiais oficiais, como relatórios e legislação, até documentos pessoais e mídias digitais. A análise documental requer uma leitura crítica e contextualizada, na qual se busca não apenas o conteúdo explícito, mas também as relações de poder, ideologias e contextos sociais que moldam a produção e a circulação do material.

Uma das principais vantagens da análise documental é a possibilidade de acessar uma variedade de fontes que podem não ser mais visíveis por meio de métodos de pesquisa mais tradicionais. Como afirmam Souza e Almeida (2006), a análise de documentos se configura como um meio poderoso para entender a construção social do conhecimento, oferecendo uma base empírica sólida que pode informar e enriquecer a pesquisa. Os documentos também atuam como fontes históricas que permitem ao pesquisador traçar a evolução de contextos sociais e práticas culturais ao longo do tempo. A análise crítica desses materiais é essencial para compreender não apenas o que é dito, mas como e por quem, evidenciando as relações de poder subjacentes.

Embora etnografia e análise documental tenham focos diferentes, suas interseções podem enriquecer substancialmente a pesquisa. A combinação dessas metodologias possibilita uma triangulação de dados, onde a etnografia pode contextualizar e aprofundar a análise de documentos, enquanto a análise documental pode oferecer um pano de fundo histórico que ilumina as práticas observadas etnograficamente. A escolha entre etnografia e análise documental, ou a adoção de ambas, deve ser guiada pelas questões de pesquisa, pelo contexto em que se insere o estudo e pelos objetivos do pesquisador. É essencial que se mantenha uma perspectiva reflexiva e crítica sobre ambos os

métodos, reconhecendo suas limitações e potencialidades. Essencialmente, a sinergia entre etnografia e análise documental pode resultar em uma pesquisa mais rica, crítica e informada, contribuindo significativamente para o avanço das Ciências Sociais.

Neste caso, a análise documental etnográfica busca compreender os sentidos sociais atribuídos aos textos oficiais, considerando o contexto de produção, as relações de poder envolvidas e as possíveis omissões ou silenciamentos presentes nos documentos. Essa abordagem reconhece que os documentos públicos não são neutros; eles são produzidos dentro de uma lógica institucional e política que reflete interesses, valores e disputas de poder. Assim, a análise etnográfica de documentos permite desvendar as estratégias discursivas e as práticas de legitimação utilizadas pelos atores institucionais.

Além disso, a etnografia documental apoia-se na ideia de que os textos oficiais são construções sociais que contribuem para a construção da realidade social. A leitura crítica desses documentos deve considerar as condições de produção, os contextos históricos e as relações de poder que os moldam. Dessa forma, a análise torna-se uma ferramenta para compreender como as instituições moldam e refletem as percepções sociais, além de revelar as contradições e tensões presentes nas ações burocráticas de produção de saberes, crenças, representações e decisões políticas.

Assim sendo, pode-se entender a etnografia em documentos públicos como uma metodologia que combina a análise textual com uma compreensão interpretativa do contexto social, possibilitando uma leitura crítica e aprofundada das fontes oficiais em suas relações com as dinâmicas mais amplas da vida social na qual os documentos em questão estão inseridos.

Uma outra questão, aqui importante e complementar, é a discussão em torno do “discurso” e de como ele pode ser encenado/produzido a partir de documentos. A abordagem teórica de Patrick Charaudeau sobre o discurso constitui-se como uma contribuição significativa para os estudos de linguística, semiótica e análise do texto, especialmente no que tange à compreensão do enunciado enquanto manifestação social e cultural. Sua proposta, centrada na teoria do discurso, busca integrar aspectos linguísticos, comunicativos e contextualizados, enfatizando a relação entre o enunciador, o enunciado e o contexto de enunciação.

Charaudeau (2014) reconhece o discurso como uma prática social que transcende a simples produção de textos, configurando-se como uma ação comunicativa que ocorre em uma situação específica, envolvendo sujeitos enunciadore e interlocutores. Para ele, o discurso não é apenas uma manifestação linguística, mas uma prática social que reflete relações de poder, identidade e ideologia. O autor propõe uma distinção entre o “discurso” e o “texto”: enquanto

o texto é uma manifestação concreta, o discurso é uma prática social que o produz e que se insere em uma situação específica. Essa distinção é fundamental para entender o discurso como uma atividade situada, que exige análise do contexto de enunciação, incluindo aspectos históricos, culturais e sociais.

Assim sendo, o conceito de enunciação é central na análise do discurso. A enunciação refere-se ao ato de falar ou escrever, envolvendo o sujeito enunciador que produz a mensagem em um determinado contexto. O sujeito enunciador não é um ente abstrato, mas alguém que atua em uma situação social, carregando sua identidade, intenções e valores (no caso em questão, a Prefeitura por meio das duas Secretarias).

Charaudeau distingue diferentes modalidades de discurso, cada uma com suas características específicas, como o discurso jornalístico, o político, o publicitário, o acadêmico, entre outros. Cada modalidade possui convenções, estratégias e funções específicas que orientam a produção e a interpretação do enunciado (Charaudeau, 2006). Essa diferenciação permite compreender como o discurso é moldado por fatores sociais e institucionais, refletindo interesses, ideologias e relações de poder. Assim, a análise do discurso deve considerar essas dimensões para uma compreensão aprofundada do funcionamento do ato comunicativo.

O Estado e a produção de significações

Na obra *Como as Instituições Pensam* (1992), a antropóloga Mary Douglas elabora uma das contribuições mais originais para o entendimento da natureza social das instituições, especialmente das públicas. A autora propõe uma abordagem simbólica e cognitiva das instituições, deslocando o foco dos aspectos meramente organizacionais ou burocráticos para os modos como elas moldam o pensamento, a memória e os sistemas classificatórios dos indivíduos em sociedades modernas.

Sua análise se inicia com uma provocadora questão: “As instituições podem pensar?”. A resposta da autora é que sim, mas não da forma como indivíduos pensam. As instituições, em sua análise, não são apenas estruturas que organizam o comportamento, mas também sistemas que estabilizam classificações, interpretam a realidade e impõem coerência às crenças coletivas. Para ela, “pensar institucionalmente” significa aderir a formas cognitivas que foram socialmente produzidas e compartilhadas, tornando-se parte de um sistema de referência comum. “As instituições não pensam sozinhas. Precisam das mentes humanas para que funcionem” (Douglas, 1992, p. 25). Sua tese central, assim, é a de que as instituições organizam as formas de pensar, operando como sistemas coletivos de categorização e memória. Elas criam padrões e regras que influenciam como as pessoas compreendem e interpretam a realidade.

Assim sendo, as instituições funcionam como “mecanismos cognitivos coletivos”. Elas organizam a informação, controlam a memória social e moldam as regras de pertencimento e exclusão. Um dos conceitos centrais da obra é o de “viés institucional” na produção do conhecimento. Douglas argumenta que as instituições precisam manter uma coerência interna e, por isso, desenvolvem esquemas classificatórios rígidos, que rejeitam ambiguidade e promovem a estabilidade cognitiva. Em outras palavras, para preservar sua autoridade e legitimidade, as instituições filtram as informações disponíveis e suprimem interpretações que contrariem suas estruturas normativas.

Nesse contexto, o papel da linguagem e dos rituais é fundamental. Douglas observa que os símbolos institucionais não apenas representam a ordem social, mas também a reforçam. O ritual, por exemplo, é visto como um dispositivo que protege os sistemas classificatórios contra a ambiguidade. Assim, a institucionalização do pensamento não é neutra, mas profundamente carregada de valores, interesses e visões de mundo. Como destaca a autora: “A instituição sustenta categorias e exige a obediência ao seu padrão de classificação. Ela tende a ignorar ou suprimir as experiências que não se enquadram em suas categorias cognitivas” (Douglas, 1992, p. 69).

Em síntese, “Como as Instituições Pensam” propõe uma reinterpretação profunda da função social das instituições, deslocando o olhar para seus aspec-

tos simbólicos, cognitivos e normativos. Sua tese central – de que pensar institucionalmente é adotar categorias socialmente construídas – inspira diversos campos das Ciências Sociais contemporâneas, incluindo a sociologia do conhecimento, a antropologia política e os estudos organizacionais. No contexto aqui analisado, sua obra nos permite indagar sobre os efeitos de sentido numa publicação oficial que visava garantir o lócus de complementaridade e integração às práticas e aos saberes de religiões afro-brasileiras, no que tange à tarefa constitucional de prover saúde pública aos cidadãos.

Por sua vez, na obra *Sobre o Estado* (2014), organizada a partir das aulas ministradas por Pierre Bourdieu no Collège de France, entre 1989 e 1992, temos uma das contribuições mais profundas e inovadoras da sociologia contemporânea à compreensão da gênese, da estrutura e do funcionamento do Estado moderno. Longe de abordá-lo como uma entidade acabada ou puramente jurídica, Bourdieu propõe compreender o Estado como produto histórico de lutas sociais e como estrutura simbólica que condiciona as formas de percepção do mundo social.

Logo nas primeiras aulas, Bourdieu rompe com as noções substancialistas do Estado, recusando a ideia de uma definição essencial. Em vez disso, ele sugere que o Estado seja pensado como uma “*illusio*”, uma crença compartilhada na legitimidade de uma instância superior que detém o monopólio legítimo

da violência simbólica” (Bourdieu, 2014, p. 27). O sociólogo francês aprofunda a análise weberiana do Estado como detentor do monopólio legítimo da violência física, ao acrescentar a dimensão simbólica: “O Estado é o detentor do monopólio da violência simbólica legítima, isto é, da capacidade de impor significações e estruturas cognitivas que são reconhecidas como legítimas” (Bourdieu, 2014, p. 15).

Essa violência simbólica não é exercida pela força, mas pela imposição de categorias de percepção e classificação da realidade, que se tornam naturais aos agentes sociais. Dessa forma, o Estado atua como estrutura estruturante, influenciando a forma como os indivíduos pensam, sentem e se posicionam no espaço social. Ao que me parece, ao produzir um documento cujo teor já fizemos referência anteriormente, a Prefeitura buscava produzir, no conjunto de cidadãos da cidade, a ideia de que, de fato, os saberes e as práticas das religiões consideradas complementares deveriam ser também assim percebidas pelos sujeitos, e a prova cabal para isso era que, amparada numa ampla legislação federal, o Poder Público fazia exatamente isso.

Na esteira de sua teoria dos campos, Bourdieu propõe pensar o Estado como um campo específico, no qual agentes sociais – como burocratas, juristas, professores, políticos – disputam posições e capitais específicos. Esses agentes desenvolvem o que Bourdieu chama de *habitus* estatal, ou seja, um conjunto

de disposições que orientam sua ação e percepção de forma ajustada à lógica do campo estatal: “Os agentes estatais tendem a desenvolver um *habitus* específico, marcado pela crença na missão universal do Estado e pela adesão a seus princípios de universalização” (Bourdieu, 2014, p. 204). Logo, se o Estado, no caso em tela objetivado na Prefeitura, “reconhecia” os saberes e as práticas, tal reconhecimento deveria ser universalizado no âmbito da cidade – o que também pode ser dito quando de sua revogação, como veremos mais à frente.

Ao mesmo tempo que o Estado impõe suas categorias de forma coercitiva e sutil, ele também depende da crença ativa dos cidadãos em sua legitimidade. Esse é o paradoxo que Bourdieu explora: o Estado só existe enquanto os agentes sociais o reconhecem como tal: “O poder simbólico do Estado repousa sobre a adesão tácita dos dominados às categorias de percepção que o próprio Estado inculca” (Bourdieu, 2014, p. 130). Ao elaborarmos aqui uma análise da produção do reconhecimento das práticas das religiões afro no que tange à promoção da saúde, bem como da revogação deste, observamos o Estado atuando para nos fazer ver como legítimo seus modos de pensar em um caso ou no outro. O documento oficial que porta sua voz produz a força para nos fazer crer na veracidade do que é dito: sim, as religiões afro têm legitimidade no campo da saúde e devem ter espaço na rede SUS; não, isso é mistura de religião e

Estado e deve ser combatido. Nos dois casos, pede-se a crença na voz autorizada para reconhecer e para revogar (também os grupos religiosos expressam essa crença ao porem a legitimação de suas crenças na voz autorizada do Estado como, em contrapartida, para exigirem a retirada dessa legitimação quando o outro grupo é o beneficiado).

Através do monopólio da nomeação legítima, o Estado define o que é cidadão, o que é propriedade, o que é escola, o que é crime, o que é território. Assim, ele não apenas descreve a realidade, mas produz essa realidade ao nomeá-la e classificá-la. Isso tudo é possível porque o Estado detém o monopólio da violência simbólica legítima: “O Estado detém o poder de fazer ver e fazer crer, de impor a definição legítima das coisas e de fazer reconhecer como legítimas as classificações que impõe” (Bourdieu, 2014, p. 165).

A Resolução e a “complementaridade” das religiões afro-brasileiras

Feitas as considerações acima, cumpre agora descrever e analisar o teor da decisão contida na Resolução publicada no Diário Oficial do Rio de Janeiro, em 19 de março de 2025. Como costuma acontecer com documentos oficiais (resoluções, portarias, leis, minutas etc.), a Resolução inicia-se com uma série de “considerandos” que, dentre outros objetivos, cumpre a função de mostrar-se como um *continuum* de deci-

sões anteriores que amparam e legitimam a decisão em questão.

No caso em tela, os “considerandos” faziam as seguintes referências:

Os princípios do SUS, especialmente a equidade, a integralidade e a transversalidade, e o dever de atendimento das necessidades e demandas em saúde dos Povos Tradicionais de Matriz Africana; a orientação estratégica nº 46 da Resolução nº 715/2023 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que reconhece as manifestações da cultura popular dos povos tradicionais de matriz africana e as Unidades Territoriais Tradicionais de Matriz Africana como equipamentos promotores de saúde e cura complementares do SUS; a orientação estratégica nº 47 da Resolução nº 715/2023 do Conselho Nacional Saúde (CNS) que visa fortalecer o protagonismo popular nos territórios do SUS na perspectiva da promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis visando a identificação e a superação de vulnerabilidades sanitárias, socioeconômicas e ambientais; a Portaria GM/MS nº 971/2006 que institui a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares; as Práticas Integrativas e Complementares são um conjunto heterogêneo de práticas, produtos e saberes, agrupados pela característica comum de não pertencerem ao escopo dos saberes/práticas consagrados na medicina convencional; o Decreto Presidencial n. 10.088/2019, que consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho – OIT; a Política Nacional de Promoção da Saúde, instituída pela que tem por objetivo a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidade e riscos

à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes - modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais; a Portaria Ministerial nº 992/2009, que institui o Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, que visa promover a saúde da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e nos serviços do SUS; os atributos da Atenção Primária à Saúde (APS) do Rio de Janeiro, da atual Carteira de Serviços da atenção Primária, onde o conhecimento do território, sua dinâmica e articulações intersetoriais, permitem construir um processo de trabalho com abrangência de ações, orientado para as necessidades de saúde da população; o ODS 18 - Igualdade Étnico-Racial que visa eliminar o racismo e a discriminação étnico-racial contra povos indígenas, afrodescendentes e grupos populacionais afetados por múltiplas formas de discriminação, de acordo com a meta 07: assegurar o acesso à atenção de qualidade, não discriminatória aos povos indígenas e afrodescendentes, bem como o respeito às suas culturas e saberes ancestrais, garantindo o fortalecimento do sistema público de saúde; o Decreto Presidencial nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; a gestão estratégica pressupõe a ampliação de espaços públicos e coletivos para o exercício do diálogo e da pactuação das diferenças, na perspectiva de construção de consensos, e, portanto, do fortalecimento de práticas participativas, conforme versa a Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS; as práticas e saberes tradicionais em saúde, a partir da sua relação com a natureza, nos territórios que habitam e usam.

Listando, assim, uma série de documentos, orientações e políticas que embasariam a decisão a ser enunciada em seguida, a Resolução da Prefeitura operava a legitimação necessária, em termos burocráticos, para que seu teor pudesse vir a ser visto e cumprido, como uma decisão necessária e consequente desse mesmo conjunto listado; daí, frente a tudo isso que se “considerou” quase que exaustivamente antes de apresentar a decisão, se enunciava que, por meio daquela Resolução, a Prefeitura da cidade reconhecia “as tradições de origem e influência africana como práticas integrativas complementares ao SUS na cidade do Rio de Janeiro”.

Assim sendo, a Resolução tinha como objetivo “reconhecer” uma série de práticas e saberes das religiões de matrizes africanas como “integrativas” e “complementares” às práticas do SUS realizadas na cidade do Rio de Janeiro. Ou seja, tais práticas complementarizavam as atividades do SUS e travariam, com elas, relações de integração; ou seja, estariam combinadas ao SUS. O primeiro efeito que se buscava produzir com a Resolução era, pois, aquele que está explicitado no verbo escolhido: “reconhecer”, o que sugere algo que existe *a priori*, como instituição social (ou como instituído), que pode se dar conta de sua existência, que se pratica, que já dera mostras de eficácia e, agora, caberia ao ente público “reconhecer”. Mas, quais eram essas práticas? Vejamos:

- a) Banhos de ervas/Maionga/Analeò/Tó: utilização de plantas ancestrais quinadas, maceradas ou fervidas com água, óleos essenciais e demais elementos, como comidas, especiarias, favas e pós de sorte.
- b) Defumação/Kufumala: conjunto de ervas, incensos ou madeiras aromáticas queimadas que produzem fumaças visando a proteção e a purificação do corpo e do ambiente.
- c) Benzedeiras: mulheres que utilizam água, óleos essenciais e ervas ancestrais com preces que conectam a espiritualidade e o humano.
- d) Chás: bebidas produzidas por meio da infusão de folhas/ervas secas com água.
- e) Escalda pés: solução com água, sal, ervas e óleos essenciais para os pés.
- f) Ebó/Sacudimento/Sakamene/Sukulu Mpemba: limpezas realizadas no corpo e nos ambientes com velas, água, defumação, ervas, alimentos, especiarias, favas, pós, dentre outros elementos.
- g) Bori/Amaci/Ngudia Mutue/Tá/Kudia kua Mutuê: oferta de comidas/alimentos à cabeça (Rio de Janeiro, 2025, p. 31).

Como se observa, a Resolução contemplava diversos elementos ritualísticos, de íntima relação com a natureza (banhos, escaldas, bori, defumação) e postos religiosos – benzedeiras – próprios do universo cosmogônico da Umbanda, do Candomblé, do Omolokô, do Ifá Nigeriano, da Quimbanda e do Catimbó, com todas as suas variações, ampliando, assim, consideravelmente, o leque de práticas que seriam

integradas ao SUS. O texto da Resolução estava em consonância com o que está contido na Resolução nº 715/2023 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que se expressa assim: “Reconhece as manifestações da cultura popular dos povos tradicionais de matriz africana e as Unidades Territoriais Tradicionais de Matriz Africana como equipamentos promotores de saúde e cura complementares do SUS”.

As práticas e os elementos reconhecidos como “integrados” pela Resolução são elementos socio-culturais ancestrais, trabalhados e exercitados nas comunidades e nos terreiros tradicionais de matrizes afro-brasileiras, que possuiriam componentes que as legitimariam como espaços sociais de cuidado e saúde, dando-lhes condições de reivindicar participação social em forma de lei para que se regulamentasse a contribuição em saúde que creem poder oferecer ao conjunto da população. Mais do que isso: com o texto da Resolução, era o próprio poder público quem atestava tal contribuição; daí a utilização do verbo “reconhecer”.

Logo, o segundo efeito a ser produzido é a nomeação das práticas identificadas pelas duas Secretarias como possíveis de integração e colaboração com o SUS. Dito isso, caberia, num terceiro momento, elencar ações a que os agentes dos órgãos públicos envolvidos (as duas Secretarias) deveriam estar submetidos para realizar o que as práticas de integração e de colaboração, de fato, viriam a efetivar, mostrando

uma certa inclinação do SUS aos elementos cosmogônicos das religiões cujas práticas seriam “reconhecidas”, conforme podemos observar a seguir:

Art. 4º- A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima - SMAC e a Secretaria Municipal de Saúde - SMS poderão editar atos complementares para garantir critérios de aceitabilidade em seus instrumentos convocatórios referentes à celebração de parcerias voluntárias com as comunidades tradicionais.

Art. 5º - Todos os envolvidos na Atenção Primária têm a responsabilidade de realizar abordagem diferenciada e respeitosa, para além da boa prática clínica, que envolva o compromisso indissociável entre a pessoa e as suas tradições, eliminando qualquer discriminação e o preconceito institucional.

Parágrafo Único: As diretrizes de atendimento em saúde e os prontuários das Clínicas da Família, Centros de Saúde Escola e Centros Municipais de Saúde devem considerar o estado de preceito, interdição ou quizila que consiste em restrições alimentares, de roupas e contatos interpessoais (Rio de Janeiro, 2025, p. 31).

Ao mesmo tempo em que reconhecia as práticas religiosas como sendo práticas de saúde e de cuidado que poderiam ser, nos limites da cidade do Rio de Janeiro, “universalizadas” pelo SUS, a Resolução também previa que os agentes de saúde e de cuidado envolvidos no atendimento à população carioca tivessem a necessária compreensão da abordagem diferenciada e respeitosa para com as práticas “reconhecidas”, o que exigiria o devido respeito

pelas pessoas praticantes das religiões citadas e com suas tradições, operando o respeito, a tolerância e a convivialidade entre os saberes (religioso, médico e burocrático), combatendo discriminações e preconceitos existentes.

A Resolução foi festejada por diversos segmentos sociais, com destaque para lideranças das religiões contempladas. Para se ter uma ideia de como a ação foi recebida, vejamos títulos de algumas matérias: “Prefeitura do Rio reconhece benzedeiras e oferendas como “equipamentos de saúde” (Castro, 2025, *online*); “Rio reconhece práticas ancestrais de matrizes africanas como saúde complementar ao SUS: cidade é pioneira no Brasil em considerar a medicina tradicional afro-brasileira na rede municipal” (O Dia, 2025, *online*); “Rio reconhece práticas ancestrais das matrizes africanas como meios de promoção da saúde complementar” (Albuquerque, 2025, *online*). O perfil oficial da Subsecretaria de Promoção, Atenção Primária e Vigilância em Saúde da SMS do Rio de Janeiro no *Instagram* chegou a fazer a seguinte publicação:

Imagem 1: Instagram da SUBPAV

Instagram

Entrar

Cadastre-se



Fonte: <https://www.instagram.com/p/DHa9jebu-vU/>

O reconhecimento conferido pelas Secretarias às práticas e aos saberes das religiões de matrizes africanas aparecia, na publicação, discursivamente como “reparação histórica”, termo que tem constado permanentemente nas referências às políticas públicas destinadas às diversas questões relacionadas, às vezes de modo essencialista, ao “povo negro” e ao que, se supõe, lhe diz respeito. A promoção de “saúde e cura” estava, assim, reconhecida como engendrada pelas “práticas ancestrais”. Saúde, direito público a ser conferido aos cidadãos pelo trabalho do Estado, poderia, assim, ser produzida pela religião, ali reconhecida como complementar e integrativa.

Não apenas práticas e saberes seriam, assim, valorizados, reconhecidos e “reparados”, mas também os agentes desse campo religioso, historicamente tratados com discriminação no seio da sociedade brasileira. Pais e mães de santo, babalorixás e ialorixás, ogãs e praticantes os mais diversos teriam, ali na cidade maravilhosa e a partir delas, o reconhecimento público daquilo em que creem e que praticam. Tantas vezes vistos como magia, feitiçarias e encantamentos, agora alcançavam o *status* de práticas produtoras de cura e saúde.

Feita a publicação da Resolução, em 19 de março, esperava-se o tempo para ajustes dos equipamentos de saúde para executar o “reconhecimento” conferido pela Prefeitura, por meio das Secretarias envolvidas: Meio Ambiente e Clima (SMAC) e de Saúde (SMS). A “reparação histórica” ganhava legalidade para se efetivar.

Contudo, ao que parece, seu conteúdo não fora validado pela Prefeitura⁶, ou pelo prefeito, que decorridos apenas seis dias da publicação da Resolução tratou de revogá-la com um texto simples, e explicou sua decisão com uma nota enviada à imprensa nos seguintes termos:

⁶ Registre-se que a cidade do Rio de Janeiro conta com uma secretaria intitulada “Cidadania e Família”, que, desde abril de 2025, passou a ser comandada por Otoni de Paula Filho, evangélico e filho do deputado federal Otoni de Paula (MDB), um dos mais ardorosos políticos defensores da chamada “agenda moral” no Congresso Nacional. O referido deputado e seu filho coordenaram o setor “para evangélicos” da campanha de reeleição de Eduardo Paes em 2024.

A Prefeitura do Rio informa que a resolução conjunta das secretarias de Meio Ambiente e Clima (SMAC) e Saúde (SMS) foi revogada, em 25/03, no Diário Oficial, com o entendimento de que saúde pública é realizada baseada em ciência. Além disso, a revogação parte do princípio de que o Estado é laico e não deve misturar crenças religiosas em políticas públicas de saúde (Zimmermann, 2025, *online*).

Os termos da nota, assim, davam conta de um entendimento da Prefeitura que ia na contramão do teor da Resolução: se lá as práticas ritualísticas e os elementos cosmogônicos eram entendidos como complementares e integrativos ao SUS, a partir de um conjunto amplo de legislações a que fazia referência, aqui se tratavam de elementos que, sendo religiosos, não poderiam, sob nenhuma forma, misturar-se com ciência ou com políticas públicas, uma vez que pertenciam a espaços distintos – ciência e religião –, entre os quais não se poderia pensar em integração e colaboração, mas em perfeita separação. Seja por ocasião da publicação da Resolução, seja quando de sua revogação, não se teve notícia de falas públicas do prefeito da cidade. O reconhecimento e a revogação ficaram como feitos entre as secretarias. Não houve, assim, nenhuma fala autorizada do prefeito ou da prefeitura em torno do assunto, passando a impressão, como se pode ver na reportagem aqui referenciada, de ter se tratado de decisão apressada que não contou com o aval técnico e político do prefeito. A discursividade em torno do tema consistiu nos elementos

textuais impressos nos documentos. Se para legitimar a Resolução fez-se necessário citar uma série de decisões anteriores – muitas delas no campo do reconhecimento das práticas no campo da cultura e do combate às práticas de discriminação –, para revogar bastou apelar ao argumento de que “o Estado é laico e não deve misturar crenças religiosas em políticas públicas de saúde”. Para o reconhecimento, um longo percurso a se fazer referência (os “considerandos”); para se revogar, apenas um ligeiro aceno aos supostos ideais laicos do Estado.

Também em sua página no *Instagram*, a Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (Renafro) publicou uma nota em que tratava a decisão da Prefeitura como “racismo religioso”, uma vez que a decisão desconsideraria “práticas ancestrais de cuidado”, desrespeitaria a “luta contra o racismo religioso, ao negar legitimidade aos espaços sagrados como promotores de bem-estar e saúde” e retrocederia “nas políticas de equidade, minando avanços conquistados na integração de saberes tradicionais ao sistema público de saúde”. O silêncio do prefeito se manteve. Mantém-se até a escrita deste capítulo.

Considerações finais

A resolução do Rio de Janeiro que reconheceu práticas de religiões afro como colaborativas ao Sistema Único de Saúde (SUS) gerou uma ampla

polêmica, envolvendo debates sobre a laicidade do Estado, o respeito às diversidades culturais e religiosas, além de questões relacionadas à saúde pública. Por um lado, defensores argumentaram que a medida seria um avanço na valorização das manifestações culturais e religiosas afro-brasileiras, reconhecendo a importância dessas práticas no contexto da saúde mental e do bem-estar de comunidades tradicionais, daí seu caráter de colaborativa ao tratamento médico convencional, promovendo acolhimento, espiritualidade e fortalecimento social. Assim, o reconhecimento das práticas religiosas como parte do patrimônio cultural do Brasil, o suporte emocional, social e espiritual às comunidades oferecidos por essas práticas e o possível complemento delas aos tratamentos convencionais legitimariam o teor da Resolução.

Por outro lado, críticos apontaram uma afronta à laicidade do Estado, ao estabelecer uma relação formal entre práticas religiosas e o sistema público de saúde, gerando precedentes para a inclusão de outras crenças religiosas de forma não regulamentada, além de questionamentos sobre a eficácia científica dessas práticas no tratamento de doenças. A discussão também envolveria questões éticas sobre a autonomia individual, a liberdade religiosa e o papel do Estado na promoção ou reconhecimento dessas práticas.

Quem decide o direito ao acesso à Justiça?: implicações do fechamento e incorporação de comarcas no interior do Ceará

Romário Nascimento de Oliveira¹

Introdução

A pesquisa, para mim, é um caminho de descobrimento, em que, num momento inicial, me deparo com muitas dúvidas e incertezas, mas no qual, no meu mais íntimo, sinto que é o local onde encontro acolhimento. Dentro dessa perspectiva, tive meu primeiro contato com a etnografia, na disciplina Etnografias em Políticas Públicas, no Doutorado em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (Uece).

Foi lá que me senti provocado a desenvolver um texto de inspiração etnográfica, porém, com base um estudo de caso, que desenvolvi no trabalho de conclusão do curso de Mestrado em Planejamento e

¹ Doutorando do Programa de Doutorado em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (Uece) e mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela mesma instituição. Especialista em Direito Público pelo Instituto de Ensino Superior de Fortaleza (Iesf). Graduado em Direito pela Universidade de Fortaleza (Unifor). E-mail: romario.nascimento@aluno.uece.br.

Políticas Públicas na mesma universidade. O aguçamento dessa proposta se deu pelo fato de ter, em certa medida, vivenciado as nuances do trabalho de campo etnográfico, porém, àquela época, sem saber que o estava realizando. Logo, o exercício realizado em sala de aula me trouxe, e pode conduzir outros pesquisadores, a lançar um olhar para outras metodologias.

Nesse contexto, me senti implicado em pesquisar minha atuação profissional como advogado e a relação que desenvolvi com grande parte da população do município de Paramoti, no Estado do Ceará, como voluntário em sindicatos de trabalhadores do campo, em ações judiciais na busca de restituição de direitos vilipendiados (como, por exemplo, empréstimos bancários fraudulentos não autorizados), assim como em algumas demandas envolvendo servidores públicos municipais em busca da satisfação de seus direitos frente ao ente municipal.

Nas entrevistas que realizei como parte do trabalho de campo junto aos trabalhadores da justiça do município de Paramoti, constatei que as principais demandas judiciais da população estavam relacionadas ao direito civil, mais especificamente referentes ao direito de família. São, sabidamente, ações que envolvem pedidos de obrigações alimentícias decorrentes do poder familiar, investigação de paternidade e divórcio.

No entanto, constatei ainda que, além dessas ações de natureza civil, também são predominantes ações judiciais contra o ente municipal na busca de efetivação dos direitos sociais da população, bem

como quanto à exigência de direitos decorrentes das relações de trabalho. É importante observar que grande parte dos trabalhadores da prefeitura de Paramoti não é concursada, o que demonstra a precarização do trabalho, justificando, portanto, um elevado número de ações judiciais contra o ente municipal.

A imposição de uma lei que alterou significativamente o funcionamento da justiça no referido município, somando-se a outras precariedades já antes experimentadas pela população, como a pobreza, a péssima distribuição de renda, a fome etc., me implica, motiva e mobiliza à produção de conhecimentos no intento de conhecer essa população, reconhecendo-a como sujeitos emancipados.

Do livro *A cabeça do Santo*, da escritora cearense Socorro Acioli (2014), lancei pseudônimos com os nomes dos principais personagens do romance aos atores entrevistados, especialmente para a garantia do anonimato. O livro narra histórias de religiosidade, romance, cultura e imaginário popular, injustiças e inacessibilidades sociais na cidade fictícia de Can-deia, porém baseada na história real da cidade de Caridade, no Estado do Ceará.

O objeto da pesquisa foi a nova lei de organização judiciária do Estado do Ceará – Lei nº 16.397, de 16 de novembro de 2017 (Ceará, 2017) – proposta pelo seu respectivo Tribunal de Justiça, por meio do Projeto de Lei nº 73/2017 (Ceará, 2017), que dispunha sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Judiciário e de

seus serviços auxiliares. Pelo fato de causar um mal-estar entre os servidores do judiciário, bem como entre defensores públicos e advogados particulares, essa lei ganhou o nome impopular de “Lei da Extinção das Comarcas”, pois tinha como principal proposta a extinção de 60 fóruns judiciais ou comarcas do interior do Ceará.

É importante esclarecer que a Lei de Organização Judiciária do Estado do Ceará divide o território do Estado, para fins de administração do seu Poder Judiciário, em comarcas-sede e comarcas-vinculadas. Os municípios que não forem comarcas-sede, serão classificadas como comarcas-vinculadas, formando com as respectivas sedes uma única jurisdição. Ou seja, uma comarca-sede é responsável por várias comarcas-vinculadas.

Apesar de haver divisão entre comarca-sede e comarca-vinculada, cada uma, individual e autonomamente, possuía funcionamento efetivo com acervo processual, secretaria, sala de audiências, salão de júri, sala da promotoria de justiça, sala para atendimento de advogados e defensores públicos, e os respectivos servidores públicos da comarca. Portanto, enquanto proposta de lei, a intenção do Tribunal de Justiça do Ceará seria a extinção de inúmeras comarcas-vinculadas, fazendo com que fossem extintos fóruns judiciais em vários municípios cearenses.

É necessário ainda explicar que as comarcas classificam-se em três entrâncias, denominadas: ini-

cial, intermediária e final, levando-se em consideração a evolução de requisitos como o número de habitantes no município, o número de eleitores ativos, o número de processos, o tamanho territorial do município etc. Podemos inferir, portanto, que municípios com pequena população são classificados como de entrância inicial.

A lei provocou insurgências por parte de profissionais e operadores do Direito que lidam diariamente com o funcionamento da justiça nas comarcas do interior do Estado, especialmente por órgãos representantes de classes profissionais (Mota, 2017; SindJustiça, 2017; Sindojus, 2017; Uchôa, 2017). Outro ponto que causou desconforto foi a celeridade com que foi aprovada essa lei, cujo trâmite legislativo, desde seu protocolo até a aprovação (protocolo do projeto de lei em julho de 2017, sua aprovação e entrada em vigor em novembro de 2017), se deu em menos de seis meses.

Para mim e para outros operadores do direito que atuam na região, não havia maturidade suficiente para que entrasse em vigor a respectiva lei e, possivelmente, os mais impactados – as populações interioranas – foram preteridos. Refiro-me à pouca maturidade, pois entendo que uma lei que afetou a dinâmica da justiça na maior parte do território do Ceará deveria levar mais tempo para a sua discussão. Principalmente, na busca de ouvir e entender as dinâmicas sociais existentes em cada região do Estado, e avaliar se a medida alteradora iria de fato ser efetiva em cada região especificamente.

Outro fato de muita relevância que deveria ser considerado é a afetação da dinâmica de vida dos servidores públicos do Judiciário, pois a quantidade de servidores necessários para o funcionamento normal de um fórum não corresponde à mesma quantidade de servidores após a diminuição das atividades na mesma unidade judiciária. Ou seja, os servidores que trabalhavam nas unidades menores, de forma repentina, se viram impelidos a prestar seu serviço em outro município.

Por fim, podemos ainda acrescentar o fato de que as comarcas-sedes absorvem o trâmite processual de todos os processos de todas as comarcas-vinculadas correspondentes, fazendo aumentar significativamente o número de atividades e atos processuais na comarca-sede. Por exemplo, a comarca-sede de Caridade² absorverá o acervo processual da comarca-vinculada de Paramoti, além de já ser responsável pelos processos de sua comarca que engloba distritos maiores como os de Campos Belos³, Inhuporanga⁴ e São Domingos. O mesmo acontece com a comarca-sede de Chorozinho⁵, que absorverá o acervo processual das comarcas-vinculadas de Campestre, Cedro, Patos

² Caridade é um município do Ceará com população estimada de 22.782 habitantes, IDH 0,592 e extensão territorial de 926.271 km² (IBGE, 2020).

³ Campos Belos, Inhuporanga e São Domingos são os principais distritos do município de Caridade, que, igualmente como o município-sede, possuem uma extensão territorial elevada. Além da comarca de Caridade já absorver as competências processuais desses distritos, terá também que absorver a do município de Paramoti.

⁴ Chorozinho é um município do Ceará com população estimada em 20.286 habitantes, IDH cd 0,633 e extensão territorial de 278.400 km² (IBGE, 2021).

⁵ Campestre, Cedro, Patos dos Liberatos, Timbaúba dos Marinheiros e Triângulo são distritos do município de Chorozinho, que, igualmente como o município-sede, possuem uma extensão territorial elevada. Além do acervo processual da comarca-sede, Chorozinho irá absorver as competências processuais desses distritos.

dos Liberatos, Timbaúba dos Marinheiros e Triângulo (Ceará, 2017).

Na tentativa de compreender as consequências desse fenômeno, fizemos um recorte espacial que englobou a região do Sertão Central Cearense, historicamente excluída da participação social e da promoção da cidadania. Nesse espaço, os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) se apresentam baixos, tendo como exemplo o município de Paramoti, com IDH de 0,58 (IBGE, 2010).

Esses baixos índices me fazem pensar que a promoção da justiça não pode ser homogeneizada, mas precisa ser disseminada, pois se trata de populações e comunidades empobrecidas e com baixos fatores de desenvolvimento e de promoção da cidadania.

Estratégias metodológicas: a pesquisa de campo de inspiração etnográfica

Levando em consideração os fatos narrados e a minha atuação como profissional operador do Direito que atua na região do Sertão Central do Estado do Ceará há 8 anos – mais precisamente no município de Paramoti –, tendo prática judiciária na vigência das leis anteriores e da nova Lei de Organização Judiciária, e ainda na qualidade de pesquisador sensível às demandas sociais e dos trabalhadores, propus-me a realizar uma pesquisa de inspiração etnográfica objetivando adentrar o funcionamento do sistema de

justiça no interior do respectivo município, desde a sua criação e as relações de poder atuantes, por meio da vivência com atores que historicamente acessam esse órgão do Estado.

Para tanto, faz parte do meu objetivo fazer uma delimitação do campo da pesquisa, que, segundo Rosana Guber (2005), é a referência empírica do pesquisador, desde a sua capacidade de negociação, tendo o papel de delimitar o ambiente físico, os atores envolvidos e as atividades a serem objeto da investigação. Para a autora, além da delimitação do campo, o pesquisador deve descrever o enredo, os fenômenos a serem observados, os comportamentos e as representações de seu campo e dos atores que o circundam. É, portanto, no trabalho de campo que são analisadas informações empíricas e transformadas em dados pelo pesquisador (Guber, 2005).

Acredito que, no meu papel como etnógrafo, posso estudar melhor populações que estão à margem das decisões estatais (Das; Poole, 2004), compreendendo os significados atribuídos por elas ao sistema de justiça. Determinados agrupamentos são naturalmente excluídos dos centros decisórios e colocados à margem por conta de múltiplos fatores, sendo esse local o principal campo de pesquisa dos antropólogos/etnógrafos. Como critério de inclusão, os entrevistados foram selecionados dentre representantes de instituições da sociedade civil de Paramoti, que possuem um número expressivo de integrantes e que

se utilizam do aparelho judicial estadual como meio para a satisfação de seus direitos ou a busca por reparação de desigualdades. Foram ainda entrevistados profissionais operadores do Direito que lidam com o funcionamento da justiça estadual.

Socorro é servidora pública do município de Paramoti desde o ano de 2006, tem atualmente 40 anos, e, desde 2015 até o momento da entrevista, exercia a presidência do sindicato dos servidores públicos municipais do respectivo município. Pelo tempo de exercício profissional no serviço público, somado ao tempo de atividade sindical, percebi que Socorro possui engajamento com as coletividades de um modo geral. Tanto presta serviço à população como servidora pública quanto atua como representante das servidoras e servidores públicos municipais enquanto presidente do sindicato.

Candeia é uma mulher de 38 anos de idade que, no momento da entrevista, exercia a presidência do sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do município de Paramoti. Sua história profissional está marcada pelo sindicalismo, tendo em vista que, desde 2003, exerceu atividades diferentes dentro do mesmo sindicato, atuando como integrante jovem da diretoria, secretária-geral, secretária de finanças e, atualmente, presidenta. Representa aproximadamente 6.500 associados dentro da sede do município de Paramoti e também seus mais de 140 povoados.

A importância da realização das entrevistas com as lideranças locais residiu na própria natureza das suas atividades como representantes de grandes grupos que possuem influência social e econômica no município. A captação de suas falas representa, além de um número significativo da população, a síntese das principais dificuldades enfrentadas após a alteração da Lei de Organização Judiciária do Estado do Ceará.

Entrevistei e coletei as falas também dos operadores do Direito, que lidam tecnicamente, no dia a dia, com o funcionamento da justiça nesses locais. Foram entrevistados advogados que atuam na região, bem como advogados que exercem cargo de gestão na Ordem dos Advogados do Brasil, que engloba o município de Paramoti, e, por fim, servidores da justiça que exercem suas funções na respectiva região.

Samuel é um homem jovem, advogado desde o ano de 2013, e foi presidente da OAB/subseção de Canindé. Como advogado, possui atuação nos municípios de Canindé, Itatira, Paramoti, Caridade, entre outros. Já enquanto presidente daquele órgão de classe profissional, representava os advogados das cidades de Canindé, Caridade, Paramoti, Apuiarés, General Sampaio, Madalena, Itatira, Pentecoste, Aratuba e Mulungu. Nas oportunidades que teve que atuar enquanto presidente da seccional, sempre buscou o diálogo amigável com instituições públicas locais do Poder Judiciário e membros do Ministério Público.

Mariinha é uma mulher jovem, com menos de 40 anos de idade, que exerce todas as funções de uma servidora do Poder Judiciário, dentro da mesma região geográfica do município objeto desta pesquisa. Por não ser concursada, percebi a precarização do trabalho dos funcionários da justiça do interior do Estado do Ceará. Ela, assim como muitos outros funcionários da justiça no interior do Ceará, não possui estabilidade de emprego nem recebe salário em igualdade de condições com os servidores concursados, mesmo cumprindo a mesma carga horária que os que possuem estabilidade.

A importância da fala desses sujeitos me aproximou dos detalhes técnicos que alteraram o funcionamento da justiça com a nova lei, e ainda das inúmeras situações vicenciadas por aqueles que nos mostraram o alcance dos efeitos sociais da nova lei.

Busquei entrevistar ainda um representante do Poder Legislativo local, porém, ele não concordou com a participação. Pensei na importância da sua entrevista, levando em conta a representatividade de seu cargo perante a população do município, bem como o fato de ter exercido essa mesma função à época da alteração da Lei de Organização Judiciária do Ceará. Porém, o “não-querer” participar possui muitos significados para esta pesquisa, afinal de contas, esse mesmo poder de Estado não possibilitou a participação da população do referido município nas discussões da Lei de Extinção das Comarcas. Excluí, por

fim, membros de instituições da sociedade civil que, geralmente, não utilizam a justiça para a satisfação das suas atividades, como, por exemplo, as associações de bairros e distritos e associação dos esportes.

A importância da realização das entrevistas com as lideranças locais residiu na própria natureza das suas atividades como representantes de grandes grupos que possuem influência social e econômica no município – sindicatos de trabalhadores. A captação de suas falas representa, além de um número significativo da população, a síntese das principais dificuldades enfrentadas após a alteração da Lei de Organização Judiciária do Estado do Ceará.

Assim como a relação com os trabalhadores do campo e com os servidores públicos municipais, minha relação profissional se estende também aos trabalhadores da justiça que atuam no respectivo município, bem como em municípios vizinhos e da mesma região – Canindé, Caridade, Pentecoste, entre outros –, sendo, portanto, inevitável o trato com outros advogados e também com servidores dos respectivos fóruns judiciais. É importante esclarecer que a opção por entrevistar trabalhadores da justiça de mais de um município se relaciona com o sigilo, uma vez que busquei ouvir vários trabalhadores de mais de um fórum, buscando garantir o anonimato.

Como resultado principal, constatei que muitas especificidades regionais não foram levadas em consideração quando da imposição de uma lei estadual

que alterou significativamente o funcionamento de uma importante função de Estado, a justiça; a população atingida não foi ouvida; os operadores do direito reconhecem que a implementação da virtualização de suas atividades com a implementação da lei melhorou o seu dia a dia no trabalho, porém, atestam que houve clara percepção de declínio no acesso à justiça por grande parte da população; as presidentes de sindicatos perceberam uma grave violação do direito da população e também que barreiras foram criadas, distanciando a população da justiça.

Para o caminhar desta pesquisa, foi necessário o exercício da *reflexividade*, descrevendo o universo da pesquisa e da minha relação com esse universo, buscando evitar enviesamentos ou contaminações no resultado da pesquisa (Gold, 1958; Guber, 2005). Por conta disso, é necessário, portanto, me reconhecer, além de pesquisador, como um implicado e ator da pesquisa, pois as transformações implementadas pelo TJ/CE também atingiram minha subjetividade, especialmente no que acredito com o termo “acesso à justiça”. Logo, objetivei explorar e explanar todos os vieses do ambiente da pesquisa, da minha posição perante nosso objeto, o universo do pesquisador e dos pesquisados, pois para Gilberto Velho (2013), o familiar e o exótico podem mostrar algumas distorções, onde é preciso estar atento.

Realizei diários de campo em todas as reuniões com os trabalhadores, buscando compreender seu

entendimento sobre o sistema de justiça que envolve o município de Paramoti, assim como as histórias que atravessaram suas vidas, de seus conhecidos e familiares, que precisaram recorrer ao Poder Judiciário local. Da mesma forma, mantive diários de todas as conversas com trabalhadores dos fóruns judiciais que englobam a região (Paramoti, Caridade, Canindé, Pentecoste, etc.), bem como os demais profissionais que atuam na Justiça, buscando entender, de forma técnica, os meandros da mudança na lei que alterou significativamente o funcionamento na justiça no interior do Ceará.

Nosso objetivo foi registrar o maior número de informações relevantes possível, visando nosso objetivo principal, pois acredito que, apesar de momentos distintos entre a escrita e a publicação, o diário de campo traduz com maior fidelidade as vivências em campo (Weber, 2009), sendo o espaço onde afloram sentimentos, símbolos, significados e compreensões (Emerson; Fretz; Shaw, 2013).

Tendo em vista meu objeto de estudo, inspirei-me em uma pesquisa etnográfica multissituada (Marcus, 1995), que abrangeu as transformações ocorridas na justiça do interior do Ceará e, em tese, considera múltiplos fatores interconectados, como, por exemplo, a participação da economia do município de Paramoti no Estado do Ceará, que, sem dúvida, é pequena, e o significado disso para o objeto da pesquisa.

Acredito ainda que houve uma divisão de percepções entre os entrevistados — trabalhadores do campo e trabalhadores da justiça —, pois o impacto da lei de extinção das comarcas recaiu de diferentes formas sobre as camadas da população do interior do Estado. Logo, torna-se necessária uma pesquisa abrangente que explore essas percepções e as relações de poder nelas envolvidas.

Por fim, considero, em tese, a localização desta pesquisa e do pesquisador sob a perspectiva pós-moderna, tendo em vista meu objetivo de imersão na experiência cultural da sociedade estudada, sendo fundamental incluir no texto minha autodescrição, função e relação com a pesquisa, assim como os vieses que influenciaram minha inserção no contexto estudado (Caldeira, 1988).

A relevância deste estudo reside em proporcionar diálogo com as tendências observadas nas reformas do Estado, incluindo formas de exercer a cidadania por meio da promoção do acesso à justiça e compreender mecanismos de redução das desigualdades sociais e de direitos humanos. Por outro lado, no que tange às estratégias metodológicas, a delimitação das metodologias apresentada neste texto pode servir de inspiração a outros pesquisadores interessados na perspectiva etnográfica, seja na dimensão metodológica ou de análise.

UNIDADE III

TERRITORIALIDADES, PRÁTICAS
LOCAIS E PRODUÇÃO DE
SENTIDOS

Direito à cidade e o Programa Minha Casa, Minha Vida: um olhar etnográfico

Elicely Cesário Fernandes¹

Imersão no campo: o cotidiano nos conjuntos habitacionais do PMCMV

Refletindo sobre o que estudar na pesquisa do doutorado, pensei na análise do Direito à Cidade, mas pensei também sobre moradia, e foi então que me vieram alguns questionamentos sobre os conjuntos habitacionais construídos pela mais recente política habitacional do Brasil: o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMVCM). Nesse âmbito, inquietei-me com os dois conjuntos habitacionais localizados na cidade de Uiraúna, no sertão do estado da Paraíba. Esses dois conjuntos possuíam uma denominação peculiar: o Conjunto Mãe Augusta, que possuía denominação dada pelo Poder Executivo municipal, e o Conjunto

¹ Doutoranda em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Estadual do Ceará (Uece), mestre em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (Plandites) pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (Uern) e graduada em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Dra. Geane, que leva esse nome por uma conjuntura social, pois foi construído quando Glória Geane de Oliveira Fernandes era prefeita do município de Uiraúna/PB.

A realidade de ambos, no entanto, é bem diferente. Ao chegar ao Conjunto Mãe Augusta, a paisagem revelava marcas profundas da segregação urbana. Observavam-se, já na chegada, os primeiros raios de sol batendo nas paredes simples das casas do conjunto habitacional visitado. Ali, o silêncio era quebrado pelo som das crianças correndo descalças pelas ruas de terra batida daquela localidade. São ruas sem pavimentação, que, na época das chuvas, transformavam-se em um mar de lama, dificultando até mesmo o trajeto básico para a escola ou o trabalho. Em tempos de estiagem, no sertão da Paraíba, a poeira que se levanta parece fazer parte da nossa respiração diária, trazendo consigo mais um elemento das dificuldades que enfrentamos nessa região.

Morar nesse conjunto habitacional é carregar o peso de uma promessa pela metade. A distância do centro urbano não é apenas uma questão geográfica; é uma barreira que isola, que marginaliza, que exclui. A ausência de transporte público eficiente torna cada deslocamento um desafio. Na verdade, a cidade é tão pequenina, com apenas 15 mil habitantes em todo o território do município, que sequer transporte público possui! Para chegar à cidade, muitos dos habitantes dessas localidades dependem de motocicletas,

bicicletas, caronas. Nem transportes informais há no local e, mesmo que tivesse, o preço seria alto demais para aquela população, sendo mais acessível deslocar-se a pé, pegando o sol escaldante do sertão, que queima mais do que brasa.

Aqueles que não têm transporte ficam presos, realmente segregados, trancados, isolados da sociedade, do trabalho, dos serviços de saúde e até mesmo dos mercados mais acessíveis. É bom lembrar que alguns desses ambientes possuem os famosos mercadinhos, com vendas de alimentos e outras mercadorias, o que evita o deslocamento até o centro da cidade para adquirir algum produto.

Naquele local, também se observa a falta de infraestrutura básica, que é uma realidade enfrentada todos os dias. O saneamento básico, algo tão essencial, ainda é um sonho distante para muitos dali. O esgoto corre a céu aberto em algumas áreas, trazendo não apenas um cheiro constante e desagradável, mas também riscos à saúde, especialmente à saúde das crianças, que correm soltas naquele ambiente, descalças, muitas delas apenas de cuecas ou de calcinhas, sem medo de adoecimento e sem pensar nessa possibilidade.

O abastecimento de água, por sua vez, é irregular. Há dias em que a torneira fica seca e as soluções emergenciais, como buscar água em cisternas comunitárias ou pagar por caminhões-pipa, são a única saída. A iluminação pública é outra questão que reforça o sentimento de insegurança. As noites

são escuras e o medo se torna uma presença constante. Para quem vive nas bordas do conjunto, a sensação de estar esquecido pelo poder público é ainda mais evidente. Não há praças adequadas nem áreas de lazer para as crianças. Elas brincam onde podem, muitas vezes nos espaços improvisados entre os barracos que surgem para acolher as famílias que não encontraram espaço nas casas regulares.

Essas dificuldades não são apenas materiais; elas moldam as relações, as vivências daquele lugar. Apesar de tudo, há solidariedade. Compartilha-se água, alimentos e até o pouco que se tem, mas isso não é suficiente para compensar a ausência de um planejamento urbano digno. Vive-se em um espaço que deveria ser sinônimo de dignidade e segurança, mas que entrega precariedade e exclusão.

Os sonhos que muitos trouxeram ao mudar-se para aquele local ainda estão vivos, mas enfraquecem diante da rotina difícil. Aqueles habitantes querem apenas ser vistos, ouvidos. O conjunto habitacional não pode ser apenas um ponto no mapa, mas precisa ser parte viva da cidade, integrada ao tecido urbano e humano, com as condições básicas para que possam viver, e não apenas sobreviver.

O Conjunto Habitacional Dra. Geane se impõe na paisagem urbana como um espaço liminar, onde a proximidade com o centro da cidade contrasta com a marginalidade social vivida por seus moradores. Cercado por outras residências e dotado de equi-

pamentos públicos como posto de saúde, creche e escola, o bairro carrega as marcas de um território periférico, onde a precariedade e a resistência coexistem no dia a dia da população. Os moradores, em sua maioria de baixa renda, vivem sob uma atmosfera de constante vigilância e receio, expressando, em seus gestos e falas, a consciência de um perigo sempre presente. O tráfico de drogas, mencionado repetidamente durante as interações, não se revela apenas como uma atividade ilícita, mas como um elemento que regula as dinâmicas sociais e define os limites de circulação no bairro. O acesso ao local, restrito a poucos, exigiu mediação: foi necessária a presença de um morador que, com sua legitimidade territorial, abriu caminhos e facilitou os diálogos com as famílias beneficiadas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida.

No conjunto Dra. Geane, as ruas já estão pavimentadas com paralelepípedos, havendo essa benfeitoria para amenizar os demais problemas existentes. Nas ruas estreitas e nos becos que cortam o conjunto, as marcas da exclusão se fazem evidentes. A falta de oportunidades de emprego empurra muitos para a informalidade e a incerteza financeira é um sentimento compartilhado entre os moradores. As crianças, embora tenham escola e creche por perto, crescem sob a sombra da insegurança, aprendendo desde cedo a reconhecer os códigos não escritos que regem o bairro. A ausência de espaços de lazer limita a socialização e a circulação se restringe conforme o

horário e as regras impostas pelo medo. As vozes que ecoam das casas carregam histórias de luta e resistência, mas também de cansaço e desesperança. A vida ali não se define apenas pela carência material, mas pela constante negociação entre pertencimento e vulnerabilidade, entre o desejo de um futuro melhor e a dureza das condições impostas pelo presente.

Olhando para aqueles conjuntos habitacionais daquelas cidades, é possível enxergar pessoas que estão sempre na defensiva. São pessoas que, de tanto sofrerem, já estão calejadas e não acreditam mais em promessas. São crianças que pedem, no silêncio e no olhar, para serem vistas, pedem a sua infância verdadeiramente. São mães que precisam trabalhar para conseguir o alimento para as suas proles. Enxerga-se, ali, a história de tantas Marias... são histórias que se repetem, pois a educação da avó passa para a mãe que passa para a filha, seguindo o percurso da vida já preparadas para seguir aquele caminho. Mas, enxerga-se a necessidade de mudar o curso desse rio, com a possibilidade de estabelecer nesses lugares um novo ambiente, com políticas públicas efetivas para transformar verdadeiramente a vida das pessoas, formando cidadãos desde a infância, que possam se tornar protagonistas de suas histórias de vida.

Além disso, como se iniciou esse assunto tratando do Direito à Cidade, nesses ambientes, diferentes, mas iguais ao mesmo tempo, observa-se a completa falta de eficácia desse direito, uma vez que não há direito

respeitado no que tange à saúde, à educação, ao meio ambiente equilibrado, ao desenvolvimento sustentável e à própria infraestrutura. Não há ali um protagonismo pela formação de grupos para discussão de políticas públicas com os gestores. Eles se apegaram a minha presença como bote salva-vidas para levarem suas reivindicações adiante.

Fui procuradora do município de Uiraúna por quase oito anos e, nesse período, atuei em duas situações específicas envolvendo os conjuntos habitacionais construídos pelo PMCMV, após a entrega das moradias. Pelo cargo que ocupei e pela minha formação em Direito, a população daqueles conjuntos habitacionais se apegou a mim na tentativa de minimizar os problemas ali existentes, reconhecendo em mim uma figura de apoio e representação diante das dificuldades enfrentadas no cotidiano. Essa experiência consolidou meu compromisso, enquanto pesquisadora, com a efetivação do direito à cidade em contextos de vulnerabilidade.

Diante das questões apontadas, é importante observar que não é necessário somente o ato de dar uma casa, concedendo a alguém o direito de ter um teto. É preciso que toda a cidade reverbere as condições para que os indivíduos possam estar na casa, mas também em todo o ambiente em que ela está construída. Isso significa preservar o direito à cidade dos indivíduos.

O direito à cidade, como visto, é muito mais do que acesso a serviços públicos e a ambientes adequados, é o direito de mudar a si próprio para, assim, mudar a cidade (Harvey, 2014). O invisível ali enxergado foi justamente a necessidade de instituir naquela população o sentimento de pertencer àquele lugar e de lutar por melhorias. Percebeu-se que existe um sentimento muito forte de pertencimento à cidade de Uiraúna/PB, mas é como se aqueles lugares não estivessem na Paraíba.

A necessidade de fortalecer o capital trouxe a diversos indivíduos um preço alto a ser pago: o preço do esquecimento, da segregação social. Os indivíduos acabaram sendo arrastados por essa lógica capitalista e o direcionamento da expansão urbana nessas cidades acabou sendo mais um refém do mercado imobiliário dentro do contexto do PMCMV.

Lefebvre (2008) afirma, com clareza, o poder do capitalismo imobiliário, demonstrando como ele alçou de uma importância menor a uma dimensão de destaque no capitalismo, seja no tocante às megas construções ou às especulações. Essa lógica foi a responsável por ordenar todo o processo de implantação do PMCMV no Brasil, que atingiu desde os grandes centros urbanos até as cidades de pequeno porte. Existe uma reprodução do espaço social revelando a preferência pela acumulação do capital.

Na análise dos conjuntos habitacionais, observou-se que, embora eles estejam mais próximos ao centro

das cidades, até porque são cidades muito pequenas, e estejam dentro dos próprios limites contidos na lei sobre zona urbana e rural, verificam-se espaços de segregação, pois a sociedade exclui esses indivíduos e os coloca à margem, com medo dos seus habitantes e, muitas vezes, os taxa de marginais simplesmente por residirem na periferia, criando o estereótipo do bandido e do verdadeiro marginal.

Ainda observando os conjuntos residenciais, um dos moradores afirmou que havia um perfil do conjunto habitacional no *Instagram* e, ao acessar esse perfil, verificou-se que os moradores do conjunto Mãe Augusta criaram um perfil na rede social para falar sobre o que há nesse espaço. Essa atitude talvez possa se configurar como uma maneira pela qual a população desse lugar encontrou de se mostrar e ser vista, para retirar dela o estigma que carrega de marginalizada.

Ao trazer suas vivências para a esfera digital, os moradores do conjunto Mãe Augusta não apenas encontram uma forma de resistência, mas também reivindicam o direito de existir enquanto sujeitos ativos, com voz e identidade própria. Essa iniciativa evidencia um desejo profundo de reconstruir a narrativa que a sociedade lhes impõe, destacando a riqueza de histórias, talentos e potencialidades que habitam esse espaço. Esse movimento também pode ser interpretado como uma tentativa de estabelecer conexões com o restante da cidade e reduzir as barreiras simbólicas que perpetuam a segregação.

Por meio das redes sociais, os moradores buscam sensibilizar e humanizar seu cotidiano perante o olhar externo, desmistificando os preconceitos e mostrando que, por trás do estigma, existem trabalhadores, famílias, crianças e jovens cheios de sonhos e expectativas. Ao mesmo tempo, a utilização das redes sociais como ferramenta de mobilização social reflete a busca por uma integração mais ampla, colocando em pauta as demandas da comunidade e pressionando por ações concretas que garantam seus direitos enquanto cidadãos.

Nos diálogos travados para responder ao questionário da pesquisa, houve situações em que os moradores desabafaram, fazendo isso de modo informal, sem gravação, apenas com o registro da observação e da memória do pesquisador. Nessas conversas, emergiram relatos carregados de sentimentos de frustração, medo e esperança, nos quais os moradores expressavam suas dificuldades cotidianas, a insegurança que permeia a vida na comunidade e a falta de perspectivas diante das limitações econômicas e sociais. As narrativas, muitas vezes entrecortadas por silêncios e olhares apreensivos, revelavam não apenas a precariedade material, mas também as marcas emocionais de viver em um território onde a violência e a exclusão são normalizadas.

Porém, também emergiam falas de esperança! As mulheres entrevistadas, beneficiárias das residências, afirmavam que, apesar das dificuldades, a conquista

da casa própria representava uma nova chance de recomeço. Muitas relataram o alívio de não precisar mais pagar aluguel ou viver em condições ainda mais precárias. Para elas, o lar não era apenas um espaço físico, mas um símbolo de resistência e de dignidade. Algumas mencionavam o desejo de melhorar suas moradias aos poucos, reformando e ampliando quando possível, enquanto outras falavam sobre os filhos, expressando a esperança de que, com um teto seguro, poderiam oferecer a eles um futuro com mais oportunidades. Ainda que a realidade impusesse desafios diários, o sentimento de pertencimento ao novo lar trazia consigo a força para seguir adiante.

Com isso, compreende-se a grande dificuldade que é residir naquelas localidades abarcadas pelos conjuntos habitacionais construídos pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. Vivenciando os problemas de perto, é possível enxergar o sentimento daquela população, que se sente desvalorizada e esquecida, lembrada apenas nas épocas de eleições, quando é visitada pelos políticos para pedir o voto e, depois disso, não recebe nenhuma política pública que beneficie o local onde residem. Esses habitantes também fazem parte das cidades onde vivem. Mas as cidades não os recebem com bons olhos. É isso que se conclui ao final dessa experiência.

A partir da leitura de Jeanne Favret-Saada (2005), sobre “ser afetado” no trabalho etnográfico, é possível refletir ainda sobre como a vivência nos conjun-

tos habitacionais do PMCMV em cidades pequenas, como as da RGI de Cajazeiras, pode ser compreendida não apenas pela observação dos espaços e das condições materiais, mas também pela experiência de ser afetado pelas intensidades próprias do lugar. Favret-Saada (2005) destaca que, para compreender certos fenômenos, é necessário deixar-se afetar pelas condições do campo, permitindo que essas experiências moldem o processo de conhecimento.

Nesse sentido, ao analisar as dificuldades vividas pelos moradores do conjunto Mãe Augusta, como o acesso precário ao centro urbano, a falta de saneamento básico e as limitações na infraestrutura, é preciso ir além do registro dessas condições como dados objetivos. É necessário captar os afetos que essas condições geram: o sentimento de exclusão, a frustração de ver promessas de inclusão urbana não cumpridas, ou mesmo o orgulho de criar iniciativas como o perfil no *Instagram* para resistir ao estigma. Essas emoções são intrínsecas à experiência de viver nesses espaços e oferecem uma camada profunda de entendimento que não se alcança apenas com a observação distante.

Ao aceitar ser afetada por essa realidade, percebo que o estigma de marginalização atribuído aos moradores vai além das construções discursivas externas; ele se reflete nos gestos, nos silêncios e nas estratégias criadas para lutar contra essa exclusão. Assim como Favret-Saada encontrou no afeto uma forma de compreender o desenfeitiçamento no

Bocage, aqui também é pelo impacto direto das condições e narrativas dos moradores que se pode acessar as dinâmicas internas dos conjuntos habitacionais, reconhecendo a complexidade das experiências humanas que transcendem as representações culturais e políticas.

Essa abordagem, que valoriza a dimensão afetiva, permite não apenas documentar a segregação e a precariedade, mas também compreender as formas de resistência, solidariedade e busca por reconhecimento que emergem desses contextos. É, portanto, na confluência entre o ser afetado e a análise crítica que se constrói uma etnografia capaz de revelar as múltiplas camadas de vivência e de luta dos moradores do PMCMV.

Nessa perspectiva, seguindo as ideias de Gilberto Velho (2013), é possível enriquecer a análise sobre as vivências nos conjuntos habitacionais do PMCMV ao destacar o papel do etnógrafo em observar e problematizar realidades que, à primeira vista, podem parecer familiares e corriqueiras. Velho (2013) enfatiza a necessidade de compreender como os sujeitos vivem e organizam suas rotinas em contextos urbanos, especialmente em espaços marcados por dinâmicas de desigualdade social.

Ao olhar para os conjuntos habitacionais em pequenas cidades da RGI de Cajazeiras, o etnógrafo deve se debruçar sobre as práticas cotidianas dos moradores, buscando identificar os significados atri-

buidos por eles às dificuldades de acesso, ao estigma de marginalização e às formas de organização comunitária. Velho ressalta que, mesmo em situações aparentemente familiares, como a vida urbana em cidades pequenas, há complexidades sociais e culturais que precisam ser desveladas. Isso implica não apenas reconhecer a precariedade física dos espaços, como a ausência de saneamento básico e de infraestrutura, mas também compreender como essas condições afetam os modos de vida, as relações sociais e as estratégias de enfrentamento.

Além disso, Velho (2013) alerta para o risco de naturalizar o estigma e os problemas enfrentados nesses espaços, como se fossem inerentes à condição periférica. O etnógrafo deve estar atento não apenas para registrar essas questões, mas também desafiá-las, buscando entender os processos históricos e sociais que levaram a essas situações. Essa abordagem crítica é essencial para captar as nuances das vivências nos conjuntos habitacionais e como essas narrativas de exclusão, resistência e pertencimento se entrelaçam na construção de uma identidade coletiva.

Assim, ao unir o “ser afetado” de Favret-Saada e a observação do “familiar” de Velho, temos uma etnografia que não apenas documenta, mas também interpreta as vivências dos moradores do PMCMV, revelando as camadas de significado que estruturam suas vidas e suas lutas por reconhecimento e cidadania. Essa combinação de sensibilidades permite um

entendimento mais profundo das dinâmicas sociais que moldam esses espaços, destacando tanto os desafios quanto as possibilidades de transformação.

Ao integrar as reflexões de Velho (2013), o texto ganha um olhar mais profundo sobre a dinâmica das cidades pequenas e as experiências de seus moradores. Ele nos convida a perceber que, mesmo em espaços aparentemente simples, há complexidades sociais que demandam atenção cuidadosa, destacando como o familiar pode ser um ponto de partida essencial para análises etnográficas robustas e transformadoras.

A literatura como caixa de ferramentas: analisando a segregação urbana

O relato etnográfico evidencia um padrão de urbanização excludente que já foi amplamente discutido na literatura.

De acordo com Carvalho e Stephan (2016), o Programa Minha Casa, Minha Vida precisa ser analisado dentro de um contexto econômico e político mais amplo, que reflete as características da política habitacional brasileira e o cenário internacional a partir da década de 1990. Para os autores, no âmbito da habitação de interesse social, o período de 1988 — marcado pela promulgação da atual Constituição Federal — até 2003, quando foi criado o Ministério das Cidades, foi caracterizado por um vazio institucional. Esse intervalo seguiu-se à extinção do Banco

Nacional de Habitação (BNH) e à ausência de uma estrutura federal organizada para conduzir as políticas urbanas e habitacionais.

A partir de meados da década de 1990, sob a influência de políticas neoliberais, iniciou-se um processo de estímulo ao mercado imobiliário focado na produção de moradias para as classes média e média-alta. Esse movimento foi impulsionado pela criação de marcos institucionais e de instrumentos financeiros que buscavam garantir maior segurança para os investidores do setor habitacional (Cardoso; Aragão, 2011; Shimbo, 2011).

No final do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e ao longo do primeiro mandato do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), começou a se formar um cenário favorável à participação do setor privado na promoção habitacional. A estabilidade macroeconômica alcançada com o Plano Real, ao final da década de 1990, somada às novas diretrizes econômicas implementadas no governo Lula — incluindo a redução das taxas de juros —, despertaram maior interesse de investidores e de agentes financeiros na construção civil e no mercado imobiliário.

No campo da habitação de interesse social, o início do governo Lula, em 2003, trouxe mudanças significativas no panorama institucional da política habitacional. A criação do Ministério das Cidades consolidou um órgão responsável por formular e executar a Política de Desenvolvimento Urbano e a Política

de Habitação, favorecendo o aumento de investimentos no setor habitacional e a adaptação de programas existentes às características do déficit habitacional e das carências de infraestrutura urbana.

Com a criação do Ministério das Cidades, o período seguinte foi marcado pela retomada do planejamento estatal no setor urbano e habitacional, além da ampliação de recursos e subsídios destinados à habitação de interesse social (Buonfiglio; Bastos, 2011; Denaldi, 2012). Entre os avanços institucionais, destaca-se a aprovação, em 2004, da Política Nacional de Habitação e do Sistema Nacional de Habitação (SNH). Já em 2005, foram criados o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), com o objetivo de assegurar que os recursos públicos fossem direcionados exclusivamente para subsidiar a população de baixa renda (Brasil, 2005).

Ainda dentro do Sistema Nacional de Habitação, tendo como base as discussões travadas no Brasil, elaborou-se o Plano Nacional de Habitação – PlanHab, que se constitui em um dos mais importantes instrumentos para a implementação da nova Política Nacional de Habitação, previsto na Lei nº 11.124/05, que estruturou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (CNM, 2012).

Como se observa, para a concretização do acesso à moradia, dentro do contexto do direito à cidade, ao longo dos anos, no Brasil, foram implantadas diver-

sas políticas públicas habitacionais (ou ao menos se tentou implantá-las), que vinham sofrendo modificações para se adequar ao modelo ideal (Monteiro; Veras, 2017) (que nunca chegou). Nesse percurso, como último mecanismo e o mais recente para a implantação de programas efetivos de construção de moradias, está o Programa Minha Casa, Minha Vida, nascido no ano de 2009, por meio da Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009 (Brasil, 2009).

A análise do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) tem sido objeto de diversos estudos, sendo isso aliado à sua relação com o direito à cidade, tendo doutrinadoras como Ermínia Maricato e Raquel Rolnik consideradas grandes expoentes nessa análise. Suas pesquisas oferecem *insights* valiosos sobre as implicações socioespaciais do programa e os desafios enfrentados pelos moradores na busca por inclusão urbana.

Ermínia Maricato (2011) destaca que, embora o PMCMV tenha ampliado o acesso à moradia, especialmente para a classe média, ele não conseguiu atender adequadamente as famílias com renda entre zero e três salários mínimos, que representam a maior parte do déficit habitacional. Ela argumenta que a falta de uma política nacional de habitação pública desde 1983 contribuiu para a exclusão dessa parcela da população. Além disso, Maricato enfatiza que a ausência de controle sobre a função social da propriedade e a influência do mercado imobiliário nas prefeituras resultaram em uma urbanização excludente, onde

os empreendimentos do PMCMV, frequentemente, são localizados em áreas periféricas, desprovidas de infraestrutura e serviços essenciais, reforçando a segregação socioespacial.

Por sua vez, Raquel Rolnik (2000), em sua análise sobre o PMCMV nas regiões metropolitanas de São Paulo e de Campinas, observa que o programa, apesar de colocar a habitação em destaque na agenda governamental, perpetuou um modelo de urbanização excludente. Ela aponta que os empreendimentos foram majoritariamente implantados em áreas periféricas, distantes dos centros urbanos e desprovidas de infraestrutura adequada, o que reforçou a segregação urbana e limitou o acesso dos moradores aos benefícios da vida urbana. Rolnik (2000) também critica a lógica de mercado que orientou o programa, priorizando a quantidade de unidades habitacionais em detrimento da qualidade da inserção urbana, o que resultou em conjuntos habitacionais isolados e desconectados da malha urbana.

As contribuições de Ermínia Maricato e Raquel Rolnik evidenciam que, para que o PMCMV efetivamente promova o direito à cidade, é fundamental que as políticas habitacionais considerem não apenas a provisão de moradias, mas também sua inserção no tecido urbano, garantindo acesso a serviços, à infraestrutura e a oportunidades econômicas. Sem essa abordagem integrada, os moradores correm o risco de permanecer segregados e excluídos dos benefícios que a vida urbana pode oferecer.

Além disso, não se pode conceber os estudos sobre o PMCMV e o direito à cidade sem compreender o processo de produção espacial urbana. Nesse sentido, Milton Santos (1993), renomado geógrafo brasileiro, dedicou-se profundamente ao estudo da produção do espaço urbano, oferecendo contribuições significativas para a compreensão das dinâmicas urbanas nos países em desenvolvimento. Sua obra aborda a complexidade das cidades, a segregação socioespacial e as contradições inerentes ao processo de urbanização.

No seu livro *A Urbanização Brasileira*, escrito no ano de 1993, Santos analisa o processo de urbanização no Brasil, destacando a formação de cidades marcadas por profundas desigualdades. Ele argumenta que a urbanização, orientada pelos interesses do capital, resulta em uma organização espacial que privilegia determinadas áreas e populações, enquanto marginaliza outras, reforçando a segregação socioespacial.

Santos (1996) explora a relação entre técnica, tempo e espaço, enfatizando como as inovações tecnológicas influenciam a organização espacial das cidades. Ele propõe o conceito de “meio técnico-científico informacional” para descrever a nova configuração espacial resultante da revolução tecnológica, que redefine as interações sociais e econômicas no ambiente urbano.

As reflexões de Milton Santos sobre a produção do espaço urbano oferecem uma compreensão crítica das dinâmicas urbanas, evidenciando as contradições

e as desigualdades presentes nas cidades contemporâneas. Sua obra permanece relevante para estudiosos e formuladores de políticas que buscam entender e enfrentar os desafios da urbanização nos países em desenvolvimento. Também, para explicar as dinâmicas urbanas e compreender esse processo de formação das cidades, para fins de entender como o PMCMV se mostra relevante ou não, Castells (1972) argumenta que o espaço urbano não é apenas um cenário físico, mas um produto social resultante das relações de produção e das práticas sociais. Ele destaca que a organização espacial das cidades reflete as estruturas de poder e as desigualdades sociais, sendo moldada por interesses econômicos e políticos dominantes.

Em sua análise, Castells (1972) introduz o conceito de “consumo coletivo”, referindo-se aos serviços e às infraestruturas urbanas que atendem às necessidades básicas da população, como transporte, habitação e educação. Ele enfatiza que a provisão e o acesso a esses serviços são frequentemente palco de conflitos sociais, dando origem a movimentos sociais urbanos que lutam por melhores condições de vida e pela democratização do espaço urbano.

Posteriormente, Castells (1972) desenvolve o conceito de “espaço de fluxos” para descrever a nova organização espacial emergente na era da informação. Nesse modelo, as cidades são reconfiguradas por redes de comunicação e fluxos de informação, capital e pessoas, transcendendo as limitações geográficas

tradicionais. Essa transformação impacta a estrutura urbana e as interações sociais, criando novas formas de inclusão e exclusão no ambiente urbano.

As contribuições de Manuel Castells oferecem uma compreensão crítica da produção do espaço urbano, evidenciando como as dinâmicas sociais, econômicas e tecnológicas influenciam a configuração das cidades e a vida de seus habitantes. Sua obra permanece fundamental para estudiosos e formuladores de políticas que buscam entender e intervir nas complexas realidades urbanas contemporâneas.

Observa-se que estudar as cidades perpassa pelo longo caminho de entender a complexa produção espacial urbana e seus liames; os interesses das classes dominantes e do mercado imobiliário, que avança ferozmente em todas as áreas conforme aquilo que melhor identifica como ganho e lucro; a investigação sobre o direito à cidade, em especial no contexto do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), demandando um olhar sensível às dinâmicas sociais e territoriais que envolvem os moradores. Através de uma abordagem etnográfica, busca-se compreender como esses sujeitos, localizados na interseção de políticas públicas e de desigualdades urbanas, vivenciam, interpretam e negociam sua inserção nos espaços urbanos, muitas vezes, marcados pela segregação socioespacial.

A prática etnográfica permite adentrar esses territórios e captar as experiências cotidianas dos moradores, oferecendo um relato denso e situado de suas

vivências. Essa metodologia se ancora na imersão em campo, privilegiando tanto a observação participante quanto a produção de notas de campo. Como sugerem Emerson, Fretz e Shaw (2013), a etnografia não é apenas uma técnica para coletar dados, mas uma prática interpretativa que inscreve o discurso social e torna visíveis as múltiplas camadas de significados atribuídas às experiências urbanas.

O pesquisador, ao assumir o papel de participante-observador, imerge no mundo social das comunidades atendidas pelo PMCMV, compartilhando de suas rotinas e se aproximando de suas narrativas sobre pertencimento e exclusão. Essa participação não se limita a observar, mas inclui a vivência direta de eventos, interações e disputas simbólicas que configuram os significados de “direito à cidade”. Tal prática se torna especialmente relevante diante da tensão que emerge entre os objetivos declarados do programa habitacional — promover inclusão e acesso urbano — e a percepção dos moradores sobre suas realidades, muitas vezes marcadas pela sensação de esquecimento e de segregação.

De acordo com Guber (2004), o campo é construído a partir de um encontro entre pesquisador e sujeitos, e essa interação molda o próprio objeto de estudo. Aplicando essa perspectiva ao contexto do PMCMV, o campo de pesquisa não é apenas o conjunto de unidades habitacionais e seus arredores, mas também as relações que os moradores estabelecem

com a cidade e entre si. Por exemplo, investigar as trajetórias diárias dos moradores — deslocamentos para trabalho, escola, lazer ou serviços de saúde — permite revelar os padrões de exclusão ou integração que caracterizam seu acesso à cidade.

As notas de campo desempenham um papel central nesse processo. Elas registram os detalhes das interações, as falas dos moradores e as observações do pesquisador, constituindo um repositório dinâmico de dados. Como ressaltam Emerson, Fretz e Shaw (2013), essas notas são mais do que simples registros; elas são um espaço de reflexão sobre os significados das experiências observadas e vividas. A descrição detalhada de um diálogo em uma reunião de moradores, por exemplo, pode evidenciar as tensões entre as expectativas comunitárias e as limitações estruturais do programa habitacional.

Outro aspecto crucial da metodologia etnográfica é a reflexividade. O pesquisador não é uma “mosca na parede”; sua presença em campo influencia as interações e pode até mesmo trazer à tona novas dimensões da problemática investigada. A perspectiva reflexiva, nesse sentido, exige que o etnógrafo reconheça seu papel na construção do conhecimento e incorpore essa consciência ao longo de suas análises.

Além disso, a dimensão narrativa da etnografia permite dar visibilidade às vozes e às experiências dos moradores. Ao escrever sobre o acesso ao direito à cidade, é essencial evitar a tentação de apresentar

uma única “verdade” sobre o programa MCMV. Em vez disso, o texto deve capturar as múltiplas verdades que emergem das histórias individuais e coletivas, como sugerido por Mishler (1979). Essas narrativas incluem tanto os avanços possibilitados pelo programa quanto as barreiras que persistem, como a distância dos centros urbanos, a falta de transporte público eficiente e a estigmatização dos conjuntos habitacionais.

Por fim, o trabalho etnográfico em um tema tão carregado de implicações sociais e políticas, como o direito à cidade, requer atenção ética e compromisso com os sujeitos da pesquisa. Isso inclui respeitar suas histórias, compreender seus desafios e buscar formas de traduzir suas experiências em algo que possa contribuir para a formulação de políticas mais inclusivas.

A pesquisa, portanto, não se limita a registrar as condições de vida nos conjuntos habitacionais do PMCMV, mas busca compreender como os moradores recriam seus espaços, ressignificam suas identidades urbanas e constroem estratégias de pertencimento. Essa abordagem, ancorada na etnografia reflexiva, oferece uma lente poderosa para investigar as promessas e as limitações do direito à cidade em um contexto de desigualdades persistentes.

Foi sob esse entendimento que se construiu o presente texto e de onde se extraíram os pensamentos sobre a vida nos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida em uma cidade pequena no interior da Paraíba, na região geográfica imediata de Cajazeiras.

Considerações finais

Diante do exposto, ressalta-se que a pesquisa etnográfica permitiu não apenas documentar a precariedade dos conjuntos habitacionais, mas também compreender as formas como os moradores vivem, interpretam e contestam essa realidade, que não pode ser considerada apenas com seus pontos negativos, mas que deve traduzir ainda o olhar positivo daquela comunidade, que sempre enxerga esperança e que sempre procura se reinventar.

As considerações aqui apresentadas não encerram a análise do tema, mas a desdobram em novas possibilidades: é preciso ampliar a escuta das populações periféricas, integrar efetivamente os conjuntos habitacionais ao tecido urbano e valorizar as práticas sociais que emergem nesses espaços. Somente assim, será possível transformar o “teto” em “moradia” e a moradia em cidadania plena, efetivando o direito à cidade em sua complexidade e potência emancipatória.

Diante desse contexto, compreende-se o direito à cidade, mais do que um conceito abstrato; na verdade, ele se constitui como uma luta concreta e cotidiana por dignidade e inclusão.

Entre a produção de farinha e a memória: uma análise de gênero e a agricultura familiar

Camila Moraes Passos¹

Introdução

Pautando atravessamentos entre os saberes locais e culturais e as experiências vividas por mim, este escrito apresenta, por meio da intersecção entre alimentação, família e gênero, um estudo sobre a produção da farinha de mandioca em Ibuaçu, interior do município de Granja (CE). Por ser filha de dois trabalhadores rurais que saíram de Ibuaçu para Parnaíba, cidade do litoral piauiense, buscando melhores condições de vida e educacionais para seus filhos, mesmo com raízes cravadas às margens do Rio-da-Ponte, essa discussão atravessa as minhas experiências vividas.

Tenho uma trajetória que perpassa o ambiente rural. E algumas lembranças da minha infância remetem às brincadeiras no Rio-da-Ponte, enquanto minha

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Estadual do Ceará (Uece).

mãe, dona Hilda, trabalhava na farinhada. Lembro que nos anos de 2006 a 2009, quando mais estive em Ibuaçu e que minha memória consegue acessar, dona Hilda sempre estava rodeada de outras mulheres descascando a mandioca, enquanto eu brincava com as crianças que também iam para a farinhada porque a viam como brincadeira – ou porque suas mães não tinham com quem deixar. Em vista disso, o presente trabalho busca refletir sobre as práticas cotidianas da agricultura familiar, analisando as interações sociais que reiteram a importância da produção de farinha dentro da comunidade.

Por ser um assunto que demorei a tocar, já reiterei a minha dificuldade em responder as minhas próprias perguntas. Como afirma Cardoso (1996), minha experiência indica que o ato de escrever e o de pensar são de tal forma solidários entre si que, juntos, formam praticamente um mesmo ato cognitivo. Isso significa que, neste caso, o texto não espera que o seu autor tenha primeiro todas as respostas para então ser escrito. Para tanto, o acesso à memória, por meio das lembranças, por vezes, se mostra embaçado; por isso as respostas vão sendo construídas ao longo do acesso à memória e ao contato com os interlocutores de pesquisa.

O presente trabalho se inscreve em uma abordagem etnográfica e evidencia a farinhada como um ritual coletivo que articula trabalho, cultura, memória e território. Apreende-se a respeito da transmissão

geracional, da casa de farinha, da divisão sexual do trabalho e das relações comunitárias da comunidade. A escolha por pesquisar Ibuaçu (CE) é também uma forma de revisitar memórias e afirmar pertencimentos, construindo uma pesquisa apoiada em autoras como Peirano (2018), em que a abordagem etnográfica é um espaço onde a teoria e as vivências com o campo se encontram.

A farinhada: elementos culturais, memórias e saberes tradicionais

A produção de farinha articula-se como um instrumento central para a economia social da região de Ibuaçu, sendo uma expressão coletiva de cultura, economia e memória, além das práticas agroecológicas resultantes da fabricação de farinhas, com um modelo de produção sustentável, que respeita os ciclos da terra e valoriza o trabalho coletivo. O cultivo da mandioca é também de grande importância para a comunidade local, sendo fonte de alimento, emprego e renda para as mulheres da localidade. O alimento é feito a muitas mãos e sob o compasso dos ciclos da natureza. Neste escrito, esforço-me para localizar as práticas concernentes à agricultura familiar e à farinhada, que, por sua vez, estão situadas no espaço de confluência entre a natureza e a cultura. A mandioca articula biodiversidade, sistemas culturais e tradições étnicas, dada a importância que possui como um dos itens básicos na alimentação brasileira.

Devido aos variados aspectos que envolvem desde o cultivo até a transformação em alimento – e que estão ligados a costumes específicos nas refeições realizadas em diferentes partes do Brasil –, a mandioca possui significativa importância histórica, cultural e econômica (Nunes Júnior, 2022; Oliveira, 2021). Em suas funções na comunidade, a produção da farinha de mandioca, a farinhada, reverbera como distintivo elemento cultural, geracional, social e econômico de famílias cearenses, com fortes aspectos simbólicos.

No tocante às relações de gênero e à divisão sexual do trabalho, existe uma normalização na distribuição das tarefas no espaço rural, pois essas têm suas raízes ancoradas no machismo. Siliprandi (2009) ressalta que às mulheres são delegadas as atividades domésticas e reprodutivas, e aos homens as atividades financeiras e produtivas. Nessa divisão, as mulheres são excluídas dos conhecimentos, das tecnologias agropecuárias e da participação nas decisões, as quais são atribuídas ao marido, além da desvalorização do seu trabalho, considerado uma “ajuda”, sem direito à remuneração.

Todavia, as mulheres são essenciais para a prática da agricultura familiar e da agroecologia, pois contribuem decisivamente para a manutenção e a permanência de tradições da agricultura familiar. Na farinhada, por exemplo, as mulheres desempenham papel de destaque para que a produção econômica e alimentar seja assegurada, pois são elas que desempenham boa parte do trabalho de beneficiamento da mandioca.

O processo da farinha começa muito antes de se chegar à casa de farinha. Esse ritual tem início com o cultivo, onde os homens, em sua grande maioria, vão para o campo realizar o processo da roçagem, da preparação da terra e do plantio da maniva. O cultivo da mandioca envolve muito cuidado e tempo; são pelo menos 12 meses para que a mandioca esteja pronta para a colheita, respeitando o ciclo das plantas e da natureza. As mulheres, por sua vez, tendem a estar mais presentes nas fases de colheita, de descasamento, das peneiras e, principalmente, nas fases finais do ritual, como na produção de subprodutos, como a goma, o beiju e a tapioca.

Durante os dias de farinhada, a casa de farinha se transforma em um lugar de encontro e socialização da comunidade, onde todos estão organizados em cada etapa da produção, o que fortalece os laços de comunidade e pertencimento. A música do rádio para distrair o momento, as crianças brincando ao redor, o cheiro da massa torrando no forno de barro ou alvenaria, mulheres organizadas em um semicírculo raspando a mandioca e compartilhando suas vivências, tudo compõe uma atmosfera de pertença, sabores, sons e memória.

Há um saber ancestral que guia todo esse processo, envolvendo o tempo certo para a realização de cada etapa. Quando perguntado aos camponeses de Ibuaçu sobre como aprenderam essas técnicas, eles respondem: “aprendi com minha mãe” ou “vinha

desde os 5 anos para a farinhada e aprendi vendo os mais velhos fazerem”. São saberes que não estão escritos, mas enraizados e corporificados na vida de cada camponês residente no distrito.

Se analisarmos as transmissões de conhecimentos, valores culturais e simbólicos ocorrem de uma geração a outra, verificaremos o papel crucial desempenhado pela mulher na dinâmica dessas famílias, não somente como elemento da produção ou do trabalho, mas também como guardiã e transmissora privilegiada da agroecologia. Embora elas possuam as suas atividades cotidianas invisibilizadas, não sendo consideradas como trabalho na esfera da produção e/ou reprodução da vida familiar, são elas, na verdade, as principais responsáveis pela produção, manutenção e transmissão dessa tradição tão basilar na construção da identidade, da cultura e da economia presentes no interior do Ceará.

Esse não reconhecimento do trabalho da mulher nos espaços de seu domínio, como hortas, cultivos medicinais, criação de pequenos animais etc., torna-o invisível para a economia formal, quando, na verdade, cumpre funções de valor inestimável (Siliprandi, 2009). Nesse sentido, a mulher tem papel central na produção da farinha. Ela organiza, ensina aos mais novos as técnicas necessárias, cuida da comida que será servida aos que trabalham e acompanha todas as etapas com atenção. Essa centralidade não pode ser reduzida a uma questão de utilidade, mas também simbólica: é

ela quem conserva e transmite todos os conhecimentos; quem distingue a mandioca que será utilizada para produzir ração para os animais da que servirá para produzir a farinha para a alimentação da sua comunidade; quem identifica e transforma a mandioca brava e tóxica em um alimento seguro e saboroso.

Dentro do seio familiar camponês, essa forma de organização produtiva estabelece papéis muito bem definidos, distribuídos entre seus integrantes por meio de marcadores de gênero e de geração. No entanto, o valor daquele trabalho ou a quantidade de bens atribuídos ao trabalhador pode variar de acordo com o gênero (Moraes; Nascimento, 2020). Com a separação de papéis e bens atribuídos a partir do gênero, Funari *et al.* (2020) afirmam que esse processo resulta em uma dominação e uma exploração que constroem relações sociais sustentadas nas desigualdades entre homens e mulheres. Por essa razão, as mulheres são invisibilizadas enquanto trabalhadoras nos processos de produção e reprodução da agricultura familiar. Consequentemente, não são reconhecidas como agentes ativas dos processos produtivos.

No que diz respeito à transmissão de conhecimento e práticas culturais, Santos e Silva (2021) percebem com maior facilidade a transmissão de ensinamentos de uma geração para outra no que se refere à própria lida com a terra e com as tradições dos hábitos cotidianos. Dentro do processo de transmissão, na manutenção dos hábitos alimentares,

reside a memória e o peso do primeiro aprendizado alimentar, e algumas das formas sociais aprendidas por meio dele permanecem ao longo da vida.

No interior do Ceará, assim como em outras regiões interioranas do Nordeste, a maior parte da produção de mandioca advém da agricultura familiar. Seu processamento é feito tradicionalmente por meio da realização das chamadas farinhadas, em “casas de farinha” de pequeno porte, conduzidas principalmente por trabalho familiar, voluntário (da comunidade), e por diaristas (Nunes Júnior, 2022). As casas de farinha e as farinhadas são, hoje, espaços de memória e de sociabilidades no meio rural. Essa diversidade reflete não apenas a riqueza da terra e do trabalho humano, mas também a conexão profunda com a sua origem, reverberando em mim, quando, por uma conexão afetiva, me impulsiona a rememorar as memórias de infância e trazer à tona aspectos reconstruídos das lembranças em Ibuaçu. Dentre elas, a lembrança do falecimento de minha mãe em 2010, um momento doloroso que se contrasta com as lembranças das brincadeiras em meio à farinhada e no Rio-da-Ponte.

Depois do acontecido, passei muitos anos sem voltar para o interior do Ceará, pois não tinha mais sentido todas as outras coisas. Tive medo de não ser mais a “menina da Hilda”, perdi o contato com aquela terra e o ambiente da farinhada deixou de me ser tão familiar. Quando consegui retornar a Ibuaçu, em

2013, as mulheres ainda se reuniam em um semicírculo para descascar a mandioca e, ao mesmo tempo, partilhavam suas experiências, suas respectivas rotinas, sonhos, decepções, fofocas e tudo que elas acreditavam ser necessário partilhar. O tempo de fazer a farinha (porque ele obedece a um calendário semestral) ainda é o mais aguardado na comunidade.

Além de fornecer alimento para a comunidade, a atividade da farinhada fortalece os laços familiares, de automanutenção e comunitários, promovendo a autonomia econômica. Ela também participa da dimensão socioeconômica da comunidade, com a casa de farinha estando ligada à agricultura familiar, e aos costumes alimentares. Como afirma Oliveira (2021, p. 6): “estes espaços se constituem como lócus do cotidiano de vida e tornam-se patrimônio, bens de valor histórico e cultural que merecem atenção quanto à riqueza das práticas culturais, sobretudo nestas realidades em que a produção de farinha de mandioca é artesanal [...]”. Logo, cada alimento servido à mesa carrega consigo histórias, tradições e valores transmitidos de geração em geração. Por se tratar de um complexo sistema, intervêm fatores de ordem ecológica, histórica, cultural, social e econômica, que implicam representações e imaginários sociais envolvendo escolhas e classificações (Maciel, 2005).

Nesse sentido, quando abordo a relação entre o indivíduo e a comida, também me refiro à família, à comunidade, ao pertencimento e à transmissão des-

ses conhecimentos, sejam eles materiais ou simbólicos, para as novas gerações. A farinhada, por sua vez, possui uma grande importância para toda a comunidade de Ibuaçu, não apenas pelo valor econômico e como prática de sua existência, mas pelo aspecto simbólico que estrutura a cultura expressa na organização social e nas relações de trabalho.

Além disso, sua dinâmica de produção de alimentos acaba por favorecer o sentimento de apropriação da cultura e da herança recebida pelos mais jovens dos conhecimentos acerca do plantio, da colheita e do preparo do alimento (Santos; Silva, 2021). Nesse sentido, a casa de farinha pode ser considerada também um símbolo da agricultura familiar. Para as famílias agricultoras, a casa de farinha é um local de encontro com a terra, onde diversas gerações de indivíduos – no entanto, gostaria de ressaltar que o presente trabalho será desenvolvido principalmente sob as perspectivas das mulheres camponesas da comunidade de Ibuaçu (CE) – têm desempenhado um papel fundamental na produção de farinha, preservando saberes ancestrais e técnicas tradicionais. Parafraseando Oliveira (2021, p. 10), podemos afirmar que “o saber-fazer da produção da farinha é repassado entre as gerações e observa-se que saberes específicos, como o da torra, não se encontram em nenhum manual, pois cada produtor tem sua receita, que é ensinada na prática aos seus familiares, como uma ‘arte de torrar’”.

Procedimentos metodológicos

Desde o início da graduação, sempre tive interesse em pesquisar algo relacionado à alimentação, mas a vastidão de possibilidades dentro desse tema me impedia de definir um recorte específico. Foi em uma reunião de orientação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com a professora Karina Cursino que surgiu a proposta de estudar o Ibuaçu, pois essa mesma comunidade sempre esteve presente nas minhas conversas, memórias e afetações da minha família. Essa escolha fez sentido imediato, como forma de honrar a memória da minha mãe, que sempre falou com carinho daquele lugar, que sempre me levava com ela quando possível e me mostrava, com muito amor, o trabalho que ela realizava, ficando feliz sempre que a assistia trabalhar. Pensar que eu poderia entrar no mestrado e ainda falar sobre o Ibuaçu era um gesto que, ao mesmo tempo, me conectava às minhas raízes e rompia com barreiras simbólicas: minha mãe aprendeu a ler e escrever pouco tempo antes de sua morte, no Sindicato dos Carroceiros de Parnaíba, e a ideia de chegar a pós-graduação sempre pareceu algo muito distante para a nossa realidade.

A decisão de fazer uma pesquisa etnográfica surgiu, então, do desejo de me aproximar dessa história e das práticas de vida que me conectam à produção de farinha. Foi nesse contexto que a leitura de Peirano (2018), ao afirmar que “etnografia não é método”, me permitiu compreender a etnografia como um modo

de pensar e de me relacionar com o campo, com interlocutores e comigo mesma. Nesse sentido, a etnografia tornou-se uma ferramenta para produção de conhecimento a partir do vivido, da escuta e do olhar sensíveis, comprometida com as experiências e afetações. Para além disso, foi uma forma de me reconhecer e me envolver na produção de um saber que também é memória, território e pertencimento.

Por esses motivos – e tendo em vista as relações estabelecidas em campo ou aquelas que ainda desejo acessar, assim como os diversos espaços que são lócus das observações e narrativas das trabalhadoras rurais de Ibuçu; as interconexões entre assuntos pessoais e seus atravessamentos; a observação participante e as entrevistas semiestruturadas – é que a minha escrita situa-se em uma abordagem etnográfica. Não obstante, sendo o ato de escrever um ato igualmente cognitivo ao de olhar e ouvir, esse ato tende a ser repetido quantas vezes for necessário; portanto, ele é escrito e reescrito repetidamente, não apenas para aperfeiçoar o texto do ponto de vista formal, mas também para melhorar a veracidade das descrições e da narrativa, aprofundar a análise e consolidar argumentos (Cardoso, 1996).

Gilberto Velho (2013, p. 121) afirma que “uma das mais tradicionais premissas das Ciências Sociais é a necessidade de uma distância mínima que garanta ao investigador condições de objetividade em seu trabalho”. Nesse sentido, em cada ida a campo, acre-

dito mais na hipótese de que o Ibuçu, apesar de um ambiente familiar, também me é um ambiente estranho. É familiar no sentido de que parte de minha família materna reside nesse lugar, tenho fácil acesso ao local e algumas pessoas lembram de mim e me associam à memória de minha mãe. No entanto, acontece o estranhamento no sentido de que, apesar de tanta familiaridade, sou alguém de fora do campo, posuo certo distanciamento, distanciamento esse que me permite estranhar o familiar. Sobre o processo de estranhar o familiar, ele torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos e situações.

Assim como afirma Cardoso (1996), talvez a primeira experiência do pesquisador de campo (ou no campo) esteja na domesticação teórica do olhar. Isso porque, a partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto sobre o qual dirigimos nosso olhar já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo. Seja qual for o objeto, ele não escapa de ser apreendido durante o nosso itinerário acadêmico (daí o termo disciplina para as matérias que estudamos), funcionando como uma espécie de prisma por meio do qual a realidade observada sofre um processo de refração - se me é permitida a imagem. Nesse sentido, haja vista a necessidade de domesticar o olhar, para que o pesquisador enxergue com olhos imparciais a realidade, evitando

envolvimentos que possam obscurecer ou deformar seus julgamentos e suas conclusões.

Consoante ao recorte geográfico que seguimos, a fabricação da farinha de mandioca representa um importante produto econômico cearense. Se existe expertise na agricultura familiar desenvolvida na região Nordeste do país, convém localizar as definições tecidas sobre o próprio Nordeste enquanto conceito. Andrade (2011) renovou as direções metodológicas sobre a interpretação do campesinato da região, afirmando que o Nordeste é “(...) uma das regiões geográficas mais discutidas e menos conhecidas do país” (Andrade, 2011, p. 3). Enquanto muitas das pesquisas feitas em outros polos do Brasil sobre o Nordeste – sobretudo o Sul e o Sudeste – tendem a generalizar as condições naturais do solo, Andrade se preocupou em particularizar o processo produtivo particular de cada região.

Contudo, ele também se manteve atento às implicações biofísicas e sociais da agricultura, compreendendo que a prática da agricultura familiar não possuía a finalidade única da renda, mas também era fundamental para a subsistência doméstica, bem como enquanto ferramenta que complementasse a renda, uma vez que trabalhadores rurais sofriam com a exploração dos proprietários de terras (Andrade, 1967; 1988). Ou seja, no meio rural a família é o cerne das relações de solidariedade e coletividade, fortalecidas pelas relações de parentesco e compadrio.

Característico do processo de existência e reprodução camponesa, Oliveira (1987) afirma que, no trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, o camponês, como meio de alimentação imediata e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada. Torna-se essencial à comunidade rural que as formas de plantio e colheita sejam passadas dos mais velhos para os mais novos, pois tais ensinamentos farão com que membros da nova geração possam garantir a sua sobrevivência e também repassar aos seus sucessores a tradição que, mesmo marcada ao longo do tempo por diversas transformações e permanências, se mantém viva através das gerações (Santos; Silva, 2021).

Considerações finais

Ao longo desta pesquisa, busquei compreender como a farinhada, mais do que uma prática produtiva, é repleta de conhecimento, sociabilidade, trocas e resistência no contexto da agricultura familiar. Por meio da escuta e da observação etnográfica na comunidade do Ibuaçu, foi possível perceber que o cotidiano agrícola não se resume à lida com a terra, mas está profundamente entrelaçado com as interações sociais que sustentam e organizam a vida no campo. Nesse sentido, a casa de farinha se apresenta como um espaço central: é onde o trabalho se

transforma em alimento, onde os laços comunitários se fortalecem e onde memórias são criadas, transmitidas e revividas.

A farinhada revela, ainda, uma divisão sexual do trabalho que, embora marcada por padrões tradicionais, também aponta para formas de autonomia e de protagonismo feminino. As mulheres desempenham papéis fundamentais em várias etapas do processo, compartilhando conhecimento técnico, cuidado e saberes transmitidos entre gerações. Essa atuação reforça sua relevância tanto na manutenção da vida cotidiana quanto na reprodução da cultura local. Além disso, a produção da farinha não apenas garante o sustento das famílias, mas também contribui para a autonomia econômica da comunidade, estabelecendo redes de solidariedade que escapam à lógica do mercado formal. Como aponta Siliprandi (2009), as mulheres na agricultura familiar não são apenas coadjuvantes, mas protagonistas que constroem novas formas de fazer político a partir da terra, do cuidado e da resistência cotidiana.

Produzir esse conhecimento, para mim, significou também revisitar minha história e minhas lembranças. Falar do Ibuaçu foi falar da minha mãe, da minha família, de um território afetivo que me atravessa. Minha trajetória, marcada por um acesso tardio e limitado a certos referenciais teóricos, tornou essa pesquisa ainda mais desafiadora e significativa. Nesse percurso, a etnografia foi mais que uma abor-

dagem: foi também uma forma de me implicar no campo, de me aproximar das pessoas e de escrever a partir da experiência vivida, do pertencimento e do compromisso ético com aqueles que me acolheram. Como lembra Gilberto Velho (2013), o olhar antropológico não está distante ou neutro; ele se constrói a partir de uma inserção afetiva e reflexiva na realidade estudada.

Limites e possibilidades de pesquisar juventudes e movimentos artísticos-culturais em território faccionado

Maria Gecilda Freire¹
Francisco Elionardo de Melo Nascimento²

Introdução

Em meio a territórios marcados por fragmentações sociais e conflitos persistentes, surge uma narrativa de esperança e resistência, protagonizada por juventudes que se organizam por meio de expressões artísticas-culturais. A reimaginação de um novo território a partir do fazer artístico em territórios faccionados tem o poder de ultrapassar as fronteiras

¹ Discente do Mestrado em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (PPGS/Uece).

² Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará (Uece), com estágio pós-doutoral em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). É professor da Faculdade de Educação e Ciências Integradas do Sertão de Canindé (Feciso/Uece), do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/Uece) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP/Uece), coordenador do Laboratório de Ensino e Pesquisa sobre Governos e Políticas Subversivas (Leps/Uece) e pesquisador do Laboratório de Estudos da Conflitualidade e Violência (Covio/Uece). É pesquisador do projeto Cientista-Chefe da Segurança Pública, com bolsa de Inovação Tecnológica da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap).

convencionais, envolvendo agentes dinâmicos que, muitas vezes, encontram nas juventudes a força que os impulsiona para que haja transformações significativas dentro do território.

Nesse contexto, a arte e a cultura se mostram como solo produtivo para a construção de pontes, implicando a quebra de estigmas e a promoção de diálogos produtivos que possibilitam a construção de identidades em territórios faccionados, os quais, apesar das limitações cotidianas, resistem por meio dos movimentos artísticos formados por jovens que residem nas comunidades urbanas, como é o caso do grupo de dança *Street Dance*, composto por jovens que se encontram semanalmente na Estação Juventude Sumaré, em Sobral – Ceará.

Criado em 2005 pela artista de dança e profissional de Educação Física Pâmela Nara³, o grupo *Street Dance* é composto por 10 jovens, com idades entre 19 e 28 anos, e atua como um coletivo artístico que se consolidou tanto como um espaço de criação artístico-cultural quanto de fortalecimento de políticas públicas para as juventudes no bairro Sumaré. Com encontros semanais na Estação Juventude, o *Street Dance* se destaca como um espaço de reimaginação do território faccionado, mobilizando corpos dançantes na promoção de arte e cultura, provocando

³ Pâmela Nara criou o grupo aos 15 anos de idade, influenciada pelo ambiente familiar, especialmente por seu pai, que também é multiartista. Em 2024, Pâmela foi eleita a primeira vereadora transexual de Sobral e tem tensionado o debate sobre gênero, sexualidade e políticas públicas para a juventude na Câmara Municipal de Sobral. Durante a campanha, Pâmela contou com o massivo apoio dos integrantes do grupo *Street Dance*.

fissuras no cenário de violência e medo causado pela atuação de facções no território.

O texto discute os limites e as possibilidades de pesquisar juventudes e movimentos artísticos-culturais em um território faccionado. Essa discussão é fruto de uma pesquisa em desenvolvimento, tendo como foco as vivências de jovens artistas que atuam em um território marcado pela atuação de coletivos criminais. A observação participante, realizada de junho de 2024 a julho de 2025, e as dez entrevistas semiestruturadas feitas junto aos integrantes do grupo *Street Dance* são metodologias utilizadas para a captura de dados, que foram organizados em forma de narrativa de inspiração etnográfica. Por mais que o texto seja escrito em primeira pessoa e esteja centralizado nas experiências do trabalho de campo desenvolvido pela primeira autora, este capítulo foi concebido de forma colaborativa entre os dois autores.

O texto está organizado em duas seções, além desta breve introdução e das considerações finais. Na primeira seção, mobilizamos os caminhos percorridos até a formulação da problemática de pesquisa, pensando as “artimanhas do acaso” (Peirano, 2018) como elemento de destaque na formulação do objeto de pesquisa e no acesso aos interlocutores em campo. Na próxima seção, focamos nos modos como jovens artistas residentes no bairro Sumaré se reinventam e reimaginam o território a partir da sua atuação em movimentos artísticos-culturais, pautando questões inerentes ao território faccionado.

Entre acasos, arte e envolvimento em campo

Estar envolvida na construção e desenvolvimento de uma pesquisa que tem como foco as juventudes artistas residentes em território faccionado é uma grande obra do acaso, tendo em vista que, inicialmente, este recorte nem me era perceptível aos olhos enquanto problemática de pesquisa, por mais que eu já estivesse inserida no meio artístico-cultural de Sobral como produtora cultural e cantora. Essa questão me faz lembrar Peirano (2018), quando aborda as artimanhas do acaso e as mudanças de percursos de pesquisa motivadas pelos acasos. É inspirada nas implicações do acaso que me deterei sucintamente nos acasos que me fizeram mudar o percurso da minha pesquisa de mestrado em Sociologia na Universidade Estadual do Ceará.

Passemos, então, para a formulação de um olhar retrospectivo para sinalizar o modo como operou o acaso, pontuando quatro situações que me levaram a pesquisar juventudes em território faccionado. O primeiro acaso foi no primeiro semestre do curso de Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), onde eu e meus colegas escrevemos um trabalho sobre educação carcerária. Lembro-me de que, para a realização desse trabalho, fizemos algumas visitas à Casa do Albergado de Sobral, que, à época, funcionava e recebia os

presos em situação de regime semiaberto e aberto⁴. As pessoas em cumprimento de pena naquele espaço realizavam atividades fora do estabelecimento prisional e, somente à noite, ficavam reclusas, tal como estabelece a Lei de Execução Penal. Aquele foi o contato mais próximo que tive com a temática da violência e não me detive nessa discussão, pois segui pesquisando culturas juvenis na graduação e na especialização em Gestão Cultural pela UVA.

O segundo acaso aconteceu quando, no início do mestrado, tentei mudar o meu projeto de pesquisa para uma temática que seria totalmente voltada às políticas culturais, na área da cultura popular ou políticas de cultura para as juventudes do campo. Não foi possível. Minha então orientadora não concordou com a ideia, ressaltando que seria possível apenas mudar de lugar, mas não o objeto da pesquisa. Parecia que, nesse momento, o destino já estava cumprindo a sua missão, que era não permitir nenhuma mudança ou modificação em meu projeto, pois, futuramente, eu estaria envolvida em um outro contexto de pesquisa.

O terceiro acaso foi quando recebi uma mensagem da minha então orientadora relatando que a sua condição de múltiplas demandas impossibilitaria a continuidade do processo de orientação. Embora a relação estivesse fragilizada pela ausência de orientações, a ruptura desse processo me causou surpresa.

⁴ A Casa de Albergado foi desativada em janeiro de 2019 e, após intensas investidas de um empresário da educação superior, o prédio foi recentemente demolido. Esse empresário, em 2024, tornou-se prefeito de Sobral.

A orientadora, no entanto, argumentou que o novo orientador era alguém que pesquisava a minha temática e que teria mais disponibilidade para a pesquisa. Fiquei apreensiva, mas esperançosa de que fosse bem aceita pelo novo orientador. Entrei em contato com ele via e-mail e marcamos um encontro presencial.

Após um acolhimento afetuoso, uma nova surpresa proporcionou o quarto acaso. Elionardo Nascimento jamais pesquisou juventudes e cultura, sendo o foco de suas pesquisas as prisões, a violência e as facções. Ao relatar sua trajetória de pesquisas, eu permanecia atenta e fascinada com o modo como demonstrava seu compromisso com a pesquisa acadêmica e com a docência. Enquanto me questionava sobre meu tema, ele rascunhava uma nova proposta de pesquisa que entrelaçava tanto a minha discussão sobre arte e juventude quanto a violência, tema central de suas pesquisas. Não deixei de pesquisar juventudes e cultura, mas agora este objeto estava reformulado pelo modo como as facções criminais interferem no cotidiano de jovens artistas da periferia de Sobral.

Aquele dia marcou o início de uma nova trajetória de pesquisa, sendo o bairro Sumaré alçado como campo de pesquisa, pois este tem um vasto histórico artístico-cultural envolvendo juventudes em diversas áreas da cultura. Por outro lado, é um território marcado por desigualdades sociais e pela violência, repercutindo no medo e na sensação de insegurança

da população residente nesse território. Trata-se de um bairro marcado pela atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC), uma facção criminal originada em São Paulo e que se expandiu para todos os estados brasileiros e para alguns países latino-americanos (Biondi, 2020; Feltran, 2018). Esse coletivo criminal tem forte atuação no Sumaré, impondo regras não apenas aos seus integrantes, mas a todas as pessoas que ali residem. Ocasionalmente, o PCC resiste às investidas de outras facções no território, provocando um cenário de disputas armadas que resultam na intensificação da violência e em mortes.

Nesse cenário de violência e medo, a Estação Juventude do bairro Sumaré é um lugar destinado a todas as juventudes, possibilitando aos jovens de distintos pertencimentos identitários vivenciarem experiências na arte, na cultura ou em outras perspectivas que não sejam vinculadas ao crime. Esse equipamento público, assim como os outros seis existentes em Sobral, é gerido pela Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer (SECJEL) e mantido pela Prefeitura de Sobral, operacionalizando atividades disponíveis para toda a comunidade, tais como dança, *hip hop*, capoeira, aulas de violão, jogos e alguns serviços de assistência social.

Dentre os grupos que realizam suas atividades na Estação Juventude do Sumaré, o *Street Dance* tem um histórico de atuação que antecede a criação desse equipamento público, proporcionando, por meio da

arte e da cultura, possibilidades para que jovens se reinventem dentro da periferia. Após duas décadas de existência, o *Street Dance* alçou visibilidade no próprio território e em outros espaços culturais da cidade, destacando-se em apresentações públicas em eventos culturais e na realização de oficinas de dança para a comunidade. O grupo se reúne semanalmente aos sábados e o financiamento de suas atividades se dá via captação de recursos por meio de editais públicos de fomento à cultura.

Ao abordar temas sobre juventudes, abre-se uma ampla possibilidade para pensar questões sobre a sua diversidade, pois sua construção acontece a partir das vivências individuais e coletivas dentro do meio social em que vivem. Cada jovem carrega consigo distintas experiências, marcadas por diversos fatores sociais que influenciam seu modo de ser e existir. Nesse sentido, Dayrell (2003) chama a atenção para a noção de juventudes no plural, a fim de evidenciar a diversidade dos modos de ser jovem. Essa noção de juventudes, como afirma o autor, é essencial para a compreensão da diversidade dos modos de vida e das particularidades das juventudes das camadas populares.

Bourdieu (1983) também chama a atenção para a diversidade que é ser jovem, enfatizando que as divisões entre as idades são arbitrárias e que essa diversidade não permite a limitação a uma única faixa etária. Entender essa pluralidade e diversidade

entre as juventudes também significa reconhecer a existência das desigualdades e dos dilemas que atravessam determinados grupos de juventudes contemporâneas, como os jovens que residem em território faccionado. Nesse sentido, Novaes (2021) apresenta algumas reflexões sobre os dilemas e as perspectivas da juventude contemporânea, afirmando que ela está inserida em um tempo de globalização acelerada, causando crescentes desigualdades sociais. Dentro dessa concepção, jovens inseridos em um contexto social marcado por disputas de poder entre facções estão entre os mais afetados, pois o seu cotidiano é atravessado por situações de violência e de medo. Esse medo, frequentemente experienciado de forma coletiva por se tratar de um sentimento humano compartilhado (Matos Júnior, 2008), adquire nas periferias configurações específicas, pois está diretamente relacionado às experiências vivenciadas nos territórios marcados pela desigualdade e pela disputa territorial. Nesse contexto, o medo deixa de ser apenas uma emoção individual e passa a constituir a estrutura das relações sociais da vida cotidiana, operando como um modelo de regulação social.

A partir das observações realizadas em campo, bem como dos encontros e diálogos estabelecidos com os integrantes do *Street Dance* na Estação Juventude, tornou-se possível instaurar interlocuções que viabilizaram a possibilidade de formular alguns questionamentos, construindo, assim, uma ideia central

para esta investigação em curso: De que forma a arte e a cultura colaboram para que as juventudes possam reimaginar um território marcado pela violência? O que os jovens artistas do *Street Dance* querem expressar quando realizam as suas apresentações artísticas? Qual é o lugar que a arte ocupa dentro de um território faccionado? Esses são os questionamentos-chave para o desenvolvimento desta pesquisa. Por mais que as respostas a estas questões não sejam esboçadas a contento neste escrito, sinalizamos algumas discussões importantes no caminho para as respostas.

O campo, os sujeitos e as interlocuções

Ao chegar à Estação para o meu primeiro dia de contato direto com o grupo, percebi que ali era um espaço de convivência e de socialização entre diversas juventudes. No diálogo iniciado com os dançarinos do *Street Dance*, fiquei pensando em como seria construída a minha trajetória de pesquisa a partir das histórias que seriam ouvidas. À medida que eu me fazia presente nos encontros, intensificava-se o desejo de trocas de conhecimento. Em muitas tardes de sábado, os meus olhos e os meus ouvidos eram guiados pelo movimento harmônico que aqueles corpos juvenis emanavam através da sincronia de sua dança. A dança e a música formavam uma nova cadência, que, por sua vez, colaborava com a composição poética existente nos encontros de juventude com a arte e a cultura.

No entanto, ao longo da realização do trabalho de campo, a pesquisa enfrentou algumas interrupções que impactaram não apenas o processo investigativo, mas também na vida artística e pessoal dos jovens envolvidos. Os desafios do campo refletem as características próprias da periferia, onde os conflitos decorrentes das disputas pelo domínio do território entre facções criminais instauram medo e insegurança, alterando a rotina do bairro e limitando as interações entre os moradores e demais transeuntes. Nesse caso, o funcionamento da Estação Juventude e as atividades culturais do *Street Dance* são diretamente afetados pela restrição ou interrupção. Nos períodos de forte tensão, os integrantes do grupo me orientaram a suspender a pesquisa, pois a minha presença no Sumaré representaria um risco à minha integridade física. Essas interrupções estavam sempre acompanhadas de algum episódio fatal, envolvendo uma série de assassinatos de pessoas envolvidas ou não com as facções que disputam o território.

Luiza⁵, mulher cisgênera de 25 anos, artista e funcionária da Estação Juventude, relatou um desses episódios que resultou na morte de seu primo: “Eu estava acordando para iniciar mais um dia de trabalho e visualizei dois caras passando de moto em frente à minha casa e retornaram em seguida, efetuando disparos contra meu primo, que estava na porta de casa. Ele não era envolvido e tinha medo de morrer

⁵ Todos os nomes dos interlocutores são fictícios.

dessa forma”. A interlocutora destacou que, por agregarem os estereótipos de jovem negro, tatuado e de cabelo degradê, os faccionados invasores confundiram seu primo com “bandido”. Esse episódio foi parte de uma série de assassinatos ocorridos em dezembro de 2024 no bairro Sumaré. A invasão de pessoas vinculadas ao Comando Vermelho (CV) era sempre protagonizada por disparos de armas de fogo, muitas vezes atingindo pessoas sem vinculação com as facções criminais. Diante disso, a sensação de insegurança e do medo de ser mais uma vítima letal das disputas por território tornou-se um fator determinante para alterar a rotina do bairro e, conseqüentemente, impedir a realização do trabalho de campo junto aos integrantes do *Street Dance*.

Escutar esse relato me paralisou por alguns instantes. Eu não sabia mais o que falar, diante do modo emocionado como a interlocutora relatava o episódio. Eu só tinha vontade de chorar, enfrentando muita dificuldade para impedir que meus sentimentos transbordassem pelos olhos, demonstrando exatamente o que eu estava sentindo naquele momento. Luiza seguiu com o relato, enquanto eu tomava um pouco d’água e continuava ouvindo atentamente, mas a tristeza e a angústia permaneceram como sentimentos presentes. Ao mesmo tempo em que me emocionava, aquela história me encorajava, de alguma forma, a saber mais sobre as dinâmicas do bairro. Ao voltar para casa, fiquei extremamente pensativa e, naquele

dia, não importava o que estivesse fazendo, aquela voz narrando a história sempre voltava à minha memória. Percebi, naquele momento, a fragilidade da vida, especialmente quando se trata de uma realidade marcada por históricos de violência, motivada pela disputa de poder e pela dominação de um território.

Nas minhas idas à Estação, por mais que os jovens permanecessem alegres e dançantes, havia sempre uma viatura da Polícia Militar do lado do prédio. A minha presença no Sumaré era sempre tensa; eu não sentia estranhamento em relação ao grupo, mas a mim mesma, com a incerteza misturada ao medo de me tornar mais uma vítima fatal da violência naquele território. Aquela mistura de sentimentos me causava certo mal-estar. Não por estar ali, mas pela sensação de que tudo aquilo estava me causando. Era como se, ao adentrar ao território, eu também estivesse experimentando vivenciar os mesmos processos que as juventudes dos territórios vivenciavam diariamente, mesmo sem ter a real noção do que é viver em um território comandado por facções.

A minha primeira ida à Estação da Juventude se deu logo após uma série de assassinatos, e eu permaneci o tempo todo tensa, pensava apenas em voltar para casa. Eu conhecia toda aquela manifestação cultural que meus olhos atentamente observavam. Não por proximidade com aquelas juventudes, mas por também ser trabalhadora da cultura com atuação na música, na produção e na gestão cultural.

Porém, o desconforto daquele momento não se dava pelo fato de observar o que era familiar (Velho, 2013), mas, sim, pelo fato de que minha visão se misturava à compreensão do que acontecia no território naquele momento, ainda marcado pela violência de dias anteriores, que resultou em mortes de pessoas faccionadas e não faccionadas, como a do primo de Luiza. Foi uma tarde difícil de viver; eu não conseguia ter a mesma leveza que os jovens que se encontravam na Estação Juventude para planejar e fazer sua arte. Por mais que eu tentasse, naquela tarde não foi possível. Mas, apesar da mistura de sentimentos, segui até o fim do encontro com o grupo.

Ao voltar para casa, ainda no *Uber*, senti uma leve sensação de alívio, mas, ao mesmo tempo, a ideia de voltar estava muito presente em minha mente. O desejo de continuar se justificava pelo fato de que trabalhar com a cultura, para mim, é algo prazeroso, e a cultura nas periferias é forte e pulsante. Naquela tarde de sábado, eu experimentei o exercício de olhar e ouvir (Cardoso, 1996) enquanto estava com os jovens do grupo *Street Dance* na Estação, fazendo apenas poucas anotações, somente algumas palavras pontuais, pois queria estar atenta a todas as falas, aos gestos e a cultivar boas relações com os(as) interlocutores(as)

Florence Weber (2009) ressalta a construção de um diário de campo como uma importante etapa na construção de uma etnografia. Mesmo que, naquela

tarde, eu tivesse feito poucas anotações, a observação tornou possível a compreensão do momento. Quando cheguei em casa, era hora de experimentar a escrita, organizar as ideias e colocá-las no papel. Organizar ideias, com toda aquela sensação que meu corpo e minha mente vivenciavam, não me parecia ser uma tarefa fácil; porém, era possível. Sentei-me e escrevi não somente sobre a curta conversa que tive com os jovens, mas também sobre o que eu sentia, uma estranha sensação que misturava e confundia os meus sentidos. Senti como se o ato de tomar as notas de campo, ao chegar em casa, fosse também uma forma de acalmar a angústia de ter-me deixado se afetar (Favret-Saada, 2005).

Ao longo das minhas idas ao campo, pude perceber que a experiência de habitar territórios atravessados pela disputa de poder entre facções é marcada por um contexto histórico permeado por controle social e por diversas formas cotidianas de resistência. A presença hegemônica do PCC no bairro traz limitações às juventudes, restringindo o acesso e a circulação de jovens entre territórios. Jovens esses oriundos de bairros que vivem sob o domínio de facções rivais, sendo impedidos de frequentar determinados territórios, como o bairro Sumaré, o que consequentemente os impossibilita de participar de grupos e coletivos artísticos, limitando também a possibilidade de vivenciar a cidade livremente e reduzindo a socialização entre os seus pares. Contudo, em contramão

a este sistema de controle social e repressão territorial, observa-se a emergência de jovens no bairro que resistem a essa forma de controle para configurar suas possibilidades de livre circulação e apropriação dos espaços urbanos.

Antes de me juntar ao grupo, sempre que possível, mantinha interlocuções com Lola, uma *drag queen* de 27 anos, coreógrafa e diretora do grupo *Street Dance*. Ela frequentemente me falava da recusa de internalizar o medo, para não permitir que este molde as suas práticas cotidianas e impeça a sua diversão e também a sua circulação pela cidade, pois não seria justo com ela mesma não vivenciar esta fase importante da sua vida. Lola relata um episódio marcante, em que mostra algumas situações de riscos urbanos a que muitos jovens da periferia de Sobral estão submetidos. Ao retornar de uma festa às três horas da manhã, acompanhada de dois amigos, fizeram uma parada no Moriá, uma lanchonete localizada no centro de Sobral, conhecida por funcionar a noite inteira. No trajeto de volta para o bairro Sumaré, nas imediações do bairro Santa Casa, foram surpreendidos por disparos efetuados por dois homens em uma motocicleta, contra o veículo em que estavam. Apesar de não haver feridos, o episódio constituiu uma experiência assustadora que marcou a sua memória, deixando em evidência as condições de vulnerabilidade e insegurança que permeiam a mobilidade juvenil dentro dos territórios.

Enquanto pesquisadora que mora no centro da cidade, espaço social distinto daquele onde a pesquisa de campo acontece, as idas a campo envolvem desafios. No entanto, reconheço a necessidade de exercitar constantemente um olhar reflexivo e sensível sobre as práticas e condutas que estruturam a vida cotidiana do bairro, bem como sobre as perspectivas juvenis inscritas no campo artístico-cultural. Tal postura analítica revela-se fundamental para que haja a possibilidade de enxergar a dimensão da realidade do dia a dia e sua forma de renovar-se. O desejo de compreensão tem se revestido, nas Ciências Sociais, quase como uma forma antropofágica de eliminação das diferenças cujo objetivo é trazer o “diferente” para a lógica racional e ordenadora da ciência (Diógenes, 1998). Assim, construir perspectivas de conhecimento que respeitem a complexidade das vivências juvenis e dialoguem com as juventudes em questão torna-se um processo desafiador. Esse desafio implica não apenas romper com visões estigmatizadas e reducionistas, que frequentemente recaem sobre as juventudes das periferias urbanas, mas também reconhecer a grandeza das práticas culturais presentes nesses espaços.

Embora o Sumaré seja um território com forte atuação das facções, seu contexto não se resume apenas às questões que envolvem violência e medo. A maioria dos integrantes do *Street Dance* nasceu e continua residindo no Sumaré, mantendo vínculos

afetivos e de pertencimento com o território, sendo unânime a percepção de que o bairro é agradável para viver. Todavia, essa percepção é tensionada nos períodos em que ocorrem conflitos entre as facções.

Do lado de dentro dos muros e portões da Estação, os jovens conversam, sorriem e dançam alegremente, pois o hábito da vivência os faz ser assim: não existe medo nem preocupação, apenas o desejo de seguir criando espaço e se destacando no mundo da dança. Com os integrantes do grupo *Street Dance*, observei que, apesar da violência presente em seu território, eles encontram na arte e na cultura uma forma de reimaginar e ressignificar suas vivências e explorar novas experiências. Esse envolvimento não apenas expressa resistência, mas também revela a potência transformadora da arte e da cultura em meio às adversidades. Além disso, o contato com esse grupo despertou em mim o desejo de compreender mais profundamente essa realidade marcada pela dominação territorial exercida por uma facção.

Em determinados momentos ou situações, a dominação exercida pelo PCC se manifesta de forma sutil e estrategicamente articulada, atravessando as ações do Estado e consolidando seu poder sobre o território. Feltran (2018) ressalta que o PCC não domina territórios pela força de armas. Não é que não exista dominação nos territórios, mas ela se manifesta através da inteligência, sem necessariamente agir com violência. Em momentos específicos, a facção, mos-

trando o seu poder de articulação, aproxima-se da comunidade, colaborando com a promoção de festas comemorativas, como já aconteceu em celebração ao Dia das Crianças na Estação Juventude; e, em contrapartida, foram solicitados apenas registros fotográficos para constar em seus relatórios de atividades mensais, evidenciando suas formas de legitimar sua presença e influência na comunidade.

Nascimento (2018), ao fazer uma minuciosa narrativa acerca do aprisionamento de corpos, lembra-nos que jovens moradores de territórios faccionados também têm seus corpos aprisionados, no sentido de serem privados de frequentar bairros que são chefiados por facções rivais. Diante dessa realidade, percebe-se a complexidade de ser jovem e ser de periferia. Mesmo com a forte presença das artes e da cultura no bairro, as políticas públicas de cultura ainda não chegam de forma abrangente ou são insuficientes para mudar totalmente a realidade dessas juventudes. São muitos os desafios vividos e enfrentados pelos jovens do Sumaré, para que possam vivenciar, com intensidade, a sua condição juvenil, dentro ou fora do bairro.

O grupo *Street Dance* tem hoje suas apresentações artísticas limitadas, atuando de forma ativa, dentro do próprio bairro, de maneira independente e utilizando recursos oriundos de editais de fomento às artes, nos quais o grupo conta com algumas aprovações em níveis municipal e estadual. Em contrapartida, são oferecidas ações formativas em dança

na Estação Juventude e jovens moradores de outros bairros podem se inscrever e participar das oficinas. Porém, a permanência no grupo vai depender da localização onde moram, pois, sendo moradores de bairros dominados por facções rivais, dificilmente, a sua permanência será possível, pois os grupos dominantes seguem com suas estratégias para manter o controle e a dominação do seu território, sobretudo, em períodos em que a violência se faz presente no cotidiano desses bairros. Essa dinâmica reforça a sensação de poder e pertencimento, ao mesmo tempo em que perpetua a dependência e o controle da comunidade pelos grupos dominantes. Em períodos de maior violência, essas estratégias servem não apenas para manter a ordem local segundo seus próprios interesses, mas também para neutralizar possíveis resistências e reafirmar sua autoridade como um poder de dominação.

Considerações finais

Ao longo deste capítulo, as nuances de se fazer pesquisa sobre juventudes e movimentos artísticos-culturais em território faccionado foram colocadas em relevo. Essas questões sinalizam as dificuldades de inserção em espaços marcados pela violência, mas também como a insegurança e o medo são marcas intransigentes no bairro Sumaré. Esses sentimentos também me afetaram e, por mais que os momentos

fossem agradáveis junto aos jovens, a sensação de insegurança e o medo me acompanharam em todos os meus percursos no campo de pesquisa.

Na abordagem, foi possível constatar que, entre as limitações e as possibilidades de fazer arte e cultura dentro de um território faccionado, os jovens artistas, com seus corpos dançantes, revestem-se de coragem para viver sua condição juvenil e fazer arte mesmo diante das adversidades do cotidiano. Nesse aspecto, é necessário relembrar que a Estação da Juventude do Sumaré é ocupada por diversas juventudes, o que implica condições fundamentais para compreender as particularidades que os grupos e coletivos juvenis apresentam, desde as suas pluralidades sociais até os modos de ser jovem, fatos que não se caracterizam somente pela faixa etária, mas pelas condições sociais distintas, criadoras de diferentes culturas juvenis.

Também diante do que foi observado, a pesquisa aponta que a arte e a cultura podem ser consideradas potenciais transformadores e formas de resistência. Desse modo, as expressões artísticas-culturais são encaradas como formas de reinventar e reimaginar o território em que vivem, contornando as complexidades de um cenário social marcado pelas disputas de facções criminais pelo controle do território, dos mercados de drogas e de outras ilegalidades, em que o medo e a morte passam a ser encarados como parte do cotidiano. Assim, o fazer artístico possibilita a formulação de narrativas em que a violência não tem centralidade na vida dos jovens.

Trajetórias de produtores culturais do Curió, em Fortaleza, Ceará

Marcus Vinicius Bezerra da Silva¹

Introdução

As pesquisas no campo cultural são realizadas nas mais diversas abordagens, como produção cultural, formação de público, gestão cultural e comunicação. De acordo com Barbalho (2008), nesse campo atuam diferentes atores, a exemplo de artistas, produtores culturais e gestores culturais, além de instituições como museus, centros culturais, bibliotecas, secretarias e fundações de cultura.

Como trabalhador da cultura, iniciei uma observação acerca dos produtores culturais da comunidade do Curió, mais precisamente durante o período da Covid-19, entre 2020 e 2022, quando foi aprovada a Lei emer-

¹ Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (Uece), Graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará (Uece), em Sociologia pelo Centro Universitário Unifaveni e especialista em Políticas Culturais de Base Comunitária pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales - Argentina (Flacso/ARG).

gencial Aldir Blanc² (LAB). Essa lei foi criada após a extinção do Ministério da Cultura³ em 2019, durante o governo Bolsonaro. De acordo com Oliveira (2020), a pandemia foi “a crise da crise” da cultura, pois o setor já se encontrava sob forte ataque do governo de Jair Messias Bolsonaro, com a situação se agravando diante da crise sanitária da Covid-19. Diante desse contexto, o setor cultural, em articulação com representantes do poder público, reuniu-se para desenvolver uma política pública emergencial para a cultura.

O setor de festas e eventos foi o primeiro a fechar e o último a reabrir, considerado não essencial. Ao observar esse contexto, surgiu o interesse em estudar a participação social dos produtores culturais do bairro Curió nas discussões para o desenvolvimento da LAB no Ceará. O Curió é um bairro localizado na periferia da cidade de Fortaleza, Ceará. Morei nesse bairro desde os três até os 25 anos de idade. Durante a pandemia, desenvolvi três projetos culturais por meio da LAB e acompanhei a execução de outros, realizados por produtores culturais da comunidade. As ações culturais em que estive envolvido incluíram um projeto de patrimônio imaterial, voltado para aulas de capoeira, e dois no audiovisual, com destaque para a produção de um filme que narra memórias e histórias da comunidade.

² A Lei nº 14.017 foi sancionada em junho de 2020 e ficou conhecida como Lei Aldir Blanc, em homenagem ao escritor e compositor Aldir Blanc, falecido em maio de 2020 em decorrência da Covid-19.

³ Matéria do G1 que noticia as mudanças que ocorreram no Ministério da Cultura, quando foi transformado em Secretaria Especial da Cultura no Ministério da Cidadania e, logo após, transferida para o Ministério do Turismo. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/07/bolsonaro-transfere-secretaria-de-cultura-para-ministerio-do-turismo.ghtml>. Acesso em: 13 nov. 2024.

Diante desse envolvimento com o campo artístico e cultural no bairro, resolvi submeter um projeto de mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (PPGS/Uece), denominado “A gestão cultural comunitária da Lei Aldir Blanc no bairro Curió, Fortaleza, Ceará (2020-2022)”. Esse projeto foi aprovado, tendo como um dos objetivos analisar a participação social de cinco produtores culturais moradores do Curió nos debates para o desenvolvimento da LAB, participação que teria ocorrido, em grande medida, por meio do Conselho Estadual de Política Cultural do Ceará (CEPC).

Neste capítulo, o objetivo é apresentar o percurso da pesquisa em desenvolvimento, destacando as mudanças e permanências observadas durante o primeiro ano do mestrado. Isso se deu a partir de novas leituras e debates realizados nas disciplinas Metodologias de Pesquisa e Etnografias em Políticas Públicas.

Delineamentos da pesquisa

Com o início das orientações com o professor Dr. Alexandre Barbalho, os diálogos com a Me. Bruna Nascimento e a entrada no campo de pesquisa, foi possível perceber que os produtores culturais do Curió não participaram efetivamente das discussões para o desenvolvimento da LAB. Nenhum dos cinco interlocutores da pesquisa participava do CEPC naquele momento⁴.

⁴ Sobre a participação social do CEPC nas discussões da LAB, conferir a dissertação de Bruna Nascimento (2023), denominada “Lei Aldir Blanc veio debaixo do barro do chão da gente: um olhar sobre a participação civil na construção das políticas culturais

Nesse íterim, a pesquisa passou a buscar compreender como se constituem as trajetórias desses produtores culturais dentro da comunidade do Curio e como eles se relacionam com o campo cultural. A Lei Aldir Blanc tornou-se, assim, apenas um recorte, já que todos os cinco interlocutores executaram projetos por meio dela, mas não participaram das discussões para seu desenvolvimento nos âmbitos estadual e municipal. Dessa forma, o título da pesquisa passou a ser “Trajetórias de produtores culturais do bairro Curio, em Fortaleza, Ceará”.

Esse percurso inicial, marcado por mudanças na abordagem do objeto, nos objetivos e na metodologia, foi refletido à luz do texto de Oliveira (1996), que aborda o olhar, o ouvir e o escrever do antropólogo, oferecendo subsídios para compreender as adaptações feitas na escrita do projeto e nas primeiras entradas em campo. Oliveira (1996, p. 15) pontua que

Talvez a primeira experiência do pesquisador de campo (ou no campo) esteja na domesticação teórica de seu olhar. Isso porque, a partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto sobre o qual dirigimos o nosso olhar já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo

De fato, ao escolher o objeto de pesquisa, eu já tinha realizado um primeiro levantamento bibliográfico sobre a temática que desejava discutir, ou seja,

no Ceará”. Disponível em <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=112645>. Acesso em: 10 nov. 2024.

participação social, políticas culturais, conselhos participativos e gestão cultural. Teoricamente, eu já tinha encontrado conceitos que dialogavam com o meu interesse de pesquisa. Vale salientar que a minha formação inicial é em Licenciatura em História, o que implica em métodos de pesquisa distintos. No entanto, ao ingressar no PPGS, busquei referenciais das Ciências Sociais.

Diante desse levantamento inicial e de uma primeira aproximação com o campo, acreditei que investigar a participação social dos interlocutores seria viável. Essa escolha, contudo, decorreu de uma “domesticação teórica”, isto é, da tentativa de adequar as discussões conceituais ao campo empírico. Porém, com a entrada ao campo enquanto pesquisador, o próprio campo mostrou que determinadas escolhas teóricas que eu fiz não se enquadrariam ao que eu tinha proposto analisar.

Destaco que a minha relação anterior com o território era de “fazedor da cultura”, e não de pesquisador. Essa condição se transformou com o ingresso no mestrado, quando passei a ocupar simultaneamente os papéis de agente cultural e pesquisador da área. Esse lugar relacional (Nascimento, 2022) reconfigurou as negociações com os interlocutores, uma vez que, dos cinco participantes da pesquisa, eu já havia trabalhado diretamente com quatro. Nesse sentido, as relações foram tecidas no próprio bairro, com agentes culturais moradores da comunidade ou ex-moradores, com os quais mantenho vínculos profissionais e afetivos.

Ao apresentar essa proposta de pesquisa, os interlocutores frequentemente me questionavam sobre a mudança de tema, pois, na monografia de História desenvolvida na Uece⁵, pesquisei a formação de parte do bairro a partir do movimento social por moradia na década de 1990. Os questionamentos dos meus interlocutores acerca da pesquisa se deviam a essa mudança de área, mas todos sabiam da minha atuação cultural dentro do bairro. Essa negociação tinha como base uma espécie de “fiança moral” (Nadai, 2018), sustentada tanto pela minha condição de pesquisador quanto pela de “fazedor de cultura” — alguém profundamente envolvido com o fazer cultural no Curió.

As discussões de Larissa Nadai (2018) sobre a “fiança moral” me trouxeram reflexões sobre a inserção no campo e os caminhos de acesso aos interlocutores. Embora eu já atuasse no setor cultural como trabalhador, a nova inserção se dava agora enquanto pesquisador. Nesse contexto, a reflexividade (Guber, 2005) torna-se essencial, pois, ainda que pesquisador e interlocutores compartilhem o mesmo espaço profissional, seus objetivos são distintos: de um lado, o pesquisador busca compreender experiências e trajetórias; de outro, os interlocutores expressam o cotidiano e as vivências no campo cultural. Guber (2005, p. 88) define reflexividade como “[...]el pro-

⁵ Trabalho de conclusão de curso “Povo pobre, povo com fome, é estopim: memórias da luta por moradia no Curió (Fortaleza-Ceará, 1995-2000)”. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=102067>. Acesso em: 29 mar. 2025.

ceso de interacción, diferenciación y reciprocidad entre la reflexividad del sujeto cognoscente -sentido común, teoría, modelo explicativo de conexiones tendenciales— y la de los actores o sujetos/objetos de investigación”.

Essa concepção permite compreender o campo de pesquisa como um espaço constantemente mobilizado por intenções diversas, atravessado pelas relações entre diferentes mundos sociais. Em alguns diálogos, precisei oferecer “explicações” sobre a mudança do tema e a ida para a Sociologia. Essas justificativas envolviam aspectos profissionais, políticos e pessoais, mas nunca colocaram em xeque a realização da pesquisa.

Acerca do conceito de “fiança moral”, discutido na tese defendida por Larissa Nadai (2018), esse processo implicou, para a pesquisadora, negociações a fim de que fosse possível a realização de sua pesquisa, que, inicialmente, objetivava analisar as conclusões de laudos periciais realizados em vítimas de estupro, tentativas essas que foram indeferidas duas vezes pela comissão científica da instituição. Desse modo, a pesquisadora teve que refazer o seu caminho, partindo para a realização de entrevistas com médicos-legistas, algo possível a partir da conquista da “fiança moral e profissional” de um interlocutor que foi chave para garantir esses outros acessos.

No meu caso, essa “fiança moral e profissional” já estava previamente estabelecida. Meus interlocuto-

res reconheciam a minha atuação na pesquisa (ainda que em outra área) e também conheciam os trabalhos culturais que eu desenvolvi no bairro. No caso de Nadai (2018), a barreira burocrática impossibilitou a realização do seu trabalho de campo, reiniciando sua estratégia de pesquisa por outra via. Já na minha pesquisa, as mudanças no percurso se deram mais nos campos teórico e metodológico. Inicialmente, cogitei analisar a participação social dos meus interlocutores dentro da construção de uma política pública emergencial; entretanto, com mais leituras, orientações e uma breve inserção no campo, percebi que o projeto deveria passar por ajustes teórico-metodológicos.

Compreender o processo de Larissa Nadai, bem como a sua sensatez e artimanha para que a investigação não fosse interrompida diante dos indeferimentos, levou-me a refletir sobre as mudanças necessárias durante a realização de uma pesquisa. Embora a minha investigação ocorra em um meio social com o qual já me relacionava, essa relação era marcada por um convívio de “vizinhança” com os interlocutores. Diante disso, podemos considerar esse campo como um local “familiar” (Velho, 2013), o que requer estranhamentos em alguns graus.

No que se refere às pesquisas em locais familiares, o antropólogo Gilberto Velho (2013) oferece importantes reflexões. Apesar de a investigação ser desenvolvida em um espaço no qual convivo com outros agentes — seja na condição de público, amigo

ou profissional —, a relação que estabeleço enquanto pesquisador deve ser orientada por métodos específicos, distanciando-se do senso comum e assumindo outro papel. Concordando com Velho (2013, p. 127),

[...] em princípio, dispomos de um mapa que nos familiariza com os cenários e situações sociais de nosso cotidiano, dando nome, lugar e posição aos indivíduos. Isto, no entanto, não significa que conhecemos o ponto de vista e a visão de mundo dos diferentes atores em uma situação social nem as regras que estão por trás dessas interações, dando continuidade ao sistema. Logo, sendo o pesquisador membro da sociedade, coloca-se, inevitavelmente, a questão de seu lugar e de suas possibilidades de relativizá-lo ou transcendê-lo e poder ‘pôr-se no lugar do outro’.

Nesse sentido, ao entrar em campo para a realização das entrevistas, percebi outra realidade, ainda que compartilhasse, em alguns momentos, das mesmas experiências e vivências profissionais dos meus interlocutores. Quero destacar que a pesquisa também considera o território no qual estamos inseridos, pois, embora os cinco interlocutores tenham desenvolvido seus projetos culturais no e para o bairro, ainda assim partilham de diferentes cotidianos. Trabalhamos com a definição de “território usado” (Santos, 1999), uma categoria que leva em consideração o chão somado à identidade dos locais de trabalho, de residência, das trocas materiais, espirituais e do cotidiano vivido. Esse entendimento acerca do território

não se limita apenas aos limites espaciais ou sistemas naturais: trata-se da somatória entre o chão e a identidade (Santos, 1999, p. 8).

Apesar de compartilharem trajetórias em um mesmo território usado, esses agentes culturais atuam em diferentes linguagens artísticas e culturais, como audiovisual, fotografia, arte urbana, artes cênicas e literatura. Ainda assim, os projetos partem de um ponto comum: o diálogo com as experiências vividas territorialmente. A partir desse breve panorama, a diversidade que o campo de pesquisa nos apresenta torna-se um aspecto de destaque.

Mesmo os interlocutores da pesquisa se organizando a partir de uma mesma lei e edital, executando projetos culturais dentro do mesmo bairro, cumprindo a mesma função de produtores culturais, as suas especialidades são diversas. Desse modo, apresenta-se uma realidade muito ampla para ser analisada, que só será compreendida por meio da observação. Em diálogo com Oliveira (1996), entendemos que a teoria social pré-estrutura o olhar do pesquisador, sofisticando, assim, a ação de observação de uma dada realidade, considerando também importante o ato de ver. Se o olhar tem essa importância para o pesquisador, o ato de ouvir também apresenta a sua singularidade na realização da pesquisa.

Nesse sentido, realizei entrevistas com duas interlocutoras da pesquisa em momentos distintos: a primeira, ainda na etapa de escrita do projeto de seleção para o mestrado, com foco na participação

social; a segunda, já com o projeto reestruturado, voltado a compreender as trajetórias dessas produtoras no campo cultural. Na segunda ocasião, pude refletir com mais atenção sobre as condições em que a entrevista ocorreu, considerando o local, o tempo disponível das entrevistadas e outras circunstâncias. Essas observações se desdobraram tanto no ato da entrevista quanto no registro posterior no diário de campo. Ainda em diálogo com Oliveira, o exercício de escrever está diretamente ligado ao ato de pensar: “se o olhar e o ouvir constituem a nossa ‘percepção’ da realidade focalizada na pesquisa empírica, o escrever passa a ser parte quase indissociável do nosso ‘pensamento’” (Oliveira, 1996, p. 28).

Dessa maneira, o escrever faz parte de todo o processo reflexivo que inicia quando estamos nos preparando para se inserir no campo, a partir das leituras teóricas/metodológicas, do ver e ouvir em campo. O trabalho empírico é parte fundamental para avançarmos na pesquisa pois, é nesse momento que vamos fundamentar o papel de pesquisador. Conforme aponta Peirano (2014, p. 380),

A empiria – eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos – é o material que analisamos e que, para nós, não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fonte de renovação. Não são ‘fatos sociais’, mas ‘fatos etnográficos’, como nos alertou Evans-Pritchard em 1950.

O trabalho empírico nos permite acessar os acontecimentos, eventos, textos. No caso da nossa pesquisa, esses elementos são essenciais para compreendermos as trajetórias dos nossos interlocutores. São produtores(as) culturais que estão participando de diferentes eventos, rodas de conversas e momentos formativos. Esses elementos são os “fatos etnográficos” que irão compor a construção da nossa pesquisa, com base na empiria e nos questionamentos levantados durante o trabalho de campo.

Durante a realização da disciplina Etnografias em Políticas Públicas, tive a oportunidade de realizar três reuniões com uma das interlocutoras da pesquisa. Ela é produtora cultural e é uma das que eu já tinha entrevistado por duas vezes, portanto, essas outras reuniões que tivemos não foram marcadas por conta da pesquisa, mas foram por ocasião de trabalhos culturais que desenvolvemos em parceria. Durante esses encontros, vieram questões sobre o trabalho na produção cultural dessa interlocutora, informações essas que não apareceram na realização das entrevistas com foco na pesquisa, porém eu compreendi como um dado importante para refletir sobre a constituição da trajetória dessa agente dentro do campo cultural na cidade de Fortaleza.

Nascimento (2018) discute o trabalho dos agentes penitenciários no cotidiano das prisões ao mesmo tempo em que realiza reflexões acerca da sua atuação enquanto agente penitenciário e realiza uma etnogra-

fia sobre as prisões cearenses, dividindo ali os papéis de agente penitenciário e de pesquisador. Embora o tema não dialogue com a temática da minha pesquisa, o interessante foi compreender a discussão acerca do “lugar relacional” ocupado pelo pesquisador. Do mesmo modo, eu consegui trazer essa discussão para o meu campo de pesquisa, pois, ao ingressar no mestrado com a pesquisa, eu já ocupava um lugar relacional com os meus interlocutores. Para Nascimento (2018, p. 311), esse

[...] lugar relacional para com a prisão que me imputa aproximações, repulsas, confiança, desconfiança, estranhamento e familiaridades, mas acima de tudo, me possibilitou uma rede de afetos que foram determinantes na minha trajetória no cárcere.

Esse lugar, compartilhado por interlocutores e pesquisador, possibilita analisar também as dinâmicas da investigação: como elas podem afetar o andamento da pesquisa e quais implicações esse espaço comum pode trazer. A partir dessa leitura, passei a considerar de forma mais atenta o lugar que ocupo e as relações sociais, culturais e profissionais que mantenho no campo. Essa discussão sobre o lugar relacional orientou minha postura enquanto pesquisador em um espaço com o qual já me relaciono há algum tempo.

Retomo aqui o que mencionei anteriormente sobre os trabalhos culturais desenvolvidos com os interlocutores da pesquisa. Essas ações se estruturaram a partir de iniciativas comunitárias existentes no

bairro, como a biblioteca comunitária, o jornal comunitário e, mais recentemente, o museu comunitário, fundado neste ano. As reuniões que realizei com uma das produtoras ocorreram em função da curadoria de uma exposição do museu, na qual também atuava como curador. Nessa experiência, eu já havia apresentado a pesquisa de mestrado aos interlocutores da equipe do museu. Há ainda outro agente cultural nesse museu que desenvolveu projetos por meio da LAB, mas cuja entrevista não foi realizada devido à sua agenda.

O interessante desse último espaço comunitário é que, com a pesquisa já em curso, percebia-se uma outra entonação nas conversas. Registrei em meu caderno de campo que, em certo momento, um dos agentes comentou: “olha aí Vinicius, pode até servir para o teu mestrado”, em diálogo sobre os valores dos editais e a divisão de tarefas da equipe técnica.

Os trabalhadores da cultura ocupam funções diversas; mesmo com vínculo formal, um agente pode atuar como produtor cultural, artista visual ou músico, e um gestor cultural pode dividir seu tempo entre gestão e produção artística. Com a pesquisa em curso, essa multiplicidade se torna ainda mais evidente. Nesse contexto, a etnografia multissituada (Marcus, 1995) permite acompanhar as trajetórias desses interlocutores, compreendendo suas atuações em diferentes espaços sociais e as múltiplas relações que estabelecem. Trabalhar com trajetórias

de vida nos incumbiu de analisar a complexidade da constituição desses profissionais no campo da produção cultural.

Assim como os interlocutores, também realizo mobilidades dentro do campo cultural. Ao ingressar no mestrado, atuava como Educador Patrimonial do Museu Ferroviário Estação João Felipe, gerido pelo Instituto Mirante em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (Secult/CE). Durante o primeiro semestre, fui aprovado para o cargo de Orientador de Célula de Participação Social, também na Secult/CE. Na época, eu não percebia que essa mudança de cargo poderia impactar a pesquisa. Em uma das entrevistas realizadas nesse período, após algumas entrevistas anteriores, a interlocutora fez críticas à Secretaria, mas ressaltou que eu conhecia o “outro lado” e, de certa forma, poderia contribuir para a melhor execução das políticas culturais.

Nesse sentido, as localizações sociais (Padovani, 2019) ajudam a demarcar os diferentes espaços e relações nos quais passei a atuar, impactando diretamente a realização da pesquisa. Em uma das entrevistas, percebi como essas mudanças influenciam o percurso investigativo: antes, atuava apenas como profissional dentro do bairro; depois, assumi um cargo em uma organização social; e atualmente, sou servidor comissionado da Secretaria da Cultura, instituições que também fazem parte do campo cultural.

Essas transformações na minha trajetória interferem na pesquisa, que é marcada pelo lugar relacional que ocupo. As reflexões decorrentes dessas experiências foram fundamentais para aprimorar a metodologia, permitindo considerar situações que muitas vezes passam despercebidas. A etnografia, nesse contexto, possibilita que o autor reflita sobre as afetações do e no campo.

Considerações finais

Pensar a pesquisa de campo com referenciais que discutem uma abordagem etnográfica nos permitiu realizar reflexões acerca do cotidiano da pesquisa, dialogando com os referenciais teóricos/metodológicos e com o trabalho de campo que vai se constituindo durante a trajetória da pesquisa. Nesse sentido, nos colocamos na condição de pesquisador que constantemente está refletindo sobre o dia a dia da pesquisa. As discussões sobre “lugar relacional”, “fiança moral e profissional” e “localizações sociais” possibilitaram um olhar mais atento para as relações que vão se construindo no campo, entre pesquisador e interlocutores da pesquisa. A partir da imersão em campo, as leituras teóricas/metodológicas começam a dialogar com o empírico/vivido.

Nessa perspectiva, “o olhar e o ouvir” devem estar atentos a todo o desenvolvimento da pesquisa, pois é a partir da realidade do campo que os refe-

renciais teórico-metodológicos vão servindo como recursos analíticos. Por isso, a importância do diálogo com pesquisas já realizadas no campo, levando em consideração as múltiplas experiências dos sujeitos. A partir da interação e da observação no campo, vão surgindo novas possibilidades e novos trajetos são trilhados. Nesse sentido, foi a partir das leituras, dos diálogos e da interação com outras pesquisas e com o campo que esta pesquisa foi ganhando novos contornos, modulados pela própria dinâmica do campo de pesquisa.

UNIDADE IV

INTERVENÇÕES, POLÍTICAS
PÚBLICAS E DISPUTAS
INSTITUCIONAIS

Cotas raciais e permanência no ensino superior: a etnografia como perspectiva de análise

Demétrio Saker Neto¹

Introdução

A política de cotas raciais constitui um marco na trajetória da democratização do ensino superior no Brasil. Com a promulgação da Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, o Estado brasileiro reconheceu a necessidade de reparar desigualdades históricas e promover o acesso de estudantes negros (pretos e pardos) e oriundos de escolas públicas às universidades federais e aos institutos federais de educação (Brasil, 2012). Contudo, o ingresso por meio das cotas, embora represente um passo importante, não assegura, por si só, a permanência e o sucesso acadêmico desses estudantes.

O texto está estruturado em três seções temáticas interligadas. Na primeira seção, apresenta-se um

¹ Juiz de Direito e professor da Universidade Estadual do Ceará. Doutorando em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Uece e Mestre em Direito pela Unichristus.

panorama histórico e normativo das ações afirmativas no Brasil, com foco nas cotas raciais, destacando o contexto de exclusão social e racial que justificou sua adoção e traçando uma linha do tempo desde a escravidão até a promulgação de legislações recentes, como a Lei nº 14.723/2023. Na segunda seção, analisam-se os desafios da permanência de estudantes cotistas no ensino superior, com base em autores como Cislighi e Silva (2012), Moura e Morosini (2019) e Silva e Veloso (2013), abordando a importância de políticas de assistência estudantil, de apoio psicopedagógico e de ações institucionais voltadas à equidade. Já na terceira seção, o texto introduz a importância da abordagem etnográfica como método para compreender as experiências cotidianas desses estudantes, destacando os “espaços de margem” como locais de resistência, pertencimento e produção de saberes e refletindo sobre o papel transformador da presença negra nas universidades, com base em autores como Das e Poole (2004), Nascimento (2018, 2022) e Padovani (2019).

Cotas raciais e ações afirmativas: elementos históricos

Segundo Marta Arretche (2003), as políticas públicas podem ser concebidas como um plano de ação para guiar decisões e ações do Estado. A permanência de estudantes cotistas negros(as) no ensino superior público tem se mostrado um dos princi-

pais desafios após o ingresso por meio das ações afirmativas. Diversos elementos interdependentes influenciam as trajetórias acadêmicas de estudantes ingressantes por meio de ações afirmativas, notadamente os(as) cotistas raciais, afetando diretamente sua permanência e conclusão nos cursos de graduação. Esses entraves comprometem o exercício pleno do direito à educação superior como política pública de caráter universal e equitativo, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); mas também comprometem o engajamento e o rendimento acadêmico, contribuindo para o fenômeno da evasão, entendido aqui como expressão de desigualdades históricas e sociais não superadas no interior da universidade pública.

Por outro lado, destaca-se a relevância de políticas e dispositivos institucionais voltados à garantia de condições objetivas de permanência, como é o caso dos programas de assistência estudantil (a exemplo do PNAES), das ações de acolhimento institucional, dos coletivos estudantis de apoio mútuo e da criação de núcleos de estudos sobre relações raciais. Essas iniciativas funcionam como mediadoras da equidade educacional, promovendo a justiça social e assegurando a efetividade das ações afirmativas não apenas no momento de ingresso, mas ao longo de toda a jornada acadêmica. Ao reconhecer a centralidade dessas políticas no enfrentamento das desigualdades,

reafirma-se o compromisso da universidade pública com a promoção da igualdade material, especialmente para sujeitos historicamente vulnerabilizados em razão da raça e da classe social.

Menezes (2001), ao conceituar as políticas de ações afirmativas, destaca que estas consistem em um conjunto de estratégias, iniciativas e medidas institucionais destinadas a promover a equidade, por meio do favorecimento de grupos ou segmentos sociais historicamente marginalizados ou que se encontram em desvantagem competitiva na sociedade, em decorrência de práticas discriminatórias, sejam elas pretéritas ou ainda vigentes. Tal exclusão decorre de um racismo que tem raízes no processo de formação histórica, social e econômica, com dimensões complexas, permeando diversas esferas da sociedade brasileira, entre elas a educação. Historicamente, a formação da sociedade brasileira foi profundamente impactada por séculos de escravidão, um processo que submeteu milhares de pessoas negras a condições de exploração e consolidou estruturas de desigualdade racial que remontam ao período colonial e ainda persistem na contemporaneidade.

A chegada dos colonizadores portugueses no século XVI estabeleceu uma relação de exploração que resultou na subjugação e na escravização de milhões de africanos. Essa prática gerou uma estrutura social desigual que marginalizou a população negra. Por sua vez, a abolição da escravatura, em

1888, não foi acompanhada por políticas de inclusão social ou econômica para os escravizados, diante da ausência de um projeto de reparação contributiva. Nesse aspecto, ao longo do século XX, o racismo se manifestou de maneira institucional, com políticas que excluíram a população negra de direitos básicos, propiciando uma segregação social e o acesso desigual, principalmente à educação. No entanto, vários movimentos e ações buscaram, durante esse período, a promoção da inclusão desse grupo historicamente marginalizado.

Em 1993, ocorreu o Movimento pelas Reparações Já, um marco importante na luta por ações afirmativas voltadas a negros (pretos e pardos). Esse movimento exigia reparações históricas para o grupo, amplamente marginalizado devido ao racismo estrutural e ao histórico de exclusão no Brasil. A mobilização intensificou os debates sobre a necessidade de políticas públicas e de ações afirmativas que corrigissem as desigualdades raciais acumuladas ao longo de séculos.

Já em 1996, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) incluiu, em sua pauta, ações afirmativas para negros, reforçando a necessidade de políticas de inclusão racial. Essa iniciativa inseriu a questão racial entre as prioridades de direitos humanos do Estado brasileiro, abordando o direito à igualdade e buscando meios para enfrentar a discriminação e promover a inclusão social de grupos historicamente desfavorecidos.

Em 1997, foram divulgados dados que evidenciaram a baixa presença de jovens negros no ensino superior brasileiro, o que foi confirmado pelo Censo do Ensino Superior de 2011. Esses dados mostraram a quase inexistência de negros nas universidades, fortalecendo o argumento para a implementação de políticas de cotas e outras ações afirmativas para ampliar a presença e a permanência desses estudantes no ambiente acadêmico.

A Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância de 2001, realizada em Durban, África do Sul, representou um marco global no enfrentamento ao racismo. Esse evento teve grande impacto no Brasil, impulsionando a adoção de políticas afirmativas em resposta aos compromissos internacionais assumidos pelo país. A conferência destacou a importância da luta contra o racismo e incentivou os governos a implementarem ações concretas para promover a igualdade racial e a inclusão social.

Em 2002, a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) adotou o sistema de cotas raciais para negros (pretos e pardos), por meio da Resolução nº 196/2002. Esse foi um dos primeiros modelos de ações afirmativas em universidades brasileiras, estabelecendo precedentes para outras instituições que seguiram esse exemplo ao longo dos anos. A Uneb contribuiu para a construção de um modelo pioneiro de inclusão racial no ensino superior.

No ano seguinte, em 2003, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) realizaram seus primeiros vestibulares com ações afirmativas étnico-raciais, após a aprovação da Lei nº 4.151/2003. Essa legislação permitiu a implementação de cotas para negros e pessoas com deficiência (PCD) nos processos seletivos universitários, consolidando um modelo de inclusão que seria adotado por diversas outras instituições.

Em 2004, a Universidade de Brasília (UnB) estabeleceu seu Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial, um documento de referência que formalizou metas de inclusão para estudantes negros e indígenas. Esse plano orientou a universidade a adotar práticas que buscassem reduzir as desigualdades no acesso ao ensino superior e serviu como modelo para outras instituições públicas.

Em 2005, o Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos (Nupe) da Universidade de Brasília publicou uma Carta Aberta sobre cotas raciais. O documento expressou apoio às cotas e reforçou o papel das universidades como agentes fundamentais na promoção da igualdade racial, argumentando que as políticas de cotas eram necessárias para corrigir as desigualdades persistentes na educação superior.

Em 2006, a *Folha de S. Paulo* publicou um manifesto contra as cotas raciais, fomentando debates e resistências às políticas de inclusão racial no Brasil. Esse manifesto reflete uma época de controvérsia

sobre a eficácia e a legitimidade das ações afirmativas, com críticas vindas de setores que argumentam que as cotas poderiam criar novas divisões sociais, sustentando o argumento de “igualdade universal” em detrimento da necessidade de políticas compensatórias. Esse posicionamento evidencia como o racismo permeia a sociedade brasileira, afetando a aceitação e a implementação de políticas públicas afirmativas.

Em 2008, uma avaliação sobre o desempenho de estudantes cotistas nas universidades revelou resultados positivos, indicando que esses alunos demonstravam desempenho acadêmico satisfatório. Esses estudos forneceram uma base empírica para a defesa das políticas afirmativas, evidenciando que a inclusão racial também era compatível com a excelência acadêmica.

O Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, consolidou a promoção de ações afirmativas e o combate à discriminação racial. Esse estatuto formalizou uma série de medidas e direitos para a população negra, reforçando o compromisso do Estado brasileiro com a igualdade racial e a inclusão social (Brasil, 2010).

A decisão unânime do STF, em 2012, referiu-se ao julgamento da constitucionalidade das ações afirmativas no caso das cotas raciais para ingresso em universidades públicas. Esse marco jurídico ocorreu durante o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186, ajuizada pelo partido Democratas (DEM). O partido questio-

nava a constitucionalidade das políticas de cotas raciais implementadas pela Universidade de Brasília (UnB) em 2004, alegando que as cotas violariam o princípio da igualdade.

No julgamento, o STF decidiu, por unanimidade, que as ações afirmativas são constitucionais, reconhecendo que as cotas raciais são uma política legítima para promover a inclusão social e corrigir desigualdades históricas enfrentadas pela população negra no Brasil. A decisão foi um marco que fortaleceu a implementação das cotas raciais em outras instituições de ensino e deu embasamento jurídico para a continuidade e a ampliação das ações afirmativas no país.

Ainda em 2012, a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, estabeleceu a obrigatoriedade de políticas de cotas nas instituições federais de ensino. Essa legislação determinou que universidades e institutos federais reservassem parte de suas vagas para estudantes negros (pretos e pardos), pessoas com deficiência (PcD) e egressos de escolas públicas, ampliando significativamente o acesso ao ensino superior para segmentos historicamente marginalizados pela estrutura social brasileira, marcados por desigualdades raciais, sociais e educacionais. Esses grupos, portanto, correspondem a parcelas da população que, ao longo do tempo, enfrentaram exclusões sistemáticas no acesso a direitos básicos, como a educação.

Em 2013, a Universidade Estadual Paulista (Unesp) formalizou a adoção de cotas étnico-raciais

por meio da Resolução Unesp nº 43, direcionada a estudantes negros. A medida reforçou o compromisso da universidade com a inclusão e a diversidade no ensino superior.

A Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, estabeleceu uma reserva de 20% das vagas em concursos públicos federais para candidatos negros, estendendo as ações afirmativas para além do ensino superior e garantindo oportunidades de acesso ao serviço público.

Em 2017, tanto a Universidade de São Paulo (USP) quanto a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) introduziram cotas raciais em seus processos seletivos, fortalecendo o sistema de inclusão nas universidades de grande prestígio acadêmico.

Em 2021, a Lei nº 17.432, de 16 de setembro de 2021, implementou cotas raciais em concursos públicos estaduais, ampliando a reserva de vagas para candidatos negros no âmbito estadual, fortalecendo as ações afirmativas em todo o país.

Finalmente, em 2023, a Lei nº 14.723, de 11 de agosto de 2023, expandiu o espectro das ações afirmativas, incluindo também quilombolas, além de PcD e negros, ampliando assim as políticas de inclusão para grupos que historicamente enfrentaram exclusão social. Essas ações afirmativas, ao longo dos anos, formaram um arcabouço jurídico e social essencial para enfrentar as desigualdades raciais e de acessibilidade no Brasil, visando uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Os referidos dispositivos legais refletem tanto o avanço na institucionalização de políticas afirmativas no Brasil quanto as resistências a elas, gerando um cenário de progressão lenta, mas significativa, para o movimento antirracista. A perpetuação do racismo, evidenciada pela resistência de elites e pela complexidade de implementação e fiscalização das ações afirmativas, representa um desafio contínuo para a sociedade brasileira.

Ademais, a análise crítica sugere que, para que o movimento antirracista atinja seus objetivos de igualdade material, é necessária uma transformação cultural profunda, que envolva a implementação de uma educação antirracista, o fortalecimento do compromisso político e a atuação de mecanismos de fiscalização eficazes, capazes de garantir que os dispositivos legais sejam efetivos e sustentáveis. Isso demanda esforços coordenados e investimentos sociais, que não se restringem ao papel formal das cotas, mas à criação de uma cultura de igualdade substancial e justa no Brasil.

O processo de institucionalização das ações afirmativas no ensino superior brasileiro pode ser dividido em três fases. A primeira, de 2001 a 2012, começa com a adoção de cotas pela Uerj e se expande por diversas Instituições de Ensino Superior (IES), incluindo a criação do Prouni e do Sisu, com foco na inclusão social e racial. A segunda fase inicia-se com a Lei nº 12.711/2012, que estabelece

cotas sobrepostas para estudantes de escolas públicas, com critérios socioeconômicos, raciais e para pessoas com deficiência. Esse período trouxe maior presença de estudantes negros(as) nas universidades, mas também revelou desafios, como fraudes e falta de diretrizes para comissões de heteroidentificação. A terceira fase começa em 2023, com a Lei nº 14.723, que reforça a política de cotas, amplia os grupos beneficiados e exige relatórios periódicos de avaliação. Essa fase intensifica o debate público e institucional sobre a efetividade das ações afirmativas, com maior participação de movimentos sociais, universidades e especialistas.

De acordo com Silva e Veloso (2013, p. 730-731), o acesso ao ensino superior deve ser compreendido de forma ampliada, abarcando não apenas o ingresso, cujos principais indicadores são a oferta de vagas e o formato do processo seletivo, mas também a permanência estudantil, que pressupõe programas de fixação do estudante, bem como a qualidade da formação, entendida como ancorada em “bases materiais e subjetivas que favoreçam a apropriação do conhecimento crítico e a formação de sujeitos-protagonistas no processo educacional”.

Com efeito, a crescente pressão por igualdade de oportunidades está impulsionando a reflexão sobre o impacto das ações afirmativas e a necessidade de ajustá-las às realidades contemporâneas, inclusive com previsão de acompanhamento e apoio à per-

manência, pois não apenas objetiva a entrada desses grupos nas universidades, como também foca em estratégias de permanência, conforme prevê o artigo 7º da Lei nº 14.723/2023. Esse artigo dispõe que os alunos optantes pela reserva de vagas no ato da inscrição do concurso seletivo que se encontrem em situação de vulnerabilidade social terão prioridade para o recebimento de auxílio estudantil de programas desenvolvidos nas instituições federais de ensino.

Apesar de todo o discurso sobre a garantia de acesso, especialmente no que se refere à população negra, ao longo do tempo torna-se evidente a insuficiência de medidas eficazes para assegurar a permanência desse grupo no ensino superior. A permanência no ensino superior apresenta desafios que vão além do acesso inicial, especialmente para estudantes de baixa renda e pertencentes a minorias étnicas.

Segundo Moura e Morosini (2019), a inclusão de estudantes vulneráveis socioeconomicamente nas instituições de ensino superior requer políticas específicas que atuem nas diversas necessidades de suporte educacional e emocional, uma vez que a permanência não se resume à simples oferta de vagas, mas demanda um conjunto articulado de ações que visem garantir condições para que esses alunos não abandonem o curso. Os autores destacam que as políticas de permanência precisam contemplar não apenas aspectos financeiros, como bolsas e auxílios, mas também oferecer apoio psicopedagógico, incentivo

à integração social e oportunidades de desenvolvimento acadêmico e profissional dentro da universidade (Moura; Morosini, 2019).

Dessa forma, Moura e Morosini (2019) enfatizam a importância de um olhar holístico para a permanência estudantil, considerando que o enfrentamento das desigualdades estruturais no ambiente universitário passa por medidas que assegurem não apenas a inclusão formal, mas a efetiva continuidade e a conclusão dos estudos por parte dos estudantes provenientes de contextos historicamente marginalizados.

Embora essa política voltada para o ingresso e a permanência promova o aumento do quantitativo de estudantes na educação superior, há também desafios relacionados à permanência desses estudantes nas instituições públicas de ensino superior.

A questão da permanência no ensino superior brasileiro, especialmente para estudantes de baixa renda e minorias étnicas, vai além do simples acesso às vagas universitárias, sendo um desafio que exige uma abordagem robusta e integrada. Moura e Morosini (2019) argumentam que políticas de permanência estudantil precisam considerar as desigualdades estruturais e assegurar que os estudantes vulneráveis tenham condições de prosseguir e concluir seus estudos.

A consolidação do direito à educação superior requer não apenas o acesso, mas também a efetivação de condições que assegurem a permanência dos estudantes ao longo de sua trajetória acadêmica.

Nesse sentido, as políticas de assistência estudantil assumem um papel estruturante na promoção da equidade, sobretudo quando voltadas à superação das desigualdades socioeconômicas que historicamente marginalizam determinados grupos sociais.

Para Cislaghi e Silva (2012, p. 508), “a luta pela ampliação da educação pública em todos os níveis está associada à luta por medidas que garantam a permanência dos estudantes, desde o transporte, a alimentação e a moradia até suporte acadêmico, bibliotecas e laboratórios de informática”. Os autores chamam atenção para a necessidade de que tais garantias sejam concebidas não como concessões pontuais, mas como direitos universais, sustentados por equipamentos coletivos geridos com a participação democrática dos estudantes, respeitando-se a autonomia universitária e assegurando-se recursos suficientes para atender às especificidades locais.

No contexto das políticas públicas brasileiras, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) estabelece a garantia de igualdade e dignidade aos estudantes, criando o arcabouço legal para que outras normas, como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), avancem no cumprimento desse direito.

O PNAES, instituído pelo Decreto nº 7.234/2010, foi um marco nas políticas de assistência estudantil no Brasil, concebido para reduzir as desigualdades sociais e regionais no ensino superior público. O pro-

grama contempla um conjunto de ações que visam assegurar a permanência de estudantes de baixa renda, oferecendo apoio em áreas fundamentais, como alimentação, moradia, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico.

A Lei nº 14.204/2021, que criou a Política Nacional de Assistência Estudantil, apresenta-se como uma evolução e um complemento ao PNAES, formalizando a assistência estudantil como política de Estado e ampliando o escopo das ações voltadas à permanência. A nova Política Nacional de Assistência Estudantil procura garantir a continuidade das ações iniciadas pelo PNAES, mas com maior clareza e solidez legal, tornando obrigatória a alocação de recursos específicos para a manutenção de políticas de apoio aos estudantes economicamente vulneráveis. Além disso, ela introduz a necessidade de avaliação periódica das políticas de assistência, promovendo um acompanhamento contínuo e uma melhor adequação das ações conforme as mudanças e desafios da sociedade.

A recente Lei nº 14.914/2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sancionada em 3 de julho de 2024, fortalece esse compromisso, fornecendo respaldo jurídico para que as instituições de ensino superior implementem programas abrangentes de assistência estudantil. Essa lei amplia o alcance das ações de apoio, cobrindo diferentes dimensões da vida acadêmica, como alimentação, moradia, transporte, saúde e suporte

pedagógico, garantindo que os estudantes tenham condições reais de permanência.

O fortalecimento do PNAES, por meio da nova lei de 2024, sinaliza um compromisso renovado do Estado brasileiro com a promoção da igualdade substantiva e dos direitos humanos na educação. A legislação busca assegurar que estudantes historicamente marginalizados, incluindo os de baixa renda e as minorias étnicas, possam concluir o ensino superior com maior segurança.

Andrade, Santos e Cavaignac (2006) discutem os desafios da permanência estudantil frente à ampliação do acesso ao ensino superior, destacando que a evasão não pode ser compreendida apenas como resultado de fatores institucionais, mas deve ser analisada em articulação com as condições de vida dos estudantes, suas dinâmicas familiares, sociais e econômicas, além das políticas públicas de apoio à permanência. As autoras evidenciam que o ingresso na universidade, por si só, não garante a permanência, sobretudo para jovens em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, ao citar Novaes *et al.* (Andrade; Santos; Cavaignac, 2006), as autoras destacam que:

hoje o que se tem é uma perversa diferenciação entre jovens que podem combinar trabalhos criativos e educação de qualidade, e outros que, quando têm emprego e tentam perseguir alguma escolarização, têm que se engajar em trabalhos exaustivos que tolhem a possibilidade de dedicação a estudos mais reflexivos e críticos. A ênfase na equação estudo e trabalho não desconsi-

dera que juventude é tempo de formação educacional, cultural, e que, portanto, tempo de lazer e divertimento também deve ser garantido como direito (Novaes *et al.*, 2006, p. 27-28 *apud* Andrade; Santos; Cavaignac, 2006).

Desta forma, é importante não tratar a evasão e a permanência como partes de um mesmo fenômeno. A permanência pode ser compreendida como uma estratégia de caráter preventivo e propositivo, destinada a criar condições que favoreçam a continuidade dos estudantes no sistema educacional. Por outro lado, a evasão representa um efeito negativo que interrompe o percurso acadêmico, impactando o desenvolvimento pessoal e o sucesso escolar dos estudantes. Segundo Lima *et al.* (2020), a permanência requer o planejamento e a implementação de políticas educacionais que minimizem fatores de risco e promovam o engajamento dos estudantes, enquanto a evasão, ao sinalizar falhas na retenção, demanda intervenção eficaz para que a educação se torne verdadeiramente inclusiva.

As barreiras à permanência acadêmica enfrentadas pelos estudantes cotistas estão profundamente ligadas às desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Além das dificuldades financeiras, muitos estudantes enfrentam preconceito racial dentro das instituições de ensino, o que pode afetar sua autoestima e seu desempenho acadêmico. A ausência de uma rede de apoio institucional e de políticas efetivas de inclusão no ambiente universitário intensifica os

desafios enfrentados pelos estudantes, especialmente durante o primeiro ano, considerado um período crítico para a permanência. Esse momento inicial é marcado por uma ruptura significativa na vida dos alunos, que se deparam com diversas variáveis acadêmicas, financeiras e institucionais que podem dificultar sua adaptação e continuidade (Bernardo *et al.*, 2017). A falta de suporte adequado nesse estágio agrava as probabilidades de evasão, reforçando a importância de ações institucionais que promovam a inclusão e o acolhimento dos estudantes em situação de vulnerabilidade.

Nesse enfoque, Silva (2009) reputa que os principais objetivos das ações afirmativas são: corrigir desigualdades no acesso à participação política, à educação, à saúde, à moradia, ao emprego, à justiça e a bens culturais; reconhecer e reparar crimes de desumanização e extermínio contra grupos e populações; reconhecer e valorizar a história, a cultura e a identidade de grupos sociais e étnico-raciais, bem como a importância de sua participação na construção de conhecimentos valiosos para toda a humanidade (Silva, 2009, p. 264).

No entanto, o debate sobre o acesso à universidade precisa ser ampliado para abarcar a permanência. Como destacam Silva e Veloso (2013), o acesso pleno à educação superior deve incluir o direito de permanecer e concluir os estudos com qualidade. Nesse sentido, a permanência se configura como um

processo contínuo, que envolve apoio pedagógico, assistência estudantil, reconhecimento cultural e combate ao racismo.

Estudantes cotistas frequentemente enfrentam barreiras relacionadas à dificuldade de conciliar trabalho e estudo, à ausência de auxílios financeiros adequados, ao distanciamento cultural das práticas acadêmicas e à falta de representatividade no currículo e no corpo docente. Além disso, o racismo institucional ainda se manifesta em formas sutis e explícitas, minando a autoestima, o pertencimento e a motivação dos estudantes negros.

Pistas proporcionadas pelo olhar etnográfico

Para a compreensão dessas dificuldades (barreiras/resistências), vislumbra-se que a abordagem etnográfica oferece ferramentas potentes para compreender as experiências de estudantes cotistas, pois permite captar não apenas os dados quantitativos, mas as narrativas e as práticas cotidianas que revelam os sentidos atribuídos à trajetória universitária. Como apontam Das e Poole (2004), são nos “espaços de margem”, formais ou informais, que emergem estratégias de resistência, de solidariedade e de reinvenção do pertencimento.

A abordagem etnográfica com perspectiva crítica e relacional, orientada por pressupostos da antropologia interpretativa e da sociologia compreensiva, neste contexto, não se restringe a uma técnica de

coleta de dados, sendo assumida como um modo de investigação que privilegia a imersão prolongada no campo, a escuta sensível e a produção reflexiva de conhecimento situado. A escolha por esse método decorre da necessidade de acessar as dimensões simbólicas, afetivas e práticas que atravessam a experiência da permanência universitária entre estudantes ingressantes pelas cotas raciais, dimensões que, muitas vezes, escapam às abordagens quantitativas ou puramente institucionais.

A proposta etnográfica contempla, portanto, a realização de observação participante em espaços formais e informais da universidade, como salas de aula, centros acadêmicos, bibliotecas, cantinas, eventos estudantis e espaços de assistência estudantil, além de entrevistas com estudantes cotistas e anotações sistemáticas em diário de campo. A triangulação dessas técnicas visa possibilitar uma compreensão multissituada (Marcus, 1995) e densa das práticas e significados atribuídos à trajetória universitária por esses sujeitos.

Esses espaços de convivência, muitas vezes negligenciados pelas abordagens tradicionais, ganham centralidade quando olhamos com atenção para o cotidiano dos estudantes cotistas. São lugares onde se compartilham angústias, resistências e sonhos; onde vínculos se formam e se fortalecem, contribuindo para que esses jovens consigam não apenas permanecer na universidade, mas também ressignificar sua

presença nesse espaço. Ao ocuparem essas “zonas de margem” (Das; Poole, 2004), como grupos de estudo, centros acadêmicos ou mesmo uma conversa na cantina, esses estudantes produzem sentidos, saberes e formas próprias de estar na universidade, tensionando, com suas vivências, uma estrutura que historicamente os excluiu.

A etnografia, com sua escuta atenta e presença comprometida, tem a capacidade de revelar essas nuances. Mais do que números e estatísticas, são as histórias, os gestos, as redes de solidariedade e as pequenas estratégias do dia a dia que mostram o quanto as ações afirmativas ultrapassam o acesso formal ao ensino superior. O que está em jogo é o reconhecimento, a dignidade e a possibilidade real de transformar universidades ainda marcadas por lógicas elitistas e racializadas. Nesse processo, a presença de estudantes negros cotistas não deve ser vista apenas como dado quantitativo, mas como presença política que desloca e reinventa os sentidos do espaço acadêmico.

A etnografia aqui proposta também se compromete com um posicionamento epistemológico reflexivo, no qual o(a) pesquisador(a) se reconhece como parte ativa da produção do campo. Conforme salientam autores como Nascimento (2018, 2022) e Padovani (2019), a produção etnográfica exige a problematização constante do lugar social de enunciação do(a) pesquisador(a), incluindo suas trajetórias

de classe, raça, gênero e inserção institucional. No contexto de uma pesquisa sobre ações afirmativas, isso implica admitir que o campo não é neutro, mas atravessado por desigualdades históricas e relações de poder, que também se refletem na relação entre pesquisador e sujeitos da pesquisa.

Como destacam Nascimento (2018, 2022) e Padovani (2019), quem pesquisa a partir da etnografia precisa também se reconhecer no campo, refletindo sobre seus próprios privilégios, lugares sociais, expectativas e limites. O campo etnográfico é, antes de tudo, um espaço de relação: de escuta, de troca, de afetação. É onde o pesquisador também se transforma, atravessado pelas experiências dos sujeitos que encontra.

Neste sentido, mais do que produzir um “retrato fiel” da realidade, a etnografia busca compreender os sentidos atribuídos pelos estudantes cotistas à sua própria experiência universitária, reconhecendo que essas narrativas são plurais, dinâmicas e situadas. O que está em jogo não é apenas descrever práticas, mas interpretar os modos pelos quais esses sujeitos se reconhecem, se organizam e reconfiguram suas trajetórias em meio a estruturas institucionais.

A partir de uma etnografia relacional e implicada, este estudo vai além da descrição dos efeitos das ações afirmativas, contribuindo para o debate crítico sobre seus limites e potencial transformador. A permanência de estudantes negros no ensino

superior ultrapassa o acesso, demandando ambientes acolhedores, antirracistas e comprometidos com a justiça social. A etnografia, ao evidenciar as vozes e as práticas cotidianas desses sujeitos, torna-se uma ferramenta para denunciar, reconhecer e transformar desigualdades educacionais históricas.

Considerações finais

A permanência de estudantes cotistas raciais no ensino superior é um processo atravessado por desigualdades históricas, tensões institucionais e práticas de resistência. O ingresso pela via das cotas representa um marco importante na luta por justiça social e inclusão educacional, mas não se mostra suficiente para garantir, de forma plena, a equidade no percurso universitário. Ao longo do texto, discutimos como o racismo, ainda presente nas dinâmicas acadêmicas, se manifesta tanto na ausência de suporte institucional adequado quanto nas sutilezas das relações sociais dentro das universidades.

Nesse contexto, destacamos que a permanência exige mais do que vagas reservadas: requer o fortalecimento de políticas públicas de assistência estudantil, a valorização das identidades e trajetórias dos estudantes negros e negras, e a construção de ambientes universitários sensíveis à diversidade.

Ao propor a etnografia como uma perspectiva analítica, o texto aponta a importância da valorização

das narrativas e práticas cotidianas dos estudantes cotistas raciais, evidenciando como eles constroem, em espaços formais e informais, redes de apoio, solidariedade e resistência. Esses “espaços de margem” não apenas revelam as fragilidades da inclusão institucional, mas também apontam caminhos possíveis para uma universidade mais justa, plural e democrática.

Por fim, reafirmamos que a efetividade das ações afirmativas depende da articulação entre acesso, permanência e transformação institucional. Promover a permanência dos cotistas raciais no ensino superior é, portanto, um compromisso ético, político e social com o enfrentamento do racismo estrutural e com a construção de uma educação superior verdadeiramente inclusiva.

A pesquisa implicada e o olhar etnográfico do Programa *Clusters* Econômicos de Inovação no Ceará

Francisco Leandro de Vasconcelos Lopes¹

Implicações iniciais com um objeto de pesquisa: elementos introdutórios

Em um domingo de janeiro de 2017, recebi uma ligação de um professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), à época coordenador do Centro de Educação à Distância de Sobral (CED). Na ocasião, ele me convidou a assumir um cargo na prefeitura. A entrevista seria na terça. A ansiedade me consumiu por um dia e meio. Na época, eu lecionava em uma faculdade particular, na qual ainda permaneço e também era voluntário em um projeto intitulado Corredores Digitais e em outro projeto chamado Miniempresa, da associação Junior Achievement. Um novo emprego, naquele momento, era muito bem-vindo, porém sabia

¹ Doutorando em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (PPGPP/Uece). Mestre em Políticas Públicas e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

do desafio de trabalhar no serviço público e com um programa ainda em fase de implementação.

Na terça, levei meu currículo e tive a entrevista com o então secretário da pasta da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico. Como atuava na inovação, almejava assumir alguma posição no setor de inovação, afinal, o programa Corredores Digitais era parceiro da secretaria no fomento de novas *startups*. Ries (2011, p. 26) define que “uma *startup* é uma instituição humana projetada para criar novos produtos e serviços sob condições de extrema incerteza”. Corroborando essa análise, Blank e Dorf (2012) conceituam *startup* como um tipo de “organização temporária”, buscando um modelo de negócios que seja escalável e lucrativo.

A proposta foi contra tudo o que imaginei. Fui convidado a assumir a gerência de alguns equipamentos municipais: o Centro de Convenções, a Feira do Malandro, assim intitulada popularmente, o Mercado Público do Caiçara e o Mercado Público de Sobral. Confesso que, naquele momento, não sabia o que pensar. Sabia dos desafios de cada um dos locais e que o trabalho não envolvia inovação, mas sim muito contato social, diálogo e paciência.

É importante salientar que, nesse meio-tempo, após um desentendimento político, o secretário da pasta havia se demitido, e novamente precisei ser entrevistado. Fui mantido no cargo, perdendo status de gerente em alguns postos, como no Centro de Con-

venções. Cabe dizer que a proximidade com o secretário anterior, devido à confiança no trabalho, me tornou, naquele momento, um servidor que precisava ser monitorado pela gestão. Após um longo período de trabalho, a confiança já recaía sobre minha função. Nesse meio-tempo, havia solicitado para auxiliar a secretaria na área de inovação, sem quaisquer valores adicionais. Era uma forma de trabalhar com o que eu queria e torcer para que um dia fosse convidado a assumir outra função.

Em maio de 2018, um ano e meio depois, veio o convite para assumir outra posição. O cargo de gerente se tornaria coordenador, e eu passaria a trabalhar na pasta de inovação do município. No decorrer daquele ano, alguns projetos foram desenvolvidos, como o Inova Sobral, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), que auxiliou jovens no desenvolvimento de modelos de negócios inovadores, projetos voltados à economia solidária e criativa, além de espaços de empreendedorismo e diálogos entre empresas, universidades e poder público, buscando a constituição de um ecossistema de inovação mais robusto.

Em meados de junho de 2019, o Governo do Estado nos apresentou uma demanda, direcionada até mim pelo então secretário da pasta. Iniciamos o desenvolvimento de um estudo que reunia as principais áreas de pesquisa das universidades locais, além de realizar um levantamento, ainda que superficial,

do ecossistema local de inovação, conceito esse que se constitui a partir da criação e do compartilhamento de conhecimento entre empresas, instituições de ensino superior, poder público e sociedade. Os documentos enviados fariam parte de um estudo, por uma consultoria, para a implementação de uma nova política pública chamada de Programa *Clusters Econômicos de Inovação*.

Em agosto de 2019, ocorreu a primeira reunião, com diversos atores do ecossistema. Na ocasião, a metodologia do projeto foi apresentada e discutida. Recordo-me do descontentamento de uma pesquisadora, que discordou de como o projeto seguiria. A aplicação da política seguindo os critérios de priorização estabelecidos não era, na visão da pesquisadora, algo que traria os melhores resultados. Confesso não recordar o real problema à época. Durante a trajetória de pesquisa, esse ator, importante no cenário da tecnologia e inovação do Estado, será entrevistado, como uma forma de trazer indícios das possíveis falhas que o projeto, porventura, teria.

Ainda em 2019, nos foi dado o papel de intermediador entre a política, desenvolvida entre a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (Sedet) e a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Ceará (Secitece) e o público a ser impactado. Para a reunião, haveria a necessidade de convidar atores importantes do ecossistema de inovação, como, por exemplo, o Sebrae, o Senai, empresas

locais, instituições de ensino superior, representantes das secretarias de Sobral e da região do Sertão de Sobral, região de Planejamento que cobre 18 municípios que a política deveria atender.

No dia da reunião, recordo-me do sentimento de descontentamento, resultado da baixa adesão ao convite. As instituições de ensino superior compareceram, assim como outros atores, porém, não houve adesão dos municípios vizinhos. Durante o momento, foram definidos os setores que a política trabalharia na região. Após esse momento, ocorreu mais uma reunião, com menos integrantes locais do que na reunião anterior. Havia um sentimento de que o projeto não teria êxito. Não sabíamos se isso se devia à baixa adesão ou à falta de conhecimento do cronograma, que às vezes sofria alterações.

Este capítulo investiga a implementação do Programa *Clusters* Econômicos de Inovação no Ceará, com foco na região de Sobral, a partir da experiência do autor e de uma abordagem metodológica que integra recursos da abordagem etnográfica na avaliação de políticas públicas. Nesse caso, a implicação do pesquisador como operador da política é alçada como elemento de escrutínio da própria política pública, quando intenta fazer sua avaliação. Por outro lado, o uso de recursos da abordagem etnográfica proporciona coerência metodológica à forma como se avalia o Programa *Clusters* Econômicos de Inovação no Ceará.

O texto está organizado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira e na segunda, situo o Programa *Clusters* Econômicos de Inovação no Ceará e minha implicação com este, para então, na terceira seção, esboçar algumas sinalizações metodológicas e analíticas de como pensar o Programa e o meu envolvimento no campo de pesquisa.

O programa *Clusters* Econômicos de Inovação

O projeto *Clusters* Econômicos de Inovação (PCEI) tem como objetivo fomentar o desenvolvimento de redes que conectem diferentes atores dos ecossistemas locais de inovação. Entre esses atores estão equipes de governo, pesquisadores regionais (PRs), universidades, *startups* e empresas dos *clusters* selecionados pelo programa. Os pesquisadores regionais desempenham um papel estratégico, atuando como mentores e elos entre as empresas participantes, as universidades e as *startups* proponentes de soluções inovadoras. Essa interação visa integrar de forma colaborativa os diversos segmentos, promovendo a troca de conhecimentos e experiências.

Dessa maneira, o PCEI busca estimular o desenvolvimento econômico regional por meio do fortalecimento da competitividade dos setores (*clusters*) já relevantes nas localidades. Além disso, o projeto incentiva o aproveitamento do potencial humano,

promovendo a economia do conhecimento e impulsionando a atuação de *startups* como catalisadoras de inovação. Em Sobral, os *clusters* de Tecnologia da Informação, Saúde, Educação e Energias Renováveis foram priorizados. Dessa forma, com a aplicação da metodologia da política, empresários, pesquisadores, professores e demais instituições, como o Sebrae e o Senai, foram convidados para realizar um levantamento de problemas que cada *cluster* enfrenta hoje. Lê-se problema também como desafios ou oportunidades, que possam levar maior competitividade aos setores.

O programa, atualmente, encerrou o terceiro ciclo. Muitos pesquisadores, das 14 regiões de planejamento do Estado, foram incentivados a auxiliar *startups*, que foram desenvolvidas a partir dos problemas levantados. Cada *startup* passou por um processo de acompanhamento para o desenvolvimento das soluções. Os percalços — tais como os desafios para os testes de soluções em empresas; a falta de maturidade dos ecossistemas para reconhecer a importância dos serviços gerados; e a falta de maturidade dos membros das *startups*, que desistiram do processo ou não continuaram o programa — são alguns dos resultados elencados em documentos pelos pesquisadores regionais.

Além disso, cabe mencionar o impacto da pandemia da Covid-19, em 2020, na execução do projeto. O desenvolvimento da política, de forma virtual, trouxe

prejuízos? Em 2020, eu não estava presente na prefeitura. Encontrava-me em um instituto de tecnologia em Sobral, que também possuía parceria com a política pública desse estudo. Recordo ter buscado saber como estava o andamento dos trabalhos, pois me ressentia de não ter visto toda a sua evolução. Em resposta, sempre me traziam problemas, que derivavam muito da falta de adesão de empresas locais nas etapas subsequentes da metodologia, ou seja, a descoberta dos problemas locais, para que estes subsidiassem a etapa de desenvolvimento de soluções.

Para o trabalho desta avaliação, faz-se necessário analisar o conjunto de questões levantadas pelos diversos atores e que foram documentadas em relatórios divulgados pelo programa *Clusters* Econômicos de Inovação.

Motivação para a pesquisa

Quando vi o edital para ingresso no doutorado em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará, veio-me à lembrança uma meta pessoal que era esperar mais dois anos para tentar o ingresso no doutorado. Naquele momento, muitas atividades se desenvolviam em paralelo, e o tempo necessário para cumprir as obrigações do doutorado seria um grande desafio. Resolvi tentar e busquei, nas áreas de que gosto, um tema que fizesse sentido ser trabalhado nas políticas públicas. Inicialmente, atribuí ao programa Corredores Digitais a escolha. Dada a par-

ceria entre o Corredores Digitais e o programa *Clusters* Econômicos de Inovação, busquei fundamentar o porquê de estudá-lo. Inicialmente, por se tratar de uma política de inovação que eu pude acompanhar de perto durante alguns meses. Porém, isso não seria suficiente, visto que, nos Corredores Digitais, trabalhei e ainda trabalho.

Outro motivo me levou a ter curiosidade de pesquisa. Como um dos objetivos, o desenvolvimento das regiões de planejamento fazia parte do escopo da política. Daí, me recordei das reuniões em que os municípios limítrofes de Sobral, que compunham o Sertão de Sobral, não se fizeram presentes na reunião de decisão dos setores priorizados. Outro ponto que me chamou a atenção foi o fato de que seria necessário que pesquisadores regionais, de institutos de ensino superior, se fizessem presentes. Na Região Norte, Sobral condensa a maioria das universidades. Como, então, os outros municípios seriam impactados? Seria mais uma política que buscava descentralizar o desenvolvimento econômico a partir de Fortaleza, mas que caía na armadilha de fortalecer a cidade-polo, deixando outros municípios em sua dependência? Esses fatos e perguntas me fizeram esquecer a meta inicial de não tentar ingresso e me levaram a estudar como uma política pública de inovação pode ser implementada de forma a garantir maior sucesso em sua execução.

Recentemente, em conversa com uma das *startups* que tiveram êxito em sua jornada, questionei se o serviço relacionado ao uso de inteligência artificial

para placas solares era bem requisitado em Sobral e na região. Para minha surpresa, a empresa que continua a crescer não tem clientes na cidade. Segundo a empresária, os maiores clientes ficam em São Paulo, e o motivo para que o Ceará ainda não seja uma boa opção seria a falta de maturidade do ecossistema de negócios local, que não percebe a relação entre investimento em inovação e retorno. Esse fato me levou a buscar, ainda no meio da pesquisa, novas possibilidades de análise.

Como um ponto que considero importante para a pesquisa, me senti afetado pelo objeto em si (Favret-Saada, 2005), dado à proximidade carinhosa que possuo com o tema de inovação, porém, outro questionamento me surgiu: Como incluir minha experiência com o programa dentro de uma pesquisa de doutorado? A abordagem etnográfica, conhecida por meio de uma disciplina optativa do Doutorado em Políticas Públicas, se encaixava como uma possibilidade metodológica.

Proposta teórico-metodológica e utilização da Etnografia

Nesta seção, é proposta a metodologia para o desenvolvimento da pesquisa e como o olhar etnográfico pode melhor situar o pesquisador no espaço social de estudo. Tomo como guia a proposição de Silva (2009), que define o trabalho do etnógrafo como a ação de situar-se enquanto sujeito.

Portanto, este trabalho não possui o intuito de se intitular uma pesquisa etnográfica, mas de utilizar a etnografia para melhorar o olhar sobre o objeto social da pesquisa, incluindo também a experiência do pesquisador como parte implicada no objeto investigado. Durante a pesquisa, o olhar sobre o objeto se valerá da pesquisa em documentos oficiais e artigos, além de entrevistas com diversos atores envolvidos na implementação da política pública estudada. Em sua maioria, as entrevistas serão realizadas de forma virtual, o que coloca a pesquisa diante de um desafio de equacionar interlocuções com sujeitos sem a imersão no campo. Para Beleli e Pelúcio (2018), a comunicação que a internet proporcionou passou a compor as relações sociais como práticas rotineiras das pessoas. Sendo assim, a adaptação das pesquisas a esse lócus requer adaptação quanto a como manter um olhar sobre o objeto, mesmo à distância.

Cabe aqui trazer informações sobre o uso da etnografia na avaliação de políticas públicas. A etnografia tem desempenhado um papel crescente na avaliação de políticas públicas, ainda que sua aplicação como evidência nesse campo seja incipiente, especialmente no Brasil (Marston; Watts, 2003). A inclusão de dados etnográficos como base para a formulação e a avaliação de políticas enfrenta desafios relacionados à validação e à replicabilidade dos achados em diferentes contextos socioculturais (Minayo, 1991). Entretanto, o método etnográfico permite uma com-

preensão aprofundada das interações sociais, dos valores e das crenças que influenciam a implementação e os impactos das políticas.

Nesse sentido, a autoetnografia se destaca como um método que combina elementos da autobiografia e da etnografia para analisar práticas culturais, utilizando a experiência pessoal do pesquisador como ponto central da investigação (Ellis; Adams; Bochner, 2011). No meu caso, por exemplo, em que o pesquisador é impactado diretamente por uma política de incentivo à inovação, como o Programa *Clusters Econômicos de Inovação*, pode-se utilizar os recursos propostos pela autoetnografia para relatar sua trajetória dentro de um programa governamental, descrevendo desafios, percepções e relações estabelecidos com outros beneficiários. A partir de sua participação ativa, ele pode documentar como as diretrizes da política se traduzem na prática, quais barreiras dificultam sua eficácia e de que forma os beneficiários percebem os impactos do programa. Esse tipo de abordagem oferece um olhar diferenciado sobre a implementação de políticas públicas, permitindo identificar lacunas e sugerir melhorias a partir de uma vivência concreta e reflexiva.

Para avaliar o Programa *Clusters Econômicos de Inovação*, a metodologia adotada baseia-se na avaliação de políticas públicas aplicada a um caso específico. Conforme destaca Serapioni (2016), embora a avaliação de políticas públicas tenha ganhado rele-

vância nas últimas décadas, trata-se ainda de uma área em construção. Nessa perspectiva, Rodrigues (2008) observa que, no Brasil, a expansão desse campo ocorreu especialmente no fim da década de 1980 e início da de 1990, impulsionada pela reforma do Estado. Esse avanço está associado ao processo de redemocratização, que ampliou os direitos sociais por meio de programas e políticas públicas, além de refletir uma tendência global de controle dos gastos estatais, trazendo novos desafios à avaliação, como a necessidade de diagnósticos que ultrapassem a mera análise de dados numéricos.

Na década de 1990, as abordagens qualitativas ganharam maior destaque devido às limitações dos métodos quantitativos em lidar, de forma isolada, com a complexidade das políticas públicas existentes (Serapioni, 2016). Dessa forma, emergiu a necessidade de integrar abordagens que relacionem dados quantitativos e qualitativos, permitindo uma compreensão mais ampla e profunda de todo o processo de implementação de políticas e programas.

Partindo dessa perspectiva, a avaliação realizada neste estudo segue a proposta de “avaliação em profundidade” elaborada por Rodrigues (2008). Para a autora, uma avaliação efetiva não deve se restringir à interpretação de dados coletados, mas sim adotar uma abordagem multidimensional e interdisciplinar. Assim, a avaliação em profundidade distingue-se de métodos positivistas por seu caráter epistemológico,

integrando diferentes teorias para alcançar uma análise abrangente e fundamentada sobre as políticas ou os programas avaliados.

A complexidade do tema torna necessária uma avaliação que aborde as diversas dimensões da política e os diferentes atores envolvidos, indo muito além de um método quantitativo. Assim, a avaliação da política pública em estudo se estrutura em três etapas: a análise de contexto; a análise de conteúdo; e o estudo do Programa *Clusters* Econômicos de Inovação no Estado do Ceará. Cabe mencionar que a apropriação dos eixos torna a metodologia de avaliação em profundidade parcial, pois não considera a trajetória institucional e o espectro temporal e territorial. A descrição sucinta dessas etapas segue abaixo:

Etapa 1 – **Análise de contexto.** Analisa-se o momento político e as condições socioeconômicas em que foi formulada a política em estudo, com atenção para a articulação entre as instâncias local, regional e nacional.

Etapa 2 – **Análise de conteúdo.** Analisa-se a formulação, as bases conceituais e a coerência interna da política em estudo.

Etapa 3 – **Estudo do impacto do programa no Ceará.** Para este estudo de caso serão utilizados registros bibliográficos, documentos do Diário Oficial do governo, entrevistas e questionários aplicados junto aos diversos agentes que fizeram parte do projeto, como empresários, pesquisadores, bolsistas empreendedores e servidores públicos.

A utilização de documentos possibilitará um panorama conjugado e complementar aos relatos das entrevistas, objetivando embasar e relacionar a percepção do autor durante as entrevistas, unindo o resultado dessa atividade à sua visão enquanto agente que participou da implementação da política pública. Como destaca Nadai (2018), à união dos “fragmentos” colhidos para a pesquisa, juntam-se as observações para compor a tese.

As entrevistas serão realizadas com os atores participantes do programa, em diferentes regiões do Estado. Os atores a serem entrevistados são os responsáveis pela elaboração da política, coordenadores das instituições parceiras, como o Sebrae e o Senai, professores e pesquisadores regionais e bolsistas fomentados pelo programa para o desenvolvimento das soluções. As entrevistas se darão por meio virtual, em reuniões de até 40 minutos com questionários semiestruturados. Busca-se, com isso, entender os desafios para o desenvolvimento da política e as lacunas que possam atestar a necessidade de mudanças estratégicas para políticas de inovação no interior do Estado do Ceará.

Nesse processo, a visão do pesquisador, que está diretamente implicado com o desenvolvimento da política pública, será de fundamental importância para buscar conhecer as relações dos atores com a política e extrair as informações que deem voz à tese de que as políticas públicas de inovação devem, antes

de tudo, guardar diferentes formas de implementação, de acordo com a região em que serão implementadas, mesmo quando dentro de um mesmo estado ou região. O olhar do pesquisador e a vivência no projeto podem fazer a diferença para a pesquisa, como aponta Cardoso (1996), quando se refere à domesticação do olhar.

Considerações finais

A análise da implementação do Programa *Clusters* Econômicos de Inovação evidencia que políticas públicas voltadas para a inovação devem levar em conta as especificidades dos territórios em que são aplicadas. Como destaca Rodrigues (2008), a avaliação dessas políticas precisa ir além da análise quantitativa, incorporando elementos qualitativos que permitam compreender as dinâmicas sociais e institucionais envolvidas.

O olhar do autor sobre a adesão dos municípios vizinhos no planejamento da política, entre outros aspectos mencionados, sugere a necessidade de inclusão dessa experiência no texto da pesquisa. Marston e Watts (2003) ressaltam que a etnografia pode desempenhar um papel essencial na avaliação de políticas públicas, permitindo uma imersão nas experiências dos atores envolvidos. Nesse sentido, os ensinamentos da abordagem autoetnografia poderão proporcionar ao pesquisador alguns recursos de

como estruturar uma experiência prática na confecção de uma pesquisa em que o pesquisador está diretamente implicado com o objeto de pesquisa.

O maior desafio da pesquisa será “estranhar o familiar” (Velho, 2013) e pensar reflexivamente as experiências do pesquisador na gestão e na operacionalização da política, pensando que a abordagem vivencial e crítica pode contribuir de forma singular com a avaliação do programa. Neste sentido, seguindo a proposição de Ellis, Adams e Bochner (2011), a autoetnografia contribui para uma análise mais profunda ao integrar as vivências pessoais com os dados coletados. Assim, os achados reforçam a importância de repensar os modelos de implementação das políticas de inovação e de suas avaliações, garantindo maior adaptação das políticas públicas aos desafios locais.

Podem as margens pesquisar?

Cristiane Gonzaga Oliveira¹

Helena de Lima Marinho Rodrigues Araújo²

Introdução

Uma pessoa de um determinado *campus* fala que um dia a Chefia do Departamento de Administração e Planejamento gritou com ela, pois a mesma havia passado umas informações sobre orçamento para a Chefia do Departamento de Ensino e esta foi cobrar que a primeira chefia tomasse providências referentes à temática. E que, nesse contexto, ambas as chefias haviam discutido devido a esse assunto, quase indo as vias de fato. E isso foi só mais um dia de um orçamento institucional que, muitas vezes, foi levado debaixo do braço como se fosse uma questão particular, não como coisa pública (Diário íntimo).

A primeira autora deste artigo atua na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) desde 23 de setem-

¹ Tecnóloga em Gestão Financeira no *campus* Maracanaú do Instituto Federal do Ceará (IFCE) e doutoranda em Políticas Públicas na Universidade Estadual do Ceará (Uece). E-mail: cristiane.gonzaga@aluno.uece.br.

² Professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas na Universidade Estadual do Ceará (PPGPP/Uece) e Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: helenamarinho@uece.br.

bro de 2014, quando ingressou no Instituto Federal do Ceará (IFCE), *campus* Baturité. Ao longo desses anos, tem verificado diversas mudanças, em nível institucional, como a implementação de várias regulamentações e ferramentas até então inexistentes, inclusive algumas demandadas durante as greves dos servidores dessa instituição, como é o caso do Painel Orçamentário do IFCE³.

A despeito da importância dessa ferramenta, de fácil acesso e manuseio, para uma melhor compreensão do orçamento do IFCE, ainda é possível aprimorá-la. Assim, com essa plataforma é possível acessar os dados orçamentários sem pedir a um terceiro, o que muitas vezes causava um certo constrangimento, pois alguns servidores públicos entendiam que esses números, com o nível de detalhamento vigente, não precisavam ser acessíveis a todos.

Ademais, era visível a dificuldade de obter informações sobre o orçamento em determinadas unidades, ocorrendo de muitas pessoas conseguirem somente através da Lei de Acesso à Informação (LAI). A vivência no âmbito sindical possibilitou o acesso a múltiplas discussões que envolviam essa temática, e uma das primeiras experiências foi participando da greve de 2015, no ano seguinte ao ingresso no IFCE.

³ Esta ferramenta foi divulgada em 12 de setembro de 2022 e visa dar transparência aos recursos públicos, por *campus*, e com detalhamento deste no ano vigente, para as comunidades interna e externa, o que auxilia também na efetiva participação institucional. Disponível em: <https://orcamento.ifce.edu.br/>.

Nessa greve, participei da comissão de orçamento, na qual uma das pautas locais era a transparência da execução orçamentária nos *campi*. No entanto, não obtivemos êxito nessa demanda à época, o que só ocorreu sete anos depois, com a implementação do Painel Orçamentário. O Orçamento Participativo (OP) era outra demanda que, até o presente momento, se dá apenas mediante a boa vontade de cada gestão, uma vez que não é uma política institucionalizada.

Assim, constata-se que a educação no Brasil, especialmente desde o início dos anos 2000, tem experienciado uma série de transformações, tais como a expansão das universidades e de vagas no ensino superior por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e do Programa Universidade para Todos (Prouni), a implementação dos Institutos Federais (IFs) e das Escolas Profissionais (EPs) estaduais em tempo integral, bem como outras políticas públicas criadas, aprimoradas e/ou expandidas nesse período.

Diante disso, diversos estudos têm sido realizados para compreender tais políticas. Um exemplo disso foi a pesquisa de mestrado em que se avaliou a inserção das juventudes no mundo do trabalho (Oliveira, 2023), cujo lócus foi o IFCE *campus* Baturité, a partir do Programa de Acompanhamento de Egressos (Proae) da unidade. E, para tanto, teve-se como interlocutores os e as egressos(as) dessa instituição que

apresentaram as dificuldades que enfrentam para a inserção no mercado de trabalho.

Além disso, um aspecto interessante nesse trabalho é sobre a participação política em que um interlocutor jovem, branco, de família menos abastada, chamou a atenção quanto à sua atuação no movimento estudantil e no Partido dos Trabalhadores (PT). Enquanto os demais interlocutores não tinham passado por essas vivências, ele falava com muito entusiasmo sobre as conquistas feitas à frente da gestão do *campus*.

Assim, começou um processo de reflexão sobre a importância desse tipo de experiência para a conformação de uma nova mentalidade. Uma mentalidade que sabe os caminhos para conseguir atingir determinados objetivos, seja por intermédio de entidades estudantis, seja por meio dos partidos políticos. E, em agosto de 2023, houve a remoção da primeira autora deste texto do IFCE *campus* Baturité para o IFCE *campus* Maracanaú.

Nessa unidade, foi observado que tinha OP da Assistência Estudantil (AE), da ação orçamentária 2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, e isso se entrelaçou com o aspecto da participação, anteriormente citado. A partir disso, foi iniciado um processo de diálogo com os e as colegas de trabalho sobre essa ferramenta, além de fazer leituras sobre a temática. Portanto, esse é o foco desta pesquisa no

doutorado em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (Uece).

Advinda de uma família pobre e sem instrução acadêmica, fui a primeira a ingressar na universidade e a cursar um doutorado. Minha mãe, trabalhadora doméstica que saiu do interior de Itapipoca para ganhar a vida na cidade grande, terá uma filha doutora. Meu pai, um “faz-tudo”, não verá isso, pois faleceu em 2013, devido ao insuficiente financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS), assim como minha irmã. Porém, as filhas dela verão. Ademais, minhas sobrinhas vivem em outro contexto socioeconômico brasileiro, com mais recursos para as políticas públicas, embora insuficientes, com vários problemas nessas políticas, além de uma disputa ideológica construída com o propósito de diminuir o Estado para a população pobre, na contramão de aumentá-lo para as elites.

Tem-se ainda um contexto de crise da democracia, com a ascensão da extrema-direita, com base neoliberal e conservadora. Ainda assim, acreditamos que é possível pensar em uma vida para além do capitalismo e, para tal, consideramos que seja indispensável passar por formação política.

Diante do exposto, vemos a relevância de compreender as experiências dos envolvidos no OP realizado pelo IFCE *campus* Maracanaú. Esse é o objeto de nossa tese de doutorado na Uece, intitulada *Avaliação da experiência da proposta do orçamento participativo da assistência estudantil do Instituto*

Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará campus Maracanaú.

A hipótese central da tese é de que, apesar da proposta do OP da instituição, aparentemente, conformar-se a uma legitimação das atuais configurações orçamentárias, isso pode ser o âmago de uma ferramenta que poderá fundamentar uma educação voltada à constituição de cidadãos críticos, o que está no cerne da emancipação humana.

Assim, as pesquisadoras têm um posicionamento político que se imbrica com a nossa pesquisa, visando uma formação crítica, para além do fortalecimento das políticas públicas que beneficiam as populações menos abastadas economicamente. Não partimos, portanto, de uma suposta neutralidade, objetividade e impessoalidade, pois o nosso arcabouço teórico-metodológico e político parte do campo crítico do conhecimento, alinhando-se às necessidades da classe trabalhadora e ao posicionamento político-militante.

Este trabalho representa, portanto, uma aproximação, ou mesmo uma tentativa de se apropriar da etnografia enquanto uma abordagem, e não meramente como um método (Peirano, 2014), para a construção da nossa pesquisa. Entendemos que é lendo e fazendo etnografias que se aprende efetivamente a fazer uma boa etnografia.

Portanto, pretendemos fazer uma narrativa sobre como vislumbramos o percurso metodológico na construção de nossa tese em um entrelaçar com

as nossas vivências. Trata-se aqui de uma pesquisa implicada, tendo como ponto de partida o lugar relacional (Nascimento, 2022) ocupado por uma das autoras, que é servidora pública, militante e sindicalista da educação pública. É também uma tentativa de diálogo com a Antropologia, pois esta visa compreender como as pessoas constroem o conhecimento socialmente. E, segundo Das e Poole (2004, p. 3), é tida como “uma disciplina que fala em nome (ou, por vezes, com) as populações marginalizadas pelas estruturas políticas e econômicas do governo colonial e pós-colonial”. Assim, acreditamos que esta merece um maior aprofundamento por parte das pesquisadoras, a fim de robustecer este estudo, que ainda se apresenta em estágio embrionário.

Ressaltamos que este trabalho é parte de um processo reflexivo que se entrelaça com as experiências profissionais, pessoais, militantes e acadêmicas de uma das autoras. Assim, parte-se dessas vivências enquanto servidora técnica-administrativa (TAE) do IFCE, passando pelos entrelaçamentos enquanto pertencente a uma família pobre, enquanto militante no Sindicato dos Servidores do IFCE (SINDSIFCE) e no Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE); perpassando ainda pelos aprendizados no mestrado e chegando, enfim, ao doutorado.

A trajetória desta autora se desloca dos destinos de muitos outros pobres, sendo alguém que conse-

guiu ascender a partir da educação. Certamente, esse lugar conquistado é inacessível para muitas pessoas que sequer têm o que comer. É desse lugar ocupado que se entoa esse título provocador: “Podem as margens pesquisar?”. Minha formação política não me faz perder de vista o papel de intelectuais orgânicos (Gramsci, 1968) que ocupamos e a nossa responsabilidade de formar cidadãos críticos para a construção de uma sociedade que avance para além dos ditames do capital.

Essas margens são entendidas, conforme Das e Poole (2004, p. 15), como “locais que não estão fora do Estado, mas que, como os rios, percorrem todo o seu corpo”, em um processo de total imbricamento cotidiano. Esse entrelaçamento se dá nas unidades de saúde, nas instituições de ensino, nos atendimentos em nível de assistência social, entre outros espaços públicos, e carece de um olhar mais atento para uma melhor compreensão dessas relações.

Por fim, além da introdução e das considerações finais, apresentamos o que foi aprendido a partir da disciplina de Etnografia em Políticas Públicas, seguido da nossa proposta metodológica e dos referenciais teóricos utilizados, a partir de uma perspectiva de requalificação do projeto de tese apresentado na seleção do programa do Doutorado em Políticas Públicas da Uece, com base nos textos da referida disciplina. É, assim, um primeiro mergulho crítico ao texto inicialmente construído.

As contribuições advindas da disciplina de Etnografia em Políticas Públicas

Atualmente, verifica-se um descrédito na política e nos políticos, principalmente por parte das juventudes (Gohn, 2019), o que se relaciona com o atual contexto de recessão democrática. Isso, no Brasil, se consolida com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, e o seu auge se dá com a eleição de Jair Bolsonaro. Apesar disso, em 2022, o IFCE *Campus* Maracanaú implementou o OP da AE, a partir do qual os(as) discentes podem intervir no planejamento da instituição.

Essa proposta de OP tem suas bases teóricas a partir do OP realizado, principalmente, pelas prefeituras brasileiras, em que a cidade de Porto Alegre foi pioneira (Santos; Avritzer, 2002). A expansão do OP se deu ao longo dos anos 1990 até 2004 (Avritzer, 2013), quando então se iniciou seu declínio. Isso se deveu às suas diversas vulnerabilidades, como é o caso do uso desse instrumento como legitimação das políticas criadas pelos governos que o implementaram.

No IFCE, o orçamento tem sido alvo de diversas discussões, principalmente, nas greves dos (as) trabalhadores (as) da instituição. Dentre as greves, destaco a primeira da qual participei efetivamente, a de 2015, em que apontávamos para “a necessidade de garantir transparência no planejamento e na execução dos recursos financeiros dos *campi*, realizando um orçamento participativo” (SINDSIFCE, 2015). Estive na

comissão de orçamento para dialogar com a gestão sobre a implementação dessa ação, mas sem sucesso.

No entanto, apenas em 2017 o Instituto publicou o Guia de Orçamento Participativo na Assistência Estudantil do IFCE. Apesar da existência do documento supracitado, somente em 2022 o IFCE *Campus Maracaná* implementou essa ação. Destacamos que, até o presente momento, conseguimos identificar a implementação dessa ação em Limoeiro e em Sobral, por meio de levantamento feito a partir da análise das redes sociais das unidades.

Em uma das conversas com colegas de trabalho, foi perguntado sobre como surgiu a proposta do OP. A pessoa que desenvolve a ação do OP no campus afirmou que não sabia, mas que a outra colega não deveria ter implementado se não houvesse um regramento sobre isso. Em outro diálogo relacionado às eleições para a direção do *campus*, um colega afirmou que, do programa de gestão anterior, a atual diretora havia implementado dois pontos, sendo um deles o OP.

Outro aspecto intrigante é que, ao assistir aos vídeos no canal do *YouTube* do *campus*, verificou-se que, em determinado momento, um discente questiona se não seria possível arcar com as despesas do restaurante por meio da ação de custeio, e a resposta é negativa. Isso leva a crer que o discente compreendeu, minimamente, a dinâmica do orçamento público, que possui diversas ações orçamentárias.

Esses diálogos mostram algumas falas de pessoas envolvidas no OP, que são os interlocutores da pesquisa e que serão entrevistados ao longo do percurso de estudo: discentes, gestão e equipe de organização da ação na unidade de Maracanaú. Assim, trata-se de um campo de pesquisa multissituado (Marcus, 1995), no qual teremos um acesso mais facilitado, pois uma das pesquisadoras trabalha na instituição, no setor financeiro.

A pesquisa multissituada é projetada em torno de cadeias, caminhos, fios, conjunções ou justaposições de locais nos quais o etnógrafo estabelece alguma forma de presença literal e física, com uma lógica explícita e postulada de associação ou conexão entre locais que, de fato, define o argumento da etnografia (Marcus, 1995, p. 105).

Ao mesmo tempo em que sou pesquisadora, atuo como profissional TAE do IFCE *Campus* Maracanaú. Inclusive, participo desta teia sob outro olhar: o de sindicalista. Ainda guardo percepções enquanto estudante que fui dessa instituição em Baturité, no curso de Tecnologia em Hotelaria, que cancelei para cursar Administração Pública na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

Assim, percebo nuances também quando atuei como docente voluntária nessa instituição. São percepções que situam as pessoas em escalas de valoração dentro da hierarquia institucional e que, muitas vezes, relegam os TAEs a um espaço de meros executores

de processos burocráticos, enquanto os discentes são vistos como meros receptáculos de conhecimentos transmitidos pelos mestres. Já aos terceirizados, cabe uma certa invisibilidade. Friso que essa é uma percepção pessoal e que isso não representa a visão de todas as pessoas que fazem parte da entidade.

Algumas dessas percepções surgiram em diálogos com amigas, relação esta construída no trabalho, por meio do *WhatsApp*. Vejo essa plataforma como uma possibilidade de levantamento de dados que, à época, era apenas um lugar de desabafo, mas, com os aprendizados da disciplina, passei a mirá-lo como campo de estudo.

Dessa maneira, compartilhamos da compreensão de Beleli e Pelúcio (2018, p. 118), que afirmam que os usos das redes e mídias digitais se apresentam como “novas possibilidades de levantar dados”, muitas vezes a partir de diálogos que ficam “no campo do segredo e/ou do socialmente proscrito”. Acredito que poderei revisitar esses diálogos e incluí-los no material sobre a trajetória no IFCE, que dialoga com a constituição do OP.

Pensamos que isso também faz parte do aprimoramento do olhar, ouvir e escrever em um diálogo com Oliveira (2000, p. 18). Segundo o referido autor, essas três etapas visam a “apreensão dos fenômenos sociais”, para que possamos construir nosso saber de forma mais disciplinada, a partir do que o trabalho de campo apontar.

O campo, para Guber (2005, p. 47), é “a parte do real que se deseja conhecer, o mundo natural e social, no qual se desenvolvem os grupos humanos que ele constrói” e em que “o real é parte de fenômenos observáveis e do significado que os atores atribuem ao seu entorno e à trama de ações que os envolvem; nele, se integram práticas e noções, condutas e representações”. O IFCE, por sua vez, é o campo em que esta pesquisa se desenvolverá.

No entanto, por mais que eu esteja há mais de dez anos imbricada a essa instituição como servidora pública, esse campo é vislumbrado como um espaço de possibilidades, pois são as relações constituídas com a gestão, com os servidores e com os estudantes que implicarão na delimitação desse campo enquanto campo exequível.

Entretanto, essa familiaridade não se confunde com conhecimento científico (Velho, 2013), apesar de representar uma compreensão específica da realidade em questão. Diante disso, entendemos que “as opiniões, vivências, percepções de pessoas sem formação acadêmica ou sem pretensões científicas possam dar valiosas contribuições para o conhecimento da vida social, de uma época, de um grupo. [...]” (Velho, 2013, p. 130), o que é de suma relevância para a verificação de mudanças sociais.

Diante disso, o diário de campo é fundamental nesse processo de estar no campo, do fazer etnográfico e do olhar, ouvir e escrever. Conforme Weber

(2009), o diário de campo constitui-se em um instrumento em que se descreve toda a jornada etnográfica, constituindo-se em anotações do campo, da pesquisa e íntimas. O primeiro é usado “para anotações sobre as entrevistas e observações no desenrolar do cotidiano”; o segundo, “para as reflexões que a experiência suscitou”; e o terceiro, “o diário íntimo”, para anotações pessoais (Weber, 2009, p. 159).

Nesse contexto, é preciso nos deixar ser afetados (as) (Favret-Saada, 2005) para compreendermos as diversas experiências a partir da observação participante, mesmo entendendo suas limitações e o que ela possibilita. Conforme Ingold (2017, p. 225), a observação participante “é um modo de aprender” e não é uma técnica. Trata-se de uma forma de participar ativamente e de maneira atenta no campo.

Nesse sentido, a realização da observação participante na mesma instituição em que atuo como servidora e pesquisadora me desafia a estranhar questões cotidianas que fazem parte do meu trabalho. No entanto, a proximidade com colegas de trabalho e estudantes possibilita um diálogo facilitado nos mais diversos espaços do IFCE.

Esse lugar ocupado por esta autora traduz-se, durante a execução da pesquisa, na confiança que os(as) interlocutores(as) depositam na relação que, por vezes, se desdobra em relações afetivas e de cumplicidade. No entanto, friso que adentrar o IFCE pelas vias formais pode ser bastante desgastante, e afirmo

isso a partir da experiência que tive ao submeter meu projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) dessa instituição.

Assim, apesar de ter feito várias formações na área de estudo, o comitê devolveu meu projeto de pesquisa de mestrado diversas vezes, diferentemente do que ocorreu no CEP/UFC. Esses entraves, além de atrasarem bastante o desenvolvimento da minha pesquisa de campo, me causaram sérios transtornos psicológicos, por exemplo. Entretanto, ao final, ficou o aprendizado de como tramitar pelos meandros do CEP, que será detalhado na tese.

Isso é o que Nadai (2018, p. 55) aponta como “documentar a documentação”, que se inicia “como um procedimento intuitivo para, somente com o tempo, configurar-se como uma prática realizada mediante diretrizes formalmente estipuladas e, exatamente por isso, profundamente legitimadas”. Processo este entendido aqui como a metáfora da viagem, em que se trabalha e retrabalha “a viagem, seja como modo de descobrir o ‘outro’, seja como modo de descobrir o ‘eu’. É como se a viagem, o viajante e a sua narrativa revelassem todo o tempo o que se sabe e o que não se sabe, o conhecido e o desconhecido, o próximo e o remoto, o real e o virtual” (Ianni, 2000, p. 13). O “outro” aqui é entendido pelas experiências dos diversos implicados na pesquisa, já o “eu” é tido a partir das experiências da pesquisadora no campo.

Por experiência, tomemos o que propõe Bondía (2002, p. 21), sendo o “que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”. E isso dialoga com o nosso tempo, pois estamos imersos em um mar de coisas acontecendo freneticamente, mas, muitas vezes, a nós mesmos nada acontece; é como se a vida só passasse sem deixar rastros de vivência efetiva.

Para finalizar esta seção, afirma-se que esta disciplina surpreendeu não pelo conteúdo em si, nem pelos textos e autores muito bem selecionados, mas por fazer com que enxerguemos o exótico como familiar e o familiar como exótico (Velho, 2013), possibilitando um processo introspectivo de repensar não só o fazer acadêmico, mas também o profissional e o pessoal. Diante disso, a seguir apresentamos, de forma breve, como pensamos a caminhada de pesquisa ao longo do doutorado.

Proposta teórica-metodológica e política da pesquisa

Esta seção é um esforço teórico-metodológico e político para refletir sobre a pesquisa e os sujeitos que compõem o IFCE, incluindo discentes, docentes, técnicos administrativos, terceirizados e gestores, em um *campus* específico, sob uma perspectiva e um tempo determinados. Partimos de uma visão crítica para compreender a proposta do OP como uma ação democratizante, mas que, ao mesmo tempo, apresenta contradições.

Assim, partimos da visão de uma profissional que trabalha na instituição desde 2014 e que viveceu o IFCE sob diferentes olhares, seja como discente, docente voluntária, técnica administrativa concursada, seja como militante sindical, e que, inclusive, tem a percepção de que parte da gestão dessa instituição fundou-se sob resquícios autoritários. Trata-se, portanto, de uma pesquisa multissituada e que parte de um lugar relacional.

Para realizar esse trabalho, utilizamos práticas metodológicas que compreendem a relevância de ferramentas, técnicas e instrumentos pensados a partir da ida ao campo, e não de forma mecânica. Diante disso, não se tem a pretensão de esgotar ou criar um caminho a ser seguido acriticamente. Trata-se de uma proposta sobre quais norteamientos haverá, diante da experiência do mestrado de uma das pesquisadoras, compondo uma perspectiva avaliativa que parte do campo crítico da avaliação em políticas públicas.

Essa perspectiva parte de um referencial teórico-metodológico e político contra-hegemônico, o da hermenêutica. E, assim, a partir da Avaliação em Profundidade (Rodrigues, 2008), utilizaremos os quatro eixos de análise para a compreensão aprofundada do objeto desta pesquisa. Isso compreende o uso dos seguintes eixos: 1) a análise de conteúdo do programa; 2) a análise de contexto da formulação da política; 3) a trajetória institucional; e 4) os espectros temporal e territorial.

A Avaliação em Profundidade tem parte de suas bases teóricas construídas a partir da Etnografia, da Antropologia e do método experiencial de Lejano (2012), conforme Rodrigues (2016). A Antropologia, segundo Ingold (2017, p. 223), “é uma investigação generosa, aberta, comparativa e crítica das condições e possibilidades da vida humana no mundo que habitamos”. Entendemos ainda que ela visa compreender como se constrói o conhecimento em um dado local, com determinadas pessoas e em um tempo específico.

Isso se entrelaça ainda com o método experiencial de Lejano (2012), que trabalha a partir do conceito de experiência, ou seja, do texto e do contexto de uma política, em diálogo com os sujeitos implicados pela política. Partimos do questionamento sobre o significado das “instituições, ideias e programas”, e isso corresponde ao “tratamento de política como texto”, no qual, “quando o significado está em questão, a realidade é como um texto que está sujeito à análise e interpretação” (Lejano, 2012, p. 114).

Esse processo auxilia na compreensão de que narrativas gerais foram usadas para a concepção da política e que não são apresentadas explicitamente, daí a importância de se analisar o contexto em que determinada política pública foi criada para, assim, analisá-la. Dessa forma, é possível “desnudar as inconsistências ou falácias internas de uma política ou programa” (Lejano, 2012, p. 154). Diante disso, compõe-se uma compreensão aprofundada do programa ou da

política em questão, principalmente, a partir do que os diversos atores que vivenciam a política falam sobre ela, para que se possa aprimorá-la.

A Avaliação em Profundidade é tida como uma perspectiva contra-hegemônica por não seguir os princípios usados hegemonicamente na área, conforme Gussi e Oliveira (2015). Isso ocorre porque o campo da Avaliação de Políticas Públicas se constitui majoritariamente por trabalhos feitos sob o viés do positivismo. Este usa os métodos das ciências naturais, aponta para um monismo metodológico e centra-se na explicação de causa e efeito (Cano, 2012), aqui tido como o objetivo de determinada política pública.

Inclusive em diálogo com essa concepção, isso foi estudado na disciplina de Avaliação em Políticas Públicas deste programa de Doutorado. Foram seguidos manuais construídos para o monitoramento e a avaliação de programas e políticas, com o intuito de verificar se os objetivos que estão nos normativos estão sendo cumpridos e em que medida, bem como pensar em indicadores para essa medição (IJSN, 2018).

Isso é central aos entes estatais na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Entretanto, questionamos como as propostas dos beneficiários dessas ações são ouvidas, se são ouvidas. Em oposição a indicadores criados de forma apartada das pessoas que vivenciam as políticas, Gonçalves (2008, p. 18) propõe a criação de indicadores socioculturais que considerem “as condições

histórico-sociais e culturais do processo de desenvolvimento e de execução das políticas públicas”.

Algo de suma relevância para uma melhor compreensão do contexto em que está inserida determinada política. Conforme Gonçalves (2008, p. 22), esses indicadores precisam mapear nas comunidades as seguintes dimensões: 1) economia; 2) relações de poder local e sua articulação com as demais instâncias; 3) cultura; 4) geografia; 5) rede de proteção social; 6) concepções e projetos de desenvolvimento local; e 7) sistema educacional local.

A partir dessas premissas, poder-se-ia criar os indicadores considerando a visão de mundo dos interlocutores e como estes ressignificam as políticas. Segundo Gonçalves (2008, p. 23), isso permitiria “apreender os limites e as potencialidades das políticas” e poderia, inclusive, resultar em “perceber de que forma as relações de poder locais impedem ou estimulam a formação de uma cultura política crítica”, o que é essencial para esta pesquisa.

Assim, pensamos em usar os indicadores de “grau de consciência política, cultura política e educação local” (Gonçalves, 2008, p. 23) para a compreensão dos efeitos do OP sobre a comunidade. Adicionaríamos o grau de participação da comunidade acadêmica no OP, além do quanto sabem sobre orçamento e políticas públicas, especificamente, sobre os conceitos relacionados a eles. Isso com o intuito de, posteriormente, nortear o instrumental das entrevistas semiestruturadas a serem realizadas.

Pretendemos utilizar a Avaliação em Profundidade como um caminho para fazer a pesquisa, tida como um artesanato intelectual (Mills, 2009), visando à compreensão da experiência do OP implementado pelo IFCE *Campus* Maracanaú a partir dos quatro eixos de análise dessa perspectiva. Este caminhar se dará enquanto se está em um processo de tornar-se pesquisadora e de se apreender a partir das disciplinas do doutorado, de outras experiências, metodologias e métodos que podem ser manuseados nesse fazer intelectual.

Isso se entrelaça com a experiência de uma das autoras, em um processo de tornar-se pesquisadora, com as transformações pelas quais passou e passa a instituição, em um estreito diálogo com os diversos implicados pela referida política, para então compreender qual é a relevância do OP para a comunidade acadêmica. Isso será trabalhado a partir do levantamento bibliográfico e documental, das entrevistas semiestruturadas e do estar em campo, compreendido como uma fase do estudo, a pesquisa de campo.

Tem-se, então, a constituição de um dito artesanato intelectual que não se trata apenas de “uma forma de organizar o material empírico, constituindo-se também na afirmação de uma perspectiva metodológica e teórica, associada a um regime de trabalho e a um tempo” (Barreira, 2017, p. 16) que se entende como longo e denso e que será facilitado pelas tecnologias informacionais. Como exemplo disso, tem-se

o uso do software webQDA para análise qualitativa dos dados auferidos durante a pesquisa em suas mais variadas fontes.

Este trabalho será ainda permeado por escritas do texto em si da tese, do diário de campo, do diário íntimo e do diário de pesquisa (Weber, 2009), em que se colocará a experiência durante o processo de pesquisar. Neles, guardar-se-ão as falas ouvidas e o que se viu no campo, os sentimentos apreendidos a partir de se ver e ouvir seguidos do entrelaçar destes no escrever, como afirma Oliveira (2000). Trata-se de artefatos (Pais, 2013) que serão trabalhados para a compreensão do particular, a partir de um contexto micro e macro, diante de um capitalismo financeiro transnacional que não esbarra em limites geográficos.

Será realizada uma pesquisa bibliográfica em dissertações, teses, revistas, artigos e impressos diversos para constituir o Estado da Questão sobre a Avaliação de Políticas Públicas e aprofundar-se em relação à categoria de análise de Orçamento Participativo e da Assistência Estudantil nos IFs. Visamos com isso atingir o primeiro dos objetivos específicos deste estudo e que se constituirá também na base teórica deste trabalho.

Faremos a análise documental de leis e decretos, além de outros normativos legais sobre orçamento participativo e assistência estudantil, assim como a análise de documentos institucionais, a exemplo dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFCE

e da política de assistência estudantil. Tal procedimento metodológico visa à análise dos regramentos fundantes da referida experiência, por meio de normativos legais.

Esse material comporá a análise de conteúdo sobre a experiência do OP no IFCE *Campus* Maracanaú. Ademais, para a compreensão dessa atividade, se fará uma análise dos vídeos disponíveis no *YouTube* da instituição, além das anotações das atividades realizadas presencialmente. Isso aliado à compreensão da realidade brasileira, que se refere à análise de contexto de formulação da ação.

Pensando em gerar um mapeamento de quais *campi* do IFCE têm algum mecanismo de participação ativa no orçamento institucional, far-se-á um questionário pelo *Google Forms* com este fim. O formulário será encaminhado às direções dessas unidades para que informem se têm algum mecanismo de participação e quais são os atores envolvidos nesse processo. Essa etapa metodológica visa atingir parte do segundo objetivo específico deste estudo e será iniciada após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), garantindo-se o anonimato.

Para a compreensão aprofundada da experiência dos envolvidos no OP, serão aplicadas entrevistas semiestruturadas. O convite será feito por e-mail e os contatos dos discentes ocorrerão por meios formais. Utilizaremos como técnica de escolha a do voluntariado para a seleção aleatória, visando entrevistar

pelo menos cinco pessoas, participantes de cada ação do OP no período de 2022 a 2024, totalizando vinte instrumentos. Buscaremos, por meio de amostra intencional, que os selecionados representem as diversidades que compõem o IFCE.

Os achados e as lacunas serão apontados e constituirão um “modelo artesanal de ciência” (Becker, 1993, p. 12), no qual as pesquisadoras apontarão, no fazer da pesquisa, as teorias e os métodos que se adequam ao trabalho, considerando se eles se adequam à realidade local pesquisada. Portanto, em um processo de se afastar de modelos pré-concebidos, aproximando-se do processo de pesquisa construído ao longo do fazer investigativo a partir do que o campo direcionar.

Esse procedimento foi parte também da construção das hipóteses e da tese desta pesquisa, em que partimos das leituras feitas sobre o orçamento participativo, bem como das experiências no campo sob a perspectiva de diversos atores sociais. Assim, entendemos a relevância da proposta do OP, mas também visualizamos a legitimação de um orçamento aquém do que é necessário para a constituição de uma educação que vise a uma formação crítica.

A tese deste trabalho é de que, apesar de a proposta do OP realizado pelo IFCE *Campus* Maracanaú apontar para uma legitimação das atuais configurações orçamentárias, isso pode ser o âmago de uma ferramenta que poderá ser a fundamentação de uma educação que vise a constituição de cidadãos críticos, o que está no cerne da emancipação humana.

Esta, inclusive, dialoga com o que aponta (Latour, 1994, p. 16), que, diante da crise da modernidade, afirma que precisamos “retomar a definição da modernidade, interpretar o sintoma da pós-modernidade e compreender por que não nos dedicamos mais por inteiro à dupla tarefa da dominação e da emancipação”. Aspecto este que se entrelaça com as hipóteses desta pesquisa e com os anseios enquanto militante sindical de uma das autoras.

Entretanto, a discussão deste estudo parte de uma problemática permeada por uma baixa participação político-institucional, o que guarda relação com a crise da democracia e pode se relacionar com o questionamento de Latour (1994), que pergunta se é preciso uma nova democracia. No entanto, esses apontamentos ainda carecem de um olhar mais acurado.

Considerações finais

Esta pesquisa sobre o Orçamento Participativo no IFCE *Campus* Maracanaú é de suma importância, pois busca compreender as experiências dos atores envolvidos nesse processo formativo político-institucional. Ao longo deste trabalho, discutimos os aspectos teórico-metodológicos e políticos desenhados para a compreensão da relevância dessa ação e como ela pode contribuir para a formação de cidadãos críticos.

Acreditamos que este estudo tem implicações práticas significativas, pois podem orientar a implementação de políticas públicas mais inclusivas e parti-

cipativas nas diversas instituições de ensino, partindo da ação realizada no IFCE. Além disso, este trabalho abre caminho para futuras investigações sobre a eficácia do Orçamento Participativo em outras instituições e contextos.

Pessoalmente, este trabalho tem sido uma jornada de aprendizado e crescimento. Por meio dele, tenho refletido sobre minha própria trajetória, em seus diversos âmbitos, e sobre o impacto que a participação política pode ter na vida dos mais variados públicos. Espero que este trabalho inspire outros a explorar e a valorizar a importância da participação política na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Por fim, este processo de construção do referencial teórico-metodológico e político ainda está em fase de constituição, mas parte de uma perspectiva contra-hegemônica, que se consolidará ao longo da pesquisa doutoral, a partir das aulas do Doutorado, da participação em eventos, das leituras e dos diálogos com professores(as), colegas de turma e com a orientadora.

Reafirmo ainda a relevância desta disciplina para o processo reflexivo da pesquisa como um todo, que auxilia na ampliação do arcabouço de ferramentas, métodos e técnicas a serem utilizados neste trabalho, mediante um diálogo com a Etnografia e a Antropologia. Os demais detalhamentos serão descritos em outros espaços ao longo do desenvolvimento deste estudo.

UNIDADE V

EXPERIMENTOS DE CAMPO E
PESQUISAS EM AMBIENTES
DIGITAIS

“O preso sai da cadeia, mas a cadeia não sai do preso”: caminho metodológico de uma pesquisa *online* com familiares e egressos do sistema penitenciário

Lara Almeida Peixoto Feitosa¹

Introdução

Em uma rede social, Elaine mostra o ambiente que acabou de organizar para recepcionar seu esposo: um quarto de casal com a cama arrumada, coberta com um lençol rosa florido, travesseiros também com a mesma estampa e uma manta branca sobreposta; na parede atrás da cama, letreiros pretos com os dizeres: “abençoados por Deus” completavam a decoração. Na frente da cama, uma televisão fixada na parede e, embaixo dela, duas prateleiras com produtos de higiene e beleza de uma marca reconhecida, separados, de um lado os dela, do outro, os masculinos.

¹ Cientista Social pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Mestranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/Uece).

Ela mostrava com orgulho cada detalhe, pensando para receber com o maior conforto possível o outro morador da residência. Abriu as portas do guarda-roupa, mostrando as camisas lavadas e passadas, penduradas em cabides e separadas por cor. Apagou a luz, fechou a porta e seguiu para o cômodo vizinho. Na cozinha, uma mesa posta com dois lugares; neles, havia um suporte com prato, taça e talheres, ainda travessas de vidro repletas de alimentos preparados por Elaine, pois se tratava das comidas favoritas do marido. Virando a câmera para a janela da cozinha à frente da mesa, ela mostra o marido no quintal. Sentado no chão sob uma fresta de sol estreita que ainda batia no ambiente aberto, sem camisa, ele abraça os joelhos e apoia a cabeça nos braços. Elaine finaliza o vídeo dizendo “o preso sai da cadeia, mas a cadeia não sai do preso, ele faz isso todo dia, assim como fazia no banho de sol da prisão” (Notas de campo, 2024).



Os meus estudos no campo da segurança pública iniciaram ainda na graduação em Ciências Sociais em 2018 e se intensificaram no momento da construção do texto da monografia, em meados de 2020. Inicialmente com a proposta junto ao Laboratório de Estudos em Violência e Segurança Pública (LEV) de construir o perfil da população carcerária do municí-

pio de Juazeiro do Norte. Nessa primeira versão, visitávamos as instituições penitenciárias, conversando com os aprisionados e profissionais, bem como aplicando questionários para construir estatísticas sobre marcadores como escolaridade e classe social. Dadas as restrições sanitárias em função da pandemia da Covid-19, nossa última visita ocorreu no dia 15 de março de 2020, o que impossibilitou o nosso prosseguimento com a temática em questão na monografia, já que eu precisaria do texto finalizado até o fim do respectivo ano, e não havia previsões sobre o retorno das nossas visitas.

Por muito tempo, fiquei refém do trabalho de campo presencial e isso dificultou meu processo de investigação e escrita, pois, até então, esse era o modelo com o qual eu estava habituada e não via muitas soluções viáveis para não abandonar o objeto de estudo que eu perseguia. Diante das dificuldades de acesso às instituições prisionais, a alternativa mais viável foi mergulhar no universo digital, sendo este um campo possível a pesquisadores que, por algum motivo, não estejam geograficamente posicionados próximos aos seus objetos, mas que, ainda assim, anseiam por sua investigação e descobertas.

O objetivo deste texto é apresentar modalidades de imersão no campo das redes sociais, pensando as questões procedimentais, metodológicas e éticas da realização de pesquisas em plataformas digitais. Nele, descrevo o campo em que a pesquisa foi ambientada



e os atores que a integram por meio de cenas do cotidiano *online* e das possibilidades da pesquisa nos meios digitais.

O texto está organizado em quatro seções, para além desta breve introdução e das considerações finais. Na primeira, apresento o campo onde se insere meu estudo e os elementos de atenção percebidos como potencialidades; na segunda, apresento algumas categorias nativas, bem como os interlocutores que incorporam esta discussão; na terceira, há uma correlação entre o conteúdo teórico e empírico do estudo que realizei; e, por fim, menciono algumas questões que surgiram no decorrer da escrita, bem como particularidades do campo de estudos e demais questões metodológicas que julgo importantes.

O campo e suas potencialidades

O *TikTok* é uma rede social de vídeos curtos, que se diferencia das demais pela forma viral como seu conteúdo publicado é entregue. Contas pequenas, de pessoas comuns e com poucos seguidores conseguem facilmente milhares de visualizações em um único vídeo, gerando engajamento e ganhos financeiros. Abidin (2021) afirma que as celebridades da internet surgem de baixo para cima, e não de cima para baixo, validando assim que é a pessoa ordinária que causa identificação com seu público em algum aspecto, ganhando espaço e popularidade nesta nova mídia digital.

Desde março de 2024, a plataforma desenvolveu o “Programa de Recompensas para Criadores”², uma forma de promover a criação de conteúdo original e de qualidade para a rede. À medida que os vídeos publicados mantêm um bom desempenho, a plataforma paga aos criadores de conteúdo valores decorrentes da quantidade de visualizações em seus vídeos. Esse valor é pago em dólar e, para isso, é necessário que os criadores se enquadrem em alguns critérios de elegibilidade, sendo eles: ter mais de 18 anos, ter no mínimo 10 mil seguidores e ter no mínimo 100 mil visualizações nos últimos 30 dias.

A primeira visão que o usuário tem ao abrir o aplicativo é a da aba “Pra Você” ou “*For You*”, que mostra os vídeos mais interessantes com base em suas escolhas pessoais, contas com as quais interage, conteúdos que curte e pesquisa. Decorrente das pesquisas que fiz no aplicativo (*app*), apliquei como metodologia a etnografia digital e, por meio dela, personalizei minha experiência de usuária, o que me permitiu mais acessos ao conteúdo desejado. Escolhi acompanhar a *hashtag*³ #mulherdepresso  , sendo o principal marcador empregado para coletar o material analisado neste estudo. Somado a isso, criei o que chamo de “caderno de campo virtual”,

² Informações obtidas por meio da página de suporte ao usuário do *TikTok*. Disponível em: https://support.tiktok.com/pt_BR/business-and-creator/creator-rewards-program/creator-rewards-program#1. Acesso em: 26 nov. 2024.

³ Palavra ou frase precedida por “#” que é utilizada para agrupar conteúdos em uma rede social.

um *Google* Documento onde salvo os links dos vídeos utilizados, seguidos de uma breve descrição desses e dos principais comentários, aqueles que tiveram mais curtidas e respostas, assim como bibliografias que se encaixam naquele debate, opiniões pessoais e outras observações.

Essa escolha metodológica produziu rendimentos, permitindo a filtragem dos conteúdos e direcionando análises primárias dos materiais selecionados. Tal como um diário, esse caderno de campo digital, como nos ensinou Weber (2009, p. 168), “permite o distanciamento indispensável na pesquisa de campo, e que permitirá mais tarde a análise do desenvolvimento da pesquisa”, mostrando, “a cada etapa da reflexão, os laços entre as diversas hipóteses levantadas pelo pesquisador e o momento da pesquisa em que essas hipóteses foram reformuladas”. Nesse aspecto, podemos assim dizer que é o caderno de campo que guiará a escrita do texto final, pois é nele que estão as descrições, os registros e as análises preliminares ou o que, no momento da investigação, despertou o olhar do pesquisador. Não há outra forma de se reportar a este período, senão com as notas e observações do campo.

A *hashtag* em questão conta com 1,4 milhão de publicações armazenadas⁴ e o conteúdo varia desde a produção do jumbo/malote⁵ e de tutoriais de como

⁴ No momento da escrita deste texto, em novembro de 2024.

⁵ Conjunto de itens permitidos pela administração, que os familiares podem levar para as pessoas privadas de liberdade utilizarem dentro das unidades prisionais.

se vestir para o dia de visita até a vida após a prisão. É interessante perceber que, mesmo após o companheiro ter ganho o alvará ou, nas suas palavras a “Lili cantar⁶”, elas ainda continuam se autodescrevendo como “mulheres de preso”.

O dia a dia dessas famílias é retratado com muita naturalidade e sem grandes constrangimentos ao abordar temas sensíveis como prisão, visitas e crimes. Isso se dá, principalmente, pelo cuidado e zelo com que mostram seu estilo de vida, trazendo o seguidor para perto, respondendo suas perguntas sem hesitar e mostrando um lado antes muito desconhecido do cárcere, razão pela qual acabam conquistando seguidores que não só gostam, mas também consomem o conteúdo apresentado.

A partir daí, constatei que é um tanto quanto complicado perceber certas características e até mesmo descrever um espaço tão familiar para mim. Velho (2013) já advertiu sobre tais dificuldades que o pesquisador enfrenta ao tentar relativizar ou transcender algo já conhecido. No meu caso, o trabalho constante de observação, de leitura e de desnaturalização é utilizado para produzir uma interpretação sobre o referido tema, pensando justamente o papel das redes sociais nas configurações dos afetos e dos relacionamentos nas tramas que se configuram entre o dentro e o fora das prisões brasileiras.

⁶ Expressão utilizada para descrever o momento da liberdade, ou quando deixam o ambiente prisional.

Atores, performances e cotidianos *online*

As “mulheres de preso” viraram personagens bastante reconhecidas na plataforma *TikTok*, tendo construído uma comunidade virtual fiel, que assiste, interage e ainda proporciona ganhos por meio desse serviço. É comum encontrar nos comentários das suas publicações pessoas dizendo “é desse lado do *TikTok* que eu quero ficar” ou “já me sinto uma cunhada”⁷, demonstrando apoio e querendo saber mais sobre sua rotina. A comunidade construída é parte importante desse ganho de espaço e popularidade, o que faz com que esse conteúdo continue sendo entregue para cada vez mais pessoas e, consequentemente, que as questões levantadas sejam mais transmitidas. Nesse sentido, partindo das análises de Rheingold (1993), Kozinets (2014) destaca o modo como as agregações sociais em rede, por meio de discussões públicas por tempo prolongado, mobilizam formas de relacionamentos pessoais no ciberespaço. O termo “comunidade virtual” é utilizado aqui para identificar pessoas que, por algum interesse em comum, mantêm contato repetido com uma permanência considerável, sejam seguidores ou aqueles que também estão na “caminhada” (Padovani, 2019) da prisão, e que sempre aparecem nas curtidas ou interagindo nos comentários das publicações. Con-

⁷ Termo surgido entre as mulheres que estabeleciam vínculo afetivo com homens relacionados ao Primeiro Comando da Capital (PCC), presos ou não. Posteriormente, foi adotado por todas aquelas que compartilham essa caminhada (Lima, 2014).

cluo, a partir das definições apresentadas, que essas pessoas integram a comunidade.

Embora, no nicho das “Cunhadas”, exista uma comunidade inserida e participativa, esta não é uma característica que se mantém facilmente nos perfis, principalmente por conta das particularidades da rede social em questão. Nessa perspectiva, destaca Crystal Abdin (2021, p. 8):

As lógicas do TikTok incentivam os aspirantes a celebridades da internet a buscar, aprender, participar e se envolver ativamente com o que está “se tornando viral” no momento, a fim de permanecer visível para outras pessoas no próprio aplicativo. Ao contrário de outras plataformas que podem acomodar subculturas e comunidades mais restritas e específicas permitindo encontrar seu lugar e nicho de forma independente.

Por conta desse contato mais rápido e esporádico, é difícil manter um público mais ativo e engajado, porém, pela proximidade retratada nos vídeos dessas mulheres, que despertam curiosidade e as aproximam de sua realidade, as pessoas que acompanham se mostram sempre presentes e demonstram apoio, até mesmo respondendo e afastando possíveis *haters*⁸.

⁸ Elemento usado para se referir àqueles que se manifestam negativamente através dos comentários ou de forma agressiva nas publicações e mensagens enviadas ao próprio autor do vídeo.

Muito além das palavras: o corpo que fala

A descrição que utilizei como primeiro elemento e que introduz este texto trata de um vídeo publicado no *TikTok*, que marcou minha experiência como usuária e me impulsionou a me debruçar sobre esta seara. Mesmo tendo sido excluído depois, as imagens se mantêm muito límpidas na minha mente (e no caderno de campo): toda a preparação da esposa para receber o marido que saiu recentemente da prisão. Ela fez questão de mostrar que, dentro das suas condições, havia preparado tudo para oferecer o máximo conforto para ele, que já foi privado de tanto. Porém, percebe-se, ao longo da filmagem, que o hábito adquirido na prisão, durante o banho de sol, se sobressai perante o conforto do seu lar.

O banho de sol, que é parte dos hábitos dos internos, se faz presente no cotidiano do companheiro de Elaine, mesmo após alguns dias em liberdade. Ainda que disponha de recursos como cadeira, almofadas, toalhas, entre outros, para tornar a prática mais agradável, ele insiste em fazê-la nos “moldes da cadeia”. Os “procedimentos”, regras instituídas nas prisões do Ceará desde 2019, são práticas disciplinares que modificam o corpo do esposo de Elaine, permanecendo vivas na memória e reverberando nos movimentos e gestos, tal como uma memória corporal, mesmo após o período de clausura.

Segundo Nascimento (2021), o “procedimento” é uma tecnologia de poder baseada no controle das

ações, que resultaria no disciplinamento dos corpos de acordo com normas institucionais, corpos estes que variam entre pessoas presas e profissionais em atividade. Traçando elementos dessa discussão, o autor narra um episódio que nos faz compreender a cena acima descrita: “Atenção, presos! Preparar para o procedimento de banho de sol”. E, logo, os internos se avexam para ficar na posição requerida – sempre sentados, com as pernas encaixadas no corpo do interno à frente, com as mãos na nuca e dedos entrelaçados” (Nascimento, 2021, p. 202). O banho de sol faz parte da rotina das pessoas privadas de liberdade, alocadas em um pátio aberto, geralmente sem espaços destinados a sentar ou interagir, sentando-se, então, ao chão, sem camisa e mantendo as mãos aparentes. Além disso, este momento também é quando fazem algum tipo de alongamento ou atividade física, se permitido, e aparam barba, cabelo e sobrancelhas. É importante mencionar que os internos passam ainda por outros procedimentos além desse, como o de “revista corporal”, que visa impedir o porte de itens proibidos, e que pode ser ainda mais difícil, pois é feito mediante corpos nus.

A maneira sutil com que as formas de poder são impostas aos corpos condenados causa um assujeitamento que se mantém ainda que deixem o ambiente prisional. Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2010) expõe que foi desde a época clássica que houve a descoberta do corpo como forma de impor poder, resultando em limitações, proibições e obrigações.

Muitas coisas, entretanto, são novas nessa técnica. A escala, em primeiro lugar, do controle: não se trata em cuidar do corpo, em massa, *grosso modo*, como se fosse uma unidade indissociável, mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica - movimentos, gestos, atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo (Foucault, 2010, p. 109).

A disciplinarização do corpo aos procedimentos institucionais é visualizada também em outras publicações na rede social *TikTok*, como esta do dia 18 de agosto de 2024, em que Castro mostra seu marido em posição de cócoras no chão, com uma vassoura desmontada, recolhendo a sujeira que se acumulava ali. Na narração, ela diz: “Ex-presidiário e suas manias. Sempre tira o cabo da vassoura pra varrer, fala que é melhor desse jeito e que já acostumou. Se vocês acham isso estranho, eu vou mostrar como ele puxa a água do chão, com o próprio chinelo fazendo de rodo”.

Nos comentários, as opiniões da comunidade se dividem, mas não negam os resultados dos anos de subserviência e escassez: “por um lado a cadeia tem seus ensinamentos. Que Deus abençoe grandemente a família de vocês”. E ainda: “isso é trauma. Sei como é”. Esses comentários e a própria cena indicam as insuficientes condições de vida proporcionadas nas prisões brasileiras, mas também o modo como materiais de utilização cotidiana fora das prisões podem ser considerados instrumentos perigosos no interior das unidades prisionais, como cabos de vassoura ou de rodo.

Em casa, o esposo de Castro dispõe de inúmeros recursos que o ajudariam na atividade desempenhada. Equipamentos modernos que garantiriam um trabalho menos pesado e mais eficaz são deixados de lado pela forma precária como o homem opta por realizá-lo. Tanto os comentários da esposa quanto dos internautas que se identificaram com a situação demonstram que isso acontece em decorrência da maneira com que foram submetidos anteriormente à realização das mesmas tarefas no ambiente prisional, pois “a limpeza da ala é obrigação dos internos e é cobrada à risca pelos policiais penais. Caso não cumpram a exigência, sofrerão penalidades” (Nascimento, 2021, p. 203). Eles trazem consigo uma série de “marcas” que permanecem mesmo após a liberdade, um retrato da rotina de imposições e práticas amedrontantes.

O corpo tem sido docilizado para isso, principalmente a partir de 2019, marco da criação da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) no Ceará, que modificou uma série de dinâmicas prisionais, principalmente relacionadas à punição e à disciplina, como descreve Nascimento (2021, p. 200):

A nova ‘doutrina’ aplicada nas unidades prisionais incidiu em processos de Estado implicados nas táticas disciplinares e de gestão da vida de populações. Para os internos, o disciplinamento leva em consideração os mínimos detalhes de comportamento do corpo, que deve ser adestrado pelo controle do tempo, dos gestos, da divisão espacial e pela ‘vigilância aproximada’.

Essas ações de aumento na vigilância e controle dos corpos se deram, em geral, por questões políticas, tendo sido justificadas principalmente pelo avanço nos índices de violência no estado. Ainda segundo Foucault (2010, p. 140), “a ordem não tem que ser explicada, nem mesmo formulada; é necessário e suficiente que provoque o comportamento desejado”. Nesse sentido, o controle sobre os corpos vai além da pessoa aprisionada, sendo imposta também aos profissionais e familiares que vivenciam o dia a dia institucionalizado pelo cárcere.

Questões de pesquisa

Na introdução deste texto, revelei de maneira resumida como foi minha iniciação no campo da Antropologia Digital, em um cenário de impossibilidade de realização do trabalho de campo e da observação participante, conforme os meios tradicionais de fazer etnografia. Através de redes de contatos nos programas de pós-graduação e das *lives*⁹ que ocorreram muito no período pandêmico, descobri as páginas autoalimentadas por familiares e egressos do sistema, bem como a possibilidade de observação *online*. O receio ao lidar com um campo em que permeiam informações e acessos restritos foi sendo abandonado conforme as informações se apresentavam de maneira pública, dadas pelos próprios inter-

⁹ Vídeos ao vivo feitos em plataformas de mídias sociais, onde profissionais diversos, artistas e celebridades promoviam debates, aulas, shows, respondiam o público e geravam entretenimento para que a indicação sanitária de ficar em casa fosse devidamente cumprida.

locutores e de maneira totalmente voluntária. Beleli e Pelúcio (2018) foram cruciais para a construção do meu olhar para as redes sociais enquanto possibilidade investigativa.

De acordo com as autoras, o *Orkut* foi a primeira rede social que, de fato, atraiu o interesse de cientistas sociais, que viram nela possibilidades de acesso a diversos pontos de vista diferentes, bem como a termos nativos. Era uma quantidade muito grande de dados, armazenados em uma única plataforma e que estavam disponíveis sem que eles precisassem ao menos sair de casa. Decorrente desse novo campo e suas várias potencialidades, surgem algumas dificuldades em consolidá-lo enquanto campo, de fato, e até mesmo para nomeá-lo enquanto metodologia.

Com o tempo e com a disposição cada vez maior de pesquisadores em desbravar o desconhecido, a “Antropologia Digital”, como foi classificada pelas autoras, foi utilizada para entender a sociedade por meio das suas ferramentas tecnológicas. O que antes era visto como uma ferramenta adicional na vida das pessoas passa a ser parte do seu cotidiano, permeando suas vidas entre o *on* e o *offline*.

De acordo com Beleli e Pelúcio (2018), após a consolidação da internet social, da forma como conhecemos hoje, a exposição tem sido cada vez maior e de forma voluntária. Desse modo, o *online* e o *offline* se misturam e são parte das vidas dos usuários de redes sociais, demandando que o pesquisador interessado

tome algumas precauções ao relatar ou até mesmo questionar suas particularidades, mesmo que públicas.

As questões éticas e normativas ainda permanecem em discussão, dadas as particularidades de acesso e os modos de fazer pesquisa, porém há um consenso moral de que não é preciso que estejam regulamentadas em manuais: é preciso se proteger, proteger seus interlocutores e preservar os dados obtidos, mesmo que estejam em meio público. No dossiê “Estratégias para pensar o digital”, Beatriz Lins, Carolina Parreiras e Eliane Freitas (2020) reúnem uma série de artigos que se dedicam a analisar alguns aspectos das pesquisas em ambiente digital, dentre eles destaco o trabalho de Sheila dos Santos (2020, p. 17). Nele, a autora descreve a metodologia utilizada para a pesquisa em um aplicativo de relações afetivo-sexuais e as especificidades éticas desse tipo de campo do ponto de vista de uma pesquisadora-usuária:

As tecnologias digitais acabaram por ser uma dessas modificações que incitam à incorporação ativa e criativa de novas metodologias, estratégias e ferramentas no fazer etnográfico, como apontam para desafios, muitos dos quais éticos ou afetivos, a serem enfrentados em diálogo com as pessoas envolvidas e as próprias possibilidades e modos de atuação característicos de cada um desses ambientes relacionais.

Dito isso, ainda que em um universo distinto, é preciso refletir que a expansão dos nossos limites investigativos não nos dá livre acesso a tudo, a todos

e de qualquer forma, mas que a primazia do olhar etnográfico mostrará como proceder para garantir a qualidade e a seriedade da pesquisa.

Considerações finais

A etnografia valoriza a experiência do pesquisador na busca pelo que se procura desvendar. Por muito tempo, tanto a antropologia quanto a etnografia foram objetos de questionamentos sobre a forma cartesiana — fora dos padrões — com que faziam ciência. Diferente das disciplinas tradicionais, sempre se valorizou os interlocutores e o campo, considerando as contribuições destes para a construção do saber científico. Das e Poole (2004), em seu estudo sobre margens, trazem à tona esse importante debate, apresentando uma forma de ver a sociedade para além das estruturas pensadas dentro do Estado, considerando suas margens demográficas e sociais.

Para tanto, incorporo ao debate o trabalho do pesquisador nas mídias digitais. Não é uma tarefa simples considerar como possibilidade de campo um ambiente tão conhecido, por conta da sua acessibilidade, mas, ao mesmo tempo, tão desconhecido em relação ao rigor técnico com que se deve lidar com os dados coletados. Nesse sentido, estranhar o conhecido (Velho, 2013) foi o que tentei fazer ao descrever metodologicamente minha experiência etnográfica nesse campo ainda tão pouco explorado. As poten-

cialidades de acesso à informação e a dados restritos são algo que motivou minhas primeiras investigações; o que antes me demandaria tempo e redes de contatos restritos, hoje pode ser visto de “perto” com bem menos dificuldades.

Em se tratando desse tipo de pesquisa, não há um modo de fazer determinado: “percebemos que as metodologias nesse campo têm sido aprendidas no fazer da pesquisa” (Beleli; Pelúcio, 2018, p. 126). Sendo assim, o próprio campo determina os meios pelos quais a pesquisa deve caminhar, porém ainda é preciso considerar que trabalhando com pessoas, suas histórias e culturas, ainda é preciso ter cautela, preservar seus interlocutores e seus próprios dados, a fim de buscar sempre contribuir com a pesquisa nacional.

Referências

ACIOLI, Socorro. **A cabeça do santo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer I: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora Ufmig, 2002.

ALBUQUERQUE, Rafael. **Rio reconhece práticas ancestrais das matrizes africanas como meios de promoção da saúde complementar**. 2025. Disponível em: <https://www.bnews.com.br/noticias/saude/rio-reconhece-praticas-ancestrais-das-matrizes-africanas-como-meios-de-promocao-da-saude-complementar.html>. Acesso em: 9 ago. 2025.

ALMEIDA, Debora Rezende de. Representação como processo: a relação Estado/sociedade na teoria política contemporânea. **Revista de Sociologia e Política**, [s. l.], 2014.

ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos; CAVAGNAC, Mônica Duarte. A política de assistência estudantil em debate: do ingresso à permanência no ensino superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 97, p. 935-955, out. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/tbb-FMLfSnLYFQ4dMGLS4xJL>. Acesso em: 30 mar. 2025.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 8. ed. São Paulo: Cortez, [1963] 2011.

ANGROSINO, Michel. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 7-9, 2003.

ASAD, Talal; REINHARDT, Bruno. Introdução a 'Anthropology and the Colonial Encounter', Talal Asad. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 313-327, 2018. DOI: 10.5007/2175-8034.2017v19n2p313. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2017v19n2p313>. Acesso em: 25 jun. 2025.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

AVRITZER, Leonardo. Um balanço da participação social no Brasil pós-constituição de 1988. In: AVRITZER, Leonardo. **Experiência democrática, sistema político e participação Popular**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **O labor criativo na pesquisa**: experiências de ensino e investigação em Ciências Sociais. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

BECKER, Howard Saul. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BELELI, Iara; MISKOLCI, Richard. Apresentação. **Cadernos Pagu**, n. 44, p. 7-11, 2015.

BELELI, Iara; PELÚCIO, Larissa. Aperte o play para iniciar: desafios metodológicos de pesquisas em mídias digitais. In: DURÃO, Susana; FRANÇA, Isadora Lins (org.). **Pensar com método**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018, p. 117-144.

BENEVIDES, Marinina Gruska. **Liberdade é escravidão**: uma visão orwelliana das histórias e das memórias do processo de transformação institucional do Banco do Brasil (1984-2000). Fortaleza: LCR, 2002.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado**: uma etnografia do PCC. FAPESP. 2020.

BLANK, Steven; DORF, Bob. **The Startup Owner's Manual**: The Step-By-Step Guide for Building a Great Company. K & S Ranch. 2012.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Tradução de João Wanderley Geraldi. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28, 2002.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Pólen, 2019. (Feminismos Plurais).

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 15. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos da Educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-1192)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia geral, vol. 1: lutas de classificação: Curso no Collège de France (1981-1982)**. Petrópolis: Vozes, 2020.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação**. Brasília, DF: Caderno MCidades, n. 4, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 ago. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 fev. 2007.

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001. Brasília, DF: Presidência da República, 2001.

BRASIL. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm. Acesso em: 26 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jul. 2010.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 2 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 2 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional Aldir Blanc:** um marco para a cultura brasileira. [Brasília]: Ministério da Cultura, 17 dez. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/lei-aldir-blanc-um-marco-para-a-cultura-brasileira>. Acesso em: 9 fev. 2025.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos.** Secretaria de Direitos Humanos, 1996.

BRASIL. **Relatório de Programas e Ações do Ministério das Cidades.** Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2022.

BUONFIGLIO, Leda Velloso; BASTOS, Rodrigo Dantas. **O lugar das políticas de habitação popular nas cidades brasileiras.** 2011. Disponível em: <http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/4071c402a43c458597efe06f896757f7.pdf>. Acesso em: 22 out. 2024.

CALDEIRA, Teresa. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, v. 21, p. 133-157, 1988.

CAMACHO, Fernando. Memorias enfrentadas: las reacciones a los informes Nunca Más de Argentina y Chile. **Persona Y Sociedad**, 22(2), 67-99, 2008.

CARDOSO, Adauto; ARAGÃO, Thêmis Amorim. A reestruturação do setor imobiliário e o Programa Minha Casa Minha Vida. *In*: MENDONÇA, Jupira Gomes de; COSTA, Heloisa Soares de Moura (org.). **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte, C/ Arte, 2011.

CARDOSO, Roberto de Oliveira. O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

CARNEIRO, Fernando. A vigilância popular da saúde é baseada, principalmente, no protagonismo popular. Entrevista concedida a Geovanni Carvalho. **Brasil de Fato**, Juazeiro do Norte, 6 abr. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefatoce.com.br/2022/04/06/entrevista-a-vigilancia-popular-da-saude-e-baseada-principalmente-no-protagonismo-popular>. Acesso em: 4 jul. 2022.

CARNEIRO, João Luiz. **Religiões afro-brasileiras: uma construção teológica**. Petrópolis: Vozes, 2014.

CARVALHO, Aline Werneck Barbosa; STEPHAN, Italo Itamar Caixeiro; GUEDES, Marina Galatro Menta. **Avaliação da eficácia social do Programa Minha Casa, Minha Vida em Viçosa, MG**. Relatório de Pesquisa (Iniciação Científica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2015.

CARVALHO, Aline Werneck Barbosa; STEPHAN, Italo Itamar Caixeiro. Eficácia social do Programa Minha Casa Minha Vida: discussão conceitual e reflexões a partir de um caso empírico. Dossiê: políticas públicas e formas de provisão da moradia. **Cad. Metropole** 18 (35). Jan-Apr 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/6Z7H8kyyQPVFwbBSVSdLPhN/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 23 nov. 2024.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

CASTRO, Gabriel de Arruda. **Prefeitura do Rio reconhece benzedeiros e oferendas como equipamentos de saúde**. 2025. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/brasil/prefeitura-do-rio-reconhece-benzedeiros-e-oferendas-como-equipamentos-de-saude/>. Acesso em: 9 ago. 2025.

CEARÁ. Lei nº 16.397, de 14 de novembro de 2017. Dispõe sobre a organização judiciária do Estado do Ceará. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, 14 nov. 2017.

CEARÁ. **Comitê da Bacia Hidrográfica do Curu**. Pentecoste: SRH, 2024. Disponível em: <https://www.srh.ce.gov.br/comite-da-bacia-hidrografica-do-curu/>. Acesso em: 17 nov. 2024.

CEARÁ. **Secretaria Municipal de Paracuru**. Paracuru, 2022.

CELLARD, André. A análise documental *In*: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 255-295.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.

CISLAGHI, Juliana Fiuza; SILVA, Mateus Thomaz da. O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia de permanência. **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 31, p. 489-512, jul./dez. 2012.

CLIFFORD, James. Museums as contact zones. **Routes: travel and translation in the Late Twentieth Century**. Cambridge: Harvard University Press, p. 188-219, 1997.

CLIFFORD, James. Sobre a alegoria etnográfica. *In*: CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p. 63-99.

CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFobia E INTOLERÂNCIA RELACIONADA. Durban, África do Sul. **Relatório Final**. Durban: Nações Unidas, 2001.

COSTA FILHO, Aderval. **Quilombos e povos tradicionais**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais 2014.

COSTA, Maria Cristina Castilho. Etnografia de arquivos - entre o passado e o presente. **MATRIZES**, São Paulo, Brasil, v. 3, n. 2, p. 171-186, 2011. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v3i2p171-186. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38263>.. Acesso em: 24 nov. 2024.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 7-32, jul./dez. 2005.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. State and its margins: Comparative ethnographies. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah. (ed.). **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe: School of American Research, 2004. p. 3-33.

DENALDI, Rosana. **Política habitacional e urbana: avanços e impasses**. 2012. Disponível em: <http://www.phdu.comuv.com/attachments/article/18/Pol%C3%ADtica%20Habitacional%20e%20Urbana%20avan%C3%A7os%20e%20impasses%20-%20Rosana%20Denaldi.pdf>. Acesso em: 23 set 2024.

DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**. Tradução de Vera Ribeiro. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1992.

DRAIBE, Sonia Miriam. Uma nova institucionalidade das políticas sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas dos programas sociais. **São Paulo em perspectiva**, v. 11, n. 4, p. 3-15, 1997.

EFREM FILHO, Roberto. **Mata-mata: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território**. 2017. Tese de Doutorado. (Doutorado em Ciências Sociais) -Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

LLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E.; BOCHNER, Arthur P. Autoethnography: an overview. **Historical Social Research / Historische Sozialforschung**, v. 36, n. 4, p. 273-290, 2011.

EMERSON, Robert; FRETZ, Rachel; SHAW, Linda. **Writing Ethnographic Fieldnotes**. University of Chicago Press, 1995.

EMERSON, Robert; FRETZ, Rachel; SHAW, Linda. Notas de Campo na Pesquisa Etnográfica. **Revista Tendências: Caderno de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, 2013.

FALCONERY, Lucas. Manchas de óleo afetaram 60 praias e 8 áreas protegidas no CE entre 2019 e 2022, aponta novo estudo. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 22 nov. 2023. Disponível em: <https://diario->

donordeste.verdesmares.com.br/ceara/manchas-de-oleo-afetaram-60-praias-e-8-areas-protegidas-no-ce-entre-2019-e-2022-aponta-novo-estudo-1.3445641. Acesso em: 27 mar. 2025.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. Tradução: Paula Siqueira. **Cadernos de Campo** (São Paulo - 1991), [S. l.], v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263>. Acesso em: 27 nov. 2024.

FBAC- **Fraternidade Brasileira de Assistência aos condenados**. Portal FBAC- O elo entre as APACS. 2025. Disponível em: <http://www.fbac.org.br/infoapac/relatoriogeral.php>. Acesso em: 8 jun. 2025.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Prefácio à segunda edição. *In: Antropologia das sociedades contemporâneas: método*. São Paulo: Editora UNESP, 2010[1987]. p. 7-17.

FÉLIX-SILVA, Antônio Vladimir; GOMES, Camila Batista Silva; OLIVEIRA, Maylla Maria Souza de; MASULLO, Alessandra Sávia da Costa; ROCHA, Francinalda Maria Rodrigues da. Comunidades tradicionais pesqueiras do Delta do Parnaíba. *In: FARIAS, Tadeu Mattos; OLEKSZECHEN, Nikolas; BRITO, Monique Araújo de Medeiros (org.). Relações pessoa-ambiente na América Latina*. Florianópolis: Abrapso, 2021. p. 225-246.

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos**: uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, 318 p.

FERNANDES, Camila. **Figuras da causação**: as novinhas, as mães nervosas e as mães que abandonam os filhos. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

FERREIRA JÚNIOR, Clóvis; LEHFELD, Lucas de Souza. Considerações sobre o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI): o resultado do direito da minoria parlamentar. **Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania**, [S.l.], v. 1, n. 10, p. 734-753, out. 2022.

FREIRE, Paulo. Educação e política. *In: FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 9-34.

FOOTE-WHYTE, William. **Sociedade de Esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FOOTE-WHYTE, William. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Edições Francisco Alves, 1975. p. 77- 86.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no College de France (1975-1976). 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FUNARI, Juliana Nascimento; JALIL, Laetícia Medeiros; MORAES, Lorena Lima de; PONTES, Nicole; MARQUES, Patricia de Lira; SIEBER, Shana Sampaio. Uso do tempo e as mulheres rurais: a construção de outras metodologias a fim de propiciar a visibilidade e valorização dos trabalhos das mulheres. **Cadernos Agroecológicos**, v. 15, p. 1-11, 2020.

GAMA, Madson. **Organização pretende acionar a Justiça contra revogação de medida que reconhecia práticas de matriz africana no SUS do Rio**. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2025/03/29/organizacao-pretende-acionar-a-justica-contra-revogacao-de-medida-que-reconhecia-praticas-de-matriz-africana-no-sus-do-rio.ghhtml>. Acesso em: 9 ago. 2025.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna [1940]. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**: método. São Paulo: Editora UNESP, 2010[1987], p. 237-364.

GLUCKMAN, Max. O Material etnográfico na antropologia social inglesa [1959]. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Edições Francisco Alves, 1975. p. 63-76.

GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. **Caderno CRH**. v. 32, n. 85, p. 63-81, 2019.

GOLD, Raymond. Roles in Sociological Field Observations. Source: **Social Forces**, v. 36, n. 3, Mar., p. 217-223, 1958.

GONÇALVES, Alícia Ferreira. Políticas públicas, etnografia e a construção dos Indicadores socioculturais. **Revista Aval**. n. 1. Fortaleza: UFC, 2008. Disponível em: <http://www.mapp.ufc.br/index.php/pt-br/revista-aval/edicoes>. Acesso em: 1 set. 2024.

GRAMSCI, Antonio. O moderno príncipe. In: **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 3-102.

GUBER, Rosana. **El salvaje metropolitano**: Reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo. Buenos Aires: Paidós, 2005. (cap. IV - p. 83-92).

GUIMARÃES, Roberta; CASTRO, João Paulo Macedo; MARQUES, Roberto. Memórias ambíguas: modulações narrativas e gestão do passado. **Revista Antropolítica**, v. 57, n. 2, Niterói, e68407, 2. quadri, mai./ago., 2025.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. Discutindo paradigmas contra-hegemônicos de avaliação de políticas públicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS, 1, 2015, Brasília, **Anais...** Brasília: Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, 2015. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/32504/1/2015_eve_afgussibroliveira.pdf. Acesso em: 19 nov. 2024.

HAMMERSLEY, Martyn; ATKINSON, Paul. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Editora W. de Grune & Sons, 2007.

HOLLANDA, Cristina Buarque de; ISRAEL Vinícius Pinheiro. Panorama das Comissões da Verdade no Brasil: uma reflexão sobre novos sentidos de legitimidade e representação democrática. **Revista de Sociologia e Política** [On-line]. 2019, 27(70), 1-21. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=23862735006>>. Acesso em: 10 maio 2025.

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021.

HOYLER, Telma; CAMPOS, Pedro. A vida política dos documentos: notas sobre burocratas, políticas e papéis. **Revista de Sociologia e Política**, vol. 27, n. 69, 2019, pp. 1-22. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 2 ago. 2023.

IANNI, Octávio. A metáfora da viagem. **Enigmas da modernidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 12-31.

IJSN - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Guia para Avaliar Políticas Públicas I volume 1**. A política é nova? Avaliação ex ante! Vitória, ES: Instituto Jones dos Santos Neves, 2018. Disponível em: ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/livros/IJSN_SiMAPP_Volume-01.pdf. Acesso em: 4 nov. 2024.

INGOLD, Tim. Antropologia versus etnografia. Tradução de Rafael Antunes Almeida. **Cadernos de campo**, v. 26, n. 1, p. 222-228, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ. **Guia de orçamento participativo na assistência estudantil do IFCE**. Fortaleza, 2017.

JEGANATHAN, Pradeep. Border, checkpoint, bodies. In: ALEXANDER, Horstmann; SAXER, Martin; RIPPA, Alessandro (ed.). **Routledge Handbook of Asia's Borderlands**. Abingdon, Routledge, 2018.

LARA, Sílvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. **Anos 90**. v. 15, n. 28, 2008.

LATOURETTE, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEJANO, Raul Perez. **Parâmetros para análise de políticas**: a fusão de texto e contexto. Tradução de Letícia Heineck Andriani. Campinas: Arte escrita, 2012.

LIMA, Lidiane Ramos. Os direitos das pescadoras artesanais em luta: mulheres marisqueiras de Paracuru com suas vivências em

processo de reconhecimento imaterial. *In*: SIMPÓSIO DE GESTÃO DE CIDADE-CIDADES NA ENCRUZILHADA: CONSTRUINDO ALTERNATIVAS PARA A CRISE URBANA. **Anais** [...]. Crato, 2023.

LOURENÇO, Arlindo da Silva. **O espaço de vida do agente de segurança penitenciária no cárcere**: entre gaiolas, ratoeiras e aquários. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MA, Lei; LIU, Zheng; HUANG, Xiaojing; LI, Tao. The impact of local government policy on innovation ecosystem in knowledge resource scarce region: case study of Changzhou, China. **Science, Technology and Society** v. 24, n. 1, p. 29-52, 2019.

MACIEL, Maria Eunice. Olhares antropológicos sobre a alimentação: Identidade cultural e alimentação. *In*. CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez (org.). **Antropologia e nutrição**: um diálogo possível. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. p. 48-55.

MAIA, Bruna Soraia Ribeiro; MELO, Vico Dênis Sousa. A colonialidade do poder e suas subjetividades. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, 2020.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Crime e costume na sociedade selvagem**. 2. ed. Brasília: Ed. UnB, 2008 [1926].

MARCUS, George. Ethnography In/Of the World System: the Emergence of Multi-Sited Ethnography. **Annual Reviews of Anthropology**, n. 24, p. 95-117, 1995.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MARICATO, Ermínia. O papel do Estado na produção da cidade. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, IPEA, 2011. Disponível em: desafios.ipea.gov.br. Acesso em: 23 de nov. 2024.

MARQUES, Roberto; NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo. Fazer-se estado a partir das fronteiras: circulação de corpos, objetos e significados entre os muros da prisão. **Política & Trabalho: revista**

de ciências sociais, [S. l.], v. 1, n. 50, p. 249-270, 2019. DOI: 10.22478/ufrpb.1517-5901.2019v1n50.41300. Disponível em: <https://periodicos.ufrpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/41300>. Acesso em: 26 jun. 2025.

MARSTON, Greg.; WATTS, Rob. Tampering with the evidence: a critical appraisal of evidence-based policy-making. **The drawing board**: An Australian review of public affairs, v. 3, n. 3, 143-163, 2003.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MELO, Marcus André. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, Sergio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**: Ciências política. v. III. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: p. 59-100, 1999.

MENEZES, Paulo Lucena. **A ação afirmativa (Affirmative Action) no Direito Norte-Americano**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2001. p. 129.

MILLS, Charles Wright, **A Imaginação Sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.

MILLS, Charles Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Abordagem antropológica para avaliação de políticas sociais. **Revista de Saúde Pública**, v. 25, p. 233-238, 1991.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. A questão habitacional no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, ed. 16015, p. 1-13, 2017 Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/mercator/v16/1984-2201-mercator-16-e16015.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

MORAES, Lorena Lima de; NASCIMENTO, Nathália Marques da Silva. Mulheres rurais nordestinas e desviantes: um estudo sobre a quebra das expectativas de gênero no meio rural. **AMAZÔNICA: Revista de Antropologia (online)**, v. 12, p. 725-747, 2020.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. A identidade e o papel de agentes penitenciários. **Tempo Social**: Revista de Sociologia da USP, vol. 25, n. 1, pp. 131-147, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/NsztrBWYCL7tqZwcfznpQdG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 nov. 2024.

MOTA, Marcelo. **Trabalho e Vitórias**: nossa luta continua contra a extinção de comarcas. Fortaleza/CE, 2017. Disponível em: <http://oabce.org.br/2017/10/artigo-trabalho-e-vitorias-nossa-luta-continua-contra-a-extincao-de-comarcas/>. Acesso em: 2 ago. 2024.

MUZZOPAPPA, Eva; VILLALTA, Carla. Los documentos como campo. Reflexiones teórico-metodológicas sobre un enfoque etnográfico de archivos y documentos estatales. **Rev. colomb. antropol.**, Bogotá, v. 47, n. 1, p. 13-42, Junho de 2011. Disponível a partir de <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-65252011000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 nov. 2024.

NADAI, Larissa. **Entre pedaços, corpos, técnicas e vestígios**: o Instituto Médico Legal e suas tramas. 323p. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2018. (capítulo metodológico).

NASCIMENTO, Bruna Costa Silva do. **“Lei Aldir Blanc veio debaixo do barro do chão da gente”**: um olhar sobre a participação civil na construção das políticas culturais no Ceará. 2023. 185 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=112645>. Acesso em: 10 nov. 2024.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo; SIQUEIRA, Ítalo Barbosa. Dinâmicas “faccionais” e políticas estatais entre o dentro e o fora das prisões do Ceará. **Revista TOMO**, n. 40, p. 123-164, 2022. <https://doi.org/10.21669/tomo.vi40.15657>.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo. Agente penitenciário e/ou pesquisador? Trabalho e pesquisa na prisão desde um lugar relacional. **Revista Norus**: Novos Rumos Sociológicos, v. 6, n. 10, p. 304-327, 2018.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo. Fazendo Família e Etnografia Entre Irmãos de Farda. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 27, n. 3, p. 1-19, 2022a.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo. **Fronteiras de guerra**: gestão da vida e processos de estado nas fronteiras entre policiais penais e presos. 2021. 335fl. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo. No gelo fino: notas ético-metodológicas e relacionais de pesquisas (auto)etnográficas em prisões. **Teoria e Cultura**, v. 17 n. 3 dezembro. 2022b.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo. **Travestilidades aprisionadas**: narrativas de experiências de travestis em cumprimento de pena no Ceará. São Paulo: Editora Dialética, 2022c.

NÓBREGA-THERRIEN, Silvia Maria; THERRIEN, Jacson. Trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teóricas-metodológicas. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 15, n. 30, 2004.

NUNES JÚNIOR, Balduino. **O cultivo da mandioca e a importância da farinhada na cultura de Boqueirão do Piauí e região**. Campo Maior, 28 jul. 2022.

O DIA. **Rio reconhece práticas ancestrais de matrizes africanas como saúde complementar ao SUS**. 2025. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2025/03/7024298-rio-reconhece-praticas-ancestrais-de-matrizes-africanas-como-saude-complementar-ao-sus.html>. Acesso em: 9 ago. 2025.

OLÍMPIO, Marise Magalhães. **Lazer e regime militar**: um estudo sobre os centros sociais urbanos de Fortaleza (1969 - 1984). Recife: ANPUH-Brasil, 2019.

OLIVEIRA, Alini Nunes de. De comida à patrimônio: a importância da valorização da farinha de mandioca no litoral do Paraná, Brasil. **Élisée** - Revista de Geografia da UEG, v. 10, n. 2, p. 2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista e agricultura**. São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, Cristiane Gonzaga. **Avaliação em profundidade do Instituto Federal do Ceará**: o Campus Baturité e sua relação com

a inserção das juventudes no mundo do trabalho. 2023. 304 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. *In: O trabalho do antropólogo*. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 17-36.

OTTOBONI, Mário; FERREIRA, Valdeci Antônio. **Parceiros da ressurreição**: Jornada de libertação com Cristo e curso intensivo de conhecimento e aperfeiçoamento do Método APAC, especialmente para presos. São Paulo: Paulinas, 2004.

PADOVANI, Natália. Na caminhada: “localizações sociais” e o campo das prisões. **Cadernos Pagu**, n. 55, e195501, 2019.

PARANÁ, Edemilson. “Austeridade” permanente como gestão do conflito sociodistributivo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 33, n. 97, p. 1-6, 10 jul. 2018.

PASTRO, Tamara Claudia Coimbra; FERREIRA, Marrielle Maia Alves. Lidar com o Passado no Brasil e no Chile: a atuação e recomendações das Comissões da Verdade e Reconhecimentos das Vítimas de Violações de Direitos Humanos. **Revista Aedos**, [S. l.], v. 14, n. 32, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/125501>. Acesso em: 14 mar. 2025.

PEIRANO, Mariza Gomes e Souza. Artimanhas do Acaso. **Anuário Antropológico** 14 (1):9-21. 2018. <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6427>.

PEIRANO, Mariza Gomes e Souza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014.

PEIRANO, Mariza Gomes e Souza. De que serve um documento? *In*: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (org.). **Política no Brasil**: visões de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/Ufrj, 2006. Cap. 1. p. 25-49.

PEREIRA, Adelyne Maria Mendes. A resposta à Covid-19 na China: planejamento central e governança nacional da vigilância e atenção à saúde. **Políticas e Sistemas de Saúde em Tempos de Pandemia**: nove países, muitas lições, [Online], p. 47-79, 6 abr. 2022.

Série Informação para ação na Covid-19 | Fiocruz. <http://dx.doi.org/10.7476/9786557081594.0003>.

PRANDI, Reginaldo. **Brasil africano**: orixás, sacerdotes, seguidores. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2025.

PRANDI, Reginaldo. **Segredos guardados**: orixás na alma brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. A posição atual dos estudos antropológicos. In: Alba Zaluar Guimarães (org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Edições Francisco Alves, 1975. p. 177-195.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis: Vozes, 2013 [1952].

REIS, Elisa Pereira. Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, p. 11-14, 2003.

RIANI, Federico Augusto D'Ávila. In: Escritório de advocacia Machado, Meyer, Sendacz e Opice, **Instituição Toledo de Ensino**, 1999, São Paulo. p. 335-365.

RIES, Eric. **The Lean Startup**: How today's Entrepreneurs Use Continuous Innovation to Create Radically Successful Businesses. Nova Iorque: Crown Publishing, 2011.

RIO DE JANEIRO. **Resolução conjunta SMAC/SMS Nº 2, de 18 de março de 2025**. Disponível em: <https://doweb.rio.rj.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/7017#/p:30/e:7017?find=matriz%20africana>. Acesso em: 9 ago. 2025.

ROCHA, José Pedro de Castro da. **A exceção pandêmica**: uma análise do discurso de Giorgio Agamben sobre a pandemia da covid-19. 2023. 126 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademico-Publico.jsf?id=110942>. Acesso em: 9 ago. 2024.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Análise de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios. *In: CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*. n. 16, p. 55 - 73, 2011.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Método experiencial e avaliação em profundidade: novas perspectivas em políticas públicas. **Revista Desenvolvimento em Debate**, v. 4, n. 1, 2016, p. 102-155.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Proposta para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Revista Aval**. n. 1. Fortaleza: UFC, 2008. Disponível em: <http://www.mapp.ufc.br/index.php/pt-br/revista-aval/edicoes>. Acesso em: 20 set. 2024.

ROLNIK, Raquel. **O Programa Minha Casa, Minha Vida nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas**: Aspectos Socioespaciais e Segregação. Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos, USP. Disponível em: labhab.fau.usp.br. Acesso em: 23 nov. 2024.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas Culturais do Governo Lula/Gil**: Desafios e Enfrentamentos. III ENECULT, Salvador, 2007.

RÜSEN, Jörn. Historiografia comparativa intercultural. *In: MALERBA, Jurandir (org.). A história escrita*: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

SANDER, Vanessa. **Pavilhão das sereias**: uma etnografia dos circuitos de criminalização e encarceramento de travestis e transexuais. Rio de Janeiro: Telha, 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. *In: SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar a Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

SANTOS, Ludmilla Maria Lima; SILVA, Gerlane Ferreira da. O sabor das tradições: as farinhadas como processo cultural de preparo do alimento. **Diversitas Journal**. Santana do Ipanema/AL. vol. 6, n. 1, p.1006-1020. 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, Niterói, ano. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Editora Francisco Alves, 1979.

SCHUNSKY, Ernest. **Manual para análise de parentesco**. São Paulo: EPU, 1973.

SENADO FEDERAL. Comissão Parlamentar de Inquérito. Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia da Covid-19. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/10/relatorio-final-renan-calheiros-cpi.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2023.

SENADO FEDERAL. **Direitos Humanos**. 4. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.

SEPULVEDA, José Antonio Miranda; MENDONÇA, Amanda André de. Laicidade e pandemia em tempos conservadores. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 69, p. 384-396, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/58201>.

SHIMBO, Lúcia Zanin. Empresas construtoras, capital financeiro e a constituição da habitação de mercado. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de; COSTA, Heloisa Soares de Moura (org.). **Estado e capital imobiliário**: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte, C/Arte. 2011.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. **Mulheres e agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, 2009.

SILVA, A. V. F.; GOMES, C. B. S.; OLIVEIRA, M. M. S.; MASULLO, A. S. C.; ROCHA, F. M. R. Comunidades tradicionais pesqueiras do Delta do Parnaíba. In: FARIAS, T. M.; OLEKSZECHEN, N.; BRITO, M. A. M. (org.).

Relações pessoa-ambiente na América Latina. Florianópolis: Abrapso, 2021. p. 225-246.

SILVA, Emanuel Freitas da. “Afronta aos ideais laicos do estado”: cultura *versus* religião na plataforma eleitoral de um pastor-candidato. **Caminhos** - Revista de Ciências da Religião, Goiânia, Brasil, v. 17, n. 4, p. 155-175, 2019. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/7694>. Acesso em: 8 ago. 2025.

SILVA, Frederico Augusto Barbosa da; TELES, Eliardo. O pacto federativo nas políticas culturais e seus instrumentos. In: **Direito e Políticas Culturais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2021. cap. 2, ISBN 978-65-5635-016-5.

SILVA, Hélio Helio Raymundo Santos. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 171-188, jul./dez. 2009.

SILVA, Lays Corrêa da. O historiador Gonzalo Vial e a construção do Marco Político do Informe Rettig (1991). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, [S. l.], v. 20, n. 29, p. 157-184, 2020. DOI: 10.46752/anphlac.29.2020.3909. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/3909>. Acesso em: 14 mar. 2025.

SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e. Fazendo etnografia no arquivo: desafios e possibilidades. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, [S. l.], v. 1, n. 48, p. 75-86, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rihgse/article/view/12170>. Acesso em: 24 nov. 2024.

SILVA, Marcus Vinicius Bezerra Da. **Povo pobre, povo com fome, é estopim**: memórias da luta por moradia no Curió (Fortaleza-Ceará, 1995-2000). 2021. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=102067>. Acesso em: 29 mar. 2025.

SILVA, Nelson do Valle; VELOSO, Fernanda. Ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: uma análise dos resultados do ENEM e do Censo da Educação Superior. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 83, p. 95-117, 2013.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

SINDIJUSTIÇA. **Nota Pública: extinção das comarcas**. Fortaleza/CE, 2017. Disponível em: <http://sindjusticaceara.org.br/noticias/nota-publica-extincao-de-comarcas/>.

SINDOJUS. **Carência de Oficiais de Justiça no interior do Ceará é destaque em Portal de Notícias**, 2021. Disponível em: <https://sindojus-ce.org.br/noticia-destaque/carencia-de-oficiais-de-justica-no-interior-do-ceara-e-destaque-em-portal-de-noticias/>.

SINDOJUS. **Estudo do TJCE aponta extinção de 25 comarcas de entrância inicial**. Fortaleza/CE, 2017. Disponível em: <https://sindojus-ce.org.br/noticia-destaque/estudo-do-tjce-aponta-transferencia-de-25-comarcas-de-entrancia-inicial/>.

SINDSIFCE. Sindicato dos Servidores do Instituto Federal do Ceará. **Greve do IFCE 2015**. Disponível em: <https://sindsifce.com.br/greve-do-ifce-2015/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

SORANO, Vitor. Bolsonaro transfere Secretaria de Cultura para Ministério do Turismo. **G1. Globo**, Rio de Janeiro, 07 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/07/bolsonaro-transfere-secretaria-de-cultura-para-ministerio-do-turismo.ghtml>. Acesso em: 13 nov. 2024.

SOUSA, Nando Rodrigues de; NASCIMENTO, Franciso Elionardo de Melo. Entrar e permanecer na prisão: reflexões autoetnográficas do trabalho na segurança prisional. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 21, n. 45, p. 17-39, 2023. DOI: 10.52521/21.10596. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/10596>. Acesso em: 29 nov. 2024.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, p. 20-45, jul. 2006.

SOUZA, Celina. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, p. 15-20, 2003.

SOUZA, M. A. M. de; ALMEIDA, L. B. L. de. Análise de documentos: uma reflexão sobre o método. In: **Metodologia de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Loyola, 2006.

SPINK, Peter. Análise de Documentos de Domínio Público. *In*: SPINK, Mary Jane (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. Cap. 5. p. 100-126.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Apac**: a dignidade como ferramenta de recuperação do preso. Brasília: STJ/Notícias, 2022. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2022/23102022-Apac-a-dignidade-como-ferramenta-de-recuperacao-do-preso.aspx>. Acesso em: 8 jun. 2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). **STF reconhece violação massiva de direitos no sistema carcerário brasileiro**. Brasília: Notícias, 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=515220&ori=1>. Acesso em: 20 jun. 2023.

UCHOA, Inocência Rodrigues. **Nota técnica sobre a proposta de extinção e transferência de comarcas da Justiça Estadual do Ceará**. Fortaleza/CE, 2017. Disponível em: <https://fetamce.org.br/nota-tecnica-sobre-a-proposta-de-extincao-e-transferencia-de-comarcas-da-justica-estadual-do-ceara/>

VALLADARES, Licia do Prado (org.). **A Escola de Chicago**. Impacto de uma tradição no Brasil e na França. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

VELHO, Gilberto. O observador participante. *In*: FOOTE-WHYTE, William. **Sociedade de Esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2005. p.9-13.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. *In*: VIANNA, Hermano; KUSCHNIR, Karina; CASTRO, Celso (org.). **Um antropólogo na cidade**: Ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 69-79.

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo?. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 157-170, jul./dez. 2009.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (org.). **Weber**. São Paulo. Ática, 1986. (Col. Grandes Cientistas Sociais, 13).

WILLEMS, Emilio. Uma revisão do conceito de direito primitivo. **Revista de Antropologia**, p. 31-38, 1958.

ZIMMERMANN, Dayane. **Prefeitura do Rio revoga resolução que reconhecia práticas de matriz africana no SUS; ‘retrocesso’, dizem entidades**. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/03/29/prefeitura-do-rio-revoga-resolucao-que-reconhecia-praticas-de-matriz-africana-no-sus-retrocesso-dizem-entidades.ghtml>. Acesso em: 9 ago. 2025.

